

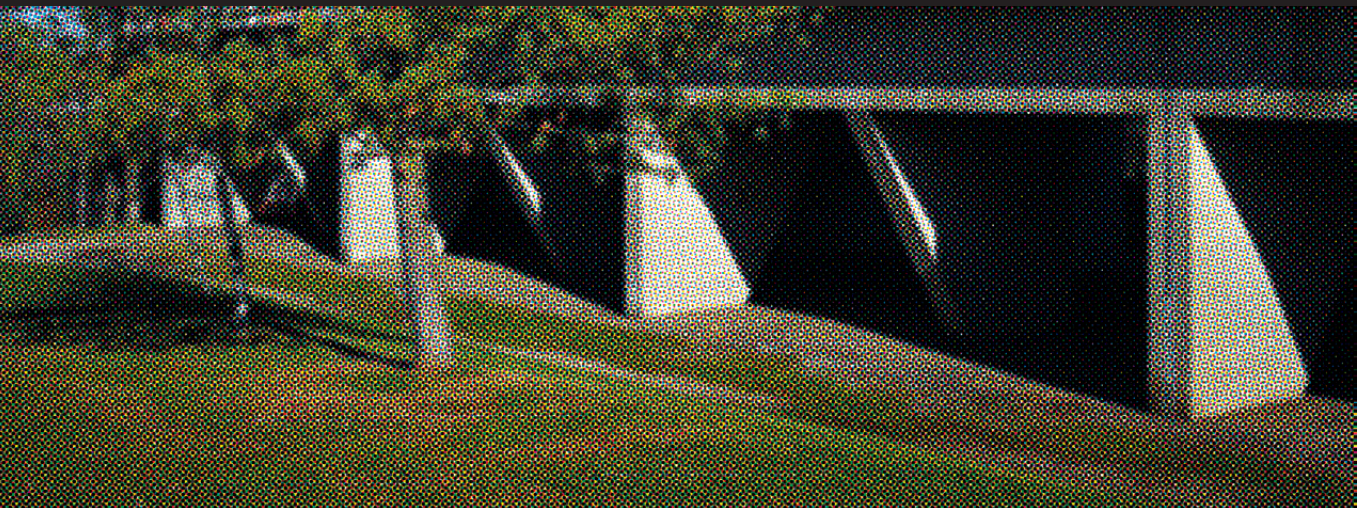


II SEMINÁRIO
INTERNACIONAL

2^{ÈME} SÉMINAIRE
INTERNATIONAL

LIVE
MODERN
HERITAGE

12 a 14 de dezembro / décembre 2016



CADERNO DE TEXTOS DO
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL

CAHIER DE TEXTES DU
2^{ÈME} SÉMINAIRE INTERNATIONAL

LIVE MODERN HERITAGE

12 a 14 de dezembro / décembre 2016

organização / organisation

João Sette Whitaker Ferreira
Aurélie Brayet
Karina Oliveira Leitão
Jacqueline Bayon
Richard Cantin
Robert Belot
Raphael Grazziano



FAUUSP

2021

CADERNO DE TEXTOS DO II SEMINÁRIO INTERNACIONAL

CAHIER DE TEXTES DU 2^{ÈME} SÉMINAIRE INTERNATIONAL

LIVE MODERN HERITAGE

12 a 14 de dezembro / décembre 2016

organização / organisation

João Sette Whitaker Ferreira
Aurélie Brayet
Karina Oliveira Leitão
Jacqueline Bayon
Richard Cantin
Robert Belot
Raphael Grazziano

com o patrocínio de / avec le soutien financier de



Prefácio	7
Préface	
João Sette Whitaker Ferreira	
 Le Corbusier fasciste ?	 15
Éléments de réfutation des principales erreurs d'une polémique	
Le Corbusier, um fascista?	
Elementos de refutação dos principais erros de uma polêmica	
Robert Belot	
 L'école de l'unité d'habitation Le Corbusier	 93
– Quand l'utopie rencontre la réalité	
A escola da Unidade de Habitação Le Corbusier	
– Quando a utopia encontra a realidade	
Ludivine Bouchet, Julia Cid, Hanieh Ebrahimzadeh,	
Alamanda Irawan, John Martin, Chalbja Hajji,	
Océane Vercasson, El Hassan Boussoufa,	
Claire Dessagne e Samantha Makarof	
 HLM, BNH: trajetórias diferentes, um ponto em comum?	 113
HLM, BNH : des trajectoires différentes, un point en commun?	
Diego Beja Inglez de Souza	
 A influência do modernismo francês em Curitiba:	 131
estudo do Conjunto Habitacional Nossa Senhora da Luz dos Pinhais	
L'influence du modernisme français à Curitiba:	
étude des unités d'habitation Nossa Senhora da Luz dos Pinhais	
Priscila Z. Monteiro, Simone A. Polli, Isabela B. Miranda,	
Geórgia C.R.S. Cadamuro e João G. da S. Arnas	
 Favela Siedlung: autonomia, ideologia e crise disciplinar	 149
na modernização hipertardia	
Favela Siedlung : autonomie, idéologie et crise disciplinaire	
dans la modernisation hypertative	
Leandro Medrano e Luiz Recamán	

Le Corbusier en Amérique, les projets à l'échelle du territoire	173
Le Corbusier na América, projetos em escala territorial	
Dominique Putz	
A experiência de restauro do Pedregulho: contribuições para o debate sobre um bem cultural habitado	189
L'expérience de restauration de Pedregulho :	
contributions au débat sur un bien culturel habité	
João Lucas Nogueira Domingos e Pedro Zayas Sambrano	
Effets systémiques des mesures de réhabilitation des bâtiments	207
Efeitos sistêmicos das medidas de reabilitação dos edifícios	
Richard Cantin	
Patrimonialiser les colonies industrielles, retour sur trois expériences : New-Lanark, Sedo et Pont-Salomon	225
Patrimonializar as colônias industriais, um parecer sobre três experiências:	
New-Lanark, Sedo e Pont-Salomon	
Luc Rojas	
Residência Mendonça: ideologia e industrialização	243
Maison Mendonça : idéologie et industrialisation	
Raphael Grazziano	

PREFÁCIO

Esse livro apresenta a segunda parte do projeto Coopera (Cooperação de Mobilidade Internacional Rhône-Alpes), apoiado pela Região Rhône-Alpes desde 2015 para um projeto acadêmico entre o Polo Internacional de Formação em Patrimônios e Paisagens Culturais, da Universidade Jean Monnet, de Saint-Étienne, França, e o Laboratório de Habitação e Assentamentos Urbanos (LabHab) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).

Esse projeto é composto de dois seminários de pesquisa, o primeiro realizado na FAUUSP em março de 2016, cujos resultados foram publicados no primeiro volume do *Live Modern Heritage*. O segundo seminário, objeto deste livro, foi realizado no Centro de Entretenimento de Firminy Verde, de 12 a 14 de dezembro de 2016.

O estudo comparativo proposto partia da existência, em Firminy e em São Paulo, de duas obras centrais da arquitetura moderna, e mais especificamente da habitação social: a Unidade de Habitação Le Corbusier, em Firminy, e o Conjunto Zezinho Magalhães, de Vilanova Artigas, em Guarulhos, na Região Metropolitana de São Paulo. Os dois conjuntos foram construídos na mesma época: de 1965 a 1967 para o primeiro, e de 1967 a 1972 para o segundo. A Unidade de Firminy se inseria em um projeto urbanístico típico do movimento moderno, chamado Firminy Verde, inaugurado em 1957 por Eugène Claudius-Petit, en-

tão prefeito de Saint-Étienne. O conjunto de Guarulhos também fazia parte do importante movimento moderno no Brasil, que seria referência mundial, notadamente graças à obra de Oscar Niemeyer, mas também por outros arquitetos e urbanistas importantes, como Lucio Costa e Vilanova Artigas.

A pesquisa tinha por objetivo promover uma reflexão aprofundada sobre o papel global do movimento moderno na França e no Brasil e, como dissemos no primeiro livro, sobre seu papel no momento de suas construções; seu impacto social, industrial e político; seu estado atual, suas utilizações e seus usuários; as políticas para sua conservação, assim como a contribuição trazida para políticas habitacionais que se dariam em seguida; e a herança (ou não) desses modelos nas políticas de habitação atuais entre os dois países, onde a habitação social continua uma necessidade vital, ainda que em contextos econômicos, políticos e sociais tão diferentes.

O Polo Internacional de Formação em Patrimônios e Paisagens Culturais, dirigido pela professora Jacqueline Bayon durante esse projeto, e atualmente sob a direção de Robert Belot, agrupa no Campus Patrimônio Le Corbusier um conjunto de formações universitárias, das quais o mestrado *Histórias Civilizações Patrimônios*, um mestrado *Eramus Mundus Dinâmicas da Paisagem Cultural* e da *Gestão do Patrimônio* e um módulo universitário de inverno (Módulo Jean Monnet), dedicado aos patrimônios eu-

ropeus. O LabHab-FAUUSP é um centro de pesquisas especializado na questão das políticas de habitação no Brasil. Coordenado atualmente pela professora Karina Leitão, o LabHab outrora dirigido por João Sette Whitaker Ferreira se propôs a realizar a organização do primeiro seminário no Brasil, enquanto o Polo Internacional da UJM tomou conta da segunda etapa na França.

O projeto Coopera propunha justamente uma aproximação entre as instituições universitárias da Região Rhône-Alpes e as do Brasil, o que se somava perfeitamente ao trabalho já realizado entre as duas instituições, que para esses seminários foi expandido pela participação, do lado francês, da École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble (ENSAG) e da École Nationale des Travaux Publics (ENTPE), de Lyon, e, do lado brasileiro, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap).

Ao longo do segundo seminário, cujos resultados são apresentados nesse livro, os participantes puderam, além das apresentações e debates acadêmicos, realizar visitas à Firminy Verde e às obras de Le Corbusier, onde eles foram acolhidos por Marc Petit, prefeito de Firminy. Os textos produzidos por esses pesquisadores são apresentados aqui nas duas línguas do projeto, em português e em francês.

Robert Belot nos apresenta uma revisão da literatura sobre as relações entre Le Corbusier e o fascismo, que desmonta um ponto de vista em torno dessa questão a partir de uma pesquisa detalhada, apresentada aqui de forma original. O segundo artigo, escrito pelos alunos do mestrado História, Civilizações e Patrimônios do Departamento de Estudos e Patrimônios Culturais da

Universidade Jean Monnet, sob a supervisão de Aurélie Brayet e Luc Rojas, apresenta a escola da Unidade de Habitação Le Corbusier, as relações de seus projetos arquitetônico e pedagógico, sua utilização no cotidiano e as relações com a cidade de Firminy. Diego Inglez de Souza, no terceiro texto, continua uma reflexão iniciada no primeiro seminário, em um ensaio sobre critérios de comparação entre duas experiências de habitação social, o HLM e o BNH. A equipe de pesquisadores coordenada por Simone A. Polli, da UTFPR, analisa por sua vez a influência do modernismo francês em Curitiba, mais especificamente o conjunto Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Leandro Medrano e Luiz Recamán, ambos professores na FAUUSP, nos apresentam no quinto texto deste livro os limites das políticas modernas nos projetos de habitação em São Paulo ao longo do século XX, enquanto Dominique Putz nos traz no artigo seguinte suas reflexões e informações a respeito da viagem de Le Corbusier ao Brasil e à América do Sul nos anos 1930, e o impacto de suas ideias de projeto na grande escala territorial.

O sétimo artigo deste livro, de João Lucas Domingos e Pedro Sambrano, nos apresenta uma experiência de restauro em uma obra modernista no Brasil, o conjunto de habitação social Pedregulho, no Rio de Janeiro. Richard Cantin, da ENTPE Lyon, apresenta, na mesma temática, uma discussão metodológica a respeito do restauro e de seus métodos para a adaptação às exigências contemporâneas de edifícios construídos ao longo do século XX. Falando ainda sobre patrimônio, Luc Rojas, da UJM, estuda três complexos industriais – New-Lanark, Sedo et Pont-Salomon – provindos de projetos ideológicos diferentes, mas tratados em uma mesma lógica de patrimonialização. Enfim, para fechar o

livro, o décimo texto, de Raphael Grazziano, retoma a discussão de elementos arquitetônicos desenvolvidos por Vilanova Artigas para aplicá-la ao projeto do CECAP.

Esse livro conclui o projeto Coopera, trazendo suas contribuições originais à reflexão sobre patrimônio do movimento moderno na França e no Brasil a partir de uma aproximação comparativa e da colaboração de instituições de pesquisa dos dois países. O resultado foi possível graças à colaboração de todos os envolvidos com entusiasmo na organização desses seminários e deste volume, por seu apoio e participação nas conferências e debates. Nós agradecemos ainda, sinceramente, a Rosa Maria Fréjaville e Andréia Oliveira da Silva pelas traduções.

PRÉFACE

Ce livre présente la deuxième partie du Projet Coopera – Coopération de Mobilités Internationales Rhône-Alpes, porté par la Région Rhône-Alpes depuis 2015, pour un projet académique entre le Pôle International de Formation en Patrimoines et Paysages Culturels, de l'Université Jean Monnet, de Saint-Etienne, et le Laboratório de Habitação e Assentamentos Urbanos de la Facultad d'Arquitectura et Urbanisme de l'Université de São Paulo, Brésil.

Ce projet se compose de deux séminaires de recherche, le premier réalisé à la FAUUSP en mars 2016, dont les résultats ont été publiés dans le premier volume « Live Modern Heritage », et le deuxième, qui fait l'objet de ce livre, au Centre d'Animation de Firminy Vert, du 12 au 14 décembre 2016.

L'étude comparative proposée partait de l'existence, à Firminy et à São Paulo, de deux œuvres majeures de l'architecture moderne, et plus spécifiquement de logement social, l'Unité d'Habitation Le Corbusier, à Firminy, et le Conjunto Zezinho Magalhães, de Vilanova Artigas, à Guarulhos, dans la Région Métropolitaine de São Paulo, au Brésil. Tous deux construits à la même époque, de 1965 à 1967 pour le premier cité, et de 1967 à 1972 pour le deuxième. L'Unité de Firminy s'inscrivait dans un projet urbanistique typique du mouvement Moderne, appelé Firminy-Vert, lancé en 1957 par Eugène Claudius-Petit, alors maire de St. Etienne. L'ensemble de Guarulhos faisait aussi partie de

l'important mouvement Moderne au Brésil, qui fera référence dans le monde, notamment grâce à l'œuvre de Oscar Niemeyer, mais aussi d'autres importants architectes et urbanistes, comme Lucio Costa ou Vilanova Artigas.

La recherche avait pour objectif promouvoir une réflexion approfondie sur le rôle global du mouvement moderne en France et au Brésil et, comme nous le disions lors du premier livre, sur leur rôle au moment de leur construction ; leur impact social, industriel et politique ; leur état actuel, ses utilisations et leurs utilisateurs ; les politiques pour leur conservation, ainsi que la contribution apportée par les politiques de logement qui ont suivi ; et l'héritage (ou non) de ces modèles dans les politiques de logement actuelles des deux pays, où le logement social reste toujours un besoin vital, mais dans des contextes économiques, politiques et sociaux si différents.

Le Pôle International de Formation en Patrimoines et Paysages Culturels, dirigé par le Professeur Jacqueline Bayon lors de ce projet, et actuellement sous la Direction de Mr. Robert Belot, regroupe au sein du Campus Patrimoine Le Corbusier un ensemble de formations universitaires dont un Master Histories Civilisations Patrimoines (HCP), un Master Erasmus Mundus DYCLAM (Dynamics of Cultural Landscape and heritage Management), et un module d'université d'hiver (Module Jean Monnet), dédiée aux patrimoines européens. Le LabHab/FAUUSP – Laboratoire sur le logement et les établisse-

ments humains de la Faculté d'Architecture et Urbanisme de l'Université de São Paulo est un centre de recherches spécialisé sur la question des politiques de logement au Brésil. Coordonné aujourd'hui par le Professeur Karina Leitão, le LabHab alors dirigé par M. Sette Whitaker Ferreira se proposa d'assurer au Brésil l'organisation du premier séminaire, alors que le Pôle International de l'UJM a pris en charge le deuxième.

Le projet COOPERA proposait justement un rapprochement entre les institutions universitaires de la Région Rhône-Alpes et celles du Brésil, ce qui rejoignait parfaitement le travail déjà accompli entre ces deux institutions, qui pour les séminaires fut étoffé par la participation, du côté français, de l'École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble (ENSAG) et de l'École Nationale des Travaux Publics (ENTPE), de Lyon, et du côté brésilien, par l'Université Technologique Fédérale du Paraná (UTFRP) et l'Université Catholique de Pernambuco (Unicap).

Lors du deuxième séminaire, dont les résultats sont présentés dans ce livre, les participants ont pu, en plus des présentations et débats académiques, réaliser des visites à Firminy Vert et aux œuvres du site Le Corbusier, où ils ont été accueillis par Marc Petit, maire de Firminy. Les textes produits par les chercheurs ayant participé aux séminaires vous sont présentés ici dans les deux langues du projet, en Français et en Portugais.

Robert Belot nous présente une révision de la littérature au sujet des relations entre Le Corbusier et le fascisme, qui démonte un certain parti-pris autour de cette question, à partir d'une recherche détaillée, présentée ici de forme originale. Le deuxième article, co-écrits par les élèves du Master Histoire, Civilisations et Patrimoines du Département

des Etudes en Patrimoines Culturels de l'Université Jean Monnet, sous la supervision d'Aurélié Brayet et Luc Rojas, présente l'école de l'unité d'habitation Le Corbusier, les relations entre ses projets architectoniques et pédagogiques, son utilisation au quotidien et les relations tissées avec la ville de Firminy. Diego Inglez de Souza, dans le troisième texte, continue une réflexion entamée lors du premier séminaire, dans un essai de critères de comparaison entre deux expériences de logement social, le HLM et le BNH. L'équipe de chercheurs coordonnée par Simone A. Polli, de l'Université Technologique Fédérale du Paraná, analyse pour sa part l'influence du modernisme français à Curitiba, capitale de l'Etat du Paraná, au Brésil, plus spécifiquement dans le Grand Ensemble "Nossa Senhora da Luz dos Pinhais". Leandro Medrano et Luiz Recamán, tous deux professeurs à la FAUUSP, nous présentent dans cinquième texte de ce livre les limites des politiques modernes dans les projets de logements de São Paulo au cours du XXème Siècle, alors que Dominique Putz nous apporte dans l'article suivant ses réflexions et informations au sujet du voyage de Le Corbusier au Brésil et en Amérique du Sud, dans les années 1930, et l'impact de ses idées de projet en grande échelle territoriale.

Le septième article de ce livre, de João Lucas Domingos e Pedro Sambrano, nous présente une expérience de restauration d'une œuvre moderniste au Brésil, le complexe de logement social de Pedregulho, à Rio de Janeiro. Richard Cantin, de l'ENTPE-Lyon, présente, sur la même thématique, une discussion méthodologique au sujet de la restauration et ses méthodes, pour l'adaptation des édifices construits le long du XXème Siècle aux exigences contemporaines. Parlant encore sur la patrimonialisation, Luc Rojas, de

l'UJM, étudie trois complexes industriels, New-Lanark, Sedo et Pont-Salomon, issus de projets d'idéologies différentes, mais traités dans une même logique de patrimonialisation. Enfin, pour clôturer le livre, le dixième texte, de Raphael Grazziano, reprend une discussion sur les éléments architectoniques développés par Vilanova Artigas, appliqués dans le projet du CECAP.

Ce livre conclut donc le projet COOPERA, en apportant des contributions originales à la réflexion sur le patrimoine du Mouvement Moderne en France et au Brésil, à partir d'une approche comparative et de la collaboration d'institutions de recherche des deux pays. Il a été possible grâce à la collaboration de tous ceux qui se sont impliqués avec enthousiasme dans l'organisation de ces séminaires et du présent ouvrage, par leurs soutiens, leurs participations aux conférences et aux débats. Nous adressons aussi nos sincères remerciements à Mmes Rosa Maria Fréjaville et Andréia Oliveira da Silva pour les traductions.

João Sette Whitaker Ferreira, professor, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil / Professeur, Faculté d'Architecture et Urbanisme de l'Université de São Paulo, Brésil.

LE CORBUSIER FASCISTE ?

ÉLÉMENTS DE RÉFUTATION DES PRINCIPALES ERREURS D'UNE POLÉMIQUE

Robert Belot

1. Xavier de Jarcy, *Le Corbusier, un fascisme français*, Albin Michel, 2015, p. 270. Le processus de « révision » et « ré-idéologisation » de l'œuvre de Le Corbusier a été lent. Voir : Daniel Le Couedic, « Les fondements idéologiques du planisme de Le Corbusier », *Urbanisme*, février 1988, n. 223, p. 56-63.

2. X. de Jarcy, *op.cit.*, p. 267.

Depuis quelques années, la mémoire de l'architecte Le Corbusier fait l'objet d'une opération de révision brutale. Le mythe mondial est attaqué sous l'angle idéologique à travers l'accusation polémique-morale suivante : Le Corbusier aurait incarné, dans sa doctrine, dans sa pratique et dans son œuvre, l'idéologie fasciste. Au nom de la volonté de mise en garde contre « l'aveuglement » des « admirateurs » de Le Corbusier et de la mise en cause des professeurs qui n'auraient fait que « prêcher sans retenue la bonne parole du maître » aux étudiants, on construit un légendaire noir où l'architecte apparaît comme « un militant fasciste ».¹ On lui impute la responsabilité des « quartiers modernes bâtis de la fin des années 1950 au début des années 1970 » qui seraient « les monuments laissés par le fascisme français » dans la mesure où ils auraient réalisé « l'un des vœux de Le Corbusier : l'expulsion en masse des plus vulnérables et leur assignation à résidence hors des centres villes ».² La « brutalité inouïe » qu'on lui reproche est aussi dans la manière dont le reproche est énoncé.

Ce phénomène de revisitation radicale d'une figure emblématique, dont les stratégies éditoriales sont friandes, est bien connu. Il intervient régulièrement, en général trois décennies après la mort de l'intéressé. Que l'on pense à Hannah Arendt, Martin Heidegger, Maurice Blanchot, Cioran, Mircea Eliade, Ionesco, et bien d'autres. Bien sûr, les mythes ont une histoire et ils doivent subir l'épreuve toujours difficile de la science qui laïcise et relativise. Mais comment démystifier sans se laisser aller au parti pris, en respectant la déontologie qui

3. « Questions à Michel Foucault sur la géographie », *Hérodote*, n. 1, janvier-mars 1976, p. 71-85. Voir aussi : Michel Foucault, *Dits et écrits*, Paris, Gallimard, 1994, p. 270-285.

4. Deux exemples. Jean Plumyène et Raymond Lasierra, *Les fascismes français, 1923-1963*, Seuil, 1963 (« Le fascisme rêvait d'une cité du soleil, d'une cité radieuse, dont Campanella avait rêvé avant lui, et à laquelle Le Corbusier, qui fut membre du Faisceau en 1926, s'est efforcé de donner son expression architecturale »). Voir aussi : Robert Fishman, *L'utopie urbaine au xx^e siècle : Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, Le Corbusier*, Paris, Mardaga, 1979, p. 183 et suiv. L'historien américain reconnaît que l'architecte ne fut « ni fasciste ni collaborateur ».

5. Ces « thèses » ont d'ailleurs fait des émules. On considère comme désormais une évidence non susceptible d'être répliquée le fait que « l'engagement de Le Corbusier aux côtés de fascistes français durera vingt années et le conduira travailler pour le régime de Vichy. » Voir : Olivier Barancy, *Misère de l'espace moderne : la production de Le Corbusier et ses conséquences*, Marseille, éditions Argone, 2017 ; Malcolm Millais, *Le Corbusier, the Dishonest Architect*, Cambridge Scholars Publishing, 2018.

sied à la démarche scientifique ou tout simplement l'honnêteté intellectuelle ? Le pari est difficile et exige de grandes qualités.

La consécration dont il a fait l'objet après sa mort a fait oublier que toute sa vie, Le Corbusier a été en butte à l'hostilité et au dénigrement. Il s'en amuse lui-même dans une lettre à Brassai d'août 1952 : « Encore maintenant, presque chacun de mes plans suscite de violentes réactions. On m'insulte, on me traite de barbare, de fou, d'illuminé, d'homme sans cœur, d'iconoclaste, d'antéchrist. On me dénonce tantôt comme suppôt de Lénine, tantôt comme agent du capitalisme. En tout cas, je suis le destructeur. » Dans les années 1970, Le Corbusier était stigmatisé comme « crypto-stalinien ». Michel Foucault déplorait cette « cruauté » qu'il jugeait « parfaitement inutile » : « Le Corbusier était, j'en suis sûr, plein de bonnes intentions, et ce qu'il fit était en fait destiné à produire des effets libérateurs³. » Cette bienveillance n'est plus de mise. Le Corbusier est passé de l'autre côté du spectre idéologique. Le consensus actuel (à voir la réception très positive que cette thèse a reçue de la part des médias) vise la destruction du mythe mais appréhendée sous un angle spécifique, et même spécieux. Les éléments nouveaux sont rares, voire inexistants⁴. Ce qui est nouveau, c'est la conjonction opportuniste éditoriale autour d'un anniversaire, le retentissement médiatique et la docilité des médias à répercuter sans prise de distance des thèses qui ne relèvent pas de l'exercice habituel de la pensée.⁵

Démystifier est une opération qui, en soi, est louable, mais dangereuse. Elle doit respecter les codes du débat intellectuel. Or, le front accusatoire (car il ne s'agit pas d'un acte isolé, et c'est en cela qu'il doit être analysé) déploie des logiques argumentatives qui prennent des libertés étonnantes avec les règles les plus élémentaires du *nomos* académique. La non-maîtrise de certaines notions (appartenant à d'autres champs disciplinaires que l'architecture) produisent des biais cognitifs qui aboutissent à des affirmations qui ne relèvent plus du champ scientifique. Il y a même chez les détracteurs une volonté de s'affranchir de l'*ethos* scientifique, qui se traduit par une attitude de disqualification des historiens, de leurs méthodes et de leurs résultats.⁶

En tant qu'historien ayant travaillé sur la question du fascisme et de la construction socio-politique de la mémoire,

6. Ainsi, il est reproché à l'historien Remi Baudouï « sa capacité à modérer voire excuser les positions politiques fascistes et pro-vichystes de son héraut » ; son « objectivité historiographique » ne serait que l'aveu d'un « *a priori* idéologique ». Bref, tous ceux qui tentent d'examiner la thèse du « Corbusier fasciste » deviennent *ipso facto* des « thuriféraires patentés » et des suspects idéologiques. Voir Marc Perelman, *Le Corbusier, une froide vision du monde*, Michalon, 2015, p. 59, note 33, et p. 67 ; voir aussi : Rémi Baudouï, « L'attitude de Le Corbusier pendant la guerre », in *Le Corbusier une anthologie*, Paris, CCI Beaubourg, 1987, p. 455-459.

je propose un petit exercice de réfutation de la thèse dominante actuellement concernant Le Corbusier.

Entre le mythe et le contre-mythe en émergence, il me paraît utile de réintroduire la polémique dans un régime d'historicité qui permet une nécessaire et salutaire mise à distance. Les néo-contempteurs de Le Corbusier entendent prouver le « fascisme » de Le Corbusier sur deux plans : son architecture en soi, d'une part, ses prises de positions et ses réseaux politiques, d'autre part. Cette communication se contentera de s'attacher aux éléments extra-architecturaux de la stratégie de dénonciation et de proposer un schéma contre-argumentatif de la polémique.

I. LE BIAIS DÉFORMANT DE LA SURINTERPRÉTATION IDÉOLOGIQUE

1. Un déficit historiographique qui conduit à une conception erronée du fascisme

La première précaution à prendre lorsqu'on veut utiliser un concept pour l'appliquer à une réalité est de s'assurer de la validité de ce concept en interrogeant ceux qui ont tenté de le définir. Il faut donc faire une veille bibliographique pour avoir une idée de l'état de la littérature et des controverses. C'est justement ce que les « professeurs » enseignent à leurs étudiants. Or, l'un des détracteurs s'appuie principalement sur le livre de Bernard-Henri Lévy (qui n'est qu'un ouvrage de circonstance, polémique, très daté au demeurant et violemment critiqué à l'époque par les historiens) et sur la thèse de l'historien Zeev Sternhell, beaucoup plus sérieusement construite, mais qui, elle aussi, a suscité d'intenses controverses théoriques.

En 1983, dans *Ni droite ni gauche*, Zeev Sternhell attaque la pierre d'angle de l'épistémè dominante qui conduit les historiens français à considérer que la France, du fait de sa culture républicaine, humaniste et universaliste, aurait été immunisée contre la « contagion » fasciste, et que le régime de Vichy n'aurait été qu'un soubresaut intempestif de la droite réactionnaire (et des déviants de la gauche) que seul l'événement (la défaite de 1940) a rendu possible. C'est la « thèse immunitaire ». L'historien israélien voit au contraire Vichy non

7. Zeev Sternhell, *Ni droite ni gauche. L'idéologie française en France*, éd. du Seuil, 1983, p. 310.

pas comme un accident, mais comme le couronnement d'un long processus d'éloignement des valeurs des *Lumières* que la Révolution française a incarnées. Depuis plusieurs décennies, la société française aurait subi une imprégnation *fascistoïde* ; selon lui, « l'idéologie fasciste constitue, en France, un phénomène de loin plus diffus que le cadre retreint et finalement peu important des adhérents aux groupuscules qui s'affublent de ce titre ».⁷ La contradiction de la thèse est ici : comment un phénomène d'ampleur pouvait-il avoir si peu d'impact politique, alors que partout dans l'Europe des années 1930 les mouvements nationalistes et fascistes se développent ? Comment le fascisme, qui est un phénomène de masse, peut-il être compatible avec le « cadre restreint » de son expression sociale et politique ? La première faiblesse de cette thèse vient de ce que Sternhell part d'une définition du fasciste tellement ductile et extensive, que toute aspiration à une troisième voie politique entre le communisme et le capitalisme devient suspecte de fascisme. C'est pourquoi il va chercher les fascistes ailleurs que là où ils étaient et se disaient (soit une minorité sans audience et sans influence), traquant cette « idéologie » hors des milieux (restreints) qui s'en réclamaient, comme, par exemple, dans le milieu d'« Esprit » autour du fondateur du personnalisme, Emmanuel Mounier. La deuxième faiblesse de cette thèse vient de ce que Zeev Sternhell est d'abord un historien (remarquable) des idées, mais qui se soucie peu des modalités d'inscription des idées dans la réalité sociale.

Ce livre fut à l'origine d'un vaste débat en France, qui semble avoir totalement échappé à l'auteur de *Le Corbusier, un fascisme français*. De nombreuses études ont été conduites depuis lors qui n'ont fait que renforcer la position de l'école historique française, à savoir que la France, du fait de sa culture républicaine, n'a pas connu une véritable tentation fasciste. L'emprise du fascisme sur la société française a été surdimensionnée par la gauche qui avait besoin, pour son unité, d'outrer la menace fasciste. On a reproché à l'historien israélien un défaut de méthode qui consistait à survaloriser le phénomène et, en raison d'une absence de définition du fascisme, à le voir partout. C'est exactement le travers du livre précité. Son auteur a ignoré la polémique relancée par la dernière réédition du livre de Sternhell, en 2013. Les chefs de file de l'opposition à ses thèses, Serge Bernstein et Michel Winock,

8. Serge Berstein et Michel Winock (dir.), *Fascisme français ? La controverse*, CNRS éditions, 2014.

9. Michel Winock, in *Fascisme français ? La controverse*, *op.cit.*, p. 36.

10. Selon la formule de Jean-Noël Jeanneney, in *Fascisme français ? La controverse*, *op.cit.*, p. 9.

11. Sur l'évolution de l'historiographie de Vichy, voir Jean-Pierre Azéma, « Vichy et la mémoire savante : cinquante-cinq ans d'historiographie », in *Vichy et les Français*, sous la direction de Jean-Pierre Azéma et François Bédarida, Fayard, 1992, p. 23-44.

12. Une émeute des groupes extrémistes place de la Concorde à Paris qui aurait pu menacer la Chambre des députés.

13. François Chaslin, *Un Corbusier*, éd. du Seuil, 2015, p. 198.

ont organisé collectivement une contre-attaque à partir d'un livre : *Fascisme français ? La controverse*.⁸ La ligne argumentative s'ordonne autour de la critique de ce que je qualifierais de *biais cognitif et méthodologique* auquel se serait rendu coupable l'historien : il aurait péché par « idéologocentrisme », privilégiant l'histoire des idées au détriment de l'histoire *des sociétés*, parce que l'histoire que pratique Sternhell « est une histoire des idées suspendues au-dessus de la complexité et de l'hétérogénéité du réel mouvant ».⁹ Ce biais « déréalisant » lui aurait interdit, notamment, de saisir l'importance du traumatisme de la Première Guerre mondiale dans l'évolution des mentalités françaises et la rupture qu'elle créait par rapport à l'époque précédente. Ce biais expliquerait un « abus de représentativité »¹⁰ et une tendance téléologique consistant à voir dans le régime de Vichy (1940-1944) la preuve de la fascisation de la société française.¹¹

Cela permet de mieux situer le rapport de Le Corbusier au 6 février 1934. Les historiens s'accordent pour considérer que le 6 février 1934¹² fut un contre-effet des mauvaises pratiques d'une République qui multiplie les scandales et non pas le signe de la fascisation de société française. Le Corbusier y participe avec quelques « camarades ». Serait-ce enfin le surgissement tangible et irréfragable de son côté obscur ? On avance que Le Corbusier aurait été « essentiellement un idéologue, un politique et l'un de ces *chefs* de ce qu'en une autre époque on eût appelé un groupuscule, une cellule plus ou moins dormante mais qui n'attendait que l'occasion de se radicaliser, un noyau militant qui aspirait au totalitarisme et que seule la confusion de l'époque a cantonné dans l'échec. »¹³

Tout historien ne peut que sourire devant cette nouvelle théorie qui attribue à la « confusion » le statut de cause majeure de l'échec du fascisme en France. En général, c'est plutôt la « confusion » qui conduit à des situations propices au développement du fascisme. Là encore se fait sentir l'absence de prise en compte de l'historiographie. Il faudrait ensuite s'entendre sur le concept de « totalitarisme ». Des études historiques ont montré que les mouvements du 6 février étaient dispersés, sans objectifs précis, traversés par un populisme anti-parlementaire très répandu alors, qui se nourrit des mœurs corrompues de la III^e République. Le principal mouvement qui aurait pu faire basculer l'événement du côté

du pire était les Croix de Feu du colonel de la Rocque. Mais bien des études ont montré qu'il n'était en rien insurrectionnel et qu'il a plutôt joué le rôle d'antidote et d'amortisseur. Même Charles Maurras, si violent dans le discours, demande à ses jeunes troupes de rentrer bien sagement à la maison et de le laisser écrire un poème félibre. La démission du président du Conseil suffit à calmer le jeu.

Comme ils instruisent à charge, les détracteurs de l'architecte franco-suisse oublient de mentionner d'autres relations de Le Corbusier, toutes aussi importantes, car elles perturbent leur schéma simpliste. Par exemple, on veut ignorer que Jean Cassou, inspecteur des Monuments historiques, membre de la Grande Loge de France, est un proche de Le Corbusier dès 1925.¹⁴ Cassou participe en 1934 au Comité de vigilance des intellectuels antifascistes et il est nommé au cabinet du ministre de l'Éducation nationale, Jean Zay ; c'est par lui que l'architecte est introduit dans les milieux du Front populaire. Ce qu'on voudrait ignorer, c'est que Le Corbusier participe en 1936 aux débats animés par la Maison de la Culture (inaugurée en avril 1934, elle est sous influence communiste),¹⁵ aux côtés de Cassou, André Lhote, Aragon, Fernand Léger¹⁶... Il n'est pas indifférent de rappeler que Georges Mandel viendra inaugurer l'une de ses expositions et que Cassou sera révoqué de son poste de conservateur par Vichy et entrera dans la Résistance dès septembre 1940.¹⁷

On comprend mieux pourquoi l'extrême droite semble maudire Le Corbusier. Une anecdote, rapportée à sa mère le 24 mars 1935, mérite d'être connue : « Des Camelots du Roi ont lancé récemment des gaz lacrymogènes à une conférence de Victor Basch (soixante-dix ans et sorbonnicolard) au moment où celui-ci a prononcé mon nom pour le louer. Pour le 2, j'ai exigé un peloton de gendarmes. Le pays se divise bêtement entre deux camps adverses : le fascisme (terme sans signification en France) et le Front Commun : doctrine sans racine en France. La vérité n'est pas là. Mais les gens veulent se battre d'abord avant de savoir que faire. Toute mon œuvre, au contraire, est pour l'établissement d'un programme humain. »¹⁸ On sait que Victor Basch, professeur d'esthétique à la Sorbonne, cofondateur de la Ligue des Droits de l'Homme, sera assassiné comme juif par la milice française en 1944. On sait moins que Le Corbusier l'a sollicité pour écrire deux ar-

14. Jan Birksted, *Le Corbusier and the Occult*, MIT Press, 2009, p.169.

15. Fondée en 1935, la Maison de la Culture fédère des associations favorables au Front populaire, comme l'Association des Écrivains et Artistes Révolutionnaires et sa revue *Commune* (où Le Corbusier apparaît).

16. Pascal Ory, *La Belle Illusion. Culture et politique sous le signe du Front populaire. 1935-1938*, Paris, Plon, 1994, p. 235-236 ; voir aussi : Nicole Racine, « La Querelle du Réalisme » (1935-1936) », *Sociétés & Représentations*, vol. 15, n. 1, 2003, p. 113-131.

17. Jean Cassou préfacera le catalogue de l'exposition *Le Corbusier* organisée par le Musée National d'Art Moderne en 1962.

18. Le Corbusier, *Correspondance. Lettres à la famille, 1926-1946*, t. II, Infolio, 2013, p. 501.

ticles dans sa revue : *L'Esprit nouveau*. L'architecte est favorable à une victoire du Front Populaire (aux municipales de 1935, puis aux législatives de 1936), si l'on en juge par cette lettre à sa mère du 4 avril 1936 : « Je pense que le coup de barre sera donné aux élections et la droite battue. Il est temps ! Mais la gauche ne pourra pas tenir ses promesses. Il y aura alors du grabuge. L'édifice lézardé d'aujourd'hui croulera, et la France enfin, devra accoucher d'un régime à elle, coordonné sur son état même. Hitler n'est pas si sot qu'on a voulu l'écrire. Il mène son jeu avec force et suite. Il y a des fous ici – droite et extrême gauche – qui voudraient faire la guerre ».

Dans mes propres travaux, j'ai pu démontrer que le fascisme avant-guerre avait été le fait d'une minorité d'intellectuels et de journalistes engagés et bruyants dont les thèses n'avaient pas de prise sur le corps social.¹⁹ Le fascisme auto-proclamé n'a existé que dans sa version collaborationniste,²⁰ sous l'Occupation, et il n'a concerné qu'une frange extrême et extrêmement faible de l'intelligentsia parisienne. Robert Brasillach, bien placé pour le savoir, a lui-même parlé d'un phénomène réactif « d'anti-antifascisme »²¹. J'ai pu mesurer que la résonance socio-politique du *collaborationnisme* sous l'Occupation a été proche de zéro et qu'il a joué, par un effet paradoxal de rétroaction, un rôle de repoussoir sur l'opinion. Vichy a su très habilement dénoncer et utiliser les manifestations intempestives du clan collaborationniste pour mieux se démarquer du fascisme. Enfin, il a été analysé que le collaborationnisme a été une forme dégénérée de fascisme, et qu'il en a même été l'antithèse. Ces recherches sont largement connues et ont fait l'objet de débats publics médiatisés que nul n'est censé ignorer. Il convient d'emblée de prendre acte de ce que Le Corbusier n'a jamais frayed avec le milieu collaborationniste.

2. Le Corbusier et Vichy : l'impossible rencontre

Ceci étant posé, il convient de se demander quels ont été les rapports Le Corbusier avec le régime de Vichy. Car on sait que Le Corbusier s'installe dans la ville d'eaux, devenue capitale de la France pétainiste, au début de 1941. Adhère-t-il aux valeurs du régime ? Comment le perçoit-il ? Comment, surtout, les hommes de Vichy regardent-ils Le Corbusier ?

19. Robert Belot, *Lucien Rebatet, ou le fascisme comme contre-culture*, Presses Universitaires de Rennes, 2015.

20. Le collaborationnisme regroupe les partisans d'une intégration de la France dans l'espace européen du nazisme. Ces partisans sont cantonnés à Paris et offrent une critique radicale du régime de Vichy, considéré comme trop modéré.

21. R. Brasillach, « Introduction à l'esprit fasciste » (II. « Comment se forment les mythes »), *Je suis partout*, 1^{er} juillet 1938. Comme l'écrivaient Jean Plumièren et Raymond Laserra (*op.cit.*, p. 7), « il semble donc que le fascisme soit en France avant tout l'idée que s'en font les antifascistes ».

22. Robert Belot, *Henri Frenay, de la Résistance à l'Europe*, Seuil, 2003, p. 101-116.

23. Robert Belot, *La Résistance sans de Gaulle. Politique et gaullisme de guerre*, Fayard, 2006.

En 1941, Vichy n'est pas le Vichy de 1943. La Résistance est à l'état embryonnaire. Au début de 1941, Henri Frenay, qui va fonder un an après le plus important mouvement de la Résistance intérieure, *Combat*, travaille dans les services officiels sans penser qu'il commet une faute²². Une présence à Vichy ne vaut donc pas adhésion aux principes du régime. Une des raisons de l'adhésion massive des Français à l'avènement de Pétain, outre le traumatisme de la défaite, est liée à la mésestime qu'ils avaient des mœurs politiques et de l'impuissance de la République finissante à qui l'on impute la cause de la défaite. C'est d'ailleurs pourquoi les premiers résistants de l'intérieur n'étaient généralement pas anti-pétainistes²³. Cela n'entraînait pas une hostilité de principe à l'égard de la République en tant que système politique. Pour un historien comme René Rémond, c'est justement l'ancrage républicain qui évita à la France une expérience réellement fasciste.

Il paraît évident que l'architecte franco-suisse, qui n'a que mépris pour la démocratie parlementaire, regarde d'un bon œil l'avènement de ce régime autoritaire. La chute de la République ne lui a tiré aucun regret, ce qui a été le cas de la majorité des Français. Vichy, croit-il, est une belle perspective pour un poste, des projets, des prébendes. Mais malgré ses démarches et ses intrigues, il n'obtiendra aucune commande l'État de Vichy. Surtout, il veut d'abord promouvoir auprès de la nouvelle administration son idée de création d'un Comité d'études préparatoires d'urbanisme, la même qu'il avait formulée auprès de Léon Blum. Il se retrouve d'ailleurs avec Jean Coutrot, qui était passé par le Front populaire. Il plaide pour la création d'une direction générale de l'urbanisme, une idée dont il réussira à convaincre le nouveau pouvoir à la Libération, grâce au résistant Eugène Claudius-Petit. Le Corbusier ne fait que promouvoir l'inscription dans la réalité institutionnelle d'une nouvelle conception de l'architecture, partagée par de nombreux architectes de l'époque qui souhaitent penser l'architecture dans l'agir urbain. L'architecte franco-suisse pensait qu'il aurait un rôle éminent à jouer au sein du Commissariat à la Reconstruction immobilière, créé par les autorités vichystes dès 1941. Il n'obtient que la responsabilité d'une Commission d'études pour les questions relatives à l'habitation et à la construction, qui arrête toute activité à l'été 1941. Le Corbusier comprend qu'il « prêche dans

24. Julian Jackson, *La France sous l'Occupation*, Flammarion, 2004, p. 417.

25. Voir le débat autour du livre de Jean Giraudoux, *Pleins Pouvoirs*, 1939 : Annick Jauer, « La race française dans Pleins Pouvoirs : une autre lecture », *Cahiers Jean Giraudoux*, 2016, n° 44. Il s'agit moins d'une acception ethnique ou biologique que d'une formule métaphorisant le « peuple », désignant un « habitus » culturel. Le sport est également perçu comme un « régénérateur de la race » : voir aussi : Pierre Charreton, *Les fêtes du corps : histoire et tendances de la littérature à thème sportif en France, 1870-1970*, Université de Saint-Etienne, 1985, p. 51-56.

26. Alexis Carrel, *L'Homme, cet inconnu*, 1935. Carrel fut prix Nobel de médecine en 1912.

27. Pierre-André Taguieff, « Eugénisme ou décadence ? L'exception française », *Ethnologie française*, t. 24, n. 1, *Penser l'hérédité* (Janvier-Mars 1994), p. 81-103.

28. Même si Le Corbusier est plutôt à classer dans la catégorie des architectes voulant s'affranchir du continuum de l'histoire. Voir à ce sujet : Rémi Baudouï, « Marcel Poëte et Le Corbusier : l'histoire dans le projet d'urbanisme », *Les Annales de la recherche urbaine*, n. 37, 1988. Plans et projets. p. 46-54.

le désert ». Il ne participera donc pas à l'élaboration du code d'urbanisme (juin 1943) issu des travaux du Comité national de la Reconstruction qui luttait contre une architecture « déracinée ». En janvier 1942, il est « limogé » : pas assez français, trop d'ennemis. Il écrit à sa mère : « Mes ennemis m'ont éliminé implacablement. Les voici actuellement tous en ligne dans les 4 à 5 grands comités. » On connaît son jugement ultime sur Vichy : « Adieu, cher merdeux Vichy ! Je secoue la poussière de mes croquenots jusqu'au dernier grain » (1^{er} juillet 1942). Point de vue d'un historien britannique : « Ses dix-huit mois à Vichy ne sont qu'une note en bas de page dans l'histoire du régime, dont jamais il n'approcha les cercles intérieurs. »²⁴

Le Corbusier écrit un projet en janvier 1941 : *L'Urbanisme et la Révolution nationale*. Ce texte reprend l'un des thèmes majeurs de son ambition urbanistique : favoriser le développement de « constructions en hauteur, orientées selon la course du soleil, entourées d'espace et de verdure ». Le Corbusier développe cette ligne depuis une vingtaine d'années déjà. Il ne l'a pas imaginé pour Vichy. D'ailleurs, à y regarder de près, cette ligne est bien peu en phase avec la politique vichyste, laquelle est largement décentralisatrice, ruraliste, conservatrice. Les commentateurs actuels préfèrent ne pas signaler ce décalage pour mieux mettre en évidence l'autre partie de la phrase, qu'ils considèrent comme la preuve du fascisme de Le Corbusier : « ...et complétées par des équipements favorisant l'eugénisme et la santé de la race ». Le mot « race » fait partie du vocabulaire courant de l'époque, mais n'est pas spécifiquement corrélé à une conception raciste ou racialisante.²⁵ La référence à l'eugénisme est choquante, mais il serait aventureux de la relier à la politique menée par les nazis dans ce domaine. Développée en France à la fin du XIX^e siècle, popularisée par Alexis Carrel dans les années 1930,²⁶ cette référence est d'abord le reflet d'une hantise de la décadence²⁷ qui envahit l'imaginaire collectif depuis la « saignée » démographique de la Première Guerre. Il convient de noter que l'idée de la ville considérée comme « organisme vivant » se retrouve très fréquemment dans la première pensée urbanistique française, familière des conceptions évolutionnistes du biologiste britannique Patrick Geddes.²⁸

On aime également à mettre en valeur l'adhésion que semble apporter l'architecte à l'esthétique prônée par

29. Jean-Louis Cohen, *Le Corbusier, La planète comme chantier*, Textuel, 2015, p. 133.

30. Même si on pourrait objecter que le refus du politique est aussi un positionnement politique...

31. Le Corbusier, *Sur les quatre routes*, Denoël, Paris, 1970, p. 280 (1^{ère} édition : 1941).

32. « Car, en effet, pour Le Corbusier, la bonne politique dépend essentiellement de la bonne architecture. Elle est un simple moyen et non une fin. » Mickaël Labbé, « Le Corbusier : architecture et politique », *Astérion* [En ligne], 16 | 2017, p.4 ; mis en ligne le 30 mai 2017, consulté le 7 juin 2017. URL : <http://asterion.revues.org/2879>.

33. *Vers la Révolution communautaire. Les journées du Mont-Dore*, 10-14 avril 1943, Paris, Sequana, 1943.

le nouveau régime (« expression saine, loyale, poétique et lyrique de l'esprit de notre époque, appliqué au but le plus noble qui soit, la Révolution nationale ») comme signature de son imprégnation vichyste. Il faut plutôt y voir la preuve de l'opportunisme de Le Corbusier, prêt à se compromettre avec tous les régimes politiques pour faire triompher son point de vue ou obtenir des marchés. La lucidité politique n'est pas son fort, et ses positions politiques, s'il en est, sont liées aux circonstances : « *Le Corbusier commence les années 1930 plutôt à droite et les finit clairement à gauche.* »²⁹ En fait, il ne faut jamais oublier qu'il n'a aucune considération pour le politique.³⁰ Voici ce qu'il écrit le 28 juin 1930 à son amie Hélène de Mandrot : « La politique ? Je suis incolore puisque les groupes qui se groupent (sic) autour de nos idées, sont Redressement français (militarisme bourgeois)... communistes, socialistes, radicaux (Loucheur), royalistes, fascistes. Quand on mélange toutes les couleurs, vous le savez, cela fait du blanc. » Il dira aussi en 1941 : « Je n'ai jamais fait de politique, étant pris entièrement dans le torrent de l'urbanisme ; les politiques sont incohérentes dans l'urbanisme. »³¹ C'est un exercice vain que de vouloir assigner à Le Corbusier à un courant politique ou idéologique. Il se pense ailleurs, sa ligne d'horizon étant méta-politique.³²

Le Corbusier a cru que l'avènement de Vichy était une opportunité pour lui et le triomphe de ses thèses. Il pense que l'État va enfin prendre en compte le besoin d'une réforme globale de l'habitat en France. Il n'en sera rien. D'où son ressentiment qui vire à l'hostilité à l'égard de ce régime.

Une question doit être posée à ce stade qui n'a jamais fait l'objet d'une analyse : comment Le Corbusier est-il perçu par Vichy ? Je suis en mesure d'apporter un élément qui permet de mieux comprendre l'image que la France de Vichy de Le Corbusier. Il s'agit des positions adoptées lors des « journées du Mont-Dore » (avril 1943) par l'élite intellectuelle de Vichy.³³

Un rapport résume les entretiens qui se sont déroulés sur le thème : « Les bénéfices culturels des relations communautaires. Urbanisme et culture ». La ville est devenue invivable en raison d'une « accumulation de masses sans âmes et non structurées » qui y subissent des « influences néfastes » : misère physiologique, « désespoirs des déracinés », détério-

ration des échanges et des « rythmes vitaux », « modes de vie artificiels ». Les métropoles « hypertrophiées » sont le symbole de la « civilisation industrielle ». L'urbanisme doit s'occuper « du plus petit hameau » car il faut revenir aux « échelons communautaires en germe dans les groupes locaux » et provoquer « des migrations en sens inverse » pour un « retour à la terre ». C'est pourquoi les rédacteurs du manifeste sont hostiles à ce qu'ils appellent ironiquement « les belles classifications verticales », comprendre les grands ensembles, comme le revendique Le Corbusier. Les petits appartements des tours (le « logement minimum ») doivent être proscrits au profit des « vastes pièces ouvrant sur un jardin ». « Nous repoussons également la petite ville prétentieuse posée à quelques mètres de sa voisine, les HBM scandaleuses, la machine à habiter des placards collectifs de 50 mètres de haut. » Ici, c'est bien Le Corbusier et ses adeptes qui sont visés. À l'habitat collectif qu'il revendique, Vichy oppose l'individualisme familial, sur la base de « maisons basses ». On comprend mieux pourquoi Le Corbusier n'a pas réussi à obtenir une commande de la part du régime de Vichy. Loin du retour à la terre et aux cultures vernaculaires, Le Corbusier se veut le défenseur de « l'esthétique de l'ingénieur » et de la technique, ce que Vichy voit comme une des causes de la perte du réel chez les élites. La vision urbanistique de Vichy est la négation même de ces « quartiers modernes » de la fin des années 1950 que les détracteurs de Le Corbusier regardent comme « les monuments laissés par le fascisme français ».

Lire Le Corbusier à travers un prisme idéologico-centrique, c'est présupposer que les idées politiques exercent un pouvoir de transformation des esprits (et de la réalité...) et structurent le champ de la création et de l'innovation. Les historiens ont appris depuis longtemps que cette approche est dépassée et non pertinente. « Pas plus que l'expressionnisme en art, le courant progressiste et moderniste n'a un lien exclusif avec une sensibilité politique. »³⁴ Ceux qui postulent l'existence d'une « unité conceptuelle » de Le Corbusier refusent l'aveu de la réalité qui est toujours complexe, évolutive, et ne saurait se réduire à des formules. Ils oublient aussi que « Le Corbusier est pétri de contradictions, il a tant écrit qu'il dit tout et son contraire, ajoute Guillemette Morel Journal. Il n'y a pas un Le Corbusier, mais bien plusieurs. »

34. Pierre Le Vigan, *Inventaire de la modernité, avant liquidation : au-delà de la droite et de la gauche, études sur la société, la ville, la politique*, Avatar Editions, 2007, p. 228.

II. LES APORIES DE LA CATÉGORISATION POLITIQUE

35. Jean-Louis Loubet del Bayle, *Les non-conformistes des années 30. Une tentative de renouvellement de la pensée politique française*, Seuil, 2001 (rééd.).

Ce qui fait que Le Corbusier se trouve du côté des « non-conformistes des années 30 »,³⁵ c'est essentiellement sa critique de l'absence de politique urbanistique de l'État. L'architecte est à la recherche de tribunes, de réseaux et d'hommes qui partagent ce constat et cette quête et qui promeuvent un dépassement du dogme libéral dominant au lendemain de la Grande Guerre.

1. Le parti pris de la modernité et de la rationalité

36. Georges Valois, *Le Nouveau Siècle*, 23 octobre 1927, cité par Jean Plumyène et Raymond Lasier-ra, *op.cit.*, p. 42.

Il y a bien un « premier fascisme » en France, autour de Georges Valois, ancien anarcho-syndicaliste passé à l'Action Française, fondateur en 1925 du mouvement Le Faisceau. Le Corbusier y adhère. Mais qu'est-ce que Le Faisceau ? Un cercle très restreint d'hommes qui condamnent le capitalisme libéral débridé, « l'Europe bourgeoise » et le communisme libérticide et anti-patriotique. Ce mouvement éphémère lance le slogan « ni droite ni gauche ». Il appelle à l'avènement d'un « État syndical » et prône une organisation « rationnelle » et sociale de l'économie. Nulle trace d'antisémitisme. Une hostilité ouverte à l'extrême-droite, et notamment à l'Action Française, qui le lui rend bien. En 1927, Valois constate que « la France est restée méfiante à l'égard de la doctrine fasciste ».³⁶ Quelques membres de son équipe prennent la relève qui fondent la revue *Prélude*. Cette revue fait partie de ces nombreuses publications qui fleurissent dans l'entre-deux-guerres (comme la revue *Plans* de ses amis Hubert de Lagardelle, François de Pierrefeu) et où s'expriment les « non-conformistes ». Le responsable de cette revue est Pierre Winter. Comme tant d'intellectuels de cette époque qui recherchent une voie entre la droite et la gauche pour corriger les excès et l'impéritie du capitalisme (la crise de 1929 et ses suites), Winter prône l'avènement d'une « économie dirigée », ce qui correspond à la glose des réformateurs (de gauche et de droite) de l'époque. Il rejette autant l'Action Française que le Parti communiste français. S'il anime à la fin des années 1920, avec Philippe Lamour, l'éphémère Parti fasciste révolutionnaire,³⁷ il ne souscrit pas à l'hyper-étatisme (on a parlé de « statolâtrie ») qui est la caractéristique centrale des régimes

37. Groupuscule survivant à la dissolution du Faisceau de Georges Valois, où l'on retrouve Philippe Lamour et Le Corbusier, entre autres.

38. *Prélude* (n. 10, mars-avril 1934).

39. Avant, l'année suivante de saluer dans l'Italie « l'aube imminente de l'esprit moderne », puis, comme Mussolini ne fit pas appel à lui, de se retrancher dans l'indifférence. Voir : Robert Fishman, *L'utopie urbaine au XX^e siècle*, Paris, éditions Mardaga, 1979, p. 180.

40. X. de Jarcy, *op.cit.*, p. 73.

41. Tim Benton, *Le Corbusier le Grand*, Phaidon, 2008, p. 309.

42. Nicolas Baverez, « La spécificité française du chômage structurel de masse, des années 1930 aux années 1990 », *Vingtième Siècle*, revue d'histoire, n. 52, octobre-décembre 1996, p. 47.

totalitaires puisque ses préférences vont vers « un État non politique, réduit aux fonctions de contrôle, d'administration et de comptabilité », ³⁸ bref un État technique. Les projets urbanistes de l'Italie fasciste auraient pu séduire Le Corbusier. Or, dans un article publié en 1933, le Franco-Suisse ironise sur « Rome imitant Rome, une folle redondance » et sur le régime mussolinien. ³⁹

C'est la fin de la première expérience fasciste en France. Le Corbusier se tiendra à l'écart des ligues factieuses qui fleurissent au début des années 1930. On cherchera en vain son nom dans les journaux extrémistes, comme *Je Suis Partout*, ou dans la liste des membres ou sympathisants du seul mouvement politique représentatif du « deuxième fascisme » en France : le Parti Populaire Français, dirigé par Jacques Doriot.

Les groupements rationalisateurs et réformateurs sont nombreux et éclectiques sur le plan politique. Ce sont des lieux de pensée de la modernité où se retrouve une certaine élite séduite par les nouvelles théories de l'organisation, suite à la Première Guerre mondiale. Parmi ces groupements, on trouve *Le Redressement français*. S'y illustrent quelques industriels et intellectuels, dont Raoul Dautry, qui y rencontre Le Corbusier. C'est par lui que l'architecte est convié à fréquenter ce milieu. Les détracteurs de l'architecte aiment à la présenter comme « une organisation d'extrême droite » ⁴⁰ ou « néo-fasciste » ⁴¹, une manière de déconsidérer Dautry comme Le Corbusier. Or, cette structure, où l'on retrouve de grands patrons, comme Auguste Detœuf ou Ernest Mercier, a exclu le comte de Fels et Germain Martin en raison de leur positionnement extrémiste. Mercier voulait en faire « un rassemblement des bonnes volontés et des élites pour pallier les carences de la politique ». Detœuf y représente le courant libéral anti-étatiste, ce qui est incompatible avec le fascisme (État fort et intrusif, parti unique, économie sous contrôle) ; mais Detœuf rejoint les planistes sur le constat « des insuffisances du marché et la nécessité d'une régulation collective de l'économie », ce qui conduira au Front populaire. ⁴² Dautry y parle de paix sociale, de « collaboration de classes » et de logement. Jules Moch, technologue socialiste, ami de Léon Blum, n'en dit que du bien. *Le Redressement français*, si l'on peut le situer à droite, ne saurait être classé dans la catégorie des mouvements d'extrême droite. Il est favorable à l'Europe, par

43. Gérard Brun, *Technocrates et technocratie en France (1914-1945)*, Paris, Albatros, 1985, p.87.

44. « L'homme qui avait démontré que sa philosophie politique se résumait à l'opportunisme ne revint jamais sur le but auquel devait tendre tout gouvernement : le plus grand bien pour le plus grand nombre. » N. F. Weber, *C'était Le Corbusier*, Paris, Fayard, 2009, p. 619.

45. Lettre de Le Corbusier à sa mère, 16 décembre 1927, Le Corbusier, *Correspondance. Lettres à la famille, 1926-1946, op.cit.*, p. 142. Voir : Walter Tega, « Paul Otlet, Otto Neurath, Le Corbusier : un projet pour la paix perpétuelle », *in Revue de métaphysique et de morale*, n. 4, 2014, PUF, p. 545-559.

exemple. L'idéologie de la « rationalisation » s'inscrit « dans le cadre du libéralisme »⁴³ et de « l'interdépendance » (Detœuf) des économies modernes. Inspiré par la pensée d'Henri Fayol, précurseur du management, elle touche toutes les tendances politiques, socialistes compris, et intéresse grandement le Bureau international du Travail à Genève et Albert Thomas.

En fait, Le Corbusier, en dilettante curieux de tout, s'intéresse aux cercles qui cherchent à renouveler la pensée des problèmes contemporains. Mais sans jamais s'engager organiquement dans ces mouvements. L'enfermer dans une étiquette, c'est ne pas connaître l'homme qu'il est, électron libre peu assignable et peu assimilable. Son opportunisme a une fonction indirecte d'immunisation contre l'embrigadement politique ou idéologique. Le *Redressement français* a été pour lui un lobby qui devait servir à convaincre le gouvernement français de lui confier la construction du Palais des Nations à Genève ou à vendre le Plan Voisin.

Le lien méta-heuristique qui unit les Modernes dans l'entre-deux-guerres n'est pas d'ordre politique. Il faut aller le chercher au-delà ou en-deçà. Ce lien, c'est une épistémè qui domine à un moment donné ceux qui veulent repenser l'architecture dans son rapport avec la cité. Et au cœur de cette épistémè, il y a la conviction que les technologues auraient la capacité de réaliser le bien commun autrement mieux que ne le feraient les politiques ;⁴⁴ il y a aussi la conviction que la ville peut faire l'objet d'une « science globale » en fonction d'un type humain universel, uniforme et donc standardisable. D'où une sensibilité extrême aux théoriciens de la rationalisation et de la planification. D'où aussi un internationalisme qui protège contre la vague nationaliste qui déferle sur l'Europe dans l'entre-deux-guerres. Le Corbusier est mondialiste. C'est pourquoi un homme de gauche comme Paul Otlet, adepte de la « paix universelle », se rapproche de lui à la fin des années 1920 pour réfléchir à son projet de *Mundaneum*, une cité mondiale utopique qui fascine Le Corbusier.⁴⁵

2. La CGT s'inscrit dans le topos novateur de Le Corbusier

Le fait qu'une certaine gauche syndicaliste adhère aux vues de Le Corbusier illustre cette difficulté de la catégori-

46. *Des Pharaons à Le Corbusier. Esquisse d'une histoire de l'architecture*, Cours de l'Institut supérieur ouvrier 1933-1934, Centre confédéral d'éducation ouvrière, Paris, sd (1935). Georges Lefranc en est le rédacteur. Le numéro est présenté par Georges Vidalenc.

sation politique et idéologique. La critique de Le Corbusier ne vise pas la République en tant que régime mais l'absence de prise en compte de l'enjeu urbanistique. C'est pourquoi il est plutôt bien perçu à gauche, et pas seulement parce que la Russie soviétique lui assure sa première commande d'un grand édifice institutionnel : le *Centrosojuz*, achevé en 1936. Il n'est pas étonnant que les détracteurs du grand homme n'en fassent jamais mention : cela perturberait le système dans lequel ils se sont enfermés. Un document, jamais cité, est très intéressant de ce point de vue. C'est une publication de l'Institut supérieur ouvrier qui s'intitule : *Des Pharaons à Le Corbusier. Esquisse d'une histoire de l'architecture*. Cette publication est issue des cours qui y sont donnés en 1933 et 1934.⁴⁶

Le Corbusier y apparaît, avec d'autres, comme un « novateur ». Il est celui qui incarne une révolution sociale : « L'habitation est passée au premier plan des préoccupations de l'architecte ». On salue son *Pavillon de l'Esprit nouveau* conçu à l'occasion de l'Exposition des Arts décoratifs de 1925, dont le mot d'ordre officiel était : « Sortir des sentiers battus, s'engager dans des voies nouvelles, s'interdire de copier les anciens ». Ce devait être un choc de modernité. La cellule-type d'habitation proposé par Le Corbusier et Pierre Jeanneret, « entièrement construite en éléments standards », recueille l'adhésion de la CGT. Le diorama d'un plan d'urbanisme pour Paris (Plan Voisin) ne provoque pas d'émeute.

À la CGT, on présente Le Corbusier comme « un ouvrier », puisqu'il est graveur à l'origine. Ce qui change tout. On aime à la situer en-dehors de « l'enseignement officiel » et on se plaît à le citer lorsqu'il brocarde « le faux, le fard et les obséquiosités des courtisans » ou lorsqu'il appelle les architectes à s'émanciper des « souvenirs historiques ». Le principe de base sur lequel repose ses conceptions est « d'ordre social » : il faut s'occuper des gens, des villes et non des palais. La revue cite avec contentement un passage de *Vers une Architecture* (1923) : « En 1924, en tous pays, l'architecture s'occupe de la maison, de la maison ordinaire et courante, pour hommes normaux et courants. Elle laisse tomber les palais. Voici un signe des temps. » C'est pourquoi sa notion de « machine à habiter » y est saluée. « Souvent l'architecte doit avoir présente à l'esprit la beauté d'une machine, d'un paquebot, d'un avion, rigoureusement adaptés à leur fin. » L'éthos

industrielle de la CGT y est naturellement sensible. La critique que fait Le Corbusier de l'absence de politique hardie d'après-guerre pour résoudre « le problème de l'habitation » est fort bien accueillie. On associe cette critique à celle d'André Lurçat qui, dans son livre *Architecture* (1929), dénonce un « désastre » lié au « manque d'audace des gouvernements n'osant faire confiance à ceux qui avaient encore si peu réalisé ». Entre eux, il y a une solidarité générationnelle, une identité de vue sur le constat et la nécessité d'une relève imaginative dans ce domaine. Lurçat est membre fondateur des CIAM avec Le Corbusier, mais, contrairement à ce dernier, il évolue dans une sociabilité de gauche (Georges Sadoul, Léon Moussinac), s'engage dans les Comités antifascistes et travaille pour des municipalités communistes (Villejuif) ; tout ce qui le prépare à rejoindre le parti communiste en 1942, avec lequel il cofonde le Front national des architectes résistants.⁴⁷ Dans les années 1930, Lurçat est sur la même ligne modernisatrice et rationalisatrice que Le Corbusier. Il stigmatise la culture académique des « faux palais » et des « faux châteaux de carton-pâte » qu'impose « la classe régnante » au détriment de « l'habitation rationnelle ». On voit combien il est faussement pertinent de prêter une surdétermination aux sensibilités politiques des architectes.

Ce qui plaît dans les milieux cégétistes, c'est que la conception de Le Corbusier conjoint l'utilitaire (« Un abri contre le chaud, le froid, la pluie, les voleurs, les indiscrets. Un réceptacle de lumière et de soleil. ») et une esthétique nouvelle. Or, cette esthétique n'est plus confondue avec la richesse, le dispendieux, le clinquant, bref, avec « l'étalage luxueux d'une riche décoration plaquée », comme le dit le rédacteur de cette brochure. Ce dernier considère que Le Corbusier est pleinement de son époque lorsqu'il recommande de conserver des Romains « la brique et le ciment romain et la pierre de travertin », mais de vendre « aux milliardaires le marbre romain ». Le rédacteur voit Le Corbusier comme un révolutionnaire lorsqu'il demande de ne plus imposer aux étudiants architectes Rome comme un modèle indépassable : « Le Grand Prix de Rome et la Villa Médicis sont le cancer de l'architecture française. » Ce qui plaît à gauche, c'est que Le Corbusier soit en marge des institutions académiques, impropres à penser le besoin de changement radical

47. Pierre et Robert Joly, *L'architecte André Lurçat*, Paris, éditions Picard, 1995.

48. Pour X. de Jarcy, prêtant beaucoup d'attention aux rapprochements insolites, ce n'est pas un hasard si Le Corbusier présente le Plan Voisin en 1925, « année de naissance du Faisceau » (groupe marginal constituant ce qu'on appelle « le premier fascisme » français). Mais alors que le fascisme se caractérise par un rejet symétrique du capitalisme et du communisme, on nous présente l'urbanisme de Le Corbusier comme étant « au service du capitalisme ».

de paradigme architectural. Abandonner « les styles » pour revenir à l'essentiel : les volumes et les surfaces, une architecture de prismes, cubes et cylindres. Il plaît aux formateurs de la CGT que Le Corbusier préfère les silos et les usines américaines à l'architecture gothique, le palais Pitti au boulevard Raspail. Il est l'apôtre de la « beauté sincère », cette beauté qui, rappelle le rédacteur de la CGT en citant Le Corbusier, viendra de « cet esprit d'ordre géométrique, mathématique ». Le style corbusien plaît par sa sobriété : « volumes simples, surfaces nettes, plan logique ».

Il est intéressant de confronter la manière dont certains perçoivent aujourd'hui le Plan Voisin (en même temps et contradictoirement comme une expression du fascisme et comme un acte de soumission au capitalisme...)⁴⁸ et ce qu'on en disait dans les cours de la CGT dans les années 1930. Le grave défaut des approches idéologocentrées, c'est qu'elles évacuent l'enjeu des représentations contemporaines des faits étudiés. La surprise est de taille.

Le chapitre xvi où il en est question s'intitule : « Le Corbusier et l'urbanisme ». Il ouvre sur une citation de l'architecte tirée de son livre paru en 1924 : *Urbanisme*. Le Corbusier qualifie l'après-guerre comme une « période de désarroi », et il présente l'urbanisme comme une « science » qui peut « créer le bonheur » et « chasser le malheur ». Son but est donc « social », ce qui ne peut que séduire les cadres de la CGT. Cet architecte n'est pas « bourgeois » puisqu'il est à l'écoute du peuple et du « système social ». Le rédacteur part d'un constat : les grandes villes sont le produit de « l'âpre et imbécile ruée individualiste vers des convoitises égoïstes ». La génétique des grandes villes est constituée par un « assemblage progressif, hasardeux, avec son phénomène de stratification lente ». Ce qu'il faut faire, c'est enclencher un processus contraire orienté vers le collectif et le volontarisme : « Solidarité, pitié, amour du bien qui projettent une volonté puissante vers un but clair, constructif, créatif. » Le rédacteur de la brochure adhère totalement à l'idée que les « grandes villes » sont « retardataires », inadaptées aux conditions de « la vie moderne ». Elles sont pathogènes et anxiogènes ; elles produisent « un entassement d'êtres voués à l'énerverment et à la maladie ».

Le deuxième paramètre à prendre en compte est l'avènement de l'automobile, perçue comme le symbole du pro-

grès. Mais il faut résoudre « les problèmes urbains de la circulation » : de 1900 à 1922, le nombre de véhicules est passé de 2 897 à 360 937 ! Le cœur des grandes villes est devenu « le fond d'un entonnoir » où convergent tramways, autobus et automobiles. Le troisième paramètre, c'est l'augmentation de la population dans « des proportions dangereuses ». Paris est passé de 2, 2 millions d'habitants en 1880 à 4 millions d'habitants en 1930. Cela suffit à la CGT pour penser que Le Corbusier a raison quand il plaide pour une « construction de la ville née d'un programme, d'une volonté, d'une science acquise ». La ville ne peut être l'effet du hasard. Pour la CGT, « il faut, aujourd'hui, non plus se contenter d'aménager tel ou tel endroit, mais réorganiser courageusement, sur des bases nouvelles, la ville du xx^e siècle » ; et ces bases nouvelles, ce sont « les principes fondamentaux de l'urbanisme moderne » : décongestionner les centres urbains ; accroître les moyens de circulation en abandonnant la tradition de la « rue-corridor »⁴⁹ ; intensifier les surfaces plantées.

Aussi incroyable que ça nous paraisse aujourd'hui, à l'heure où le patrimoine est devenu une valeur universelle, la mise en modernité, à l'époque, passe par une opération de destruction massive et de négation du passé. Ce mythe de la rupture brutale est de nouveau à l'honneur à la Libération. Qu'on en juge par cette pétition de principe d'Eugène Claudius-Petit (18 juin 1944), qui n'est pas encore ministre : « Vous n'êtes point morts pour que la France devienne un musée où, à pas feutrés, on contemple les témoins de l'histoire passée... » Le 5 mars 1945, il confirme cette volonté de changement radical : « La France n'a pas souffert ce qu'elle a souffert pour qu'on reblanchisse les sépulcres. » Notons que cette volonté de rupture ne pouvait que satisfaire Le Corbusier.⁵⁰

Le rédacteur de la CGT écrit de son propre chef : « Il faut démolir le centre des grandes villes et le rebâtir. » Les principales zones victimes : le Marais, le quartier du Archives et du Temple. « Mais les monuments authentiques (sic) sauvegardés. » Puis, il cite Le Corbusier évoquant la ceinture parisienne : « Abolir la ceinture pouilleuse des banlieues, reporter celles-ci plus loin, et, à leur emplacement, constituer petit à petit une zone de protection libre. » Le rédacteur reprend, sans les discuter, les grandes lignes du projet : une cité

49. « La rue-corridor à deux trottoirs, étouffée entre de hautes maisons doit disparaître » (Le Corbusier, 1925).

50. Claudius-Petit a eu tout le loisir d'exposer sa conception à Le Corbusier sur le Vernon S. Hood, pendant les douze jours de traversée qui les conduisit tous les deux aux États-Unis en décembre 1945.

des affaires constituée par 24 gratte-ciel d'environ 300 mètres de hauteur. Mais au pied de chaque gratte-ciel, des places, des jardins, des parcs, des restaurants, des lieux de culture. Ensuite, les quartiers d'habitation structurés en lotissements à redent, constitués d'immeubles de 6 étages posés sur des parcs. Commentaire : « La ville deviendrait un parc immense : 15% de surface bâtie ; 85% de surface plantée, étant noté que les grandes rues axiales ne se recouperaient que tous les 400 mètres. Autour de la ville, la zone de protection réservée aux usines, aux cités-jardins créant « un vaste entourage de verdure ». Ce qu'on retient du Plan Voisin, en citant Le Corbusier, c'est que « le phénomène gigantesque de la grande ville se développera dans les verdures joyeuses ». Le nombre de rues serait diminué des deux tiers, au profit de couloirs souterrains et de passerelles en béton (autodromes) assurant une circulation rapide.

Qu'en pensent les responsables de l'éducation ouvrière ? Ils évoquent les « critiques vives et très diverses » que ce projet a provoquées, en mettant en exergue l'hostilité des Soviétiques. Pour ces derniers, ce plan est d'essence capitaliste et va produire de la souffrance ; il va contre leur politique qui vise à « désurbaniser » à partir d'éléments urbains de 50 000 habitants. Un autre front critique dénonce une ville « sans beauté », frappée de monotonie géométrique. Quelle n'est pas notre surprise de constater que la CGT considère que le Plan Voisin « semble garder une juste mesure » : il accentue la concentration économique et, en même temps, il aère les « groupements humains, soit dans la ceinture citadine, soit dans les cités-jardins ». Concernant la dimension esthétique, la CGT pense, comme Le Corbusier, qu'il y a une beauté propre de « l'uniformité du détail » et du « mouvement de l'ensemble » ; tout va se jouer dans la découpe des maisons sur le ciel. Le mérite de ce plan serait de « nous faire entrevoir un avenir où le chaos actuel de la grande ville monstre, foyer d'élection de la tuberculose, aura cédé la place à la claire ordonnance d'une cité pour tous ». Mais l'auteur de la brochure convient que ce plan n'est pas « réalisable aujourd'hui ». Les « intérêts capitalistes » et le culte de la propriété individuelle chez les Français y font obstacle. Le coût de l'expropriation sera trop élevé. Les architectes sont condamnés aux retouches de détail.

51. Boulogne-sur-Mer, Pantin, Suresnes, Villejuif, Villeurbanne, Roubaix...

52. Première formation politique dans la France à la veille de la guerre, qui succède à la ligue des Croix de Feu. Les historiens s'accordent pour lui dénier le qualificatif de « fasciste ».

La conclusion de cette étude est politique. Pour les responsables de l'éducation ouvrière, Le Corbusier fait partie de ces urbanistes courageux qui partent à l'assaut de la propriété individuelle et qui, donc, sont du côté des prolétaires et des révolutionnaires. « L'obstacle de la propriété individuelle doit faire de tout urbaniste rationnel un anticapitaliste. » Et l'on vante le mérite des municipalités ouvrières qui ont tenté des « réalisations prolétariennes vraiment neuves ».⁵¹ Le Corbusier et son « habitation rationnelle » rejoignent « les préoccupations émancipatrices ». Mais « l'opinion publique », par manque d'autonomie de pensée, n'est pas à même de comprendre les « novateurs hardis ». Elle fera de la « résistance » tant que la révolution plus profonde de la structure sociale n'aura pas été entreprise.

Une évidence s'impose : les conceptions de Le Corbusier semblent mieux appréciées par la CGT que par la droite nationaliste, type Action Française ou Parti Social de France du colonel de La Rocque.⁵² La gauche a un rapport potentiellement bienveillant avec la technique, considérée comme force de progrès. Alors que la culture réactionnaire de Vichy montre une tendance technophobe très marquée. Le Corbusier se trompait lourdement quand il pensait qu'il pourrait s'y faire remarquer.

3. La première la rencontre entre l'architecte et le pouvoir : la Libération

La politique de rupture que recherche Le Corbusier, il ne la trouvera pas sous Vichy. Contre toute attente, c'est au moment de la Libération, avec l'avènement des idées de la Résistance française, que s'opère pour la première fois la rencontre entre l'architecte et le pouvoir. On se tromperait en pensant qu'il s'agit simplement d'une affaire de circonstances.

Le Corbusier n'est pas réductible à un milieu, pas plus qu'à posture politique ou idéologique. Son engagement strictement politique est inexistant. Foncièrement opportuniste, trop libre et trop fier pour se laisse embrigader, seuls son talent et son ambition trouvent grâce à ses yeux, mais aussi l'idée qu'il se fait du bien de l'humanité. Finalement, il va là où ses thèses pourraient recevoir un écho. Le fait qu'il ait fréquenté les allées du Front populaire n'en fait pas un so-

53. Marc Perelman se contente de trouver « étonnant » l'attitude de Claudius-Petit à l'égard de Le Corbusier. Et de mettre cette attitude sur le compte de la volonté de « réhabilitation » ou d'oubli de Vichy... M. Perelman, *op.cit.*, p. 66.

54. X. de Jarcy, *op. cit.*, p. 153.

55. Per F Dahl, *Heavy Water and the Wartime Race for Nuclear Energy*, CRC Press, 1999.

56. Jean Dréville, *La bataille de l'eau lourde*, 1948.

57. Lorsque Jarcy évoque ce point, il ne précise pas qu'il s'agit d'une usine d'armement ; il le présente comme « une manufacture », « une usine verte », p. 200.

cialiste. Le fait qu'il ait reçu ses plus grosses commandes par des gouvernements issus de la Résistance n'en fait pas davantage un résistant, même s'il a été membre du Front national des Architectes à la Libération. Cela posé, on ne peut que s'étonner de l'importance donnée à son séjour infructueux à Vichy par rapport à la sous-valorisation de son amitié avec Raoul Dautry et Claudius-Petit, les deux ministres issus de la Résistance qui l'ont honoré de leur plus grande confiance et qui lui ont confié des projets où il a pu exprimer sa vision de l'architecture.⁵³

Les détracteurs, par méconnaissance ou par partialité (ou les deux), névoquent pas de manière adéquate le lien entre Le Corbusier et Raoul Dautry. Or, il est fondamental car il permet de mettre en perspective le vichysme supposé de l'architecte. S'il arrive que l'on évoque Dautry, c'est pour mentionner son amitié avec Alexis Carrel, et donc le rendre suspect idéologiquement. On le classe dans la catégorie redoutable des « technocrates ».⁵⁴ Or, c'est oublier qu'il a été ministre de l'Armement en 1939. À ce titre, Dautry va réaliser l'un des actes les plus héroïques et les plus importants de ce début de guerre en organisant, avec le Prix Nobel Joliot-Curie : l'achat et le transfert de l'eau lourde de l'usine de Norvège, la seule qui fabrique de l'eau lourde.⁵⁵ Pourquoi est-ce si important ? Parce que l'eau lourde permet des expériences sur la fission nucléaire, à un moment où l'on sait théoriquement qu'on peut utiliser cette énergie pour fabriquer une bombe atomique. L'équipe de Joliot-Curie est prête à tenter l'expérience. L'occupation allemande va l'en empêcher. Le 18 juin 1940, les collaborateurs de Joliot-Curie partiront à Londres, avec l'eau lourde, pour mettre à la disposition des Alliés cette fameuse substance. Il fallait à tout prix qu'elle échappe aux Allemands. À la Libération, un film célèbre cette aventure extraordinaire, qui pourrait être considérée comme l'un des premiers actes majeurs de Résistance.⁵⁶ Voilà l'homme qui était l'ami de Le Corbusier.

Autre exemple : Dautry passe commande à Le Corbusier d'une usine d'armement pour 3000 ouvriers et 1000 logements à côté d'Aubusson.⁵⁷ La défaite de la France de juin 1940 ne permettra pas l'aboutissement de ce projet. Ce n'était pas un chantier comme les autres ! Il démontre qu'il y avait une volonté de lutter contre le nazisme, de lutter

58. Jean-Louis Crémieux-Brilhac, *Les Français de l'An 40. Ouvriers et soldats*, t. II, Paris, Gallimard, 1990, p. 351.

59. Dans les archives britanniques, j'ai découvert récemment un rapport sur la Résistance française qui donne une autre idée de ce qu'on a l'habitude de dire sur l'attitude de Dautry sous l'Occupation. En fait, Dautry est dans la mouvance de la France Combattante de Londres et des services secrets britanniques dès 1942 : « Rex reported (262) that Dautry (263) was absolutely loyal to the Allied cause. Rex intended to propose to him that he should take over the control of the railways on D-Day. Dautry was prepared to set about studying the question immediately. London's approval was asked. » National Archives, Kew, HS7/246, "Part II. Operations and communications with agents. October-December 1942", p. 125. Nous apprenons qu'au cours du premier trimestre 1943, le général de Gaulle a transmis à Jean Moulin (alias Rex) des courriers destinés à cinq personnalités, dont Dautry.

60. Jarcy ne le mentionne qu'à quatre reprises.

61. Sous l'étiquette UDSR, Eugène Claudius Petit sera député de la Loire de 1946 à 1955 et maire de Firminy de 1953 à 1971.

concrètement et conséquemment. Il est intéressant de noter le point de l'historien et ancien résistant Jean-Louis Crémieux-Brilhac, qui considère que le « front des usines » face à l'ennemi s'est mieux comporté que l'armée ; et ceci grâce à Dautry, « animateur exceptionnel » qui aura eu le mérite « de savoir demander l'impossible et parfois de l'obtenir ». ⁵⁸

Sous l'occupation, et sur la base d'archives inédites, j'ai pu établir que Dautry avait des relations avec Jean Moulin et était en lien avec le général de Gaulle. ⁵⁹ C'est le même Dautry qui, nommé par de Gaulle à la Libération ministre de la Reconstruction et de l'Urbanisme, confie à Le Corbusier le projet d'unité d'habitation à Marseille. Objectivement, il est patent qu'un homme comme Dautry a joué un rôle décisif dans le développement des projets de Le Corbusier ; pourtant, les détracteurs préfèrent mettre en lumière le fait que Carrel a été membre du cabinet ministériel de Dautry. Là réside une disproportion de traitement qui ne peut qu'être inspiré par un esprit de partialité qui fragilise la thèse de ceux qui s'y adonnent. On pourrait faire la même démonstration avec Eugène Claudius Petit. ⁶⁰ Ce grand résistant, homme de gauche, est un admirateur de l'architecte franco-suisse dès l'avant-guerre, quand il était professeur de dessin ; il est déjà fasciné par son projet de « ville cartésienne, harmonieuse, lyrique ». Il sera pour lui un soutien de poids lorsqu'il succédera à Dautry comme ministre de la Reconstruction et de l'Urbanisme. ⁶¹ C'est lui qu'il engagera pour imaginer « Firminy Vert », la ville dont il est le maire, le seul ensemble urbain confié à Le Corbusier en France (et qu'il ne finira pas).

Dès 1944, à Alger, Claudius-Petit a été l'un des tenants de la nouvelle politique urbanistique qui intègre l'enjeu de l'habitat social. Trois notions lui paraissaient séminales : l'intérêt général ; la rationalité ; la globalité. Il savait que dès 1933, Le Corbusier prenait position contre « la violence des intérêts privés (qui) provoque une rupture d'équilibre désastreuse entre la poussée des forces économiques d'une part, la faiblesse du contrôle administratif et l'impuissante solidarité sociale d'autre part ». Le Résistant se souvenait que Le Corbusier stigmatisait alors « les villes inhumaines » et la « férocité de quelques intérêts privés » qui a provoqué « le malheur d'innombrables personnes ». Ce discours est en parfaite harmonie avec les politiques publiques qui se mettent en place à la Libération. Pour

62. Assemblée des constructeurs pour une rénovation architecturale.

63. Maxime Blocq-Mascart, *Chroniques de la Résistance. Suivies d'études pour une nouvelle révolution française par les groupes de l'OCM*, Paris, Corrêa, 1945, p. 512.

64. Maxime Blocq-Mascart, *op.cit.*, p. 514.

65. Maxime Blocq-Mascart, *op.cit.*, p. 512.

Claudius Petit, « l'urbanisme relève de l'État, au même titre que la Santé publique, l'Instruction ou la Défense nationale ». Dès novembre 1944, grâce à Le Corbusier, Claudius intègre l'ASCORAL,⁶² fondée pourtant en 1943.

Le Corbusier avait de bonnes raisons de sentir en phase avec les pionniers de la IV^e République : ceux-ci ont des conceptions urbanistiques très proches. Car il y a eu une pensée de la Résistance dans le domaine de la politique urbaine. Elle repose sur le postulat selon lequel l'architecture ne peut être considérée seulement comme un des beaux-arts, mais qu'elle est au service de l'aménagement du territoire et du mieux vivre ensemble. D'où l'apparition de l'urbanisme dans la titlature d'un ministère et la création d'une direction générale de l'Urbanisme, de l'Habitation et de la Construction. C'était une revendication du Front National des Architectes. L'urbanisme a été une grande ambition (politique, esthétique et philosophique) de la France libérée. Il ne s'agit pas seulement de soigner des plaies et de reconstruire. Certes, le constat est accablant, tant la République précédente et le régime de Vichy ont négligé le problème du logement : « Le peuple français qui a été un des mieux logés du monde est aujourd'hui un des plus mal logés. »⁶³ Il y a « un effort immense à faire ». Mais il faut aussi mettre en œuvre une nouvelle philosophie du vivre ensemble urbain ; l'architecture doit avoir le premier rôle pour s'emparer de « la cause du bien-être du peuple ». Les groupes de réflexion de l'OCM (Organisation civile et militaire), par exemple, se penchent sur cette question. Leur premier présupposé : « Le logement est le point central des problèmes de l'urbanisme » ; leur deuxième présupposé : « L'architecture n'est pas seulement un des Beaux-Arts ».

La référence des Résistants, ce sont les Congrès internationaux des architectes modernes (CIAM) des années 1920 dans lesquels Le Corbusier a joué un rôle important. « Les principes qui doivent régir l'urbanisme moderne sont ceux de la Charte d'Athènes ».⁶⁴ Ce que la Résistance en retient, c'est la volonté d'intégrer l'architecture dans l'environnement matériel et immatériel des hommes : « Replacer l'architecture sur son plan véritable qui est d'ordre économique et sociologique, et tout au service de la personne humaine. »⁶⁵ Le programme de la Résistance reprend les grandes lignes de la

conception urbanistique de Le Corbusier : la prise en compte du soleil, la fin des maisons le long des rues, l'avènement des « constructions hautes » espacées par de « larges surfaces plantées », l'espace urbain organisé en zones, la division des fonctions, la réduction des distances parcourues, des cheminement différents pour l'automobile et le piéton, l'intégration dans les quartiers d'habitation d'équipements collectifs (crèches, écoles, cercles, loisirs...)

Le nouveau pouvoir entend mettre en œuvre la révolution culturelle que proposait Le Corbusier, à savoir « rompre avec les notions habituelles de propriété individuelle et éternelle du sol bâti et du rendement maximum des capitaux investis pour se rapprocher des formes de financement qu'offrira une alliance des principes *d'économie dirigée planiste* avec ceux qui régissent les institutions de prévoyance. » De même, les représentants de la nouvelle France n'entendent pas idéaliser le passé : « Enfin, des règles d'esthétique interviendront pour toutes les constructions neuves ; même dans les zones historiques, l'emploi des styles du passé sera proscrit ; notre génération se doit d'avoir son esthétique. »⁶⁶ La référence à Le Corbusier est parfaitement limpide. Ce n'est pas un hasard si l'architecte de la modernité est désigné par Dautry pour être membre du Conseil d'Architecture du ministère de la Reconstruction et de l'Urbanisme (avec Auguste Perret, Marcel Lods, Henri Pacon, Urbain Cassan), conseil qui doit mettre en œuvre cette nouvelle philosophie.

Jamais l'architecte franco-suisse n'a été autant en symbiose avec un régime politique. Il est même devenu un symbole de la nouvelle France. Il figure dans le film *La vie commence demain*, aux côtés du physicien André Labarthe, de Jean Paul Sartre, de Daniel Lagache, de Jean Rostand, d'André Gide et de Picasso. Il apparaît dans *Le mémorial de la Renaissance française*. Il est proche de l'Union nationale des intellectuels (UNI), créée en 1945 à l'initiative de Frédéric Joliot-Curie, le nouveau directeur du CNRS, qui ne cache pas son attachement au parti communiste français. L'UNI prétend représenter « des centaines et des milliers de représentants de notre culture (qui) se sont opposés de toutes leurs forces à l'oppression allemande et à la destruction de la pensée française ». Le jeudi 17 février 1949, Le Corbusier par-

66. Maxime Blocq-Mascart, *op.cit.*, p. 516.

67. Archives du musée Curie, Paris, Fonds Joliot-Curie, F 143.

ticipe à une séance d'hommage aux savants et techniciens français qui ont créé la première pile atomique française, au premier rang desquels Joliot-Curie ; il est aux côtés de Claude Bourdet, de Robert Debré, d'Yves Farge, de Marcel Prenant.⁶⁷ On le sollicite pour participer au Comité pour l'érection au Père Lachaise d'un monument dédié au communiste Jacques Woog, architecte-décorateur guillotiné le 24 septembre 1941 (avec Pierre Jeanneret, Marcel Lods, René Herbst, Pierre Vago, Auguste Perret). Joliot-Curie aussi en fait partie. La circonstance qu'Auguste Perret ait eu des responsabilités sous Vichy, en tant que président de l'Ordre des architectes, ne semble pas être de nature à l'exclure de la nouvelle France.

À la Libération, Le Corbusier apparaît comme l'architecte de la modernité et de la renaissance. Il est la référence de la nouvelle classe politique qui veut engager la France sur les chemins du changement. Une image fort éloignée de celle qui domine aujourd'hui, où il apparaît comme le grand responsable « des grands ensembles aliénants ».⁶⁸ Il était l'homme prométhéen, et il est devenu l'homme faustien.

68. *Le Quotidien de l'Art*, 21 mai 2015.

III. LES MÉFAITS DU MÉPRIS DE LA CONTEXTUALISATION

Chez les néo-détracteurs, la méconnaissance de l'historiographie savante du phénomène fasciste se conjugue avec un mépris de la déontologie historique, ce qui est gênant quand on prétend vouloir faire de Le Corbusier un objet d'étude historique. Car Le Corbusier appartient à l'histoire, il est dans l'histoire, il est *historique*. Une des règles de base de la démarche historique est le refus de l'anachronisme et de la téléologie. Les auteurs qui se sont récemment penché sur le cas Le Corbusier ont pris la liberté de s'affranchir allègrement de cette règle.

1. L'usage intempestif de l'anachronisme : hygiénisme et habitat

Une des principales doxas du discours anti-Le Corbusier repose sur l'idée que le souci hygiéniste serait potentiellement totalitaire : il trahirait une vision biologisante et eugéniste de la société que le nazisme a, effectivement, mise en œuvre de manière dramatique.

69. Pierre-André Taguieff, « Critiques du progrès et pensées de la décadence. Essai de clarification des visions de l'histoire », *Mil neuf cent*, n. 14, 1996. Progrès et décadence, p. 15-39.

70. Voir notamment : Gérard Jorland, *Une société à soigner. Hygiène et salubrité publiques en France au XIX^e siècle*, Gallimard, 2010 ; Sabine Barles, *La ville délétère. Médecins et ingénieurs dans l'espace urbain, XVIII^e-XIX^e siècle*, Seyssel, Champvallon, 1999 ; André Guillerme & alli, *Dangereux, insalubres et incommodes. Paysages industriels en banlieue parisienne, XIX^e-XX^e siècles*, Champvallon, 2004.

Or, il convient de ne pas confondre hygiénisme et eugénisme. Un peu de culture historique permet de savoir que l'hygiénisme est une préoccupation qui apparaît au milieu du XIX^e siècle⁶⁹ et qui finira par constituer une des valeurs de la République. Il aurait fallu lire les travaux récents sur l'histoire de la constitution étatique d'une hygiène publique en vue de l'assainissement de l'espace public, de l'environnement et de l'amélioration des conditions de vie,⁷⁰ suite au phénomène de concentration urbaine qui a produit des drames sanitaires dont le peuple était victime. Le souci de l'hygiène publique a été un symbole du combat pour le progrès mené par les fondateurs du « solidarisme » et les adeptes du « méliorisme », lesquels s'opposaient au libéralisme aveugle. « L'épistémè de Lavoisier fonde le paradigme hygiéniste du XIX^e siècle », selon Gérard Jorland. Les hygiénistes se lanceront dans la bataille politique pour obtenir que les législateurs s'emparent du sujet ; de 1874 à 1902 : lois sur le travail des enfants, les accidents du travail, les logements insalubres, la vaccination, l'organisation de la police sanitaire, etc. L'hygiénisme a été la grande conquête de la III^e République. Il était même un parti. Les urbanistes français (Le Corbusier compris) s'inscrivent dans ce mouvement de fond : rendre la ville moins pathogène et anxiogène, créer des logements accessibles socialement et corrects sur le plan sanitaire. L'obsession que manifeste Le Corbusier pour le soleil, la lumière, la perspective, la verdure (« La ville doit être comme un immense parc ») est un écho à cette tendance moderniste et humaniste.

Les néo-détracteurs de Le Corbusier, prisonniers d'une glose idéologocentrée, devraient ne pas oublier de rappeler que le souci du bien-être de la population a été au cœur des politiques publiques municipales de l'entre-deux-guerres. Un homme de gauche comme Henri Sellier est bien représentatif de ce courant municipaliste qui vise à améliorer les conditions de santé et de vie quotidienne des plus modestes. Maire de Suresnes à partir de 1919, il s'entoure de médecins et d'architectes pour penser sa ville autrement afin de combattre l'insalubrité de l'habitat ouvrier, qui est alors une source majeure d'inégalité et un danger de santé publique. Il s'inscrit clairement dans le courant hygiéniste. Ce combat le distinguera puisqu'il sera nommé ministre de la Santé publique sous le Front populaire. Henri Sellier n'a pas

71. Roger-Henri Guerrand, Christine Moissinac, *Henri Sellier, urbaniste et réformateur social*, La Découverte, 2005.

72. Rémi Baudoui, *La naissance de l'École des hautes études urbaines et le premier enseignement de l'urbanisme en France, des années 1910 aux années 1920*, Paris, École d'architecture de Paris-Villemin/ARDU, Paris VIII, 1988.

73. *La vie urbaine* n. 1-2, 1919, avant-propos.

74. Emmanuelle Gallo, « La réception et le quartier des gratte-ciel, centre de Villeurbanne, ou pourquoi des gratte-ciel à Villeurbanne en 1932 ? », Jean-Yves Andrieux, Fabienne Chevallier (eds), *La réception de l'architecture du Mouvement moderne : image, usage, héritage*, Publication de l'université de Saint-Étienne, 2005, p. 152.

attendu Le Corbusier pour inscrire la question de l'habitat dans l'enjeu plus global de l'urbanisme.⁷¹ Il est à l'origine de la création, en septembre 1919, de l'École des hautes études urbaines qui devint, en 1924, l'Institut d'urbanisme de l'Université de Paris,⁷² et il participe à la fondation de la revue *La vie urbaine*. Premier centre de formation d'urbanistes, dont le but est à la fois scientifique et édilitaire, son programme vise à appréhender « l'agglomération urbaine (...) comme un organisme vivant qui évolue dans le temps et dans l'espace ».⁷³ Henri Sellier milite au sein de l'Association française de l'Urbanisme et de l'Habitation avant de créer, en 1937, la Fédération internationale de l'Habitation et de l'Urbanisme. Sa cité-jardin (commencée en 1921 et terminée en 1956), qui est une ville nouvelle devant accueillir 10 000 personnes, s'inspire du concept de « Garden City » (ville-campagne), imaginé en 1898 par Ebenezer Howard. Il s'agit d'un grand ensemble urbain, composé de cités-jardins et d'une cité sociale, partagées par des zones vertes et connectées par les modes de transports. Cela ressemble étrangement au projet de Firminy-Vert !

On pourrait prendre un autre exemple, celui de Villeurbanne, expérience d'utopie sociale. En 1924, Lazare Goujon devient maire de cette ville de banlieue industrielle. Radical-socialiste et médecin, il devient en 1928 vice-président de la Commission parlementaire d'hygiène et lance un *Plan d'aménagement et d'embellissement* qui doit traduire urbanistiquement son souci mêlant hygiénisme et culture : théâtre, piscine, services sanitaires, équipements sportifs, système d'égouts, incinération des ordures... Le gratte-ciel (qui correspond aux « constructions en hauteur » de Le Corbusier), avec ossature métallique enrobée dans la maçonnerie, répond au souci d'économie énergétique (chauffage) et d'optimisation de l'espace, à l'instar du mouvement urbanistique new yorkais ou suédois, tout en marquant une attention à la lumière et au confort. « C'est l'image réelle des gratte-ciel construits qui sert de modèle, et non les utopies de Le Corbusier... », ⁷⁴ même s'il s'agit d'un mouvement convergent. New York est une source d'inspiration commune, tant pour les concepteurs de ce projet de rupture que pour Le Corbusier. En effet, la première influence que subit Le Corbusier dans ce domaine, c'est celle de l'architecte Henri

75. « Le Corbusier s'est ainsi manifestement inspiré des idées de l'architecte parisien pour établir en 1928 (sic) son Plan Voisin ou sa théorie des 7 v hiérarchisant les circulations », selon Cédric Feriel, « Eugène Hénard, une pensée en prise sur son époque », *Métropolitiques*, 14 juin 2013. URL : <http://www.metropolitiques.eu/Eugene-Henard-une-pensee-en-prise.html>. Mais Hénard, à la différence de Le Corbusier, avant un certain respect pour le patrimoine parisien.

76. François Tomas, Jean-Noël Blanc, Mario Bonilla, *Les grands ensembles : une histoire qui continue*, Presses de l'Université de Saint-Etienne, 2003, p.126 ; Michel Ragon, *L'Architecte, le Prince et la Démocratie : Vers une démocratisation architecturale*, Paris, Albin Michel, 2012 (rééd.). Ce n'est qu'à la fin des années 1960 que la critique des grands ensembles se diffuse.

77. Docteur Alexis Carrel, « La science de l'homme », *La France de l'esprit*, Sequana, 1943, p. 107.

Perret qui propose avant lui des « villes tours ». L'idée d'une reconfiguration de Paris doit d'abord à l'architecte Eugène Hénard, mort en 1923,⁷⁵ dont il a poussé les intuitions jusqu'à un point extrême, totalement irréalisable.

Les « grands ensembles », dont Le Corbusier est présenté fautivement comme un précurseur, seraient le signe d'une conception « totalitaire » de la ville et de la société. Or, dans les années 1920 et 1930, ils sont regardés comme l'instrument du progrès et l'arme du mieux vivre-ensemble : Cités-jardins de Gennevilliers, Cité des États-Unis à Lyon (Tony Garnier), Cité Frugès à Pessac (Le Corbusier), érection des HBM de Paris sur les anciens bastions de la Porte de Vanves et de la Porte de Clignancourt, Cité du Champ des oiseaux à Bagneux (Lods et Beaudoin)... Il faudrait aussi rappeler que Michel Ragon, grand pourfendeur du modernisme architectural, écrivait en 1964 que les grands ensembles avaient la capacité de « favoriser la naissance d'une personnalité collective ».⁷⁶ Il semble utile de rappeler une évidence : alors que certains font du Plan Voisin le noyau nucléaire de la conception « totalitaire » de Le Corbusier, la cité Frugès est la seule grande réalisation de Le Corbusier, avec le plan directeur de Chandigarh.

Un autre signe de l'adhésion de Le Corbusier aux thèses eugénistes, et donc nazies, serait le rôle qu'il a joué comme conseiller technique, de mi-1942 à avril 1944, à La Fondation française pour l'étude des problèmes humains dirigée par le prix Nobel Alexis Carrel. Là encore, un effort de contextualisation s'impose. Cette fondation a été créée en 1941 pour étudier « sous tous les aspects (les) mesures propres à sauvegarder, améliorer et développer la population française ». Elle agréait des hommes très divers, comme le grand historien des techniques, Maurice Daumas, l'économiste François Perroux, Jean Sutter qui travaille sur les questions de nutrition, Jean Merlet, spécialiste des questions d'habitat, ou Jean Stoetze, pionnier de l'étude des sondages. Son historien considère qu'il convient de distinguer les positions propres de Carrel (hostilité à la République, proximité avec l'extrême droite, racisme potentiel) de cet organisme, et qu'il ne faut pas sur-idéologiser son activité. Lors de sa présentation officielle, Carrel explique que les problèmes de l'homme actuel sont essentiellement liés à « la civilisation mécanique »,⁷⁷ un

78. Alain Drouard, *Une inconnue des sciences sociales, la Fondation Alexis Carrel, 1941-1945*, Paris, éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1992. Voir le compte rendu critique du livre par Yannick Marec (*Histoire & Mesure*, Année 1994, 9-1-2, p. 178-187).

79. Par exemple : « Pièces et main d'œuvre », Grenoble, le 24 juin 2015.

80. Françoise Hamon, Claudine Cartier, « L'architecture industrielle, travaux et publications, un bilan international », *Revue de l'Art*, 1988, n. 79, p. 59.

constat que Le Corbusier ne partage pas ; ses détracteurs le présentent d'ailleurs comme un suppôt du « techno-fascisme ». Cette tentative de mise en place d'une recherche empirique dans le domaine des « sciences de l'homme », que Carrel veut « indépendante de toute doctrine », donnera naissance après la guerre à l'Institut national d'études démographiques (INED) ; l'INED « reprendra ses objectifs, ses missions, ses hommes et ses méthodes ».⁷⁸ Il semble que le rôle de Le Corbusier y fut très modeste. L'individualisme de l'architecte et l'idée qu'il se fait de lui-même le rendent impropre à tout engagement collectif. Expliquer Le Corbusier, comme le font ses détracteurs habituels, par les milieux qu'il côtoie est vain.

2. Le « techno-fascisme », pseudo-concept

Le Corbusier serait « fasciste », c'est le deuxième exemple, en raison de son obsession technocratique et machinique. On parle de « techno-fascisme ».

Les récents livres hostiles à Le Corbusier ont nourri les blogs des néo-technophobes où l'architecte apparaît désormais comme le « concepteur propagandiste du techno-totalitarisme en urbanisme et en architecture ». C'est le propre des discours conspirationnistes que de réduire la complexité de la réalité, de mépriser l'histoire et de se complaire dans les télescopes anachroniques.⁷⁹ Le confusionnisme est au bout du chemin. Le Corbusier devient la figure de l'anti-humanisme. Son concept revendiqué de « machine à habiter » en serait la preuve. Or, la technique au temps de Le Corbusier n'était en rien synonyme d'aliénation.

Là encore, un peu de culture historique permet d'éviter des contre-vérités. La Révolution industrielle a fait de la machine l'acteur du progrès technique et les républicains l'ont érigé en figure de proue du progrès technique et des Lumières. Que l'on pense à la « Galerie des machines » de l'Exposition Universelle de 1889, l'événement mondial qui avait aussi vocation à célébrer le centenaire de la Révolution française et sa philosophie rationaliste. Les ingénieurs se rapprochent des architectes (pensons à Gustave Eiffel et Auguste Bartholdi) pour faire émerger une « architecture technique ».⁸⁰ Cette foi dans la capacité du progrès technique à alléger la peine de

81. Robert Belot, *L'Atome et la France. Aux origines de la technoscience française*, Paris, Odile Jacob, 2015.

l'homme et à laïciser la société a été intégrée dans le référentiel socialiste (le marxisme est technophile), jusqu'à Paul Langevin ou Frédéric Joliot-Curie. L'année 1945 est marquée en France par une véritable « technophanie » portée par les grandes figures de la science française qui tiennent à signaler une rupture avec les années noires du nazisme et de l'heideggerisme.⁸¹ Il faut attendre le début des années 1970 pour que la foi dans le progrès technique soit remise en cause.

C'est pourquoi la grande figure politique du renouveau urbanistique, Eugène Claudius Petit, n'hésite pas à reprendre la métaphore de « la machine à habiter » pour l'opposer aux « grands palais ». Dans un discours du 5 mars 1945, il demande que le gouvernement de la France libéré s'engage dans une logique de rupture par rapport à Vichy :

Est-ce qu'on va continuer les idées que Vichy avait établies et reconstruire nos petits villages de la Champagne comme des villages de poupées pour touristes en mal de dimanche ? (...) Il faut que vous dénonciez les plans établis sous Vichy, car ils ont été faits avec un esprit faux et sont vides de doctrine, de pensée et de foi... Le drame de notre pays, c'est que les architectes ont reçu une mauvaise formation urbanistique, c'est qu'à l'école des Beaux-Arts on ne leur apprend pas à construire *la machine à habiter* mais à construire des palais.

La « machine à habiter » désigne d'abord les nouvelles modalités industrielles de construction (standardisation, mécanisation). À l'Assemblée consultative nationale provisoire d'Alger, où il représente le mouvement de Résistance *Combat*, Claudius-Petit déclare sa foi dans les vertus sociales du progrès technique : « Il nous faudra inscrire sur le sol de la patrie la marque même de notre fraternité. Les techniques qui adoucissent le sort des hommes ne seront plus réservées à quelques privilégiés... »⁸²

82. 24 juillet 1944.

Cette montée en puissance de l'enjeu technique provoque des connivences surprenantes entre le monde industriel et le monde artistique. Les artistes, à la suite des Surréalistes, découvrent une source d'inspiration nouvelle qui permettra de s'affranchir de la tradition et d'explorer de nouvelles pistes créatrices. Deux noms en peinture viennent à l'esprit : Francis Picabia avec ces rouages qui deviennent des machines érotiques et poétiques ou Fernand Léger, fasciné

par la puissance destructrice des machines mécaniques déployée pendant la Grande Guerre (avions, tanks, camions...), qui intègre dans son processus créatif la géométrisation des objets modernes, adoptant la technique comme « matière première plastique ». Son livre, *L'Esthétique de la machine* (1924), exprime une tendance lourde de l'époque qui est née bien avant l'avènement du « fascisme » et qui lui survivra. Comme le dit de manière très imagée Françoise Choay, les Modernes considèrent comme un « scandale » le fait que « la ville n'est pas la contemporaine des toiles de Mondrian ». C'est plus le cubisme qui a influencé Le Corbusier que le fascisme. Et il n'est pas le seul.

Dès 1916, dans *L'Architecture. Le passé. Le présent*, son livre posthume, Anatole de Baudot déplore que l'architecture de son temps, par « esprit de routine », soit « en complet désaccord avec l'esprit scientifique qui domine tout aujourd'hui » et fasse entrave à toute « esthétique nouvelle ». Le « rationalisme » est pour lui promesse de créativité. Il est l'un des premiers, dans les années 1860, à vanter les mérites de l'architecture industrielle et à plaider en faveur de l'intégration du béton dans l'architecture.⁸³ Une recontextualisation historique permet d'identifier les origines d'une « esthétique du dépouillement » qui n'a rien à voir avec « le fascisme ». Aux États-Unis, l'ingénieur Ernest L. Ransome, l'un des premiers à avoir compris le potentiel constructif du béton, a imaginé des usines qui ont inspiré le fondateur du Bauhaus (dont Le Corbusier sera proche) et bien d'autres architectes et ingénieurs qui disséminent cette esthétique dans toute l'Europe. En France, François Hennebique dépose ses premiers brevets pour des systèmes constructifs en béton armé, et il réalise à Paris son premier immeuble en béton armé dès 1892. Anatole de Baudot (1834-1915), élève de Viollet-le-Duc et de Henri Labrousse, n'a pas attendu « le fascisme » pour exprimer ce désir et cette nécessité d'un nouveau rapport à l'architecture. Sans eux, Le Corbusier n'aurait pas pu imaginer les principes de la maison « Dom-INO » conçue pour la reconstruction des villes impactées par la destruction du premier conflit mondial, à la faveur de la loi Loucheur. Les dévastations produites par la Grande Guerre, plus que l'idéologie, sont également à prendre dans ce mouvement de rénovation, voire de révolution urbanistique.

83. Anatole de Baudot, *L'Architecture et le ciment armé*, Office général d'éditions artistiques, 1904.

84. Françoise Choay, *L'Urbanisme. Utopies et réalités : une anthologie*, Paris, Seuil, 1979 (rééd. 1965).

85. *Sacré béton. Fabrique et légende d'un matériau du futur*, Philippe Genestier et Pierre Gras (dir.), Lyon, Libel, 2015, p. 68.

86. Antoine Picon (dir.), *L'art de l'ingénieur. Constructeur, entrepreneur, inventeur*, Paris, 1997, Éditions du Centre Georges Pompidou.

87. Le Corbusier, *Vers une architecture*, Arthaud, Paris, 1977, p. 213.

Tony Garnier (1869-1948), architecte lyonnais, est l'un des premiers à porter attention aux enjeux sociétaux des villes industrielles et à l'intégration du béton dans le processus de rénovation architecturale. Dès 1901, il débute la rédaction de *La Cité industrielle* (publiée en 1917). « C'est, avant la Charte d'Athènes, le premier manifeste de l'urbanisme progressiste », selon Françoise Choay.⁸⁴ Le Corbusier, de 18 ans son cadet, lui écrit le 14 mai 1919 : « Vous êtes le premier qui avez consacré le béton armé. Jusqu'ici on avait admis ce matériau comme l'enfant pauvre. Avec votre livre, vous en faites le seul matériau possible de notre époque. »⁸⁵ La Cité industrielle est une ville moderne, créée ex-nihilo, orientée et aérée en fonction de la lumière et des vents dominants. Le béton armé permet les toitures-terrasses, les murs « bruts de décoffrage », l'expression des volumes dans leurs plus simples géométries. Garnier est porteur d'une conception globale de la ville qui ne peut pas ne pas faire penser à ce que Le Corbusier proposera : cité ensoleillée, libre disposition des sols, cité-parc, zoning, abolition de l'îlot, habitat économique, souci hygiéniste lié à l'afflux dans les villes des victimes de l'exode rural.

Dans la société industrielle naissante où domine la figure de l'ingénieur, la technique (les progrès de la construction et de l'ingénierie des structures) et les nouveaux matériaux ont eu un impact décisif sur la production architecturale auquel la politique ou l'idéologie ne sauraient prétendre.⁸⁶

On voit que Le Corbusier n'est pas un isolat ou une origine absolue : malgré son individualisme affiché et la haute idée qu'il a de son génie, il est aussi le produit et le reflet de cette époque et d'un milieu professionnel. Il dit lui-même : « Car ce qui importe est de résoudre les problèmes actuels dans un esprit conforme à l'époque ».⁸⁷ De nombreux architectes partagent cette idée d'un renouvellement total de l'esprit d'architecture. Pour les élus des banlieues des grandes villes, c'est un impératif social, sanitaire et urbanistique. Il faut concevoir une nouvelle manière de fabriquer la ville.

En France, dans les années 1920, suite à l'impact de la guerre sur les méthodes et l'offre industrielles, l'esprit « rationalisateur » se diffuse. Il s'agit de faire de l'organisation une science ; la mesure, la transparence, la norme sont les nouvelles valeurs de ce qui est présenté comme la moderni-

té. Ce mouvement, qui échappe aux classifications politiques habituelles, s'inscrit dans une recherche de « troisième voie » entre le capitalisme et le communisme qui vise à faire évoluer les rapports État/Economie/Société dans une perspective post-libérale. Cette tendance technocratique traverse toutes les familles politiques. Les architectes sont touchés par cette vague qui permet l'émergence de la notion d'urbanisme, c'est-à-dire une approche systémique et sociale de l'aménagement de la ville. On note, dans ces années 1920, une « montée de l'intérêt » des architectes et des revues spécialisées pour les programmes industriels et de génie civil (gares, usines...). Pensons à Henri Pacon et à la gare du Havre. Le Corbusier n'est qu'un des fruits de ce mouvement, parmi bien d'autres.

Or, cette culture technocratique qui se déploie dans l'entre-deux-guerres est aux antipodes du discours vichyste qui se complait dans le rêve d'une France disparue, immobile et largement rurale. La France de Vichy, c'est le « retour à la terre », le repli corporatiste, l'obsession de la tradition, le culte du corps et, finalement, le rejet de ce que j'ai appelé « l'artificialisme ».⁸⁸ Un romancier comme René Barjavel incarne ce courant urbanophobe et anti-industriel qui élargit son influence grâce à Vichy et que, par un de ces retournements ironiques de l'histoire, l'on retrouvera bien des années après dans les milieux écologiques. Sous Vichy, l'accent est mis sur les enquêtes relatives aux dispositions d'usages des installations agricoles, les formes de l'habitat ou l'exploitation des terres. C'est la reconstruction du village du Bosquel, dans la Somme, qui retient l'attention des revues.⁸⁹ Les sociétés rurales, les arts et traditions populaires et l'ethnographie folklorique font l'objet d'une attention soutenue car elles nourrissent le mythe passéiste d'une France préindustrielle et prérévolutionnaire. La politique culturelle de Vichy se veut patrimoniale, traditionaliste et décentralisatrice. L'administration des Beaux-Arts a pour mission de protéger « la beauté pittoresque des villes »⁹⁰ et « le patrimoine artistique » de la France. La charte de l'architecte reconstruteur, datée de 1941 et validée par le Conseil de l'ordre des architectes, accorde « la primauté au respect du style régional ».⁹¹ La figure tutélaire de cette politique est l'artisan-rural.

Le rationalisme « froid » de Le Corbusier (le recours au béton, sa conception rigide de l'urbain, le Modulor...),

88. Robert Belot, « Une réinterprétation de l'idéologie vichyste comme posture technophobe et anti-artificialiste », *Prométhée et son double. Craintes, peurs et réserves face à la technologie*, Neuchâtel-Toulouse, Co-éditions Alphil/Presses universitaires suisses, 2009, p. 105-127.

89. Guy Pison, « L'enquête d'architecture rurale du chantier 1425 », revue *Techniques et architecture*, novembre-décembre 1943, 3^e année, p. 321-324.

90. Selon l'expression de Louis Hautecœur, directeur des Beaux-Arts dans le gouvernement de Vichy.

91. Stéphanie Corcy, *La vie culturelle sous l'Occupation*, Paris, Perrin, 2005, p. 289.

92. M. S. Gillet, *Réveil de l'âme française*, Paris, Flammarion, 1942, p. 65.

93. Jean-Claude Vigato, *L'architecture régionaliste : France, 1890-1950*, éditions Norma, 1994, p. 182.

94. Ne citons que Paul Friesé, l'architecte des Grands moulins de Corbeil (1893).

95. Parue chez Armand Colin à partir de 1905.

qu'on présente comme un « anti-humanisme », cadre difficilement avec ce que le régime de Vichy propose aux Français. Sa volonté de rupture est aux antipodes de « l'amour du clocher »⁹² que promeuvent les thuriféraires de Vichy. Les allusions au monde préindustriel dont il arrive que Le Corbusier parsème son discours sous Vichy sont d'abord des postures tactiques qui relèvent de l'opportunisme. Le régionalisme et le folklorisme, suspects de misonéisme, suscitent son ironie ; ils ne cadrent pas avec « sa croyance en une histoire dont le moteur serait le progrès technique ».⁹³

3. La mystique du génie est soluble dans les paradigmes de l'époque

Les phénomènes de diabolisation obéissent toujours à une conception romantique de la création où le « génie » (positif ou négatif) relève d'une dimension située hors de l'histoire. On retrouve ce biais épistémologique dans le discours des détracteurs de Le Corbusier. Or, on ne peut penser Le Corbusier hors du lent mouvement d'industrialisation qui conduit à penser l'architecture autrement. Le Corbusier naît à un moment donné, dans une époque où émergent de nouvelles conceptions de l'architecture dans ses relations avec la ville et la construction. Il est tributaire de ce moment, tout en étant un acteur de ce renouvellement. Il faut comprendre qu'un double mouvement est à l'œuvre depuis le XIX^e qui va révolutionner la culture architecturale dans la première moitié du XX^e siècle : création de bâtiments industriels⁹⁴ et industrialisation de l'architecture.

Prenons un exemple : l'idée que l'architecture ne doit pas être regardé seulement comme un art et que l'art doit se mêler à la technique et à l'industrie. Cette idée émerge dès le début du XX^e siècle. Dans *L'Art français depuis 20 ans*, publié en 1922, Henri-Marcel Magne se félicite de l'utilisation du fer et du béton qui va permettre l'abandon des « formes mesquines » et l'avènement des « grandes lignes ». Dans son *Histoire de l'art*,⁹⁵ André Michel, qui se méfiait tant des « raisonnements, théories, théorèmes et ratiocinations éperdues », explique que « l'architecte veut être un constructeur », tandis que Paul Vera, dans *L'Architecte* (1912), proclame que « l'architecte doit s'intéresser à la raison et non pas au senti-

96. Anatole de Baudot, *L'Architecture, le passé, le présent*, Paris, Henri Laurens éditeur, p. 174.

97. F. Choay, *L'urbanisme, utopies et réalités*, op.cit., p. 34, p. 16.

98. Stephen D. Carls, *Louis Loucheur, ingénieur, homme d'État, modernisateur de la France, 1872-1931*, Presses universitaires du Septentrion, Villeneuve-d'Ascq, 2000.

99. Denèfle, Sylvette et al., *Habiter Le Corbusier : Pratiques sociales et théorie architecturale*, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 2006, p. 20.

ment, renoncer à la conception pittoresque, aux ornements abondants. L'architecte ne doit être ni peintre, ni sculpteur, mais architecte. » Ses surfaces seront « planes » et il devra s'intéresser au rapport « des pleins et des vides, des saillies et de retraits ». On croit lire du Le Corbusier. Dans la conception « moderne » de l'architecture, il y a le fort désir de s'affranchir du passé et du patrimoine. Serait-ce là le signe indubitable d'une « pensée fasciste » ? Or, on pense dès le début du siècle qu'il faut que l'architecture apprenne à se penser « en dehors de toute préoccupation des dispositions des formes du passé. »⁹⁶

À tort présente-t-on Le Corbusier comme l'unique précurseur des techniques de standardisation et de taylorisation dans la construction. Dans les années d'entre-les-deux-guerres, un certain nombre d'architectes vont se montrer sensibles à l'intégration de nouvelles techniques dans les processus de construction et de conception. L'industrialisation du bâtiment est promue par les architectes de la modernité qui pensent série, module, masse, standard ; ils seront les adeptes de la préfabrication : Charles-Henri Besnard de Quelen, Auguste Perret, Pol Abraham, André Lurçat, Eugène Beaudouin, Marcel Lods, Georges-Henri Pingusson, Jean Ginsberg. Ces nouvelles méthodes participent de « l'esprit nouveau » dont parle Le Corbusier. Elles constituent le principe du modèle urbain « progressiste », pour reprendre une expression de Françoise Choay, qui repose sur une conception universaliste et non culturaliste de l'homme.⁹⁷

Ces méthodes et l'utilisation du béton furent encouragées par Louis Loucheur,⁹⁸ ministre de la Reconstruction industrielle après la Grande Guerre. Leader et député des Républicains de gauche, il plaide pour la promotion des logements sociaux. En juillet 1928, la « loi Loucheur » est votée qui prévoit la construction de 200 000 logements HBM et 60 000 logements à loyer moyen. Le Corbusier saisit cette occasion pour proposer un modèle de maison ouvrière à bas coût, comme il fera en 1940 avec sa construction énergétiquement économe (les maisons « Murondins »). Mais il convient de remarquer que « ses propres réalisations ne bénéficieront que bien peu d'une standardisation industrielle ».⁹⁹

L'industrialisation du bâtiment fait partout des émules chez les architectes car elle répond à un besoin social mas-

100. CIAM : Congrès internationaux d'Architecture Moderne associé à l'ingénieur Jules Denfer.

101. Créé en 1929, l'UAM tend à promouvoir une nouvelle alliance entre les processus industriels et l'art en recourant aux nouveaux matériaux (acier, béton, verre).

102. « Le bâtiment de demain sera fait en usine (...), le chantier doit disparaître... » Voir : Marcel Lods, « Le problème : produire industriellement les bâtiments, dessiner le pays », *Techniques et architectures*, nov. 1957.

103. X. de Jarcy, *op.cit.*, p. 250.

104. Cité par Françoise Choay, *L'Alégorie du patrimoine*, Seuil, 1999, p. 137.

sif. C'est le cas, entre autres exemples, de Marcel Lods, souvent présenté comme un « élève » de Le Corbusier : il participe aux CIAM¹⁰⁰ et à l'Union des Artistes Modernes,¹⁰¹ et il prendra part à la rédaction de la Charte d'Athènes. Lui aussi veut « penser le chantier comme une usine et abandonner l'esprit romantique »,¹⁰² D'où l'utilisation d'un dispositif associant les avantages de la construction métallique et du béton armé ; d'où la préfabrication de panneaux en béton adaptée aux méthodes tayloriennes pour gagner du temps et réduire les coûts. Il va plus loin qu'un Auguste Perret qui recourt aux nouveaux matériaux et à la préfabrication pour moderniser le paradigme architectural classique ; Lods et son associé Eugène Beaudoin ont pour ambition de faire naître une nouvelle grammaire constructive à partir de la nouvelle culture industrielle. Tous les deux s'engagent en 1931 dans l'immense chantier de Drancy la Muette, grand ensemble aux portes de Paris : il s'agit d'offrir des logements à haut niveau de confort tout en économisant la maintenance. Tous les deux, à l'instar de Le Corbusier, vont se montrer sensibles au développement des ensembles sportifs dans la cité. Lods, comme Le Corbusier, rêve de nouvelle ville construite ex nihilo dans une perspective hygiéniste et fonctionnaliste. Que l'on sache, personne n'a jamais eu l'idée de le présenter comme un « fasciste », conscient ou inconscient ! Seuls un mépris de la déontologie scientifique et une volonté de malveillance peuvent faire accréditer l'idée d'une « coïncidence éloquente » entre la Cité de la Muette à Drancy et le fait que ce « premier grand ensemble de France construit selon les principes de la Charte d'Athènes » soit devenu un « camp de concentration de 1940 à 1945 ». ¹⁰³

Ce « technocratisme » touche tous les secteurs de la vie intellectuelle, artistique et politique de l'entre-deux-guerres. Dès la fin du XIX^e siècle, l'architecte autrichien Camillo Sitte avait annoncé que « la construction et l'extension des villes sont devenues des questions presque exclusivement techniques ». ¹⁰⁴ Le fonctionnalisme du *Bauhaus* pourrait être regardé comme une expression de cette conception « froide » de l'architecture. Or, ce mouvement, dont Le Corbusier sera proche, sera réprimé par le nazisme. Son concitoyen suisse et ennemi intime, Alexandre de Senger, brocardera ce modernisme architectural comme un résultat d'un complot bolchevique mondial...

105. Pierre Frey, « Le Corbusier, un fascisme français », revue *Tracés*, 2015. *Tracés* est l'organe officiel de la SIA (Société des Architectes et Ingénieurs suisses). C'est dans cette revue, en 2005, que Daniel de Roulet, architecte, lança la compagne visant le vichysme de Le Corbusier.

106. « Résumés des cours parus dans l'Annuaire du Collège de France », in Pierre Bourdieu, *Manet. Une révolution symbolique*, Éditions Raison d'agir/Éditions du Seuil, 2013 (rééd.), p. 808.

Le Plan Voisin de Le Corbusier (qui visait la destruction des vieux quartiers de Paris) est l'expression ultime de ce fantasme de la *tabula rasa* urbaine dictée par l'exigence technicienne et organisationnelle. Cette conception de la modernité dominera jusqu'à la révolution patrimoniale des années 1960, tous régimes et pays confondus. Peut-on sérieusement y voir « un crime monstrueux : la mise en œuvre de l'eugénisme spatial » ? Ce projet qui n'a pas eu lieu serait-il le témoignage de « l'unité conceptuelle de tous les dispositifs élaborés »¹⁰⁵ par Le Corbusier et ses amis ? Les dangers de la généralisation et de la surdétermination trouvent ici leur vraie limite heuristique. Les deux causes de cette déviance cognitive sont l'anachronisme et l'ignorance du contexte.

L'anachronisme est le signe patent de l'absence de culture historique et de maîtrise des méthodes de la science historique. Le mépris du contexte (qu'il soit matériel ou immatériel) en est un autre signe tangible. Ce phénomène de « décontextualisation » témoigne de manière subliminale et inconsciente d'une conception dépassée de l'architecte, et, plus généralement, des conditions de la création et de l'innovation. Cette conception pose l'architecte (ou l'artiste, ou le politique, ou l'intellectuel...) comme dénoué du lien au réel, comme inventeur pur du réel, alors qu'il n'est que l'ombre portée. C'est oublier tout simplement que la « complexité », au sens d'Edgar Morin, est au cœur du phénomène social. Ceux, donc, qui partent en guerre contre Le Corbusier l'instituent objectivement (et malgré eux) en tant que mythe, comme incarnation du mythe héroïco-romantique du créateur solitaire et de l'origine absolue. La sociologie nous a appris à nous tenir à distance de « la mystique de la création et du créateur ».¹⁰⁶ Il est temps de réintroduire Le Corbusier dans un régime d'historicité, de le lester du poids de son époque, de se déprendre de l'effet piégeur que pourrait produire sur nous l'orgueil qui transparait dans ses écrits et dans sa relation aux autres. En le rendant à sa modestie historique, c'est-à-dire à son milieu, à son temps et aux jeux d'influences et d'épistémès qui l'ont conditionné, on évitera les excès d'adoration ou de détestation.

* * *

LE CORBUSIER, UM FASCISTA? ELEMENTOS DE REFUTAÇÃO DOS PRINCIPAIS ERROS DE UMA POLÊMICA

1. Xavier de Jarcy, *Le Corbusier, un fascisme français*, Albin Michel, 2015, p. 270. O processo de “revisão” e “re-ideologização” da obra de Le Corbusier tem sido lento. Ver: Daniel Le Couedic, “Les fondements idéologiques du planisme de Le Corbusier”, *Urbanisme*, février 1988, n. 223, p. 56-63.

2. X. de Jarcy, *op.cit.*, p. 267.

3. “Questions à Michel Foucault sur la géographie”, *Hérodote*, n. 1, janvier-mars 1976, p. 71-85. Ver também: Michel Foucault, *Dits et écrits*, Paris, Gallimard, 1994, p. 270-285.

4. Dois exemplos. Jean Plumyène e Raymond Lasier, *Les fascismes français, 1923-1963*, Seuil, 1963 (“O fascismo sonhava com uma cidade do sol, de uma cidade radiosa, da qual Campanella tinha sonhado antes dele, e à qual Le Corbusier, que era membro do Faisceau em 1926, se esforçou para dar sua expressão arquitetônica”). Ver também: Robert Fishman, *L'utopie urbaine au xx^e siècle: Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, Le Corbusier*, Paris, Mardaga, 1979, p. 183 e seguintes. O historiador americano reconhece que o arquiteto não foi “nem fascista nem colaborador”.

Nos últimos anos, a memória do arquiteto Le Corbusier é o tema de uma operação de revisão brutal. O mito mundial é atacado de um ponto de vista ideológico através da seguinte acusação político-moral: Le Corbusier teria encarnado, na sua doutrina, na sua prática e na sua obra, a ideologia fascista. Em nome da vontade de advertir contra a “cegueira” dos “admiradores” de Le Corbusier e do questionamento dos professores que teriam apenas “pregado sem restrições a boa palavra do mestre” aos estudantes, constrói-se um lendário negro onde o arquiteto aparece como “um militante fascista”.¹ Ele-lhe imputada a responsabilidade pelos “bairros modernos construídos do final dos anos 1950 até ao início dos anos 1970”, que seriam “os monumentos deixados pelo fascismo francês”, na medida em que eles teriam realizado “um dos desejos de Le Corbusier: a expulsão em massa dos mais vulneráveis e sua atribuição a uma residência fora dos centros das cidades”.² A “brutalidade inacreditável” que lhe reprovam também está na maneira como a reprovação é declarada.

Este fenômeno de revisitação radical de uma figura emblemática, cujas estratégias editoriais são ávidas, é bem conhecido. Intervêm, em geral, com alguma regularidade três décadas após a morte do indivíduo. Pensamos em Hannah Arendt, Martin Heidegger, Maurice Blanchot, Cioran, Mircea Eliade, Ionesco e muitos outros. É claro, os mitos têm uma história e devem passar sempre pelo difícil teste da ciência que seculariza e relativiza. Mas como desmistificar sem deixar de lado o preconceito, respeitando a deontologia condizente com o processo científico ou simplesmente com a honestidade intelectual? A aposta é difícil e requer grandes qualidades.

A consagração de que ele foi alvo após a sua morte fez-nos esquecer que toda a sua vida, Le Corbusier foi submetido à hostilidade e denigração. Ele mesmo se divertiu numa carta a Brassai em agosto de 1952: “Mesmo agora, quase todos os meus planos provocam reações violentas. Insultam-me, me chamam de bárbaro, louco, iluminado, sem coração, iconoclasta, anticristo. Às vezes sou denunciado como o cúmplice

5. Estas “teses” chegaram a ter concorrentes. Considera-se agora como uma evidência não suscetível de ser replicada o fato de que “o envolvimento de Le Corbusier ao lado dos fascistas franceses irá durar vinte anos e irá conduzi-lo a trabalhar para o regime de Vichy.” Ver : Olivier Barancy, *Misère de l'espace moderne: la production de Le Corbusier et ses conséquences*, Marseille, éditions Argone, 2017; Malcolm Millais, *Le Corbusier, the Dishonest Architect*, Cambridge Scholars Publishing, 2018.

6. Assim, o historiador Remi Baudouin é censurado por “sua capacidade de moderar ou mesmo desculpar as posições políticas fascistas e pró-Vichy de seu arauto”; sua “objetividade historiográfica” é apenas a admissão de um “*a priori* ideológico”. Em suma, todos aqueles que tentam examinar a tese do “Corbusier fascista” tornam-se *ipso facto* “bajuladores manifestos” e suspeitos ideológicos. Ver Marc Perelman, *Le Corbusier, une froide vision du monde*, Michalon, 2015, p. 59, nota 33, et p. 67 ; ver também : Rémi Baudouin, “L'attitude de Le Corbusier pendant la guerre”, in *Le Corbusier une anthologie*, Paris, CCI Beaubourg, 1987, p. 455-459.

de Lenin, às vezes como agente do capitalismo. De qualquer forma, eu sou o destruidor.” Nos anos 1970, Le Corbusier foi estigmatizado como “cripto-estalinista”. Michel Foucault deplorava essa “crueldade” que ele considerava “perfeitamente inútil”: “Le Corbusier, tenho a certeza, estava cheio de boas intenções, e o que ele fez estava de fato destinado a produzir efeitos libertadores.”³ Essa benevolência já não é mais apropriada. Le Corbusier passou para o outro lado do espectro ideológico. O consenso atual (tendo em conta a recepção muito positiva que esta tese recebeu por parte dos média) visa a destruição do mito, mas apreendido de um ângulo específico, e até mesmo ilusório. Os novos elementos são raros ou inexistentes.⁴ O que é novo é a conjunção editorial oportunista em torno de um aniversário, o impacto mediático e a docilidade da mídia para repercutir, sem distanciamento, teses que não fazem parte do exercício habitual de pensamento.⁵

Desmistificar é uma operação que, em si, é louvável, mas perigosa. Deve respeitar os códigos do debate intelectual. No entanto, a frente acusatória (porque não é um ato isolado e é por isso que deve ser analisada) implanta lógicas argumentativas que tomam liberdades surpreendentes com as regras mais básicas do *nomos* acadêmico. A falta de domínio de certas noções (pertencentes a outros campos disciplinares além da arquitetura) produz vieses cognitivos que levam a enunciados que não fazem mais parte do campo científico. Existe mesmo entre os detratores a disposição de superar o *ethos* científico, o que resulta em uma atitude de desqualificação dos historiadores, dos seus métodos e dos seus resultados.⁶

Como historiador que trabalhou sobre a questão do fascismo e sobre a construção sócio-política da memória, proponho um pequeno exercício de refutação da atual tese dominante sobre Le Corbusier.

Entre o mito e o contra-mito em emergência, parece-me útil reintroduzir a polémica num regime de historicidade que permite um distanciamento necessário e salutar. Os neo-depreciadores de Le Corbusier pretendem provar o “fascismo” de Le Corbusier em dois níveis: a arquitetura em si mesma, por um lado, as suas posições e as suas redes políticas, por outro. Esta comunicação se contentará em focar nos elementos extra-arquitetônicos da estratégia de denúncia e propor um esquema contra-argumentativo da polémica.

I. O VIÉS DISTORCEDOR DA INTERPRETAÇÃO IDEOLÓGICA EXCESSIVA

1. Um déficit historiográfico que leva a uma concepção errônea do fascismo

A primeira precaução a ser tomada ao usar um conceito para aplicá-lo a uma realidade é garantir a validade desse conceito questionando aqueles que tentaram defini-lo. Devemos, portanto, fazer um levantamento bibliográfico para ter uma idéia do estado da literatura e das controvérsias. É precisamente isso que os “professores” ensinam aos alunos. No entanto, um dos críticos baseia-se principalmente no livro de Bernard-Henri Lévy (que é apenas um livro de circunstância, polêmico, muito datado e violentamente criticado na época pelos historiadores) e na tese do historiador Zeev Sternhell, construída de forma muito mais séria, mas que também suscitou intensas controvérsias teóricas.

Em 1983, em *Ni droite ni gauche*, Zeev Sternhell ataca a pedra angular da *episteme* dominante que levou os historiadores franceses a considerar que a França, por causa da sua cultura republicana, humanista e universalista, teria sido imune ao “contágio” fascista, e que o regime de Vichy teria sido um choque intempestivo da direita reacionária (e dos desviantes de esquerda) que somente um evento (a derrota de 1940) tornou possível. Esta é a “tese imunitária”. Pelo contrário, o historiador israelense vê Vichy não como um acidente, mas como a culminação de um longo processo de distanciamento dos valores do Iluminismo que a Revolução Francesa incorporou. Por várias décadas, a sociedade francesa passou por uma impregnação fascistóide; segundo ele “a ideologia fascista é, na França, um fenômeno muito mais difuso que o âmbito reduzido e, em última análise, com pouco importância para os adeptos dos pequenos grupos dotados deste título.”⁷ A contradição da tese está aqui: como poderia um fenômeno de magnitude ter tão pouco impacto político, ao passo que em toda a Europa dos anos 1930 os movimentos nacionalistas e fascistas estão se desenvolvendo? Como pode o fascismo, que é um fenômeno de massas, ser compatível com o “quadro restrito” de sua expressão social e política? A primeira fraqueza desta tese vem do fato de que Sternhell

7. Zeev Sternhell, *Ni droite ni gauche. L'idéologie française en France*, éd. du Seuil, 1983, p. 310.

parte de uma definição do fascista tão dúctil e extensa, que qualquer aspiração a uma terceira via política entre comunismo e capitalismo se torna suspeito de fascismo. É por isso que ele vai procurar por fascistas em outros lugares além do lugar onde eles estavam e se diziam fascistas (uma minoria sem audiência e sem influência), rastreando essa “ideologia” fora dos meios (restritos) que a reivindicam, como, por exemplo, no meio do “Espírito” em torno do fundador do personalismo, Emmanuel Mounier. A segunda fraqueza desta tese vem do fato de Zeev Sternhell ser, antes de tudo, um historiador (notável) das idéias, mas que pouco se preocupava com as modalidades de inscrição das idéias na realidade social.

Este livro esteve na origem de um vasto debate na França, que parece ter escapado completamente ao autor de *Le Corbusier, un fascisme français*. Muitos estudos foram realizados desde então, o que reforçaram a posição da escola histórica francesa, ou seja, que a França, por causa de sua cultura republicana, não conheceu uma verdadeira tentação fascista. O domínio do fascismo na sociedade francesa foi sobredimensionado pela esquerda, que precisava, para a sua unidade, superar a ameaça fascista. O historiador israelense tem sido criticado pela falta de um método que consistia na supervalorização do fenômeno e, devido à falta de definição do fascismo, de o ver em toda parte. Este é exatamente o defeito do livro acima mencionado. O seu autor ignorou a polémica revivida pela última reedição do livro de Sternhell, em 2013. Os líderes da oposição a estas teses, Serge Bernstein e Michel Winock, organizaram coletivamente um contra-ataque a partir de um livro: *Fascisme français ? La controverse*.⁸ A linha argumentativa organiza-se em torno da crítica do que eu descreveria como um *viés cognitivo e metodológico* no qual o historiador teria sido culpado: ele teria pecado pelo “ideologocentrismo”, privilegiando a história das idéias em detrimento da história *das sociedades*, porque a história que Sternhell pratica “é uma história das idéias suspensas acima da complexidade e da heterogeneidade da realidade em movimento”.⁹

Este viés de “desrealização” o teria proibido, nomeadamente, de compreender a importância do trauma da Primeira Guerra Mundial na evolução das mentalidades francesas e a ruptura que criou em comparação com a era anterior. Esse viés explicaria um “abuso de representatividade”¹⁰ e uma ten-

8. Serge Bernstein et Michel Winock (dir.), *Fascisme français ? La controverse*, CNRS éditions, 2014.

9. Michel Winock, in *Fascisme français ? La controverse*, *op.cit.*, p. 36.

10. De acordo com a fórmula de Jean-Noël Jeanneney, in *Fascisme français ? La controverse*, *op.cit.*, p. 9.

11. Sobre a evolução da historiografia de Vichy, ver Jean-Pierre Azéma, “Vichy et la mémoire savante: cinquante-cinq ans d’historiographie”, in *Vichy et les Français*, sob a direção de Jean-Pierre Azéma et François Bédarida, Fayard, 1992, p. 23-44.

12. Um motim de grupos extremistas na *Place de la Concorde*, em Paris, que poderia ter ameaçado a Câmara dos Deputados.

13. François Chaslin, *Un Corbusier*, éd. du Seuil, 2015, p. 198.

dência teleológica para ver no regime de Vichy (1940-1944) a prova do fascismo da sociedade francesa.¹¹

Isto permite situar melhor o relatório de Le Corbusier a 6 de fevereiro de 1934. Os historiadores concordam em considerar que o dia 6 de fevereiro de 1934¹² foi um contra-efeito das más práticas de uma República que multiplica os escândalos, e não o sinal da fascização da sociedade francesa. Le Corbusier participa com alguns “camaradas”. Será finalmente o surgimento tangível e irrefragável de seu lado sombrio? Argumenta-se que Le Corbusier era “essencialmente um ideólogo, um político e um desses *chefs* daquilo que numa outra época se teria chamado de grupúsculo, uma célula mais ou menos adormecida, mas esperando apenas pela ocasião de se radicalizar, um núcleo militante que aspirava ao totalitarismo e que apenas a confusão da época limitou ao fracasso.”¹³

Qualquer historiador pode apenas sorrir perante esta nova teoria que atribui à “confusão” o estatuto de principal causa do fracasso do fascismo na França. Em geral, é a “confusão” que leva a situações propícias ao desenvolvimento do fascismo. Aqui, novamente, a falta de consideração da historiografia é sentida. Seria necessário, em seguida, estar de acordo relativamente ao conceito de “totalitarismo”. Estudos históricos mostraram que os movimentos do 6 de fevereiro estavam dispersos, sem objetivos precisos, atravessados por um populismo antiparlamentar muito disseminado, que se alimentava dos costumes corrompidos da Terceira República. O principal movimento que poderia ter virado o acontecimento para o pior lado foi o *Croix de Feu* do Coronel de la Rocque. Mas muitos estudos mostraram que ele não era insurrecional e, em vez disso, desempenhou o papel de antídoto e amortecedor. Até mesmo Charles Maurras, tão violento no discurso, pede às suas jovens tropas que voltem para casa ajuizadamente e o deixem escrever um poema à moda provençal. A demissão do Presidente do Conselho é suficiente para acalmar o jogo.

Como estão apenas do lado da acusação, os detratores do arquiteto franco-suíço esquecem-se de mencionar outras relações de Le Corbusier, igualmente importantes porque estas perturbam o seu esquema simplista. Por exemplo, quer-se ignorar que Jean Cassou, inspetor de Monumentos

14. Jan Birksted, *Le Corbusier and the Occult*, MIT Press, 2009, p.169.

15. Fundada em 1935, a Casa da Cultura congrega as associações favoráveis à Frente Popular, como a Associação dos Escritos e Artistas Revolucionários e sua revista *Commune* (onde Le Corbusier aparece).

16. Pascal Ory, *La Belle Illusion. Culture et politique sous le signe du Front populaire. 1935-1938*, Paris, Plon, 1994, p. 235-236; ver também: Nicole Racine, “La Querelle du Réalisme (1935-1936)”, *Sociétés & Représentations*, v. 15, n. 1, 2003, p. 113-131.

17. Jean Cassou escreveu o prefácio do catálogo da exposição *Le Corbusier*, organizada pelo Museu Nacional de Arte Moderna em 1962.

18. Le Corbusier, *Correspondance. Lettres à la famille, 1926-1946*, t. II, Infolio, 2013, p. 501.

Históricos, membro da Grande Loja da França, é próximo de Le Corbusier desde 1925.¹⁴ Em 1934, Cassou participou do comitê de vigilância dos intelectuais antifascistas e foi nomeado para o gabinete do Ministro da Educação Nacional, Jean Zay; é através dele que o arquiteto é introduzido nos círculos da Frente Popular. O que se gostaria de ignorar é que Le Corbusier participa em 1936 dos debates liderados pela Casa da Cultura (inaugurada em abril de 1934, sob influência comunista),¹⁵ ao lado de Cassou, André Lhote, Aragão, Fernand Leger...¹⁶ Não é sem importância lembrar que Georges Mandel irá inaugurar uma das suas exposições e que Cassou será removido de seu cargo de conservador por Vichy e entrará na Resistência em setembro de 1940.¹⁷

Entende-se melhor porque a extrema direita parece amaldiçoar Le Corbusier. Uma história, relatada à sua mãe a 24 de março de 1935, merece ser conhecida: “Os ‘*Camelots du Roi*’ [grupo responsável pela divulgação das atividades do partido Action Française] lançaram recentemente gás lacrimogêneo numa conferência de Victor Basch (setenta anos e professor na Sorbonne) no momento em que pronunciou o meu nome para me fazer um louvor. Para o segundo, exige um pelotão de policiais. O país divide-se estupidamente entre dois lados opostos: o fascismo (termo sem significado na França) e a Frente Comum: doutrina sem raiz na França. A verdade não está aí. Mas as pessoas querem lutar primeiro antes de saberem o que fazer. Todo o meu trabalho, ao contrário, é pelo estabelecimento de um programa humano.”¹⁸ Sabe-se que Victor Basch, professor de estética na Sorbonne, co-fundador da Liga dos Direitos Humanos, será assassinado como judeu pela milícia francesa em 1944. Sabe-se menos que Le Corbusier lhe pediu para escrever dois artigos na sua revista: *L'Esprit nouveau*. O arquiteto é favorável a uma vitória da Frente Popular (nas eleições municipais de 1935, e em seguida nas eleições legislativas de 1936), a julgar por esta carta endereçada à sua mãe de 4 de abril de 1936: “Acho que a mudança de direção acontecerá nas eleições e a direita será vencida. Chegou a hora! Mas a esquerda não poderá cumprir suas promessas. Haverá problemas. A construção fissurada de hoje vai desmoronar, e a França, terá por fim que dar à luz um regime para ela, coordenado com seu próprio estado. Hitler não é tão estúpido quanto dizem. Ele lidera seu jogo

19. Robert Belot, *Lucien Rebatet, ou le fascisme comme contre-culture*, Presses Universitaires de Rennes, 2015.

20. O colaboracionismo reúne os defensores de uma integração da França no espaço europeu do nazismo. Esses partidários estão confinados a Paris e oferecem uma crítica radical do regime de Vichy, considerado moderado demais.

21. R. Brasillach, "Introduction à l'esprit fasciste" (II. "Comment se forment les mythes"), *Je suis partout*, 1^{er} juillet 1938. Como Jean Plumyène e Raymond Laserra escreveram (*op.cit.*, p. 7), "parece que o fascismo na França é, antes de tudo, a idéia que os antifascistas fazem dele".

22. Robert Belot, *Henri Frenay, de la Résistance à l'Europe*, Seuil, 2003, p. 101-116.

com força e avança. Há pessoas loucas aqui – direita e extrema esquerda – que gostariam de entrar em guerra.”

Nas minhas pesquisas, pude demonstrar que o fascismo pré-guerra era o resultado de uma minoria de intelectuais e jornalistas comprometidos e barulhentos, cujas teses não tinham controle sobre o corpo social.¹⁹ O fascismo autoproclamado existia apenas em sua versão colaboracionista,²⁰ sob a ocupação, e se referia apenas a uma franja extrema e extremamente fraca da *intelligentsia* parisiense. Robert Brasillach, bem colocado para o saber, já falou de um fenômeno reativo de “anti-antifascismo”.²¹

Pude medir que a ressonância sociopolítica do colaboracionismo sob a ocupação estava próxima de zero e que, por um efeito paradoxal de retroação, desempenhava um papel de repulsor na opinião. Vichy soube muito bem como denunciar e usar as manifestações intempestivas do clã colaboracionista para se distinguir melhor do fascismo. Finalmente, foi analisado que o colaboracionismo tem sido uma forma degenerada de fascismo, e que tem sido mesmo a antítese. Estas pesquisas são amplamente conhecidas e têm sido alvo de debates públicos mediatizados que ninguém deve ignorar. Deve-se notar desde o início que Le Corbusier nunca conviveu com o meio colaboracionista.

2. Le Corbusier e Vichy: o encontro impossível

Dito isto, é necessário saber quais eram as relações de Le Corbusier com o regime de Vichy. Porque sabemos que Le Corbusier se instala na cidade termal, tornada capital da França de Pétain, no início de 1941. Ele adere aos valores do regime? Como ele percebe isso? Como é que, especialmente os homens de Vichy, vêem Le Corbusier?

Em 1941, Vichy não é a Vichy de 1943. A Resistência está no estado embrionário. No início de 1941, Henri Frenay, que fundará um ano depois o movimento mais importante da Resistência interior, *Combat*, trabalha nos serviços oficiais sem pensar que está cometendo um erro.²² Uma presença em Vichy não significa uma adesão aos princípios do regime. Uma das razões para a adesão maciça dos franceses ao advento de Pétain, além do trauma da derrota, está ligada ao desprezo que eles tinham dos costumes políticos e da impotência da

23. Robert Belot, *La Résistance sans de Gaulle. Politique et gaullisme de guerre*, Fayard, 2006.

República que acabava de terminar a quem se atribui a causa da derrota. É por isso que os primeiros combatentes da resistência interior geralmente não eram anti-Pétain.²³ Isso não levou a uma hostilidade de princípios em relação à República como um sistema político. Para um historiador como René Rémond, é precisamente o ancoradouro republicano que evitou a experiência verdadeiramente fascista da França.

Parece óbvio que o arquiteto franco-suíço, que despreza a democracia parlamentar, olhe com bons olhos o advento desse regime autoritário. A queda da República não lhe causou arrependimento, como foi o caso da maioria dos franceses. Vichy, acredita ele, é uma boa perspectiva para um posto, projetos, conezias. Mas apesar das suas ações e intrigas, ele não receberá nenhuma encomenda do Estado de Vichy. Acima de tudo, ele quer primeiro promover junto da nova administração a sua idéia de criar um comitê para os estudos preparatórios de urbanismo, o mesmo que havia formulado junto de Leon Blum. Além disso, ele se encontra com Jean Coutrot, que passou pela Frente Popular. Ele pede a criação de uma direção geral do urbanismo, uma idéia que ele conseguirá a convencer o novo poder na Libertação, graças ao resistente Eugène Claudius-Petit. Le Corbusier apenas promove a inclusão na realidade institucional de uma nova concepção de arquitetura, compartilhada por muitos arquitetos da época que desejam refletir sobre a arquitetura na ação urbana. O arquiteto franco-suíço pensou que ele teria um papel proeminente a desempenhar no Comissariado para a Reconstrução Imobiliária, criado pelas autoridades de Vichy em 1941. Ele só tem a responsabilidade de uma Comissão de Estudos para as questões relativas à habitação e à construção, que interromperá toda a atividade no verão de 1941. Le Corbusier entende que “prega no deserto”. Ele não participará do desenvolvimento do código do urbanismo (junho de 1943) resultante do trabalho do Comitê Nacional da Reconstrução que lutava contra uma arquitetura “desenraizada”. Em janeiro de 1942, ele foi “destituído”: não era suficientemente francês e tinha muitos inimigos. Ele escreve para sua mãe: “Os meus inimigos me eliminaram implacavelmente. Eles estão todos agora todos alinhados nos 4 dos 5 principais comitês. “ Conhece-se o seu julgamento final sobre Vichy: “Adeus, querida merda de Vichy! Eu sacudo a

24. Julian Jackson, *La France sous l'Occupation*, Flammarion, 2004, p. 417.

25. Ver o debate em torno do livro de Jean Giraudoux, *Pleins Pouvoirs*, 1939; Annick Jauer, “A raça francesa em *Pleins Pouvoirs*: outra leitura”, *Cahiers Jean Giraudoux*, 2016, n. 44. Trata-se menos de uma aceção étnica ou biológica do que uma fórmula que metaforiza o “povo”, designando um “habitus” cultural. O esporte também é percebido como um “regenerador da raça”: ver também: Pierre Charreton, *Les fêtes du corps : histoire et tendances de la littérature à thème sportif en France, 1870-1970*, Université de Saint-Etienne, 1985, p. 51-56.

26. Alexis Carrel, *L'Homme, cet inconnu*, 1935. Carrel recebeu o Prêmio Nobel de Medicina em 1912.

27. Pierre-André Taguieff, “Eugénisme ou décadence? L'exception française”, *Ethnologie française*, t. 24, n. 1, *Penser l'héritage* (janeiro-março 1994), p. 81-103.

poeira dos meus sapatos até o último grão” (1 de julho de 1942). Um ponto de vista de um historiador britânico: “Os seus dezoito meses em Vichy são apenas uma nota de rodapé na história do regime, da qual ele nunca se aproximou dos círculos internos.”²⁴

Le Corbusier escreveu um projeto em janeiro de 1941: O Urbanismo e a Revolução Nacional. Este texto retoma um dos principais temas da sua ambição urbanística: favorecer o desenvolvimento de “construções em altura, orientadas segundo a direção do sol, rodeadas de espaço e vegetação.” Le Corbusier desenvolvia esta linha há já vinte anos. Ele não a imaginou para Vichy. Além do mais, se olharmos de perto, esta linha está pouco alinhada com a política de Vichy, que é em grande parte descentralizadora, ruralista e conservadora. Os comentadores atuais preferem não apontar esta discrepância para destacar melhor a outra parte da frase, a qual consideram como uma prova do fascismo de Le Corbusier: “... e complementadas por equipamentos que promovem a eugenia e a saúde da raça.”

A palavra “raça” faz parte do vocabulário corrente da época, mas não está especificamente relacionado a uma concepção racista ou racializante.²⁵ A referência à eugenia é chocante, mas seria arriscado relacioná-la à política liderada pelos nazistas nessa área. Desenvolvida na França no final do século XIX, popularizada por Alexis Carrel na década de 1930,²⁶ esta referência é principalmente um reflexo de uma obsessão pela decadência²⁷ que invade a imaginação coletiva desde o “sangramento” demográfico da Primeira Guerra Mundial. Deve-se notar que a idéia da cidade considerada como um “organismo vivo” é muito frequentemente encontrada no primeiro pensamento urbanístico francês, familiarizado com as concepções evolucionistas do biólogo britânico Patrick Geddes.²⁸

Gosta-se também de destacar a adesão que o arquiteto parece ter relativamente à estética enaltecida pelo novo regime (“expressão saudável, leal, poética e lírica do espírito do nosso tempo, aplicada ao objetivo mais nobre existente, a Revolução Nacional”) como a assinatura da sua impregnação de Vichy. Pelo contrário, este elemento deve ser visto como uma prova do oportunismo de Le Corbusier, pronto a comprometer-se com todos os regimes políticos, a fim de

28. Mesmo se haverá mais uma tendência para classificar Le Corbusier na categoria dos arquitetos que querem se libertar do *continuum* da história. Ver sobre esta questão: Rémi Baudouï, “Marcel Poëte et Le Corbusier: l’histoire dans le projet d’urbanisme”, *Les Annales de la recherche urbaine*, n. 37, 1988. Plans et projets. p. 46-54.

29. Jean-Louis Cohen, *Le Corbusier, La planète comme chantier*, Textuel, 2015, p. 133.

30. Mesmo se pudéssemos objetar que a recusa da política é também uma posição política...

31. Le Corbusier, *Sur les quatre routes*, Denoël, Paris, 1970, p. 280 (1ª edição: 1941).

32. “Porque, de fato, para Le Corbusier, a boa política depende essencialmente de boa arquitetura. É um simplesmente um meio e não um fim.” Mickaël Labbé, “Le Corbusier : architecture et politique”, *Astérian* [Online], 16 | 2017, p. 4; colocado online a 30 de maio de 2017, consultado a 7 de junho de 2017. Site: <http://asterion.revues.org/2879>.

33. *Vers la Révolution communautaire. Les journées du Mont-Dore*, 10-14 avril 1943, Paris, Sequana, 1943.

fazer triunfar o seu ponto de vista ou ganhar os mercados. A lucidez política não é o seu forte, e as suas posições políticas, se as houver, estão relacionadas com as circunstâncias: “Le Corbusier começa a década de 1930 mais para a direita e termina-os claramente à esquerda.”²⁹ De fato, nunca se deve esquecer que ele não tem nenhuma consideração pela política.³⁰ Aqui está o que ele escreveu a 28 de junho de 1930 para a sua amiga Helene de Mandrot: “Política? Sou incolor, pois os grupos reunidos (sic) em torno de nossas idéias são a recuperação francesa (militarismo burguês) ... comunistas, socialistas, radicais (Loucheur), monarquistas, fascistas. Quando se mistura todas as cores, sabe como é, dá branco.” Ele também dirá em 1941: “Eu nunca fiz política, estando tomado inteiramente pela torrente do urbanismo; as políticas são incoerentes no urbanismo.”³¹ É um exercício inútil querer atribuir a Le Corbusier uma corrente política ou ideológica. Pensa-se, além disso, que a sua linha de horizonte era meta-política.³²

Le Corbusier acreditava que o advento de Vichy era uma oportunidade para ele e o triunfo das suas teses. Ele pensava que o Estado iria finalmente levar em conta a necessidade de uma reforma global da habitação na França. Isso não aconteceu. Daí o seu ressentimento que se transforma em hostilidade em relação a esse regime.

Uma pergunta deve ser feita nesta fase que nunca foi objeto de análise: como Le Corbusier é visto por Vichy? Creio ser capaz de trazer um elemento que permite entender melhor a imagem que a França de Vichy tem de Le Corbusier. Trata-se das posições adotadas durante as “jornadas do Mont-Dore” (abril de 1943) pela elite intelectual de Vichy.³³

Um relatório resume as entrevistas que tiveram lugar sobre o tema: “Os benefícios culturais das relações com a comunidade. Urbanismo e cultura”. A cidade tornou-se inabitável devido a um “acúmulo de massas sem almas e não-estruturadas” que sofrem “influências nocivas”: miséria fisiológica, “desespero dos desenraizados”, deterioração das trocas e “ritmos vitais”, “modos de vida artificial”. As metrópoles “hipertrofiadas” são o símbolo da “civilização industrial”. O urbanismo deve cuidar do “mais pequeno vilarejo”, porque é necessário retornar aos “escalões da comunidade que germinam em grupos locais” e causar “migrações na direção oposta” para um “retorno à terra”. É por isso que os edi-

tores do manifesto são hostis ao que ironicamente chamam de “belas classificações verticais”, para entender os grandes conjuntos, como afirma Le Corbusier. Os pequenos apartamentos das torres (a “habitação mínima”) devem ser prescritos para o benefício de “grandes divisões que se abrem para um jardim”. “Também rejeitamos a pretensiosa moradiazinha situada a poucos metros do seu vizinho, o escandaloso HBM (habitação de aluguel moderado), a máquina para habitar de armários coletivos de 50 metros de altura.” Aqui são alvo tanto Le Corbusier como os seus seguidores. Na habitação coletiva que ele reivindica, Vichy se opõe ao individualismo familiar, baseado em “casas baixas”. Entendemos melhor por que Le Corbusier não obteve uma encomenda do regime de Vichy. Longe do retorno à terra e às culturas vernáculas, Le Corbusier quer ser o defensor da “estética do engenheiro” e da técnica, que Vichy vê como uma das causas da perda da realidade na elite. A visão urbanística de Vichy é a própria negação daqueles “bairros modernos” do final da década de 1950 que os detratores de Le Corbusier consideram “os monumentos deixados pelo fascismo francês”.

Ler Le Corbusier através de um prisma ideológico-cêntrico é pressupor que as ideias políticas exercem um poder de transformação das mentes (e da realidade...) e estruturam o campo da criação e da inovação. Os historiadores há muito aprenderam que essa abordagem está desatualizada e não é pertinente. “Não mais que o expressionismo na arte, a corrente progressista e modernista tem uma conexão exclusiva com uma sensibilidade política.”³⁴ Aqueles que postulam a existência de uma “unidade conceitual” de Le Corbusier recusam admitir a realidade que é sempre complexa, evolutiva e não pode ser reduzida a fórmulas. Eles também esquecem que “Le Corbusier está mergulhado em contradições, ele escreveu tanto, que ele diz tudo e o seu oposto”, acrescenta Guillemette Morel Journel. Não há um Le Corbusier, mas muitos.”

II. AS APORIAS DA CATEGORIZAÇÃO POLÍTICA

O que faz com que Le Corbusier se encontre do lado dos “inconformistas da década de 1930”³⁵ é essencialmente a sua crítica à falta de política urbanística do Estado. O arquiteto está procurando fóruns, redes e homens que comparti-

34. Pierre Le Vigan, *Inventaire de la modernité, avant liquidation: au-delà de la droite et de la gauche, études sur la société, la ville, la politique*, Avatar Editions, 2007, p. 228.

35. Jean-Louis Loubet del Bayle, *Les non-conformistes des années 30. Une tentative de renouvellement de la pensée politique française*, Seuil, 2001 (reedição).

lhem essa descoberta e essa busca e que promovam uma superação do dogma liberal dominante após a Grande Guerra.

1. A aposta na modernidade e na racionalidade

Há de fato um “primeiro fascismo” na França, em torno de Georges Valois, ex-anarco-sindicalista passado para a *Action Française*, fundador em 1925 do movimento *Le Faisceau*. Le Corbusier adere a este movimento. Mas qual é o *Le Faisceau*? Trata-se de um círculo muito pequeno de homens que condenam o capitalismo liberal desenfreado, a “Europa burguesa” e o comunismo liberticida e anti-patriótico. Este movimento efêmero lança o slogan “nem direita nem esquerda”. Ele apela ao advento de um “estado sindical” e defende uma organização “racional” e social da economia. Nenhum vestígio de anti-semitismo. Uma hostilidade aberta à extrema direita, incluindo à *Action Française*, o que lhe cai bem. Em 1927, Valois constata que “a França permaneceu desconfiada da doutrina fascista”.³⁶ Alguns membros de sua equipe assumem a pasta e fundam a revista *Prélude*. Esta revista é uma dessas muitas publicações que floresceram no período entre guerras (como a revista *Plans* dos seus amigos Hubert de Lagardelle, François de Pierrefeu) e onde os “não-conformistas” se expressam. O responsável desta revista é Pierre Winter. Como muitos intelectuais dessa época que buscam uma via entre a direita e a esquerda para corrigir os excessos e a inépcia do capitalismo (a crise de 1929 e as suas consequências), Winter defende o advento de uma “economia dirigida” que corresponde à interpretação dos reformadores (de esquerda e de direita) da época. Ele rejeita tanto a *Action Française* quanto o Partido Comunista Francês. Se ele dinamiza no final dos anos 1920, com Philippe Lamour, o efêmero partido fascista revolucionário,³⁷ ele não concorda com o hiper-estatismo (falamos de “estatolatria”), que é a característica central dos regimes totalitários visto que as suas preferências vão no sentido de “um estado não político, reduzido às funções de controle, administração e contabilidade”,³⁸ enfim, um estado técnico. Os projetos urbanistas da Itália fascista poderiam ter seduzido Le Corbusier. No entanto, num artigo publicado em 1933, o franco-suíço grageja sobre “Roma imitando Roma, uma redundância louca” e o regime de Mussolini.³⁹

36. Georges Valois, *Le Nouveau Siècle*, 23 de outubro de 1927, citado por Jean Plumyène et Raymond Lasierra, *op.cit.*, p. 42.

37. Grupúsculo sobrevivente à dissolução do partido *Faisceau* de Georges Valois, onde encontramos Philippe Lamour e Le Corbusier, entre outros.

38. *Prélude* (n. 10, março-abril 1934).

39. Antes, no ano seguinte após saudar na Itália “a iminente aurora do espírito moderno”, e como Mussolini não o solicitou, recuou na indiferença. Ver: Robert Fishman, *L'utopie urbaine au xx^e siècle*, Paris, edições Mardaga, 1979, p. 180.

É o fim da primeira experiência fascista na França. Le Corbusier vai ficar longe das ligas facciosas que floresceram no início dos anos 1930. Buscar-se-á em vão seu nome em jornais extremistas, como *Je Suis Partout*, ou na lista dos membros ou simpatizantes do único movimento político representativo de “segundo fascismo” na França: o Partido Popular Francês, liderado por Jacques Doriot.

Os grupos de racionalização e reforma são numerosos e ecléticos a nível político. São lugares de reflexão da modernidade onde se encontra uma certa elite seduzida pelas novas teorias da organização, após a Primeira Guerra Mundial. Entre esses agrupamentos, encontra-se *Le Redressement français*. Fazem parte alguns industriais e intelectuais, incluindo Raoul Dautry, que aí conhece Le Corbusier. É através dele que o arquiteto é convidado a frequentar esse meio. Os detratores do arquiteto gostam de a apresentar como “uma organização de extrema direita”⁴⁰ ou “neofascista”,⁴¹ uma maneira de desacreditar tanto Dautry como Le Corbusier. No entanto, essa estrutura, onde encontramos grandes patrões, como Auguste Detœuf ou Ernest Mercier, excluiu o Conde de Fels e Germain Martin por causa de seu posicionamento extremista. Mercier queria fazer “uma reunião de boas vontades e elites para superar as deficiências da política.” Detœuf representa a corrente liberal anti-estatista, que é incompatível com o fascismo (estado forte e intrusivo, partido único, economia controlada); mas Detœuf se junta aos planejadores na observação das “insuficiências do mercado e da necessidade de uma regulação coletiva da economia”, que levará à Frente Popular.⁴² Dautry fala de paz social, “colaboração de classes” e de moradia. Jules Moch, tecnólogo socialista, amigo de Leon Blum, apenas refere coisas positivas.

O partido *Le Redressement français*, se é possível posicioná-lo à direita, não pode ser classificado na categoria de movimentos de extrema direita. Ele é a favor da Europa, por exemplo. A ideologia da “racionalização” enquadra-se “no âmbito do liberalismo”⁴³ e da “interdependência” (Detœuf) das economias modernas. Inspirado pelo pensamento de Henri Fayol, precursor do management, ele afeta todas as tendências políticas, incluindo as socialistas, e é de grande interesse para o *Bureau international du Travail* (Secretaria Internacional do Trabalho) em Genebra e Albert Thomas.

40. X. de Jarcy, *op.cit.*, p. 73.

41. Tim Benton, *Le Corbusier le Grand*, Phaidon, 2008, p. 309.

42. Nicolas Baverez, “La spécificité française du chômage structurel de masse, des années 1930 aux années 1990”, *Vingtième Siècle*, revista de História, n. 52, outubro-dezembro 1996, p. 47.

43. Gérard Brun, *Technocrates et technocratie en France (1914-1945)*, Paris, Albatros, 1985, p. 87.

Na verdade, Le Corbusier, diletante, curioso sobre tudo, interessa-se pelos circuitos que buscam renovar o pensamento dos problemas contemporâneos. Mas sem nunca se envolver organicamente nesses movimentos. Limitá-lo a um rótulo é não conhecer o homem que ele é, um espírito livre, pouco recomendado e pouco assimilado. O seu oportunismo tem uma função indireta de imunização contra o recrutamento político ou ideológico. O partido *Redressement français* foi para ele um lobby que deveria ser usado para convencer o governo francês a confiar-lhe a construção do *Palais des Nations* em Genebra ou a vender o Plano Voisin.

O elo meta-heurístico que une os Modernos no período entre guerras não é político. É preciso ir buscá-lo para além e para aquém disso. Essa ligação é uma *episteme* que domina num determinado momento aqueles que querem repensar a arquitetura em sua relação com a cidade. E no centro dessa *episteme*, há a crença de que os tecnólogos teriam a capacidade de alcançar o bem comum de outra maneira melhor do que os políticos.⁴⁴ Há também a convicção de que a cidade pode ser objeto de uma “ciência global” de acordo com um tipo humano universal, uniforme e, portanto, padronizado. Daí uma extrema sensibilidade dos teóricos da racionalização e planejamento. Daí também um internacionalismo que protege contra a onda nacionalista que varreu a Europa no período entre guerras. Le Corbusier é um globalista. É por isso que um esquerdista como Paul Otlet, um seguidor da “paz universal”, aproximou-se dele no final da década de 1920 para refletir sobre seu projeto de Mundaneum, uma cidade mundial utópica que fascina Le Corbusier.⁴⁵

2. A CGT faz parte do discurso inovador de Le Corbusier

O fato de uma certa esquerda sindicalista aderir aos pontos de vista de Le Corbusier ilustra esta dificuldade de categorização política e ideológica. As críticas de Le Corbusier não visam a República como um regime, mas a falta de consideração da questão urbana. É por isso que é bem recebido pela esquerda, e não apenas porque a Rússia Soviética assegura a sua primeira encomenda de um grande edifício institucional: o *Centrosjuz*, concluído em 1936. Não é de

44. “O homem que demonstrara que sua filosofia política nada mais era do que o oportunismo jamais retornara ao objetivo a que todo governo deveria aspirar: o maior bem para o maior número” N. F. Weber, *C’était Le Corbusier*, Paris, Fayard, 2009, p. 619.

45. Carta de Le Corbusier à sua mãe, 16 de dezembro de 1927, Le Corbusier, *Correspondance. Lettres à la famille, 1926-1946, op.cit.*, p. 142. Ver: Walter Tega, “Paul Otlet, Otto Neurath, Le Corbusier: un projet pour la paix perpétuelle”, in *Revue de métaphysique et de morale*, n. 4, 2014, PUF, p. 545-559.

46. *Des Pharaons à Le Corbusier. Esquisse d'une histoire de l'architecture*, Cours de l'Institut supérieur ouvrier 1933-1934, Centre confédéral d'éducation ouvrière, Paris, s/d (1935). Georges Lefranc é o editor. O número é apresentado por Georges Vidalenc.

surpreender que os detratores do grande homem nunca o mencionem: isso perturbaria o sistema em que estão trançados. Um documento, nunca citado, é muito interessante deste ponto de vista. É uma publicação do Instituto Supérieur Operário intitulada: *Des Pharaons à Le Corbusier. Esquisse d'une histoire de l'architecture*. Esta publicação vem dos cursos dados em 1933 e 1934.⁴⁶

Le Corbusier aparece lá, junto com outros, como um “inovador”. É ele quem incorpora uma revolução social: “A habitação passou para o primeiro plano das preocupações do arquiteto”. Saudamos o seu *Pavillon de l'Esprit nouveau* projetado para a Exposição de Artes Decorativas de 1925, cujo slogan oficial era: “Pensar fora da caixa, lançar-se por novos caminhos, proibir-se de copiar os antigos”. Deve ter sido um choque de modernidade. A habitação tipo célula proposta por Le Corbusier e Pierre Jeanneret, “inteiramente construída em elementos standard”, é apoiada pela CGT. O diorama de um plano diretor para Paris (Plano Voisin) não provoca um motim.

Na CGT, Le Corbusier é apresentado como “um trabalhador”, já que originalmente ele é um cinzelador. Isto muda tudo. Gostamos de colocá-lo fora do “ensino oficial” e gostamos de citar quando ele escarnece “o falso, a maquiagem e a obsequiosidade dos cortesãos” ou quando ele chama os arquitetos para se emanciparem das “memórias históricas”. O princípio de base sobre o qual as suas idéias são baseadas é “de ordem social”: pessoas, cidades e não palácios devem ser cuidados. A revista cita com satisfação uma passagem de *Vers une Architecture* (1923): “Em 1924, em todos os países, a arquitetura ocupa-se da casa, a casa normal e comum, para os homens normais e comuns.” Ela não se interessa mais pelos palácios. Aqui está um sinal dos tempos. É por isso que a sua noção de “máquina para viver” é bem-vinda. “Muitas vezes, o arquiteto deve ter em mente a beleza de uma máquina, um pacote, um avião, rigorosamente adaptados ao seu fim. O *ethos* industrialista da CGT é naturalmente sensível a ela. A crítica que Le Corbusier faz à ausência de uma política ousada do pós-guerra para resolver o “problema da habitação” é muito bem recebida. Esta crítica está associada à de André Lurçat que, no seu livro *Architecture* (1929), denuncia um “desastre” vinculado à “falta de audácia dos governos que não ousam confiar naqueles que realizaram pouco”.

47. Pierre et Robert Joly, *L'architecte André Lurçat*, Paris, éditions Picard, 1995.

Entre eles, há uma solidariedade geracional, uma identidade de visão sobre a constatação e a necessidade de uma sucessão imaginativa neste campo. Lurçat é um membro fundador do CIAM com Le Corbusier, mas, ao contrário deste último, ele evolui numa sociabilidade de esquerda (Georges Sadoul, Léon Moussinac), participa nos comitês antifascistas e trabalha para os municípios comunistas (Villejuif); tudo o que o prepara para se juntar ao Partido Comunista em 1942, com o qual ele co-fundou a Frente Nacional de Arquitetos Resistentes.⁴⁷ Nos anos 1930, Lurçat estava na mesma linha modernizadora e racionalizadora de Le Corbusier. Ele estigmatiza a cultura acadêmica dos “falsos palácios” e “falsos castelos de papelão” impostos pela “classe dominante” em detrimento da “habitação racional”. Podemos ver quão falsamente relevante é emprestar uma sobredeterminação às sensibilidades políticas dos arquitetos.

O que agrada nos círculos de cêgetistas (aderentes da CGT) é que a concepção de Le Corbusier conjuga a utilidade (“Um abrigo contra o quente, o frio, a chuva, os ladrões, os indiscretos, um receptáculo de luz e sol”) e uma nova estética. No entanto, esta estética não é mais confundida com a riqueza, o dispendioso, o enfeite, em suma, com “a exibição luxuosa de uma rica decoração placada”, como diz o editor deste livreto.

Este último considera que Le Corbusier é totalmente do seu tempo quando ele recomenda manter romanos “o tijolo e o cimento romano e a pedra travertina”, mas vender “aos bilionários o mármore romano”. O editor vê Le Corbusier como um revolucionário quando pede para não impor mais aos estudantes de arquitetura Roma como um modelo fora do alcance: “O Grande Prêmio de Roma e a Villa Medici são o câncer da arquitetura francesa.”

O que agrada à esquerda é que Le Corbusier está à margem das instituições acadêmicas, incapazes de pensar na necessidade de uma mudança radical no paradigma arquitetônico. Abandonar os “estilos” para voltar ao essencial: volumes e superfícies, uma arquitetura de prismas, cubos e cilindros. Os formadores da CGT gostaram que Le Corbusier preferisse silos e fábricas americanas à arquitetura gótica, o Palácio Pitti no Boulevard Raspail. Ele é o apóstolo da “beleza sincera”, essa beleza que, lembra o editor da CGT citando

48. Para X. de Jarcy, prestando muita atenção a aproximações incomuns, não é por acaso que Le Corbusier apresenta o Plano Voisin em 1925, “ano de nascimento do *Faisceau*” (agrupamento marginal do que é chamado de “o primeiro fascismo francês). Mas enquanto o fascismo é caracterizado por uma rejeição simétrica do capitalismo e do comunismo, somos apresentados ao urbanismo de Le Corbusier como estando “a serviço do capitalismo”.

Le Corbusier, vem de “esse espírito de ordem geométrica e matemática”. O estilo corbusiano agrada pela sua sobriedade: “volumes simples, superfícies claras, plano lógico”.

É interessante comparar a forma como algumas pessoas hoje percebem o Plano Voisin (ao mesmo tempo e contraditoriamente como uma expressão do fascismo e como um ato de submissão ao capitalismo...) ⁴⁸ e o que foi dito nos cursos da CGT na década de 1930. O grave defeito das abordagens ideocêntricas é que elas removem a questão das representações contemporâneas dos fatos estudados. A surpresa é grande.

O capítulo XVI em que se refere esta questão é intitulado “Le Corbusier et l’urbanisme”. Abre com uma citação do arquiteto do seu livro publicado em 1924: *Urbanisme*. Le Corbusier descreve o período do pós-guerra como um “período de desordem” e apresenta o urbanismo como uma “ciência” que pode “criar felicidade” e “perseguir a infelicidade”. Seu objetivo é “social”, o que só pode seduzir os executivos da CGT. Este arquiteto não é “burguês”, pois escuta o povo e o “sistema social”. O editor parte de uma constatação: as grandes cidades são o produto da “corrida amarga, imbecil e individualista em direção aos desejos egoístas”. A genética das grandes cidades é constituída por uma “assembléia progressiva, perigosa, com seu fenômeno de lenta estratificação”. O que precisa ser feito é pôr em marcha um processo contrário, orientado para o coletivo e o voluntarismo: “Solidariedade, piedade, amor ao bem, que projeta uma vontade poderosa em direção a um objetivo claro, construtivo e criativo.” O editor da livreto está totalmente de acordo com a idéia de que as “grandes cidades” estão “atrasadas”, inadequadas às condições da “vida moderna”. Elas são patogênicas e ansiogênicas; elas produzem “um monte de seres dedicados ao nervosismo e à doença”.

O segundo parâmetro a ter em conta é o advento do automóvel, percebido como o símbolo do progresso. Mas devemos resolver “os problemas urbanos da circulação”: de 1900 a 1922, o número de veículos aumentou de 2.897 para 360.937! O centro das grandes cidades tornou-se “o fundo de um funil”, onde convergem bondes, ônibus e automóveis. O terceiro parâmetro é o aumento da população em “proporções perigosas”. Paris passou de 2,2 milhões de habitantes em 1880 para 4 milhões de habitantes em 1930. Isso é suficiente

49. “A rua-corredor com duas calçadas, sufocada entre casas altas, deve desaparecer.” (Le Corbusier, 1925).

50. Claudius-Petit teve tempo suficiente para explicar sua concepção a Le Corbusier no Vernon S. Hood, durante os doze dias de travessia que os levaram aos Estados Unidos em dezembro de 1945.

para a CGT pensar que Le Corbusier está certo quando defende uma “construção da cidade nascida de um programa, de uma vontade, de uma ciência adquirida”. A cidade não pode ser o efeito do acaso. Para a CGT, “hoje não devemos nos contentar em desenvolver este ou aquele lugar, mas reorganizar corajosamente, em novas fundações, a cidade do século xx”; e essas novas fundações são “os princípios fundamentais do urbanismo moderno”: descongestionar os centros urbanos; aumentar os meios de circulação, abandonando a tradição da “rua-corredor”;⁴⁹ intensificar as áreas plantadas.

Por incrível que nos pareça hoje, numa época em que o património a se tornou um valor universal, a modernização, na época, requer uma operação de destruição maciça e a negação do passado. Este mito de ruptura brutal está novamente no centro das atenções no período da Libertação. Podemos julgar por esta petição de princípio de Eugène Claudius-Petit (18 de junho de 1944), que ainda não é ministro: “Você não está morto para que a França se torne um museu onde, discretamente, estamos contemplando as testemunhas da história passada ...” A 5 de março de 1945, ele confirmou esse desejo de mudança radical: A França não sofreu o que sofreu para rebranquear os sepulcros. Salientemos que este desejo de ruptura só poderia satisfazer Le Corbusier.⁵⁰

O editor da CGT escreveu por conta própria: “Devemos demolir o centro das grandes cidades e reconstruí-lo.” As principais áreas vítimas: o Marais, o bairro dos Arquivos e do Templo. “Mas os monumentos autênticos (sic) deverão ser salvos.” Em seguida, ele cita Le Corbusier evocando o os subúrbios parisienses: “Abolir o cinturão piolhoso dos subúrbios, afastá-lo e, em seu lugar, constituir gradualmente uma zona de proteção livre.” O editor retoma, sem discutir, o esboço do projeto: uma cidade dos negócios composta por 24 arranha-céus de cerca de 300 metros de altura. Mas ao pé de cada arranha-céu, praças, jardins, parques, restaurantes, lugares de cultura. Então, bairros residenciais estruturados em loteamentos de forma denteada, constituídos de edifícios de 6 andares colocados em parques. Comentário: “A cidade se tornaria num imenso parque: 15% de área construída; 85% da área plantada, notando-se que as principais ruas axiais se interceptariam apenas a cada 400 metros. Ao redor da cidade, a zona de proteção reservada para fábricas e cidades-

-jardim criando “um vasto cerrado de vegetação”. O que nos lembramos do Plano Voisin, citando Le Corbusier, é que “o fenômeno gigantesco da grande cidade se desenvolverá em um verde feliz”. O número de ruas seria reduzido em dois terços, em benefício de corredores subterrâneos e pontes de concreto (autódromos) garantindo uma circulação rápida.

O que pensam os responsáveis da educação dos trabalhadores? Eles evocam as “críticas vivas e muito diversas” que este projeto provocou, destacando a hostilidade dos soviéticos. Para estes, o plano é de essência capitalista e produzirá sofrimento; vai contra a política de “desurbanização” de elementos urbanos de 50.000 habitantes. Outra frente crítica denuncia uma cidade “sem beleza”, atingida pela monotonia geométrica. O que nos surpreende é que a CGT considera que o Plano Voisin “parece manter uma medida justa”: acentua a concentração econômica e, ao mesmo tempo, areja os “agrupamentos humanos, seja na cintura da cidade, seja nas cidades-jardim.” Quanto à dimensão estética, a CGT pensa, como Le Corbusier, que existe uma beleza de “uniformidade de detalhes” e de “movimento do todo”; tudo será apostado no recorte de casas no céu. O mérito deste plano seria “dar-nos um vislumbre de um futuro em que o atual caos da grande cidade monstro, terreno fértil para a tuberculose, terá dado lugar à clara ordem de uma cidade para todos.” Mas o autor do livreto concorda que esse plano não é “viável hoje”. Os “interesses capitalistas” e o culto da propriedade individual entre os franceses a impedem. O custo da expropriação será muito alto. Os arquitetos estão condenados a retocar os detalhes.

A conclusão deste estudo é política. Para os responsáveis pela educação dos trabalhadores, Le Corbusier é um daqueles urbanistas corajosos que atacam propriedades individuais e que, portanto, estão do lado dos proletários e dos revolucionários. “O obstáculo da propriedade individual deve tornar qualquer urbanista racional um anticapitalista.” E o mérito dos municípios da classe trabalhadora que tentaram “realizações proletárias verdadeiramente novas”⁵¹ é exaltado. Le Corbusier e a sua “habitação racional” vão de encontro às “preocupações emancipatórias”. Mas a “opinião pública”, por falta de autonomia de pensamento, não consegue entender os “inovadores arrojados”. Ele fará “resistência”

51. Boulogne-sur-Mer, Pantin, Suresnes, Villejuif, Villeurbanne, Roubaix...

52. Primeira formação política na França na véspera da guerra, que sucede a liga da *Croix de Feu*. Os historiadores concordam em negar o termo “fascista”.

enquanto a revolução mais profunda da estrutura social “não tiver sido empreendida.

Uma evidência se impõe: as concepções de Le Corbusier parecem ser mais bem apreciadas pela CGT do que pela direita nacionalista, como a *Action Française* ou o Partido Social Francês do Coronel de La Rocque.⁵² A esquerda tem uma relação potencialmente benevolente com a tecnologia, considerada como uma força para o progresso. Enquanto a cultura reacionária de Vichy mostra uma tendência tecnofóbica muito marcante. Le Corbusier estava enganado quando achou que poderia ser notado.

3. O primeiro encontro entre o arquiteto e o poder: a Libertação

A política de ruptura que Le Corbusier procura, ele não encontrará sob Vichy. Contra todas as probabilidades, é no momento da Libertação, com o advento das idéias da Resistência Francesa, que o encontro entre o arquiteto e o poder acontece pela primeira vez. Seria errado pensar que isso é simplesmente uma questão de circunstâncias.

Le Corbusier não é redutível a um meio, nem a uma posição política ou ideológica. Seu compromisso estritamente político é inexistente. Sendo oportunista, livre demais e orgulhoso demais para se permitir ser recrutado, apenas seu talento e sua ambição encontram graça em seus olhos, mas também a ideia de que ele está fazendo o bem para a humanidade. Finalmente, ele vai onde suas teses poderiam receber um eco. O fato de ele freqüentar as alas da Frente Popular não faz dele um socialista. O fato de ele ter recebido suas maiores encomendas de governos da Resistência não o torna um resistente, mesmo tendo sido um membro da Frente Nacional de Arquitetos da Libertação. Dito isto, é de surpreender a importância dada à sua estadia mal sucedida em Vichy em comparação com a subvalorização de sua amizade com Raoul Dautry e Claudius-Petit, os dois ministros da Resistência que o honraram com sua maior confiança e ele confiaram projetos onde poderia expressar sua visão da arquitetura.⁵³

53. Marc Perelman se contenta em achar “surpreendente” a atitude de Claudius-Petit em relação a Le Corbusier. E para colocar essa atitude na conta da vontade de “reabilitação” ou esquecer Vichy... M. Perelman, *op.cit.*, p. 66.

Os detratores, por ignorância ou parcialidade (ou ambos), não evocam adequadamente a ligação entre Le Corbusier e Raoul Dautry. No entanto, é fundamental por-

54. X. de Jarcy, *op. cit.*, p. 153.

55. Per F Dahl, *Heavy Water and the Wartime Race for Nuclear Energy*, CRC Press, 1999.

56. Jean Dréville, *La bataille de l'eau lourde*, 1948.

57. Quando Jarcy menciona esse ponto, ele não especifica que é uma fábrica de armamento; ele a apresenta como “uma manufatura”, “uma fábrica verde”, p. 200.

58. Jean-Louis Crémieux-Brilhac, *Les Français de l'An 40. Ouvriers et soldats*, t. II, Paris, Gallimard, 1990, p. 351.

que permite colocar em perspectiva o suposto vichyismo do arquiteto. Se acontece que mencionamos Dautry, é para mencionar a sua amizade com Alexis Carrel, e assim torná-lo suspeito ideologicamente. É classificado na categoria temível de “tecnocratas”.⁵⁴ Esquecendo que ele foi Ministro do Armamento em 1939. Neste cargo, Dautry realizará um dos atos mais heróicos e importantes deste começo de guerra organizando, com o Prêmio Nobel Joliot-Curie: a compra e transferência de água pesada da fábrica norueguesa, a única que produz água pesada.⁵⁵ Por que isso é tão importante? Porque a água pesada permite experimentos em fissão nuclear, numa época em que sabemos teoricamente que podemos usar essa energia para fazer uma bomba atômica. A equipe de Joliot-Curie está pronta para tentar o experimento. A ocupação alemã irá impedi-lo. A 18 de junho de 1940, os colaboradores de Joliot-Curie irão a Londres, com a água pesada, para colocar à disposição dos Aliados esta famosa substância. Ela tinha que escapar dos alemães a todo custo. Na altura da Libertação, um filme celebra esta aventura extraordinária, que poderia ser considerada como um dos primeiros grandes atos da Resistência.⁵⁶ Aqui está o homem que era amigo de Le Corbusier.

Outro exemplo: Dautry encomenda a Le Corbusier uma fábrica de armamento para 3.000 trabalhadores e 1.000 unidades habitacionais ao lado de Aubusson.⁵⁷ A derrota da França em junho de 1940 não permitirá a conclusão deste projeto. Não era uma obra como as outras! Isso mostra que havia vontade de lutar contra o nazismo, de lutar concretamente e consequentemente. É interessante notar o ponto do historiador e ex-resistente Jean-Louis Crémieux-Brilhac, que considera que a “frente das fábricas” na frente do inimigo se comportou melhor que o exército; e isso graças a Dautry, “animador excepcional” que teve o mérito de “saber pedir o impossível e às vezes obtê-lo”.⁵⁸

Sob a ocupação, e com base em arquivos inéditos, pude estabelecer que Dautry tinha relações com Jean Moulin e estava em contato com o general de Gaulle.⁵⁹ É o mesmo Dautry que, nomeado por de Gaulle na Libertação, Ministro da Reconstrução e do Urbanismo, confia a Le Corbusier o projeto da Unidade de Habitação em Marselha. Objetivamente, é claro que um homem como Dautry desem-

59. Nos arquivos britânicos, descobri recentemente um relatório sobre a Resistência Francesa que dá outra ideia do que é geralmente dito sobre a atitude de Dautry durante a Ocupação. De fato, Dautry está no movimento da *France Combattante* de Londres e do serviço secreto britânico já em 1942: “Rex reported (262) that Dautry (263) was absolutely loyal to the Allied cause. Rex intended to propose to him that he should take over the control of the railways on D-Day. Dautry was prepared to set about studying the question immediately. London’s approval was asked.” National Archives, Kew, HS7/246, “Part II. Operations and communications with agents. October-December 1942”, p. 125. Ficamos sabendo que, durante o primeiro trimestre de 1943, o general De Gaulle enviou a correspondência de Jean Moulin a cinco personalidades, incluindo Dautry.

60. Jarcy menciona-o apenas quatro vezes.

61. Sob o rótulo da UDSR, Eugène Claudius Petit será deputado da região da Loire de 1946 a 1955 e prefeito de Firminy de 1953 a 1971.

62. Assembléia dos Construtores para uma Renovação Arquitetônica.

penhou um papel decisivo no desenvolvimento dos projetos de Le Corbusier; no entanto, os detratores preferem destacar o fato de que Carrel era um membro do gabinete ministerial de Dautry. Há uma desproporção de tratamento que só pode ser inspirada por um espírito de parcialidade que enfraquece a tese daqueles que se dedicam a ela. Poderíamos fazer a mesma demonstração com Eugène Claudius Petit.⁶⁰ Este grande Resistente, homem de esquerda, é um admirador do arquiteto franco-suíço já antes do início da guerra, quando era professor de desenho; ele já era fascinado pelo seu projeto de “cidade cartesiana, harmoniosa e lírica”. Ele será de um grande apoio quando suceder a Dautry como Ministro da Reconstrução e Urbanismo.⁶¹ É ele quem se irá encarregar de imaginar “Firminy Vert”, a cidade da qual ele é o prefeito, o único complexo urbano confiado a Le Corbusier na França (e que não terminará).

Desde 1944, em Argel, Claudius-Petit tem sido um dos proponentes da nova política urbana que integra a questão da habitação social. Três noções lhe pareciam seminais: o interesse geral; racionalidade; o todo. Ele sabia que, já em 1933, Le Corbusier tomava uma posição contra “a violência dos interesses privados (que) provoca um desastroso desequilíbrio entre a ascensão das forças econômicas, de um lado, a fraqueza do controle administrativo e a impotente solidariedade social por outro”. O Resistente lembrava que Le Corbusier estigmatizava então “as cidades desumanas” e a “ferocidade de alguns interesses privados” que provocavam “a infelicidade de inumeráveis pessoas”. Este discurso está em perfeita harmonia com as políticas públicas que estão sendo postas em prática na Libertação. Para Claudius Petit, “o urbanismo é responsabilidade do Estado, assim como a saúde pública, a educação ou a defesa nacional”. A partir de novembro de 1944, graças a Le Corbusier, Claudius ingressou na ASCORAL,⁶² fundada em 1943.

Le Corbusier tinha bons motivos para se sentir em sintonia com os pioneiros da Quarta República: estes têm concepções urbanísticas muito próximas. Isto porque houve um pensamento da Resistência no campo da política urbana que se baseia no pressuposto de que a arquitetura não pode ser considerada apenas como uma das belas-artses, mas está a serviço do ordenamento do território e da convivência. Daí

63. Maxime Blocq-Mascart, *Chroniques de la Résistance. Suivies d'études pour une nouvelle révolution française par les groupes de l'OCM*, Paris, Corrêa, 1945, p. 512.

64. Maxime Blocq-Mascart, *op.cit.*, p. 514.

65. Maxime Blocq-Mascart, *op.cit.*, p. 512.

o surgimento do urbanismo na titulação de um ministério e a criação de uma direção geral do Urbanismo, Habitação e Construção. Foi uma reivindicação da Frente Nacional dos Arquitetos. O urbanismo tem sido uma grande ambição (política, estética e filosófica) da França libertada. Não se trata apenas de curar feridas e de reconstruir. É certo que a constatação é devastadora, uma vez que a antiga República e o regime de Vichy negligenciaram o problema da habitação: “O povo francês, que até então era um dos povos com melhores condições habitacionais, é hoje um dos piores.”⁶³ Existe “um imenso esforço a ser feito”. Mas devemos também implementar uma nova filosofia de convivência urbana; a arquitetura deve ter o primeiro papel para se apropriar “da causa do bem-estar do povo”. Os grupos de reflexão da OCM (Organização Civil e Militar), por exemplo, estão tratando desse assunto. A primeira suposição: “A habitação é o ponto focal dos problemas do urbanismo”; a sua segunda suposição: “A arquitetura não é apenas uma das Belas-Artes”.

A referência dos Resistentes é o Congresso Internacional de Arquitetos Modernos (CIAM) da década de 1920, no qual Le Corbusier desempenhou um papel importante. “Os princípios que devem governar o urbanismo moderno são os da Carta de Atenas”.⁶⁴ O que a Resistência mantém é o desejo de integrar a arquitetura no ambiente material e imaterial dos homens: “Colocar a arquitetura em seu verdadeiro plano, que é de natureza econômica e sociológica, e tudo a serviço das pessoas.”⁶⁵ O programa da Resistência retoma o esboço da conceção urbanística de Le Corbusier: levando em conta o sol, o fim das casas ao longo das ruas, o advento dos “edifícios altos” espaçados por “grandes áreas plantadas”, o espaço urbano organizado em zonas, a divisão de funções, a redução das distâncias percorridas, os diferentes caminhos para o automóvel e o pedestre, a integração nos bairros habitacionais de equipamentos coletivos (creches, escolas, círculos de lazer...)

O novo poder pretende implementar a revolução cultural proposta por Le Corbusier, a saber, “romper com as noções usuais de propriedade individual e eterna da terra construída e o máximo retorno do capital investido para abordar as formas de financiamento que oferecer uma aliança dos princípios da *economia dirigida planificada* com os

66. Maxime Blocq-Mascart, *op.cit.*, p. 516.

que regem os fundos de pensão.” Da mesma forma, os representantes da nova França não pretendem idealizar o passado: “Finalmente, regras de estética intervirão para todas as novas construções; mesmo em áreas históricas, o uso dos estilos do passado será banido; nossa geração deve ter sua estética.”⁶⁶ A referência a Le Corbusier é perfeitamente clara. Não é por acaso que o arquiteto da modernidade é nomeado por Dautry para ser membro do Conselho de Arquitetura do Ministério da Reconstrução e do Urbanismo (com Auguste Perret, Marcel Lods, Henri Pacon e Urban Cassan), conselho que deve implementar essa nova filosofia.

O arquiteto franco-suíço nunca esteve tão em simbiose com um regime político. Tornou-se mesmo um símbolo da nova França. Ele aparece no filme *La vie commence demain*, ao lado do físico André Labarthe, de Jean Paul Sartre, de Daniel Lagache, de Jean Rostand, de André Gide e de Picasso. Ele aparece no *Le mémorial de la Renaissance française*. Ele é próximo da União Nacional dos Intelectuais (UNI), criada em 1945 por iniciativa de Frédéric Joliot-Curie, o novo diretor do CNRS, que não esconde seu apego ao Partido Comunista Francês. A UNI afirma representar “centenas e milhares de representantes da nossa cultura (que) se opuseram com toda a força à opressão alemã e à destruição do pensamento francês”. No dia 17 de fevereiro de 1949, Le Corbusier participou numa sessão de tributo a cientistas e técnicos franceses que criaram a primeira pilha atômica francesa, Joliot-Curie em primeiro lugar; juntamente com Claude Bourdet, Robert Debré, Yves Farge e Marcel Prenant.⁶⁷

67. Arquivos do museu Curie, Paris, Fonds Joliot-Curie, F 143.

Ele é convidado a participar do Comitê para a fundação no cemitério de Père Lachaise de um monumento dedicado ao comunista Jacques Woog, arquiteto e decorador guilhotinado a 24 de setembro de 1941 (com Pierre Jeanneret, Marcel Lods, René Herbst, Pierre Vago, Auguste Perret). Joliot-Curie também faz parte. O fato de Auguste Perret ter tido responsabilidades sob Vichy, como Presidente da Ordem dos Arquitetos, não parece ser argumento para o excluir da nova França.

Na Libertação, Le Corbusier aparece como o arquiteto da modernidade e do renascimento. Ele é a referência da nova classe política que quer envolver a França no caminho da mudança. Uma imagem muito distante daquela que do-

68. *Le Quotidien de l'Art*, 21 de maio 2015.

mina hoje, onde aparece como o grande líder dos “grandes conjuntos alienantes”.⁶⁸ Ele era o homem prometético e tornou-se o homem faustiano.

III. OS PREJUÍZOS DO DESPREZO PELA CONTEXTUALIZAÇÃO

Entre os neo-detratores, a ignorância da historiografia acadêmica do fenômeno fascista é combinada com um desprezo pela deontologia histórica, o que é embaraçoso quando alguém afirma querer fazer de Le Corbusier um objeto de estudo histórico. Isto porque Le Corbusier pertence à história, ele está na história, ele é *histórico*. Uma das regras básicas da abordagem do historiador é a rejeição do anacronismo e da teleologia. Os autores que estudaram recentemente o caso de Le Corbusier tomaram a liberdade de libertar-se livremente desta regra.

1. O uso inoportuno do anacronismo: higienismo e habitat

Uma das principais doxas do discurso anti-Le Corbusier é baseada na idéia de que a preocupação higienista seria potencialmente totalitária: trairia uma visão biologizante e eugênica da sociedade que o nazismo, de fato, implementou de maneira dramática.

No entanto, é importante não confundir o higienismo com a eugenia. Um pouco de cultura histórica torna possível saber que a higiene é uma preocupação que surge em meados do século XIX⁶⁹ e que acabará sendo um dos valores da República. Teria sido necessário ler os recentes trabalhos sobre a história da constituição estadual de uma higiene pública para o saneamento do espaço público, o meio ambiente e a melhoria das condições de vida,⁷⁰ seguindo o fenômeno da concentração urbana que produziu dramas sanitários dos quais as pessoas foram vítimas. A preocupação com a higiene pública foi um símbolo da luta pelo progresso conduzido pelos fundadores do “solidarismo” e dos seguidores do “meliorismo”, que se opunham ao liberalismo cego. “A *episteme* de Lavoisier funde o paradigma higienista do século XIX”, segundo Gerard Jorland. Os higienistas se

69. Pierre-André Taguieff, “Critiques du progrès et pensées de la décadence. Essai de clarification des visions de l'histoire”, *Mil neuf cent*, n. 14, 1996. Progrès et décadence, p. 15-39.

70. Ver : Gérard Jorland, *Une société à soigner. Hygiène et salubrité publiques en France au XIX^e siècle*, Gallimard, 2010 ; Sabine Barles, *La ville délétère. Médecins et ingénieurs dans l'espace urbain, XVIII^e-XIX^e siècle*, Seyssel, Champvallon, 1999; André Guillerme & alli, *Dangereux, insalubres et incommodes. Paysages industriels en banlieue parisienne, XIX^e-XX^e siècles*, Champvallon, 2004.

envolverão na batalha política para fazer com que os legisladores assumam o assunto; de 1874 a 1902: leis sobre trabalho infantil, acidentes de trabalho, moradia insalubre, vacinação, organização de polícia sanitária, etc. O higienismo foi a grande conquista da Terceira República. Foi até um partido. Os urbanistas franceses (incluindo Le Corbusier) fazem parte desse movimento fundamental: tornar a cidade menos patogênica e provocadora de ansiedade, para criar habitações socialmente acessíveis e corretas no aspeto sanitário. A obsessão de Le Corbusier com o sol, a luz, a perspectiva, a vegetação (“A cidade deve ser como um imenso parque”) é um eco dessa tendência modernista e humanista.

Os neo-detratores de Le Corbusier, prisioneiros de uma interpretação idéologocêntrica, não devem esquecer de recordar que a preocupação com o bem-estar da população estava no centro das políticas públicas municipais do período entre as duas guerras. Um homem de esquerda como Henri Sellier é bem representativo dessa corrente municipalista que visa melhorar as condições de saúde e a vida cotidiana dos mais modestos. Prefeito de Suresnes a partir de 1919, ele se cerca de médicos e arquitetos para refletir sobre a sua cidade de forma diferente a fim de combater a insalubridade das habitações dos trabalhadores, que é então uma importante fonte de desigualdade e perigo para a saúde pública. Isto se encaixa claramente na corrente higienista. Esta luta irá distingui-lo uma vez que ele será nomeado Ministro da Saúde Pública sob a Frente Popular. Henri Sellier não esperou por Le Corbusier para inserir a questão da habitação num desafio mais global do urbanismo.⁷¹ Ele está na origem da criação, em setembro de 1919, da École des hautes études urbaines que se tornou, em 1924, o Instituto do Urbanismo da Universidade de Paris,⁷² e participa da fundação da revista *La vie urbaine*. Primeiro centro de formação de urbanistas, cujo objetivo é científico e editorial, e cujo programa visa apreender “a aglomeração urbana (...) como um organismo vivo que evolui no tempo e no espaço”.⁷³ Henri Sellier foi membro da Associação Francesa do Urbanismo e da Habitação antes de criar, em 1937, a Federação Internacional da Habitação e do Urbanismo. A sua cidade-jardim (iniciada em 1921 e concluída em 1956), que é uma cidade nova para acomodar 10.000 pessoas, é inspirada no conceito de “Garden City” (ci-

71. Roger-Henri Guerrand, Christine Moissinac, *Henri Sellier, urbaniste et réformateur social*, La Découverte, 2005.

72. Rémi Baudoui, *La naissance de l'École des hautes études urbaines et le premier enseignement de l'urbanisme en France, des années 1910 aux années 1920*, Paris, École d'architecture de Paris-Villemin/AR DU, Paris VIII, 1988.

73. *La vie urbaine*, n. 1-2, 1919, preâmbulo.

dade-campo), imaginado em 1898 por Ebenezer Howard. Trata-se de um grande conjunto urbano, composto por cidades-jardins e por uma cidade social, divididas por zonas verdes e conectadas por meios de transporte. Isto parece-se muito com o projeto Firminy-Vert!

Outro exemplo é Villeurbanne, uma experiência da utopia social. Em 1924, Lazare Goujon torna-se prefeito desta cidade de subúrbio industrial. Radical-socialista e médico, tornou-se em 1928 vice-presidente da Comissão parlamentar de higiene e lança um *Plano de ordenamento e de embelezamento* que deve traduzir urbanisticamente sua preocupação misturando higienismo e cultura: teatro, piscina, serviços sanitários, equipamentos esportivos, sistema de esgoto, incineração de lixo... O arranha-céus (que corresponde às “construções em altura” de Le Corbusier), com uma estrutura de metal envolta em alvenaria, atende às preocupações de economia de energia (aquecimento) e otimização de espaço, como no caso de movimento urbanístico em Nova York ou na Suécia, dando especial atenção à luz e ao conforto. “É a imagem real dos arranha-céus construídos que servem de modelo, não as utopias de Le Corbusier...”,⁷⁴ mesmo tratando-se de um movimento convergente. Nova York é uma fonte de inspiração comum, tanto para os projetistas deste projeto de ruptura quanto para Le Corbusier. De fato, a primeira influência sofrida por Le Corbusier nesta área é a do arquiteto Henri Perret que propõe antes dele “cidades-torres”. A idéia de uma reconfiguração de Paris deve primeiro ao arquiteto Eugène Hénard, que morreu em 1923,⁷⁵ cujas intuições ele levou a um ponto extremo, totalmente irrealizável.

Os “grandes conjuntos”, dos quais Le Corbusier é equivocadamente apresentado como um precursor, seriam o sinal de uma concepção “totalitária” da cidade e da sociedade. Na década de 1920 e 1930, no entanto, eles foram considerados como o instrumento do progresso e a arma para uma melhor convivência: Cidades-Jardim de Gennevilliers, Cidade dos Estados Unidos em Lyon (Tony Garnier), Cidade Frugès em Pessac (Le Corbusier), ereção dos HBM (habitação de aluguel moderado) de Paris sobre os antigos bastiões da Porte de Vanves e da Porte de Clignancourt, Cidade do “Champ des oiseaux” em Bagneux (Lods e Beaudoin)... Também deve ser lembrado que Michel

74. Emmanuelle Gallo, “La réception et le quartier des gratte-ciel, centre de Villeurbanne, ou pourquoi des gratte-ciel à Villeurbanne en 1932?”, Jean-Yves Andrieux, Fabienne Chevallier (eds), *La réception de l'architecture du Mouvement moderne : image, usage, héritage*, Publication de l'université de Saint-Étienne, 2005, p. 152.

75. “Le Corbusier foi obviamente inspirado pelas ideias do arquiteto parisiense para estabelecer em 1928 (sic) o seu Plano Voisin ou a sua teoria dos 7 v hierarquizando as circulações.” segundo Cédric Ferriol, “Eugène Hénard, une pensée en prise sur son époque”, *Métropolitiques*, 14 de junho de 2013. URL : <http://www.metropolitiques.eu/Eugene-Henard-une-pensee-en-prise.html>. Mas Hénard, ao contrário de Le Corbusier, tinha um certo respeito pelo património parisiense.

76. François Tomas, Jean-Noël Blanc, Mario Bonilla, *Les grands ensembles : une histoire qui continue*, Presses de l'Université de Saint-Etienne, 2003, p. 126; Michel Ragon, *L'Architecte, le Prince et la Démocratie : Vers une démocratisation architecturale*, Paris, Albin Michel, 2012 (reedição). Será apenas no final dos anos 1960 que a crítica dos grandes conjuntos habitacionais se difunde.

77. Doutor Alexis Carrel, “La science de l’homme”, *La France de l’esprit*, Sequana, 1943, p. 107.

78. Alain Drouard, *Une inconnue des sciences sociales, la Fondation Alexis Carrel, 1941-1945*, Paris, éditions de la Maison des sciences de l’homme, 1992. Ver a recensão crítica do livro por Yannick Marec (*Histoire & Mesure*, Année 1994, 9-1-2, p. 178-187).

Ragon, um grande atacante do modernismo arquitetônico, escreveu em 1964 que os grandes conjuntos tinham a capacidade de “promover o nascimento de uma personalidade coletiva”.⁷⁶ Parece útil lembrar um fato óbvio: enquanto algumas pessoas fazem do Plano Voisin o núcleo central da concepção “totalitária” de Le Corbusier, a Cidade de Frugès é a única grande realização de Le Corbusier, com o plano diretor de Chandigarh.

Outro sinal da adesão de Le Corbusier às teses eugênicas e, portanto, nazistas, seria o papel que desempenhou como conselheiro técnico, de meados de 1942 a abril de 1944, na Fundação Francesa para o Estudo dos Problemas Humanos, dirigida pelo vencedor do Prêmio Nobel, Alexis Carrel. Aqui, novamente, um esforço de contextualização é necessário. Esta fundação foi criada em 1941 para estudar “em todos os aspectos (as) medidas para salvar, melhorar e desenvolver a população francesa”. Ela incluía uma grande variedade de homens, como o grande historiador das técnicas Maurice Daumas, o economista François Perroux, Jean Sutter, que trabalha sobre as questões da nutrição, Jean Merlet, especialista em questões de habitação, e Jean Stoetzel, pioneiro no estudo das sondagens. Seu historiador considera que é necessário distinguir as posições próprias de Carrel (hostilidade à República, proximidade com a extrema direita, potencial racismo) deste corpo, e que não devemos sobre-ideologizar sua atividade. Durante sua apresentação oficial, Carrel explica que os problemas do homem atual estão essencialmente relacionados com a “civilização mecânica”,⁷⁷ uma constatação que Le Corbusier não compartilha; seus críticos o apresentam como um partidário do “tecnofascismo”. Essa tentativa de estabelecer uma pesquisa empírica no campo das “ciências humanas” que Carrel quer “independente de toda doutrina” dará à luz, após a guerra, ao Instituto Nacional de Estudos Demográficos (INED); o INED “retomará seus objetivos, suas missões, seus homens e métodos”.⁷⁸ Parece que o papel de Le Corbusier foi muito modesto. O individualismo do arquiteto e a ideia que ele tem de si mesmo o tornam inadequado a qualquer compromisso coletivo. Explicar Le Corbusier, como fazem seus detratores habituais, pelos meios que ele frequenta é vão.

2. “Tecnofascismo”, pseudo-conceito

Le Corbusier seria “fascista”, é o segundo exemplo, por causa de sua obsessão tecnocrática e maquinal. Estamos falando de “tecno-fascismo”.

Os recentes livros hostis a Le Corbusier, alimentaram blogs de neo-tecnóforos, nos quais o arquiteto agora aparece como o “projetista propagandista do tecno-totalitarismo no urbanismo e na arquitetura”. É característico dos discursos conspiracionistas reduzir a complexidade da realidade, desprezar a história e se dedicar à telescopagem anacrônica.⁷⁹ O confucionismo está no fim da estrada. Le Corbusier se torna a figura do anti-humanismo. Seu conceito reivindicado de “máquina para viver” seria a prova. Agora, a técnica no tempo de Le Corbusier não era de modo algum sinônimo de alienação.

Aqui, novamente, um pouco de cultura histórica ajuda a evitar inverdades. A Revolução Industrial fez da máquina o ator do progresso técnico e os republicanos fizeram dela uma figura de proa do progresso técnico e do Iluminismo. Pense na “Galeria de máquinas” da Exposição Universal de 1889, o evento mundial que também celebrou o centenário da Revolução Francesa e a sua filosofia racionalista. Os engenheiros se aproximaram dos arquitetos (pensemos em Gustave Eiffel e Auguste Bartholdi) para fazer emergir uma “arquitetura técnica”.⁸⁰ Essa crença na capacidade do progresso técnico de aliviar a dor do homem e de laicizar a sociedade foi integrada no referencial socialista (o marxismo é tecnófilo), a Paul Langevin ou Frédéric Joliot-Curie. O ano de 1945 é marcado na França por uma “tecnofania” real, sustentada pelas grandes figuras da ciência francesa, que querem assinalar uma ruptura com os anos sombrios do nazismo e do heideggerismo.⁸¹ Seria preciso esperar o início dos anos 1970 para que a fé no progresso técnico fosse questionada.

É por isso que a grande figura política da renovação urbanística, Eugène Claudius Petit, não hesita em retomar a metáfora da “máquina de viver” para se opor aos “grandes palácios”. Em um discurso a 5 de março de 1945, ele pede que o governo da França livre se engaje em uma lógica de ruptura com relação a Vichy:

79. Por exemplo: “Pièces et main d’œuvre”, Grenoble, 24 de junho de 2015.

80. Françoise Hamon, Claudine Cartier, “L’architecture industrielle, travaux et publications, un bilan international”, *Revue de l’Art*, 1988, n. 79, p. 59.

81. Robert Belot, *L’Atome et la France. Aux origines de la technoscience française*, Paris, Odile Jacob, 2015.

Vamos continuar com as idéias que Vichy estabeleceu e reconstruir as nossas pequenas aldeias da região de Champagne como aldeias de bonecas para turistas domingueiros? (...) Você deve denunciar os planos estabelecidos sob Vichy, porque eles foram feitos com uma mente falsa e estão vazios de doutrina, pensamento e fé ... O drama do nosso país é que os arquitetos receberam uma má formação urbanística, na escola de Belas-Artes eles não são ensinados a construir *a máquina para viver*, mas sim a construir palácios.

A “máquina para viver” refere-se primeiro aos novos métodos de construção industrial (padronização, mecanização). Na Assembléia Consultiva Nacional provisória de Argel, onde representa o movimento de Resistência *Combat*, Claudius-Petit declara sua fé nas virtudes sociais do progresso técnico: “Teremos que inscrever no solo da pátria a própria marca da nossa fraternidade. As técnicas que suavizam o destino dos homens não serão mais reservadas a uns poucos de privilegiados...”⁸²

82. 24 de julho de 1944.

Este aumento do poder da questão técnica causa co-nivências surpreendentes entre o mundo industrial e o mundo artístico. Os artistas, seguindo os surrealistas, descobrem uma nova fonte de inspiração que permitirá libertar-se da tradição e explorar novos caminhos criativos. Dois nomes na pintura vêm à mente: Francis Picabia com as rodas que se tornam máquinas eróticas e poéticas ou Fernand Léger, fascinado pelo poder destrutivo das máquinas mecânicas implantadas durante a Grande Guerra (aviões, tanques, caminhões ...), que integra em seu processo criativo a geometrização de objetos modernos, adotando a técnica como “matéria prima plástica”. Seu livro, *L'Esthétique de la machine* (1924), expressa uma forte tendência do tempo que nasceu bem antes do advento do “fascismo” e irá sobreviver a ele. Como Françoise Choay coloca muito pictoricamente, os Modernos consideram como um “escândalo” o fato de que “a cidade não é contemporânea das telas de Mondrian”. É mais o cubismo que influenciou Le Corbusier do que o fascismo. E ele não é o único.

Desde 1916 em *L'Architecture. Le passé. Le présent*, seu livro póstumo, Anatole de Baudot lamenta que a arquitetura de seu tempo, por “espírito rotineiro”, esteja “em completo desacordo com o espírito científico que hoje domina tudo” e atrapalhe toda a “estética nova”. O “Racionalismo” é para ele

83. Anatole de Baudot, *L'Architecture et le ciment armé*, Office général d'éditions artistiques, 1904.

84. Françoise Choay, *L'Urbanisme. Utopies et réalités : une anthologie*, Paris, Seuil, 1979 (reedição 1965).

85. *Sacré béton. Fabrique et légende d'un matériau du futur*, Philippe Genestier et Pierre Gras (dir.), Lyon, Libel, 2015, p. 68.

uma promessa de criatividade. Ele foi um dos primeiros na década de 1860 a exaltar os méritos da arquitetura industrial e a defender a integração do concreto na arquitetura.⁸³

Uma recontextualização histórica torna possível identificar as origens de uma “estética da espoliação” que nada tem a ver com “fascismo”. Nos Estados Unidos, o engenheiro Ernest L. Ransome, um dos primeiros a compreender o potencial construtivo do concreto, imaginou usinas que inspiraram o fundador da Bauhaus (de quem Le Corbusier será próximo) e muitos outros arquitetos e engenheiros que divulgam esta estética em toda a Europa. Na França, François Hennebique depositou suas primeiras patentes para sistemas construtivos em concreto armado, e fez seu primeiro edifício em Paris em concreto armado em 1892. Anatole de Baudot (1834-1915), estudante de Viollet-le-Duc e Henri Labrouste, não esperou pelo “fascismo” para expressar esse desejo e essa necessidade de um novo relacionamento com a arquitetura. Sem eles, Le Corbusier não poderia imaginar os princípios da casa “Dom-Ino” projetados para a reconstrução de cidades impactadas pela destruição da Primeira Guerra Mundial, sob a lei de Loucheur. As devastações produzidas pela Grande Guerra, mais do que a ideologia, também devem ser tomadas neste movimento de renovação, até mesmo da revolução urbana.

Tony Garnier (1869-1948), arquiteto de Lyon, é um dos primeiros a prestar atenção aos desafios sociais das cidades industriais e à integração do concreto no processo de renovação arquitetônica. Em 1901, ele começou a escrever *La Cité Industrielle* (publicado em 1917). “Trata-se, antes da Carta de Atenas, do primeiro manifesto do urbanismo progressista”, segundo Françoise Choay.⁸⁴ Le Corbusier, 18 anos mais velho do que ele, escreveu-lhe a 14 de maio de 1919: “Você é o primeiro a consagrar o concreto armado. Até agora, este material foi admitido como uma criança pobre. Com o seu livro, você torna o único material possível do nosso tempo.”⁸⁵ A Cidade Industrial é uma cidade moderna, criada *ex nihilo*, orientada e ventilada de acordo com a luz e os ventos predominantes. O concreto armado permite terraços-jardins, paredes com “concreto aparente”, a expressão de volumes em suas geometrias mais simples. Garnier é o portador de uma concepção global da cidade que não pode deixar de ser uma reminiscência do que Le Corbusier irá propor: cida-

de soalheira, livre disposição dos solos, cidade-parque, zoneamento, abolição da ilha, habitat econômico, preocupação higienista relacionado ao influxo nas cidades das vítimas do êxodo rural.

Na nascente sociedade industrial dominada pela figura do engenheiro, a técnica (o progresso da construção e a engenharia das estruturas) e os novos materiais tiveram um impacto decisivo na produção arquitetônica para a qual a política ou a ideologia não pode reivindicar.⁸⁶

Vemos que Le Corbusier não é um isolado ou uma origem absoluta: apesar de seu individualismo exibido e a alta idéia que ele tem de seu gênio, ele também é o produto e o reflexo desse tempo e de um meio profissional. Ele mesmo diz: “O que importa é resolver os problemas atuais num espírito da época”.⁸⁷ Muitos arquitetos compartilham essa ideia de uma renovação total do espírito arquitetônico. Para os representantes eleitos dos subúrbios das grandes cidades, é um imperativo social, sanitário e urbanístico. Temos que projetar uma nova maneira de fazer a cidade.

Na França, na década de 1920, após o impacto da guerra sobre os métodos e suprimentos industriais, o espírito “racionalizante” se espalhou. Trata-se de fazer da organização uma ciência; a medida, a transparência, a norma são os novos valores do que é apresentado como modernidade. Esse movimento, que escapa às classificações políticas usuais, faz parte de uma busca por uma “terceira via” entre capitalismo e comunismo, que visa mudar a relação Estado/economia/sociedade em uma perspectiva pós-liberal. Essa tendência tecnocrática atravessa todas as famílias políticas. Os arquitetos são afetados por essa onda que permite o surgimento do conceito de urbanismo, ou seja, uma abordagem sistêmica e social para o desenvolvimento da cidade. Na década de 1920, houve um “aumento no interesse” dos arquitetos e das revistas especializadas por programas industriais e de engenharia civil (estações ferroviárias, fábricas, etc.). Vamos pensar em Henri Pacon e na estação de trem de Le Havre. Le Corbusier é apenas um dos frutos deste movimento, entre muitos outros.

No entanto, esta cultura tecnocrática que se desdobra no período entre guerras está nos antípodas do discurso vichyista que se realizava no sonho de uma França perdida, imóvel e em grande parte rural. A França de Vichy é o “re-

86. Antoine Picon (dir.), *L'art de l'ingénieur. Constructeur, entrepreneur, inventeur*, Paris, 1997, Éditions du Centre Georges Pompidou.

87. Le Corbusier, *Vers une architecture*, Arthaud, Paris, 1977, p. 213.

88. Robert Belot, “Une réinterprétation de l'idéologie vichyste comme posture technophobe et anti-artificialiste”, *Prométhée et son double. Craintes, peurs et réserves face à la technologie*, Neuchâtel-Toulouse, Co-edição Alphil/Presses universitaires suisses, 2009, p. 105-127.

89. Guy Pison, “L'enquête d'architecture rurale du chantier 1425”, revista *Techniques et architecture*, novembro-décembre 1943, 3^e année, p. 321-324.

90. De acordo com a expressão de Louis Hautecœur, diretor das Belas-Artes no governo de Vichy.

91. Stéphanie Corcy, *La vie culturelle sous l'Occupation*, Paris, Perrin, 2005, p. 289.

92. M. S. Gillet, *Réveil de l'âme française*, Paris, Flammarion, 1942, p. 65.

93. Jean-Claude Vigato, *L'architecture régionaliste : France, 1890-1950*, éditions Norma, 1994, p. 182.

torno à terra”, o declínio corporativista, a obsessão pela tradição, o culto do corpo e, em última análise, a rejeição do que chamei de “artificialismo”.⁸⁸ Um romancista como René Barjavel incorpora essa tendência urbanofóbica e anti-industrial que amplia sua influência graças a Vichy e que, por uma dessas inversões irônicas da história, encontrar-se-á muitos anos depois nos círculos ecológicos. Sob Vichy, a ênfase está em pesquisas relacionadas ao uso de instalações agrícolas, as formas de habitat ou a exploração da terra. É a reconstrução da aldeia de Bosquel, no Somme, que prende a atenção das revistas.⁸⁹ As sociedades rurais, as artes e tradições populares e a etnografia folclórica são objeto de atenção constante, porque alimentam o mito de uma França pré-industrial e pré-revolucionária. A política cultural de Vichy é orientada para o patrimônio, tradicionalista e descentralizadora. A missão da administração Beaux-Arts é proteger “a beleza pitoresca das cidades”⁹⁰ e “o patrimônio artístico” da França. A carta do arquiteto reconstrutivo, datada de 1941 e validada pelo Conselho da Ordem dos Arquitetos, garante “a primazia ao respeito do estilo regional”.⁹¹ A figura tutelar desta política é o artesão rural.

O racionalismo “frio” de Le Corbusier (o uso do concreto, a sua rígida concepção do urbano, o Modulor ...), que é apresentado como um “anti-humanismo”, dificilmente se encaixa com o que o regime de Vichy propõe francês. Seu desejo de quebrar é a antítese do “amor do campanário”⁹² que promove os adoradores de Vichy. As alusões ao mundo pré-industrial de que Le Corbusier chega a polvilhar o seu discurso sob Vichy são posturas táticas que mostram o seu oportunismo. O regionalismo e o folclorismo, suspeitos de misoneísmo, despertam ironia; eles não se encaixam com “sua crença em uma história cujo motor seria o progresso técnico”.⁹³

3. A mística do gênio é solúvel nos paradigmas da época

Os fenômenos da demonização sempre obedecem a uma concepção romântica da criação, na qual o “gênio” (positivo ou negativo) faz parte de uma dimensão situada fora da história. Esse viés epistemológico é encontrado no discurso dos detratores de Le Corbusier. No entanto, não podemos

94. Citamos apenas Paul Friesé, o arquiteto dos *Grands moulins de Corbeil* (1893).

95. Publicado nas edições Armand Colin a partir de 1905.

96. Anatole de Baudot, *L'Architecture, le passé, le présent*, Paris, Henri Laurens éditeur, p. 174.

pensar em Le Corbusier fora do lento movimento de industrialização que levou a refletir sobre a arquitetura de maneira diferente. Le Corbusier nasceu em um dado momento, numa época em que novas concepções de arquitetura surgiram em suas relações com a cidade e a construção. Ele é dependente deste momento, enquanto é um ator dessa renovação. Deve ser entendido que um movimento duplo tem funcionado desde o século XIX, o que revolucionará a cultura arquitetônica na primeira metade do século XX: criação de edifícios industriais⁹⁴ e industrialização da arquitetura.

Tomemos como exemplo: a ideia de que a arquitetura não deve ser considerada apenas como uma arte e que a arte deve ser misturada com a tecnologia e a indústria. Essa ideia surge a partir do início do século xx. Em *L'Art français depuis 20 ans*, publicado em 1922, Henri-Marcel Magne acolhe com satisfação o uso de ferro e concreto que permitirá o abandono das “formas mesquinhas” e o advento do “grandes linhas”. No seu livro *Histoire de l'art*,⁹⁵ André Michel, que desconfiava de “raciocínios, teorias, teoremas e raciocínios perturbados”, explica que “o arquiteto quer ser um construtor”, enquanto Paul Vera, em *L'Architecte* (1912), proclama que “o arquiteto deve estar interessado na razão e não no sentimento, abandonar a concepção pitoresca, os ornamentos abundantes. O arquiteto não deve ser um pintor ou um escultor, mas um arquiteto.”

Suas superfícies serão “planas” e ele deverá se interessar pelo relatório “dos espaços cheios e vazios, das saliências e as depressões”. Pensamos estar a ler Le Corbusier. Na concepção “moderna” da arquitetura, há um forte desejo de se libertar do passado e da herança. É este o sinal inconfundível de um “pensamento fascista”? No entanto, pensa-se desde o início do século que a arquitetura deve aprender a pensar “sem qualquer preocupação com as disposições das formas do passado.”⁹⁶

É errado apresentar Le Corbusier como o único precursor das técnicas de padronização e taylorização em construção. Nos anos entre as duas guerras, vários arquitetos serão sensíveis à integração de novas técnicas nos processos de construção e conceção. A industrialização do edifício é promovida pelos arquitetos da modernidade que pensam série, módulo, massa, padrão; eles vão aderir à pré-fabricação: Charles-Henri Besnard de Quelen, Auguste Perret,

97. F. Choay, *L'urbanisme, utopies et réalités*, op.cit., p. 34, p. 16.

98. Stephen D. Carls, *Louis Loucheur, ingénieur, homme d'État, modernisateur de la France, 1872-1931*, Presses universitaires du Septentrion, Villeneuve-d'Ascq, 2000.

99. Denèfle, Sylvette et al., *Habiter Le Corbusier : Pratiques sociales et théorie architecturale*, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 2006, p. 20.

100. CIAM: Congresso Internacional de Arquitetura Moderna associado ao engenheiro Jules Denfer.

101. Criada em 1929, a UAM visa promover uma nova aliança entre os processos industriais e a arte, utilizando novos materiais (aço, concreto, vidro).

102. "O edifício de amanhã será feito na fábrica (...), o canteiro de obras deve desaparecer.." Veja: Marcel Lods, "Le problème: produire industriellement les bâtiments, dessiner le pays", *Techniques et architectures*, nov. 1957.

Pol Abraham, André Lurçat, Eugène Beaudouin, Marcel Lods, George Henri Pingusson, Jean Ginsberg. Esses novos métodos contribuem para o "novo espírito" de que fala Le Corbusier. Eles constituem o princípio do modelo urbano "progressista", para usar uma expressão de Françoise Choay, que é baseada em uma concepção universalista e não-culturalista do homem.⁹⁷

Estes métodos e o uso do concreto foram encorajados por Louis Loucheur,⁹⁸ Ministro da Reconstrução Industrial após a Grande Guerra. Líder e deputado dos republicanos de esquerda, ele defende a promoção da habitação social. Em julho de 1928, foi aprovada a "lei de Loucheur" que previa a construção de 200.000 unidades habitacionais da HBM e 60.000 unidades habitacionais de aluguel médio. Le Corbusier aproveita a oportunidade para propor um modelo a baixo custo de uma casa da classe trabalhadora, como fará em 1940 com sua construção de economia de energia (as casas "Murondins"). Mas deve-se notar que "suas próprias realizações não se beneficiarão muito com a padronização industrial".⁹⁹

A industrialização do edifício é em toda parte emulada pelos arquitetos porque responde a uma necessidade social massiva. Este é o caso, entre outros exemplos, de Marcel Lods, muitas vezes apresentado como um "aluno" de Le Corbusier: ele participa do CIAM¹⁰⁰ e da União de Artistas Modernos,¹⁰¹ e participará da elaboração da Carta de Atenas. Ele também quer "pensar no canteiro de obras como uma fábrica e abandonar o espírito romântico".¹⁰² Daí o uso de um dispositivo que combina as vantagens da construção metálica e do concreto armado; daí a pré-fabricação de painéis de concreto adaptados aos métodos taylorianos para economizar tempo e reduzir custos. Ele vai além de Auguste Perret, que usa novos materiais e pré-fabricação para modernizar o paradigma arquitetônico clássico; Lods e seu parceiro Eugène Beaudoin visam criar uma nova gramática construtiva a partir da nova cultura industrial. Em 1931, ambos se comprometeram com o imenso canteiro de obras de Drancy la Muette, um grande conjunto habitacional nos arredores de Paris: era uma questão de oferecer moradia com um alto nível de conforto e economia de manutenção. Ambos, como Le Corbusier, serão sensíveis ao desenvolvimento de complexos

esportivos na cidade. Lods, como Le Corbusier, sonha com uma nova cidade construída *ex nihilo* de uma perspectiva higienista e funcionalista. Até onde sabemos, ninguém jamais pensou em apresentá-lo como um “fascista”, consciente ou inconsciente! Apenas um desrespeito pela deontologia científica e uma vontade de maldade podem dar crédito à idéia de uma “coincidência eloqüente” entre a Cité de la Muette em Drancy e o fato de que este “primeiro grande conjunto habitacional de França construído de acordo com os princípios da Carta de Atenas” tenha sido um “campo de concentração de 1940 a 1945”.¹⁰³

103. X. de Jarcy, *op.cit.*, p. 250.

Este “tecnocratismo” afeta todos os setores da vida intelectual, artística e política do período entre as duas guerras. No final do século XIX, o arquiteto austríaco Camillo Sitte tinha anunciado que “a construção e a extensão das cidades tornaram-se quase exclusivamente questões técnicas”.¹⁰⁴ O funcionalismo da *Bauhaus* poderia ser visto como uma expressão dessa concepção “fria” da arquitetura. Mas esse movimento, do qual Le Corbusier estará próximo, será reprimido pelo nazismo. Seu colega cidadão suíço e inimigo íntimo, Alexander de Senger, vai zombar deste modernismo arquitetônico como resultado de uma conspiração bolchevique mundial...

104. Citado por Françoise Choay, *L'Allégorie du patrimoine*, Seuil, 1999, p. 137.

O Plano Voisin de Le Corbusier (que visava a destruição dos antigos bairros de Paris) é a expressão máxima dessa fantasia da tábua rasa urbana ditada pela exigência técnica e organizacional. Essa concepção de modernidade dominará até à revolução patrimonial da década de 1960, todos os regimes e países. Será que podemos ver seriamente “um crime monstruoso: a implementação da eugenia espacial”? Esse projeto que não aconteceu seria o testemunho da “unidade conceitual de todos os dispositivos desenvolvidos”¹⁰⁵ por Le Corbusier e seus amigos? Os perigos da generalização e da sobredeterminação encontram aqui seu verdadeiro limite heurístico. As duas causas desse desvio cognitivo são o anacronismo e a ignorância do contexto.

105. Pierre Frey, “Le Corbusier, un fascisme français”, revista *Tracés*, 2015. *Tracés* é o órgão oficial da SIA (Sociedade dos Arquitetos e Engenheiros Suíços). É nesta revista, em 2005, que Daniel de Roulet, arquiteto, lança a campanha visando o vichyismo de Le Corbusier.

O anacronismo é um sinal claro da ausência de cultura histórica e do domínio dos métodos da ciência histórica. O desprezo pelo contexto (seja material ou imaterial) é outro sinal tangível. Esse fenômeno da “descontextualização” subliminar e inconscientemente testemunha uma concepção ul-

106. “Résumés des cours parus dans l’Annuaire du Collège de France”, in Pierre Bourdieu, *Manet. Une révolution symbolique*, Éditions Raison d’agir/Éditions du Seuil, 2013 (reedição), p. 808.

trapassada do arquiteto e, mais genericamente, as condições de criação e inovação. Essa concepção coloca o arquiteto (ou o artista, ou o político, ou o intelectual ...) como desvinculado da ligação com o real, como puro inventor do real, ao passo que ele é apenas a sombra. Simplesmente esquece que “complexidade”, no sentido de Edgar Morin, está no centro do fenômeno social. Aqueles, portanto, que vão à guerra contra Le Corbusier instituem-no objetivamente (e apesar deles próprios) como um mito, como encarnação do mito heróico-romântico do criador solitário e da origem absoluta. A sociologia nos ensinou a ficar longe da “mística da criação e do criador”.¹⁰⁶ É hora de reintroduzir Le Corbusier em um regime de historicidade, de lhe atribuir o peso do seu tempo, livrar-se do efeito armadilha que poderia produzir em nós o orgulho que transparece nos seus escritos e nas suas relações com os outros. Ao devolvê-lo à sua modéstia histórica, isto é, ao seu meio, ao seu tempo e aos jogos de influências e de *epistemes* que o condicionaram, evitaremos os excessos de adoração ou detestação.

BIBLIOGRAFIA / BIBLIOGRAPHIE

- AZÉMA, Jean-Pierre. Vichy et la mémoire savante: cinquante-cinq ans d’historiographie. AZÉMA, Jean-Pierre; BÉDARIDA, François. *Vichy et les Français*. Paris: Fayard, 1992, p. 23-44.
- BARANCY, Olivier. *Misère de l’espace moderne: la production de Le Corbusier et ses conséquences*. Marseille: Éditions Argone, 2017.
- BARLES, Sabine. *La ville délétère. Médecins et ingénieurs dans l’espace urbain, XVIII^e-XIX^e siècle*. Seyssel: Champvallon, 1999.
- BAUDOT, Anatole de. *L’architecture, le passé, le présent*. Paris: Henri Laurens éditeur, 1916.
- BAUDOT, Anatole de. *L’architecture et le ciment armé*. Office général d’éditions artistiques, 1904.
- BAUDOÛI, Rémi. *La naissance de l’École des hautes études urbaines et le premier enseignement de l’urbanisme en France, des années 1910 aux années 1920*. Paris: École d’architecture de Paris-Villemin/ARDU, Paris VIII, 1988.
- BAUDOÛI, Rémi. L’attitude de Le Corbusier pendant la guerre. *Le Corbusier une anthologie*. Paris, CCI Beaubourg, 1987, p. 455-459.
- BAUDOÛI, Rémi. Marcel Poète et Le Corbusier: l’histoire dans le projet d’ur-

- banisme. *Les Annales de la recherche urbaine*, n. 37, 1988. Plans et projets. p. 46-54.
- BAVEREZ, Nicolas. La spécificité française du chômage structurel de masse, des années 1930 aux années 1990. *Vingtième Siècle*, n. 52, outubro-dezembro 1996, p. 47.
- BAYLE, Jean-Louis Loubet del. *Les non-conformistes des années 30. Une tentative de renouvellement de la pensée politique française*. Paris: Seuil, 2001.
- BELOT, Robert. *L'Atome et la France. Aux origines de la technoscience française*. Paris: Odile Jacob, 2015.
- BELOT, Robert. *Henri Frenay, de la Résistance à l'Europe*. Paris: Seuil, 2003.
- BELOT, Robert. *Lucien Rebatet, ou le fascisme comme contre-culture*. Presses Universitaires de Rennes, 2015.
- BELOT, Robert. Une réinterprétation de l'idéologie vichyste comme posture technophobe et anti-artificialiste. *Prométhée et son double. Craintes, peurs et réserves face à la technologie*. Neuchâtel-Toulouse: Alphil/Presses universitaires suisses, 2009, p. 105-127.
- BELOT, Robert. *La Résistance sans de Gaulle. Politique et gaullisme de guerre*. Paris: Fayard, 2006.
- BENTON, Tim. *Le Corbusier le Grand*. Phaidon, 2008.
- BERSTEIN, Serge; WINOCK, Michel (org.). *Fascisme français? La controverse*. CNRS éditions, 2014.
- BIRKSTED, Jan. *Le Corbusier and the Occult*. Cambridge, MA: MIT Press, 2009.
- BLOCQ-MASCART, Maxime. *Chroniques de la Résistance. Suivies d'études pour une nouvelle révolution française par les groupes de l'OCM*. Paris: Corrêa, 1945.
- BOURDIEU, Pierre. Résumés des cours parus dans l'Annuaire du Collège de France. *Manet. Une révolution symbolique*. Paris: Éditions Raison d'agir/Éditions du Seuil, 2013.
- BRASILLACH, R. Introduction à l'esprit fasciste (II. Comment se forment les mythes). *Je suis partout*, 1^{er} juillet 1938.
- BRUN, Gérard. *Technocrates et technocratie en France (1914-1945)*. Paris: Albatros, 1985.
- CARLS, Stephen D. *Louis Loucheur, ingénieur, homme d'État, modernisateur de la France, 1872-1931*. Presses universitaires du Septentrion, Villeneuve-d'Ascq, 2000.
- CARREL, Alexis. *L'Homme, cet inconnu*. Paris: Plon, 1935.
- CARREL, Alexis. La science de l'homme. *La France de l'esprit*, Sequana, 1943, p. 107.
- CHARRETON, Pierre. *Les fêtes du corps: histoire et tendances de la littérature à thème sportif en France, 1870-1970*. Saint-Étienne: Université de Saint-Étienne, 1985.
- CHASLIN, François. *Un Corbusier*. Paris: éd. du Seuil, 2015.
- CHOAY, Françoise. *L'Allégorie du patrimoine*. Paris: éd. du Seuil, 1999.
- CHOAY, Françoise. *L'Urbanisme. Utopies et réalités: une anthologie*. 1^a ed. 1965. Paris: éd. du Seuil, 1979.
- COHEN, Jean-Louis. *Le Corbusier, La planète comme chantier*. Textuel, 2015.
- LE CORBUSIER. *Correspondance. Lettres à la famille, 1926-1946*. t. II. Infolio, 2013.
- LE CORBUSIER. *Sur les quatre routes*. 1^a ed. 1941. Paris: Denoël, 1970.
- LE CORBUSIER. *Vers une architecture*. Paris: Arthaud, 1977.
- CORCY, Stéphanie. *La vie culturelle sous l'Occupation*. Paris: Perrin, 2005.
- LE COUEDIC, Daniel. Les fondements idéologiques du planisme de Le Corbusier. *Urbanisme*, fev-reiro 1988, n. 223, p. 56-63.
- CRÉMIEUX-BRILHAC, Jean-Louis. *Les Français de l'An 40. Ouvriers et soldats*. t. II. Paris: Gallimard, 1990.

- DAHL, Per F. *Heavy Water and the Wartime Race for Nuclear Energy*. CRC Press, 1999.
- DENÈFLE, Sylvette et al. *Habiter Le Corbusier: Pratiques sociales et théorie architecturale*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2006.
- DRÉVILLE, Jean. *La bataille de l'eau lourde*. 1948.
- DROUARD, Alain. *Une inconnue des sciences sociales, la Fondation Alexis Carrel, 1941-1945*. Paris, éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1992.
- FERIEL, Cédric. Eugène Hénard, une pensée en prise sur son époque. *Métropolitiques*, 14 de junho de 2013. URL : <http://www.metropolitiques.eu/Eugene-Henard-une-pensee-en-prise.html>.
- FISHMAN, Robert. *L'utopie urbaine au XX^e siècle: Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, Le Corbusier*. Paris: Mardaga, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994.
- FREY, Pierre. *Le Corbusier, un fascisme français*. *Tracés*, 2015.
- GALLO, Emmanuelle. La réception et le quartier des gratte-ciel, centre de Villeurbanne, ou pourquoi des gratte-ciel à Villeurbanne en 1932? ANDRIEUX, Jean-Yves; CHEVALLIER, Fabienne (ed.). *La réception de l'architecture du Mouvement moderne: image, usage, héritage*. Saint-Étienne: Publication de l'université de Saint-Étienne, 2005.
- GENESTIER, Philippe; GRAS, Pierre (org.). *Sacré béton. Fabrique et légende d'un matériau du futur*. Lyon: Libel, 2015.
- GILLET, M. S. *Réveil de l'âme française*. Paris: Flammarion, 1942.
- GIRAUDOUX, Jean. *Pleins Pouvoirs*, 1939.
- GUERRAND, Roger-Henri; MOISSINAC, Christine. *Henri Sellier, urbaniste et réformateur social*. La Découverte, 2005.
- GUILLERME, André et al. *Dangereux, insalubres et incommodes. Paysages industriels en banlieue parisienne, XIX^e-XX^e siècles*. Champvallon, 2004.
- HAMON, Françoise; CARTIER, Claudine. L'architecture industrielle, travaux et publications, un bilan international. *Revue de l'Art*, 1988, n. 79, p. 59.
- JACKSON, Julian. *La France sous l'Occupation*. Paris: Flammarion, 2004.
- JARCY, Xavier de. *Le Corbusier, un fascisme français*. Albin Michel, 2015.
- JAUER, Annick. La race française dans Pleins Pouvoirs : une autre lecture. *Cahiers Jean Giraudoux*, 2016, n. 44.
- JOLY, Pierre; JOLY, Robert. *L'architecte André Lurçat*. Paris: éditions Picard, 1995.
- JORLAND, Gérard. *Une société à soigner. Hygiène et salubrité publiques en France au XIX^e siècle*. Paris: Gallimard, 2010.
- LABBÉ, Mickaël. Le Corbusier: architecture et politique. *Astérian*, n. 16. 30 mai 2017. Acessado em 7 junho 2017. Disponível em: <http://asterion.revues.org/2879>.
- LEFRANC, Georges (ed.). *Des Pharaons à Le Corbusier. Esquisse d'une histoire de l'architecture*. Cours de l'Institut supérieur ouvrier 1933-1934, Centre confédéral d'éducation ouvrière, Paris, s/d (1935). *Le Quotidien de l'Art*, 21 de maio 2015.
- LODS, Marcel. Le problème: produire industriellement les bâtiments, dessiner le pays. *Techniques et architectures*, nov. 1957.

- MAREC, Yannick. *Histoire & Mesure*, 1994, 9-1-2, p. 178-187.
- MILLAIS, Malcolm. *Le Corbusier, the Dishonest Architect*. Cambridge Scholars Publishing, 2018.
- ORY, Pascal. *La Belle Illusion. Culture et politique sous le signe du Front populaire. 1935-1938*. Paris, Plon: 1994.
- PERELMAN, Marc. *Le Corbusier, une froide vision du monde*. Michalon, 2015.
- PICON, Antoine (org.). *L'art de l'ingénieur. Constructeur, entrepreneur, inventeur*. Paris: Éditions du Centre Georges Pompidou, 1997.
- Pièces et main d'œuvre. Grenoble, 24 de junho de 2015.
- PISON, Guy. L'enquête d'architecture rurale du chantier 1425. *Techniques et architecture*, novembro-dezembro 1943, ano 3, p. 321-324.
- PLUMYÈNE, Jean; LASIERRA, Raymond. *Les fascismes français, 1923-1963*. Paris: Seuil, 1963.
- Prélude*, n. 10, março-abril 1934.
- Questions à Michel Foucault sur la géographie. *Hérodote*, n. 1, janeiro-março 1976, p. 71-85.
- RACINE, Nicole. La Querelle du Réalisme (1935-1936). *Sociétés & Représentations*, v. 15, n. 1, 2003, p. 113-131.
- RAGON, Michel. *L'Architecte, le Prince et la Démocratie: Vers une démocratisation architecturale*. Paris: Albin Michel, 2012.
- STERNHELL, Zeev. *Ni droite ni gauche. L'idéologie française en France*. Paris: éd. du Seuil, 1983.
- TAGUIEFF, Pierre-André. Critiques du progrès et pensées de la décadence. Essai de clarification des visions de l'histoire. *Mil neuf cent*, n. 14 Progrès et décadence, 1996. p. 15-39.
- TAGUIEFF, Pierre-André. Eugénisme ou décadence? L'exception française. *Ethnologie française*, t. 24, n. 1 Penser l'héritage, janeiro-março 1994, p. 81-103.
- TEGA, Walter. Paul Otlet, Otto Neurath, Le Corbusier : un projet pour la paix perpétuelle. *Revue de métaphysique et de morale*, n. 4, 2014, PUF, p. 545-559.
- TOMAS, François; BLANC, Jean-Noël; BONILLA, Mario. *Les grands ensembles : une histoire qui continue*. Saint-Étienne: Presses de l'Université de Saint-Etienne, 2003.
- VALOIS, Georges. *Le Nouveau Siècle*. 23 de outubro de 1927.
- Vers la Révolution communautaire. Les journées du Mont-Dore*. Paris: Sequana, 10-14 abril 1943.
- La vie urbaine*, n. 1-2, 1919, preâmbulo.
- LE VIGAN, Pierre. *Inventaire de la modernité, avant liquidation: au-delà de la droite et de la gauche, études sur la société, la ville, la politique*. Avatar Editions, 2007.
- VIGATO, Jean-Claude. *L'architecture régionaliste: France, 1890-1950*. Éditions Norma, 1994.
- WEBER, N. F. *C'était Le Corbusier*. Paris: Fayard, 2009.

Robert Belot é professor de história contemporânea na Universidade de Lyon-Saint-Étienne (França) e membro do laboratório UMR 5600 CNRS ISTHME EVS. Sua pesquisa trata dos desafios sociopolíticos e epistemológicos da memória e do patrimônio. Publicou diversas obras sobre a resistência francesa e sua transformação em projeto político, tanto nacional quanto europeu. Foi Secretário Municipal da Cultura e do Patrimônio de Belfort (2008-2014).

Robert Belot est professeur des universités en histoire contemporaine à l'université de Lyon-Saint-Étienne (France) et membre du laboratoire UMR 5600 CNRS ISTHME EVS. Sa recherche porte sur les enjeux sociopolitiques et épistémologiques de la mémoire et du patrimoine. Il a publié de nombreux ouvrages sur la Résistance française et sa transformation en projet politique, national et européen. Il a été maire-adjoint à la Culture et au Patrimoine de la ville de Belfort (2008-2014).

L'ÉCOLE DE L'UNITÉ D'HABITATION LE CORBUSIER – QUAND L'UTOPIE RENCONTRE LA RÉALITÉ

Ludivine Bouchet, Julia Cid, Hanieh Ebrahimzadeh, Alamanda Irawan, John Martin, Chalbia Hajji, Océane Vercasson, El Hassan Boussoufa, Claire Dessagne, Samantha Makarof, Dr. Aurélie Brayet, Dr. Luc Rojas

Article écrit par les étudiants Master 1 et Master 11 Histoire, Civilisations et Patrimoines du Département des Etudes en Patrimoines Culturels de l'Université Jean Monnet, dans le cadre d'un projet commun collaboratif (conception d'une exposition sur l'école maternelle de l'Unité d'habitation Le Corbusier de Firminy) sous la supervision de Luc Rojas et Aurélie Brayet.

INTRODUCTION

Architecte de génie, visionnaire, pragmatique, avant-gardiste, Le Corbusier est avant tout un homme aux multiples talents et un architecte hors-pair et hors-normes. Pour Le Corbusier, une architecture moderne se définit en cinq points : les pilotis, la fenêtre-bandeau, le plan libre, la façade libre et le toit-terrasse. Il appliquera ces principes dans ses nombreuses réalisations, notamment pour l'une de ses plus célèbres constructions : l'Unité d'habitation de Firminy. Pour lui, la reconstruction radicale des villes serait la solution à la crise urbaine et sociale de son époque. Dans l'urgence de l'après-guerre, il proposera « l'Unité d'habitation de grandeur conforme », qui sera construite en cinq exemplaires à Marseille, Briey-en-forêt, Rezé près de Nantes, Firminy et Berlin et prendra valeur de solution aux problèmes liés à la pénurie de logements de l'époque.

Dès les années 1950, l'effet du *baby-boom* se fait sentir dans de nombreuses villes françaises. Cette importante pression démographique qui pèse sur les villes a pour corollaire la construction d'écoles primaires pour faire face à l'explosion des effectifs scolaires. Tout comme d'autres villes françaises, Firminy met en œuvre une politique soutenue de construction d'Unités d'habitation, mais également d'établissements scolaires. Le maire de l'époque, Eugène Claudius-Petit fait ainsi appel à l'architecte suisse Le Corbusier en 1959 pour lui commander la conception et la construction de trois Unités

d'habitation comportant 3500 logements, mais une seule Unité d'habitation est finalement construite. Le projet architectural de Le Corbusier, déjà expérimenté dans d'autres villes, prévoit l'installation d'une école maternelle aux derniers étages de l'Unité d'habitation, inaugurée en 1968 pour accueillir les enfants habitant l'Unité d'habitation.

L'école maternelle de Le Corbusier a été l'objet de nombreuses interprétations avant même sa création, faisant d'elle un élément emblématique, empreint de divers mythes aujourd'hui toujours ancrés dans l'esprit collectif. Mais quelles réalités se cachent derrière le mythe de l'école de Le Corbusier ?

I . UNE CONCEPTION ARCHITECTURALE UTOPIQUE

1. Une pédagogie innovante basée sur la libération de l'enfant...

Alors que l'école traditionnelle se concentre sur des méthodes d'apprentissage et transmission de connaissances, dès le début du ^{xx}e siècle, la notion de pédagogie change. Le Corbusier, attentif aux principes pédagogiques que les enseignants vont appliquer au sein de son école, s'inspire du mouvement de l'Éducation Nouvelle, mis en place pendant la période de l'entre-deux guerres par les pédagogues Steiner et Summerhill. Ce nouveau courant pédagogique défend le principe que l'apprentissage, avant d'être une accumulation de connaissances, doit être un facteur de progrès global de l'élève.¹ Cette pédagogie active, associée historiquement à Célestin et Elise Freinet en France, prône une éducation globale, accordant une importance égale aux différents domaines éducatifs : intellectuels et artistiques, mais également physiques, manuels et sociaux.² La correspondance entre Le Corbusier et le pédagogue français Freinet en 1950 montre un premier échange d'intentions pour introduire les principes d'une éducation renouvelée connue sous le nom de l'École Moderne.

La mise en place de ces principes pédagogiques plaît au corps enseignant de l'école maternelle de l'Unité d'habitation : les institutrices apprécient la façon dont les locaux de l'école permettent l'ouverture des espaces, facilitant la mise en place de travaux collectifs, la communication et la cohésion entre les différentes classes, divisées en trois sections : les

1. Éric Letonturier, « Libres enfants de Summerhill, A. S. Neill – Fiche de lecture », *Encyclopædia Universalis*.

2. *Qu'est-ce que la pédagogie Freinet ?*, Institut coopératif de l'école moderne.

3. Témoignages de Marie-Paule Duport et Marika Thoma, 2017.

4. Témoignages de Jacqueline Escales et Marie-Paule Duport, 2017.

5. Témoignages de Jacqueline Escales, Marika Thoma et Marie-Paule Duport, 2017.

6. Témoignage de Catherine Gros, 2017.

7. Jean Jenger, *Le Corbusier : L'architecture pour émouvoir*, Gallimard, 1993.

8. Noël Jouenne, *La vie collective des habitants du Corbusier*, 2005.

« petites section » de 2 à 3 ans ; les « moyennes section » de 3 à 5 ans ; les « grandes section » de 5 à 6 ans. Elles trouvent également avantageuse la proximité physique existant entre l'école et le logement des enfants.³

Concernant les ateliers, les élèves sont initiés à la découverte de la nature : ils cultivaient un véritable potager à l'école, sur la terrasse, et vendaient les fruits et légumes directement aux parents d'élèves.⁴ Les activités artistiques, pratiquées en groupe, sont également très importantes : les élèves pouvaient ainsi peindre, créer des maquettes, pratiquer la poterie, le dessin, la tapisserie, la danse, le bricolage... lors des après-midis, et parfois accompagnés d'artistes.⁵ L'éducation à la vie sociale et à la citoyenneté sont des domaines d'apprentissage également essentiels au sein de l'école maternelle. La relation maître-élève s'inscrit dans un registre démocratique. La pédagogie active ne prône donc pas la punition « classique » pour les élèves, qui fonctionne par exclusion. Ainsi, « il n'y avait pas de piquet. » confirme Marie-Paule Duport, ancienne enseignante à l'école de l'Unité d'habitation : en guise de « punition », les élèves étaient invités à se rendre dans une autre classe, où ils pouvaient aider leurs camarades, leur permettant de se responsabiliser et de s'inclure au sein d'un nouveau groupe.

Cette pédagogie active et libertaire n'est pas imposée, elle fait corps avec les lieux, elle en découle. Ainsi, les enseignantes n'appliquaient pas à la lettre les idées de Freinet, mais elles en conservaient l'esprit pour enseigner, et s'en inspiraient.⁶

2. ... traduite dans le travail architectural de Le Corbusier

Le bonheur est l'une des clés de la réflexion de Le Corbusier. Ce dernier développe une pensée puriste⁷ mêlant simplicité des formes, organisation et rigueur. Il travaillera particulièrement autour de la question de la luminosité, du rapport à l'extérieur et de la végétation. D'autre part, il y a chez l'architecte une vraie volonté de faire se rencontrer les gens. La conception du lieu, la mixité sociale et les services proposés font de l'Unité d'habitation une véritable utopie grandeur nature.⁸ En tenant compte des différentes techniques proposées par Freinet, Le Corbusier va mettre en place un concept de salle innovant, dont l'idée est de rompre avec la classe traditionnelle.

9. Rapport de l'architecte Wogenscky, devis descriptif général des travaux, 1962-1968.

10. Témoignage de Jean-Manuel Morilla, 2017.

11. Sophie Giagnoni, « Le Corbusier à hauteur d'enfant », *Arts & Décoration*.

12. Le Corbusier, *Les Maternelles, pour une pédagogie plus humaine*, 1968.

L'établissement occupe les trois derniers étages de l'immeuble.⁹ Le niveau 18 est la partie « technique » de l'école avec la cuisine, la cantine (jamais construite), les cours de récréation et les ateliers. Le niveau 19 comporte les salles de classes, des cours de récréations couvertes, les salles de repos, les bureaux de la directrice et du service médical. Chaque espace d'enseignement est doté d'un équipement sanitaire. Des panneaux en bois recouvrant certaines parties des murs permettent l'accrochage d'objets, dessins, panneaux d'informations... Une rampe fait le lien entre les niveaux 19 et 20 et permet aux enfants de circuler entre les différents étages en toute sécurité.¹⁰ On retrouve sur le dernier plateau un théâtre en plein air et au nord une aire de jeux pour les enfants avec une grande pataugeoire, un bac à sable, des bancs en béton, un solarium... L'architecture du lieu se caractérise par la modularité des espaces, les 8 salles sont dans le prolongement les unes des autres et peuvent s'ouvrir les unes aux autres par des systèmes de panneaux coulissants,¹¹ réalisés en ardoisine, se transformant ainsi en tableaux. Le Corbusier accordait un intérêt profond au soleil, l'architecture est donc pensée en fonction de ce dernier de façon à ce que l'école vive au rythme de ses rayons.¹² Par l'utilisation de larges baies vitrées, Le Corbusier offre une magnifique vue sur l'extérieur. Le toit terrasse est le terrain de jeu de l'école. Les murs sont transformés en œuvre d'art puisque les enfants étaient autorisés à les peindre et ainsi à faire parler leur imagination.

L'école de Le Corbusier se différencie des autres : en effet, la plupart des écoles ont un bâtiment qui leur est propre. Ici l'établissement se trouve sur le toit de l'immeuble de l'Unité d'habitation et fait partie intégrante de l'édifice. Son dispositif spatial s'intègre parfaitement aux pratiques pédagogiques de la méthode Freinet et participe à l'originalité du lieu.

II. L'APPROPRIATION D'UN LIEU DE VIE

1. La vie quotidienne

Au fil du temps, les acteurs de l'école se sont approprié le lieu à leur manière. Les nouvelles méthodes pédagogiques pratiquées par les institutrices ont pu susciter un certain étonnement chez les parents d'élèves quant aux méthodes employées : en effet, la discipline souple, le fait de ne pas donner de devoirs, la place privilégiée accordée aux matières ar-

tistiques... ont pu dans un premier temps les dérouter, mais ils ont rapidement pu constater l'efficacité de ces techniques.

Chaque matin, les enfants se rendent à l'école maternelle pour 8h30, dans la joie et la convivialité car ils sont très attachés à leur école. Ils sont initiés au calcul, à l'écriture, à la lecture et à l'éducation physique. A 11h30, les parents d'élèves remontaient les chercher car aucun service de restauration n'était assuré. Les enfants revenaient ensuite pour 13h30. Les après-midis s'organisaient autour d'activités manuelles et la sieste pour les plus petits. Les couchettes étaient installées dans la partie nord de l'école, qui comportait alors des rideaux. La sieste était généralement surveillée par les dames de service car parallèlement se déroulaient différents ateliers. Les tableaux coulissants étaient ouverts afin de réunir tous les enfants quel que soit leur âge et leur niveau. Pour Marie-Jo Fournier, dernière institutrice de l'école, ils étaient l'atout pratique des locaux. Les ateliers étaient donc installés dans un espace très modulable. Au niveau inférieur, on trouvait également un atelier de poterie comportant un grand four. Les enfants faisaient aussi beaucoup de peinture. Les cours de récréation étaient aussi modulées selon les besoins des institutrices. Les enfants allaient peu sur le toit-terrasse de l'école, ils sortaient surtout sur les cours à l'est et à l'ouest en fonction du vent et du soleil.

Les anciens élèves sont plutôt unanimes sur la question : ils ont tous apprécié l'école maternelle de l'Unité d'habitation. Ils étaient impressionnés par la taille des locaux et appréciaient particulièrement les fenêtres de couleurs à leur taille. Ils se sentaient également rassurés dans les locaux car ils étaient similaires au reste de l'Unité d'habitation.

2. « La place du village » : l'école maternelle de l'Unité d'habitation comme lieu de sociabilité

Tous les acteurs connectés pour une raison ou pour une autre à l'école ont apprécié cet endroit. Certaines institutrices ont d'ailleurs choisi d'habiter dans l'Unité d'habitation, comme Marika Ninotta et Jacqueline Escales. Cette proximité a permis la création de liens au-delà de l'univers scolaire.¹³

Yvan Mettaud, président de la Fédération Européenne des Associations d'Habitants de Le Corbusier, soulève un point important : « *l'histoire des écoles et particulièrement à*

13. Témoignage de Marina Amarat, 2017.

cette époque-là, c'est aussi l'histoire des mamans ». Elles sont effectivement rapidement séduites par la beauté des locaux et vont faire adhérer les pères à ce modèle. Les parents sont attirés par les formes, les couleurs, la vue, l'aménagement des salles. Ils sont même fiers d'envoyer leurs enfants dans une école qu'ils qualifient de « pilote » et sont séduits par la facilité du trajet de l'appartement à l'école, distante seulement de quelques étages. L'école maternelle a créé un réel consensus au sein des familles qui la considèrent comme étant le véritable cœur de l'immeuble et de la vie communautaire. Les enseignants et les parents d'élèves organisaient ensemble dans l'école et sur le toit terrasse des fêtes pour les enfants au cours de l'année, comme Noël ou le carnaval (*fouga*) préparé par les maîtresses.¹⁴

14. Témoignage de Marina Amarat, 2017.

L'école n'était pas réservée aux enfants, c'était un lieu de vie qui « *appartenait à tous les habitants de l'immeuble* ». ¹⁵ Au fil du temps, les habitants ont su s'approprier les locaux qui sont devenus un point de réunion chaleureux et familial. En réunissant certains habitants, l'école permettait l'organisation d'événements où se retrouvaient tous les « corbusards » tels que la fabrication de totems, un match de football féminin...¹⁶ L'Unité d'habitation, pour Marina Amarat, n'est pas simplement un groupement d'appartements mais un village, avec des liens importants entre voisins. Aujourd'hui, les habitants l'ayant connu ressentent les conséquences de la fermeture de l'école par le manque de sociabilité. Marie-Jo Fournier, la dernière des institutrices de l'école, se souvient de l'entraide et de la générosité des parents, toujours présents. Elle nous explique qu'une vente de pains au chocolat, tous les dimanches matin, était réalisée afin de réunir des fonds permettant l'achat de jouets, tables, chaises... illustrant parfaitement la collaboration entre les parents et les institutrices.

15. Témoignage de Catherine Gros, 2017.

16. Témoignage de Marina Amarat, 2017.

III. RUPTURES ET EVOLUTIONS

1. La fin d'un rêve...

Dès le mois d'octobre 1998, des rumeurs circulent sur une potentielle fermeture de l'école. Initialement, la mairie avait annoncé un déménagement temporaire, le temps de travaux de rénovation.¹⁷ Les élèves de l'Unité d'habitation

17. Témoignage de Yvan Mettaud, 2017.

resteraient en classe unique, ils intégreraient simplement les locaux de l'école des Noyers temporairement. En parallèle de ces décisions, l'unique institutrice et directrice, Marie-Jo Fournier est alors immédiatement déplacée à l'école des Noyers, sous le titre de « directrice déplacée ».

La fermeture officielle et administrative a lieu le 13 novembre 1998 au moment des vacances de la Toussaint pour des raisons de sécurité. Selon les dispositions de 1982, un bâtiment accueillant du public se doit de respecter certaines règles : l'école aurait ainsi dû posséder un escalier extérieur de sécurité ainsi que quatre pompiers permanents. Cependant, l'école était déjà dans un état critique, depuis environ cinq ans. Marie-Jo Fournier explique qu'à son arrivée, des conteneurs sont installés dans les salles de classe pour récupérer l'eau des infiltrations du toit. Outre l'achat de matériel, elle a dû lutter pour interdire les visites touristiques de l'école sur le temps scolaire. N'ayant plus qu'une classe, elle avait décidé de fermer la partie nord de l'école. Elle raconte n'avoir pas pu profiter pleinement de l'expérience voulue par Le Corbusier. La démographie appelouse ne faisant que décroître, les classes fermaient les unes après les autres.¹⁸ L'âge d'or du bâtiment s'est clôt dans les années 1981-1982 avant la fermeture, en 1983, de la moitié de l'Unité d'habitation, due au départ des familles mais aussi au vieillissement de la population.¹⁹

La fermeture décidée le 13 novembre 1998 n'est pas ratifiée par les parents d'élèves, d'autant plus qu'à ce moment-là, l'école compte 22 élèves soit 7 de plus que nécessaire. Un comité s'organise autour de l'école et les habitants de l'Unité d'habitation décident d'occuper les locaux,²⁰ occupation à laquelle participe Yvan Mettaud. Selon lui, la réaction fut viscérale car les habitants l'ont vécu comme une profonde injustice. L'occupation était prévue pour une quinzaine de jours mais finalement, l'école continua de fonctionner jusqu'à la fin de l'année. Il régna une profonde solidarité durant ces neuf mois d'occupation. Certains apportaient des croissants aux personnes ayant passé la nuit à l'école, les mères d'élèves faisaient des gâteaux. Des chants et des danses furent créés par les participants, ainsi, Marine Amarat écrit les paroles d'une chanson sur l'air des *Copains d'abord* : *Pas d'arrêtés, plus de commissions !* Parallèlement la lutte s'organi-

18. Témoignage de Jacqueline Escalé, 2017.

19. Témoignage de Jean-Manuel Morilla, 2017.

20. Témoignage de Christiane Challetain, 2017.

sait car les parents étaient profondément attachés au lieu. Avec la fermeture, les parents d'élèves craignaient que l'Unité d'habitation se retrouve isolée du reste de la ville.

A partir du 13 novembre 1998, les élèves de l'école maternelle devaient être transférés à l'école des Noyers mais les parents s'organisèrent afin que la classe continue pour les 22 enfants, qui n'ont pas souffert de retard dans les programmes. Une seconde fermeture a lieu après les 9 mois d'occupation, le 30 juin 1999. Malgré un accord passé avec la mairie, l'école ne rouvrira jamais ses portes. Par la suite, la fermeture de l'école fut annulée administrativement, mais aucun élève de maternelle n'a remis les pieds dans l'école à ce jour, malgré les efforts de Christiane Chatelain, habitante du Corbusier ayant participé à l'occupation et élue municipale chargée des écoles de 2001 à 2008 pour tenter de faire rouvrir l'école.

2. ... le début d'un nouveau

Le projet initial de création d'un campus patrimoine était basé sur le site dit de La Corniche, mais les coûts d'installation atteignaient des taux importants. Yvan Mettaud, responsable du patrimoine classé à la Ville de Firminy, et Joël Le Scornet, Directeur de Cabinet du Maire, proposent alors l'installation dans l'école de l'Unité d'habitation. La responsable des formations en patrimoines en 2012, Jacqueline Bayon, explique que « *ce fût une excellente nouvelle que je n'osais espérer. [...] Il y avait «tout» au Corbu : un MH [monument historique], la modernité sous tous ses aspects, une école donc un «esprit» des lieux, une sorte de «haut lieu» et une sorte de défi !* ». Immédiatement, la municipalité appelle à aidé l'université à s'installer, et les travaux ont été effectués dans un délai très court. En septembre 2012, les étudiants font leur première rentrée dans l'école.

Ce nouveau campus accueille alors deux formations : un master national désormais appelé « *Histoire, civilisation et patrimoine* » et un master *Erasmus mundus*, actuellement DYCLAM (*Dynamics of Cultural Landscapes and heritage Management*), consacré à la gestion des paysages culturels. Ces deux formations attirent des Stéphanois, des Ligériens mais aussi des étudiants de la France entière et au-delà : une multitude de nationalités (jusqu'à 28 nationalités par an) se rencontre au dernier étage de l'Unité d'habitation. Ce lieu de sociabilité voulu par Le Corbusier remplit parfaitement son rôle, permettant aujourd'hui de faire cohabiter des cultures venues du monde entier. Chance William, étudiant américain en master DYCLAM, explique : « *Il est remarquable que nous puissions utiliser le bâtiment comme exemple dans nos propres études sur le patrimoine. Je chérirai toujours le temps que j'ai passé à étudier à l'école maternelle* ». Un autre étudiant, Mass Sarr explique que « Dès l'entrée du bâtiment, on sentait qu'on

était bien protégé dans cette construction en béton. On se sent isolé du monde extérieur, ça devient calme ».

Mais il existe aussi des contraintes : les transports en communs sont éloignés et il n'y a pas assez de navettes pour le centre-ville. Dosso Sindou, étudiant ivoirien raconte ainsi ce drôle de « périple quotidien » : « *L'accès au campus se fait au prix d'un « travail résistant » de remontée, car le terrain est relativement abrupt, le bâtiment de l'Unité d'habitation se trouvant en altitude* ». Enfin, sur le plan pédagogique, s'il est impossible d'utiliser les murs, que le lieu est très bruyant, qu'il n'y a pas de rideaux occultants et que la connexion internet est limitée... les étudiants semblent s'accommoder des contraintes. La valeur de ce lieu unique étant plus importante.

CONCLUSION

L'Unité d'habitation de Le Corbusier à Firminy a été conçue selon une vision architecturale utopique, reprenant le concept de « cité idéale », dont l'organisation des espaces a permis d'exercer une pédagogie innovante. L'école était un véritable lieu de vie, appropriée non seulement par les enfants mais aussi par les professeurs et les habitants. L'école fut témoin d'énormément de pratiques de convivialité, devenant une véritable « place du village » et un laboratoire du vivre-ensemble. Pourtant, dans les années 1990, la fermeture de l'école maternelle profile le début d'une lutte entre les habitants du Corbusier et la municipalité de Firminy, mais également un élan de solidarité active au sein du bâtiment, et surtout la fin d'un rêve pour beaucoup. Aujourd'hui l'école maternelle est entourée de nombreux fantasmes et reflète un âge d'or perdu pour les habitants de l'Unité d'habitation l'ayant connu en activité. Mais en 2012, l'installation d'un nouveau campus universitaire redonne vie à ce lieu emblématique de l'œuvre de Le Corbusier et de la ville de Firminy. Les préoccupations d'hier font place aujourd'hui aux préoccupations de demain, au développement de nouveaux projets pour l'école et à une nouvelle génération « d'enfants », ayant la possibilité de s'y épanouir et de vivre l'expérience Le Corbusier.

Artigo escrito pelos estudantes do 1º e 2º anos do Mestrado em História, Civilizações e Patrimônios do Departamento de Estudos em Patrimônios Culturais da Universidade Jean Monnet, no âmbito de um projeto colaborativo comum (concepção de uma exposição sobre o jardim de infância da Unidade de Habitação Le Corbusier de Firminy) sob a supervisão de Luc Rojas e de Aurélie Brayet.

A ESCOLA DA UNIDADE DE HABITAÇÃO LE CORBUSIER – QUANDO A UTOPIA ENCONTRA A REALIDADE

INTRODUÇÃO

Gênio da arquitetura, visionário, pragmático, vanguardista, Le Corbusier é acima de tudo um homem de múltiplos talentos e um arquiteto excepcional e fora de série. Para Le Corbusier, uma arquitetura moderna é definida em cinco pontos: os pilares, as janelas em fita, a planta livre, a fachada livre e o terraço jardim. Ele aplicará estes princípios em muitas das suas realizações, incluindo uma das suas construções mais famosas: a Unidade de Habitação de Firminy. Para ele, a reconstrução radical das cidades seria a solução para a crise urbana e social do seu tempo. Na urgência do pós-guerra, ele irá propôr a “Unidade de Habitação de tamanho adequado”, que será construída em cinco exemplares em Marselha, Briey-en-Forêt, Rezé perto de Nantes, Firminy e Berlim e serão tidas como uma solução para os problemas relacionados com a falta de habitações da época.

Na década de 1950, o efeito *baby-boom* foi sentido em muitas cidades francesas. Essa pressão demográfica significativa que pesa sobre as cidades tem como corolário a construção de escolas primárias para lidar com a explosão do número de alunos nas escolas. Tal como outras cidades francesas, Firminy implementa uma política sustentada de construção de unidades de habitação, mas também de escolas. O prefeito da época, Eugène Claudius-Petit apela ao arquiteto suíço Le Corbusier, em 1959, para lhe encomendar o projeto e a construção de três Unidades de Habitação com 3500 alojamentos, mas apenas uma única Unidade de habitação acaba sendo construída. O projeto arquitetônico de Le Corbusier, já experimentado em outras cidades, prevê a instalação de um jardim de infância nos andares superiores da Unidade de Habitação, inaugurada em 1968 para acomodar as crianças que moram na Unidade de Habitação.

O jardim de infância de Le Corbusier foi o objeto de muitas interpretações antes mesmo da sua criação, fazendo dele um elemento emblemático, imbuído de vários mitos ainda hoje ancorados no espírito coletivo. Mas que realidades estão por trás do mito da escola de Le Corbusier?

I. UMA CONCEPÇÃO ARQUITETÔNICA UTÓPICA

1. Uma pedagogia inovadora baseada na liberação da criança...

Enquanto a escola tradicional se concentra em métodos de aprendizagem e transmissão de conhecimentos, a partir do início do século xx, a noção de pedagogia muda. Le Corbusier, atento aos princípios pedagógicos que os professores vão aplicar na sua escola, se inspira no movimento da Nova Educação, criado durante o período entre as duas grandes guerras pelos pedagogos Steiner e Summerhill. Esta nova corrente pedagógica defende o princípio de que a aprendizagem, antes de ser uma acumulação de conhecimentos, deve ser um fator de progresso global do aluno.¹ Esta pedagogia ativa, historicamente associada a Célestin e Elise Freinet na França, defende uma educação global, dando igual importância aos diferentes domínios educacionais: intelectual e artístico, mas também físico, manual e social.² A correspondência entre Le Corbusier e o pedagogo francês Freinet, em 1950, mostra uma primeira troca de intenções para introduzir os princípios de uma educação renovada conhecida como Escola Moderna.

A implementação destes princípios pedagógicos agradou ao grupo de professores do jardim de infância da Unidade de Habitação: os professores valorizam a forma como as instalações da escola permitem a abertura dos espaços, facilitando o trabalho coletivo, a comunicação e a coesão entre as diferentes classes, divididas em três seções: a “pequena seção” de 2 a 3 anos; a “seção média” de 3 a 5 anos; as “grandes seções” dos 5 aos 6 anos. Eles também consideram vantajosa a proximidade física entre a escola e a habitação das crianças.³

Em relação às oficinas, os alunos são iniciados à descoberta da natureza: eles cultivavam uma verdadeira horta na escola, no terraço, e vendiam as frutas e legumes diretamente aos pais.⁴ As atividades artísticas, praticadas em grupos, eram igualmente muito importantes: os alunos podiam, pintar, criar maquetes, fazer cerâmica, desenho, tapeçaria, dança, trabalhos manuais... durante as tardes, e às vezes acompanhados de artistas.⁵ A educação para a vida social e para a cidadania são também áreas de aprendizagem essenciais

1. Éric Letonturier, “Libres enfants de Summerhill, A. S. Neill – Fiche de lecture”, *Encyclopædia Universalis*.

2. *Qu'est-ce que la pédagogie Freinet ?*, Institut coopératif de l'école moderne.

3. Depoimentos de de Marie-Paule Duport e Marika Thoma, 2017.

4. Depoimentos de Jacqueline Escales e Marie-Paule Duport, 2017.

5. Depoimentos de Jacqueline Escales, Marika Thoma e Marie-Paule Duport, 2017.

no jardim de infância. A relação professor-aluno faz parte de um registro democrático. A pedagogia ativa não defende a punição “clássica” para os alunos, que funciona por exclusão. Deste modo, “não havia piquete”, confirma Marie-Paule Duport, ex-professora da escola da Unidade de Habitação. Como forma de “punição”, os alunos eram convidados a irem para outra sala onde podiam ajudar os seus colegas, o que lhes permitia se responsabilizarem e formarem parte de um novo grupo.

Esta pedagogia ativa e libertária não é imposta, ela associa-se ao espaço e é una com este. Desta forma, os professores não aplicaram as idéias de Freinet ao pé da letra, mas mantiveram o espírito do ensino e se inspiraram nele.⁶

6. Depoimento de Catherine Gros, 2017.

2. ...traduzida no trabalho arquitetônico de Le Corbusier

A felicidade é um elemento chave do pensamento de Le Corbusier. Este último desenvolve um pensamento purista⁷ misturando simplicidade das formas, organização e rigor. Ele irá trabalhar particularmente sobre a questão da luminosidade, a relação com o exterior e a vegetação. Por outro lado, existe no arquiteto um desejo real de fazer com que as pessoas se conheçam. A concepção do lugar, a mistura social e os serviços oferecidos fazem da Unidade de Habitação uma verdadeira utopia em tamanho natural.⁸ Tendo em conta as diferentes técnicas propostas por Freinet, Le Corbusier irá implementar um conceito inovador na sala de aula, cuja ideia é romper com a sala de aula tradicional.

O estabelecimento escolar ocupa os últimos três andares do edifício.⁹ O 18º piso é a parte “técnica” da escola com a cozinha, a cantina (nunca construída), os recreios e as oficinas. O 19º piso inclui salas de aula, recreios cobertos, salas de descanso, escritórios da diretora e do serviço médico. Cada espaço de ensino é dotado de equipamento sanitário. Painéis de madeira que cobrem certas partes das paredes permitem a suspensão de objetos, desenhos, painéis de informação... Uma rampa liga os 19º e 20º piso permitindo que as crianças circulem entre os diferentes pisos com segurança.¹⁰ No último piso há um teatro ao ar livre e a norte existe um parque infantil para as crianças com uma grande

7. Jean Jenger, *Le Corbusier : L'architecture pour émouvoir*, Gallimard, 1993.

8. Noël Jouenne, *La vie collective des habitants du Corbusier*, 2005.

9. Relatório do arquiteto Wogensky, com as especificações gerais das obras, 1962-1968.

10. Depoimento de Jean-Manuel Morilla, 2017.

11. Sophie Giagnoni, “Le Corbusier à hauteur d’enfant”, *Arts & Décoration*.

12. Le Corbusier, *Les Maternelles, pour une pédagogie plus humaine*, 1968.

piscina infantil, uma caixa de areia, bancos de cimento, um solário... A arquitetura do lugar é caracterizada pela modularidade dos espaços, as oito salas estão na extensão umas das outras e podem se abrir umas às outras através de sistemas de painéis deslizantes,¹¹ feitos em ardósia, transformando-se assim em quadros. Le Corbusier atribuía muita importância ao sol, a arquitetura é assim pensada de acordo com este elemento para que a escola viva ao ritmo de seus raios.¹² Através do uso de grandes janelas, Le Corbusier oferece uma vista magnífica do exterior. O terraço é o recreio da escola. As paredes são transformadas em obras de arte uma vez que as crianças estavam autorizadas a pintá-las, dando asas à imaginação.

A escola de Le Corbusier é diferente das outras: na verdade, a maioria das escolas tem um edifício próprio. Aqui, a escola fica no telhado do imóvel da Unidade de Habitação e é parte integrante do edifício. O seu dispositivo espacial integra-se perfeitamente nas práticas pedagógicas do método Freinet e contribui para a originalidade do lugar.

II. A APROPRIAÇÃO DE UM ESPAÇO DE VIDA

1. A vida quotidiana

Com o tempo, os agentes da escola se apropriaram do lugar à sua maneira. Os novos métodos de ensino praticados pelos professores provocaram uma certa perplexidade entre os pais dos alunos: na verdade, a disciplina flexível, o fato de não haver deveres de casa, o lugar privilegiado dado para as disciplinas artísticas... puderam num primeiro momento desconcertar, mas rapidamente viram a eficácia dessas técnicas.

Todas as manhãs, as crianças iam para o jardim de infância às 8h30, com alegria e convivendo com outras crianças pois estavam muito apegadas à escola. Faziam uma iniciação à matemática, à escrita, à leitura e à educação física. Às 11h30, os pais dos alunos subiam para irem buscar as crianças pois não havia nenhum serviço de cantina. As crianças voltavam novamente às 13h30. As tardes eram organizadas em torno de atividades manuais e da sesta para os mais pequenos. As camas estavam instaladas na parte norte da escola, que então tinha cortinas. A sesta era geral-

mente vigiada pelas auxiliares de serviço, porque em paralelo realizavam-se ateliês diferentes. Geralmente, os quadros deslizantes eram abertos para reunir todas as crianças, independentemente da idade e do nível de escolaridade. Para Marie-Jo Fournier, a última professora da escola, eles eram a grande mais-valia das instalações. As oficinas estavam instaladas num espaço muito ajustável. No nível inferior, havia também uma oficina de cerâmica com um forno grande. As crianças também faziam muita pintura. Os parques infantis também estavam modulados de acordo com as necessidades dos professores. As crianças iam pouco ao terraço da escola e saíam principalmente nos pátios a leste e a oeste, dependendo do vento e do sol.

Os antigos alunos são bastante unânimes neste ponto: todos apreciaram o jardim de infância da Unidade de Habitação. Eles ficavam impressionados com o tamanho das instalações e gostavam especialmente das janelas coloridas do tamanho deles. Eles também se sentiam seguros nas instalações, pois eram semelhantes ao resto da Unidade de Habitação.

2. “A praça da aldeia”: o jardim de infância da Unidade de Habitação como local de sociabilidade

Todas as pessoas ligadas por uma razão ou outra à escola apreciaram este lugar. Algumas professoras chegaram a optar por morar na Unidade de Habitação, como Marika Ninotta e Jacqueline Escales. Essa proximidade permitiu a criação de laços para além do universo escolar.¹³

Yvan Mettaud, Presidente da Federação Européia das Associações de Moradores do Le Corbusier, aborda um ponto importante: “*a história das escolas e especialmente naquela época, é também a história das mães*”. Elas são rapidamente seduzidas pela beleza das instalações e farão com que os pais adiram a este modelo. Ambos são atraídos pelas formas, pelas cores, pela vista e pela disposição das salas. Eles têm orgulho em mandar os seus filhos para uma escola que chamam de “piloto” e são seduzidos pela facilidade do trajeto do apartamento até à escola, a apenas alguns pisos de distância. O jardim de infância criou um verdadeiro consenso dentro das famílias que o consideram como o centro do edifício e da vida comunitária. Professores e pais organizavam juntos na esco-

13. Depoimento de Marina Amarat, 2017.

14. Depoimento de Marina Amarat, 2017.

15. Depoimento de Catherine Gros, 2017.

16. Depoimento de Marina Amarat, 2017.

17. Depoimento de Yvan Mettaud, 2017.

la e no terraço jardim, festas para as crianças durante o ano, como o Natal ou o carnaval preparado pelos professores.¹⁴

A escola não estava reservada para as crianças, era um espaço de vida que “pertencia a todos os habitantes do edifício”.¹⁵ Com o tempo, os habitantes souberam apropriar-se das instalações que se tornaram num ponto de encontro acolhedor e familiar. Ao reunir alguns moradores, a escola permitia que todos os “corbusardos” se reunissem em torno da organização de eventos, da confecção de totens, de um jogo de futebol feminino...¹⁶ A Unidade de Habitação, para Marina Amarat, não é apenas um conjunto de apartamentos, mas uma aldeia, com laços importantes entre os vizinhos. Hoje, os habitantes que conheceram essa época, sentem as consequências do fechamento da escola pela falta de sociabilidade. Marie-Jo Fournier, a última professora da escola, lembra-se da ajuda e da generosidade dos pais, sempre presentes. Ela explica que era feita uma venda de folhados de chocolate, todos os domingos de manhã, para arrecadar fundos para a compra de brinquedos, mesas, cadeiras... ilustrando perfeitamente a colaboração entre pais e professores.

III. RUPTURAS E EVOLUÇÕES

1. O fim de um sonho...

Já em outubro de 1998, circulavam rumores sobre um possível encerramento da escola. Inicialmente, a prefeitura anunciou uma mudança temporária, que duraria apenas o tempo das obras de renovação.¹⁷ Os alunos da Unidade de Habitação ficariam numa única turma, simplesmente integrando as instalações da escola *Des Noyers* temporariamente. Paralelamente a essas decisões, a única professora e diretora, Marie-Jo Fournier, foi imediatamente transferida para a escola *Des Noyers*, sob o título de “diretora deslocada”.

O encerramento oficial e administrativo ocorreu a 13 de novembro de 1998 durante as férias de outono por razões de segurança. De acordo com as disposições de 1982, um edifício que acolhe o público deve respeitar certas regras: a escola deveria ter uma escada externa de segurança e quatro bombeiros permanentes. No entanto, a escola já estava em estado crítico há cerca de cinco anos. Marie-Jo Fournier explica que, no momento da sua chegada, são instalados reci-

18. Depoimento de Jacqueline Escale, 2017.

19. Depoimento de Jean-Manuel Morilla, 2017.

20. Depoimento de Christiane Chatelain, 2017.

pientes nas salas de aula para recuperar a água da infiltração do telhado. Além de comprar equipamentos, ela teve que lutar para evitar as visitas turísticas da escola no horário escolar. Tendo apenas uma turma, ela decidiu fechar a parte norte da escola. Ela refere não ter podido aproveitar ao máximo a experiência que Le Corbusier queria. Com a demografia de Firminy a diminuir, as turmas estavam fechando umas após as outras.¹⁸ A idade de ouro do edifício terminou nos anos 1981-1982 antes do fechamento, em 1983, de metade da Unidade de Habitação, devido à saída das famílias e ao envelhecimento da população.¹⁹

O fechamento decidido a 13 de novembro de 1998 não é ratificado pelos pais dos alunos, principalmente porque, naquela época, a escola tinha 22 alunos, 7 a mais do que o necessário. Um comitê é organizado em torno da escola e os habitantes da Unidade de Habitação decidem ocupar as instalações,²⁰ ocupação na qual Yvan Mettaud participa. Segundo ele, a reação foi visceral porque os habitantes viveram-na como uma profunda injustiça. A ocupação foi planejada por uma quinzena, mas finalmente, a escola continuou a funcionar até ao final do ano. Durante estes nove meses de ocupação, reinou uma profunda solidariedade. Alguns traziam croissants para as pessoas que passavam a noite na escola e as mães dos alunos faziam bolos. Canções e danças foram criadas pelos participantes, e Marine Amarat escreveu a letra de uma canção com a música de *Les Copains d'abord*, “*Sem decretos, sem mais comissões!*” Ao mesmo tempo, a luta foi organizada porque os pais estavam profundamente ligados ao local. Com o fechamento, os pais temiam que a Unidade de Habitação ficasse isolada do resto da cidade.

A partir de 13 de novembro de 1998, os alunos do jardim de infância seriam transferidos para a escola *Des Noyers*, mas os pais se organizaram para que a turma continuasse para as 22 crianças, que acabaram por não sofrer nenhum atraso nos programas. Um segundo encerramento ocorre após os 9 meses de ocupação, a 30 de junho de 1999. Apesar de um acordo com a prefeitura, a escola não voltará a abrir as suas portas. Posteriormente, o fechamento da escola foi anulado administrativamente, mas nunca mais nenhuma criança pôs os pés na escola até hoje, apesar dos esforços de Christiane Chatelain, residente do Le Corbusier que parti-

cupou na ocupação e membro eleito do executivo autárquico encarregue das escolas de 2001 a 2008 para tentar reabrir a escola.

2. ... um novo começo

O projeto inicial para criar um campus de patrimônio estava previsto para o local chamado La Corniche, mas os custos de instalação alcançaram valores significativos. Yvan Mettaud, responsável pelo patrimônio classificado na cidade de Firminy, propõe a instalação na escola da Unidade de Habitação. A diretora do campus, Jacqueline Bayon, explica que *“foi uma ótima notícia que não ousava esperar. [...] Havia «tudo» no Corbu: um MH [monumento histórico], a modernidade em todos os aspetos, uma escola, portanto um «espírito» já existente no espaço, uma espécie de «lugar superior» e uma espécie de desafio!”*. Imediatamente, o município de Firminy ajudou a Universidade a se instalar, e as obras foram feitas num curto espaço de tempo. Em setembro de 2011, os estudantes entram pela primeira vez na escola para o início do ano universitário.

O campus do patrimônio abriga dois cursos: um Mestrado nacional agora chamado “História, civilização e patrimônio” e um Mestrado Erasmus Mundus, atualmente DYCLAM (*Dynamics of Cultural Landscapes and heritage Management*), dedicado à gestão das paisagens culturais. Estes dois cursos atraíram estudantes de Saint-Étienne, da região da Loire, mas também estudantes de toda a França e não só: podemos encontrar uma infinidade de nacionalidades no último andar da Unidade de Habitação. O local de encontro desejado por Le Corbusier cumpriu perfeitamente o seu papel, permitindo hoje a coexistência de culturas de todo o mundo. Chance William, estudante americano do Mestrado DYCLAM explica: *“É excepcional que possamos usar o edifício como um exemplo nos nossos próprios estudos de patrimônio. Estimarei sempre o tempo que passei estudando na escola.”* Outro estudante, Mass Sarr, explica que *“Logo desde a entrada do prédio, sentimos que estamos bem protegidos nesta construção de concreto. Nos sentimos isolados do mundo exterior e tudo se torna calmo.”*

Mas também há restrições: os transportes públicos estão afastados e não há ônibus suficientes para o centro da cidade. Dosso Sindou, um estudante da Costa do Marfim, conta a história deste “périplo diário”: *“O acesso ao campus faz-se à custa de um trabalho de resistência em ascensão, porque o terreno é relativamente íngreme, o edifício da Unidade de Habitação encontram-se localizado em altitude.”* Além disso, a nível pedagógico, é impossível usar as paredes, o lugar é muito barulhento, não há cortinas opacas e a conexão à internet é limitada... No entanto, os alunos parecem adaptar-se às restrições, sendo o valor único deste local o aspeto mais importante.

CONCLUSÃO

A Unidade de Habitação Le Corbusier em Firminy foi projetada de acordo com uma visão arquitetônica utópica, retomando o conceito de «cidade ideal», e cuja organização dos seus espaços permitiu o exercício de uma pedagogia inovadora. A escola era um verdadeiro espaço de vida, apropriado não só pelas crianças mas também pelos professores e pelos habitantes. A escola testemunhou muitas práticas de convivência, tornando-se uma verdadeira “praça da aldeia” e um laboratório de coexistência. No entanto, na década de 1990, o encerramento do jardim de infância marca o início de uma luta entre os habitantes do Corbusier e do município de Firminy, mas também ativa um ímpeto de solidariedade dentro do edifício, e acaba sendo o fim de um sonho para muitos. Hoje a escola é cercada por muitas fantasias e reflete uma era de ouro perdida para os habitantes da Unidade de Habitação que a conheceram em atividade. Mas em 2012, a instalação de um novo campus universitário volta a dar vida a este espaço emblemático da obra de Le Corbusier e da cidade de Firminy. As preocupações de ontem estão dando lugar hoje às preocupações de amanhã, ao desenvolvimento de novos projetos para a escola e para uma nova geração de “crianças”, que têm a oportunidade de aí se desenvolverem e de viverem a experiência Corbusier.

BIBLIOGRAFIA / BIBLIOGRAPHIE

- BESSE, Laurent; GUTIERREZ, Laurent; PROST, Antoine. *Réformer l'école : l'apport de l'Éducation nouvelle (1930-1970)*. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 2012.
- LE CORBUSIER. *Les Maternelles, pour une pédagogie plus humaine*. Paris: Edition Gonthier, 1968.
- GIAGONI, Sophie. Le Corbusier à hauteur d'enfant. *Arts & Décoration*, n. 525, p.10-13.
- GUTIERREZ, Laurent. Histoire du mouvement de l'éducation nouvelle. *Carrefours de l'éducation*, n. 31, p.5-8, 2011. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-carrefours-de-l-education-2011-1-page-5.htm>
- JENGER, Jean. *Le Corbusier : L'architecture pour émouvoir*. Paris: Gallimard, 1993.
- JOUENNE, Noël. *La vie collective des habitants du Corbusier*. Paris: L'Harmattan, 2005.
- LETONTURIER, Éric. Libres enfants de Summerhill, A. S. Neill – Fiche de lecture. *Encyclopædia Universalis*. Disponível em: <http://www.universalis.fr/encyclopedia/libres-enfants-de-summerhill/>. Acesso em outubro 2017.
- LA PÉDAGOGIE alternative. *Fédération des écoles Steiner Waldorf en France*. Disponível em: <https://steiner-waldorf.org/pedagogie-alternative/>. Acesso em outubro 2017.
- QU'EST-CE que la pédagogie Freinet? *Institut coopératif de l'école moderne*. Disponível em: <https://www.icem-pedagogie-freinet.org/node/830911>. Acesso em outubro 2017.
- RAGOT, Gilles. *Le Corbusier à Firminy-Vert: Manifeste pour un urbanisme moderne*. Éditions du Patrimoine; Centre des monuments nationaux, 2011.

FONTES / SOURCES

- Témoignages recueillis en 2017: Marie-Paule Duport, Marika Thoma, Jacqueline Escales, Catherine Gros, Jean-Manuel Morilla, Valérie Garoux, Marie-Jo Fournier, Marina Amarat, Yvan Mettaud, Christiane Chaletain, Marika Ninotta, Jacqueline Bayon, Chance Williams, Mass Sarr, Dosso Sindou.
- Archives Départementales de la Loire, Fonds de l'inspection académique après 1940, 510W12, Firminy: Construction de l'école maternelle Le Corbusier (1962-1968).
- Archives Départementales de la Loire, Fonds de la Préfecture – actions de l'Etat, 2335W176, Affaires culturelles – Le Corbusier (1985-2002).
- Archives Départementales de la Loire, 371568, PERRIN, Lucie. *Le patrimoine Le Corbusier de Firminy-Vert : du rejet à la vénération*, 2004.
- Archives Départementales de la Loire, 11J1585. GARBY, Georges. Dossier concernant la Maison de la Culture « Le Corbusier » à Firminy. Compléments et rectifications de « Firminy – Le Corbusier en héritage – Mr Xavier Guillot », 2008.
- Archives Départementales de la Loire, 11J1449. MANFROI, Béatrice. *Le Corbusier – Firminy vert : étude monographique*, 2002.

Ludivine Bouchet, Julia Cid, Hanieh Ebrahimzadeh, Alamanda Irawan, John Martin, Chalbja Hajji, Océane Vercasson, El Hassan Boussoufa, Claire Dessagne e Samantha Makarof são estudantes de primeiro e segundo ano do mestrado em História, Civilização e Patrimônios da Universidade Jean Monnet. Eles têm aula na antiga escola maternal da Unidade de Habitação e se preparam em dois anos para as profissões de valorização e proteção dos patrimônios culturais. Eles escreveram esse artigo no contexto de um projeto colaborativo (a concepção de uma exposição sobre a escola maternal da Unidade de Habitação Le Corbusier de Firminy) sob a supervisão de Luc Rojas e Aurélie Brayet.

Luc Rojas, professor de história, é pesquisador associado ao laboratório EVS-ISTHME da Universidade de Saint-Étienne. Doutor em história, suas pesquisas tratam da tecnologia e do mundo industrial. Ele se concentra mais particularmente na análise dos fenômenos de circulação de informação técnica (tecnologias antigas, espionagem industrial...), na figura do engenheiro e nos movimentos de organização científica do trabalho.

Aurélie Brayet é pesquisadora associada no laboratório RÉCITS Femto-St da Universidade de Tecnologia Belfort-Montbéliard. Doutora em história das técnicas e titular de um mestrado profissional em gestão e valorização dos patrimônios, ela se interessa na história das artes dos afazeres domésticos e mais especificamente nos objetos culinários. Ela trabalha todo dia na antiga escola maternal da Unidade de Habitação de Firminy, transformada em Campus Le Corbusier da Universidade Jean Monnet.

Ludivine Bouchet, Julia Cid, Hanieh Ebrahimzadeh, Alamanda Irawan, John Martin, Chalbja Hajji, Océane Vercasson, El Hassan Boussoufa, Claire Dessagne e Samantha Makarof sont étudiants en première et deuxième année du Master Histoire Civilisation et Patrimoines de l'Université Jean Monnet. Ils ont cours dans l'ancienne école maternelle de l'Unité d'Habitation et se préparent en deux ans aux métiers de la valorisation et de la sauvegarde des patrimoines culturels. Ils ont écrit cet article dans le cadre d'un projet commun collaboratif (conception d'une exposition sur l'école maternelle de l'Unité d'habitation Le Corbusier de Firminy) sous la supervision de Luc Rojas et Aurélie Brayet.

Luc Rojas, enseignant en histoire, est chercheur associé au laboratoire EVS-ISTHME de l'Université de Saint-Etienne. Docteur en histoire, ses recherches portent sur la technologie et les mondes industriels. Il s'attache plus particulièrement à l'analyse des phénomènes de circulation de l'information technique (veille technologique, espionnage industriel...), à la figure de l'ingénieur ainsi qu'aux mouvements d'organisation scientifique du travail.

Aurélie Brayet est chercheur associé au laboratoire RÉCITS Femto-St de l'Université de Technologie Belfort-Montbéliard. Docteure en histoire des techniques et titulaire d'un Master professionnel en gestion et valorisation des patrimoines, elle s'intéresse à l'histoire des arts ménagers et plus spécifiquement aux objets culinaires. Elle travaille tous les jours dans l'ancienne École Maternelle de l'UH de Firminy devenu Campus Le Corbusier de l'Université Jean Monnet.

HLM, BNH:

TRAJETÓRIAS DIFERENTES, UM PONTO EM COMUM?

Diego Beja Inglez de Souza

No primeiro momento do projeto Live Modern Heritage, tentamos aproximar as trajetórias da história da habitação social na França e no Brasil nos últimos cinquenta anos, indo contra o senso comum segundo o qual estas histórias são incomparáveis, em razão dos diferentes contextos. A pesquisa aprofundada sobre casos específicos em cada um dos países – o grande conjunto de Vitry-sur-Seine e os grandes conjuntos da Zona Leste de São Paulo confirmou algumas similitudes e questões análogas. Aqui, apresentaremos uma espécie de antítese deste primeiro artigo, destacando algumas diferenças estruturais na concepção e no uso da habitação social nestes dois países. Mesmo se os pontos de partida se distanciam, nestas trajetórias convergentes, chegaremos a um ponto em comum.

ALGUMAS DIFERENÇAS ENTRE A HABITAÇÃO SOCIAL NA FRANÇA E NO BRASIL

Os grandes conjuntos brasileiros da Zona Leste de São Paulo partilham algumas características comuns com os equivalentes franceses, como o uso massivo e experimental dos procedimentos de pré-fabricação do concreto, padronização dos apartamentos e reedição de modelos e tipologias na composição de ambiciosas operações urbanísticas construídas em terrenos periféricos. O sociólogo francês Henri LeFebvre descreveu alguns destes grandes conjuntos como espaços de uma “urbanização desurbanizada” conceito útil para descrever alguns dos conjuntos brasileiros, construídos em terrenos baratos e sem infra-estruturas, por vezes contra a natureza, em conflito com a paisagem. Esta noção revela nos dois casos uma permanência da compreensão do habitat reduzido à unidade de habitação, sejam elas casas ou apartamentos em blocos, precariamente conectados à cidade existente. Nos dois países, a habitação

social, através do século xx, se transforma em política econômica justificada pelo discurso de integração social e democratização das qualidades da cidade e da sociedade industrial, com ações destinadas à garantir meios mínimos para a reprodução das forças de trabalho e equilíbrio da sociedade capitalista, que se torna urbana. Se na França esta trajetória é clara e mesmo gloriosa, referência e exemplo para diversos outros países, ainda que muitos conflitos surjam nestes territórios de habitação social, no Brasil, a constituição de um Estado de bem estar social no âmbito de um Estado tipicamente patrimonialista é incompleta e cheia de contradições.

É importante constatar uma diferença temporal significativa entre o fim dos tempos dos grandes conjuntos franceses – 1973, com a circular Guichard e o começo da construção massiva dos grandes conjuntos brasileiros, nos tempos do ‘milagre econômico’ alardeado pela ditadura militar. Trata-se precisamente do momento de construção do Parque CECAP Zezinho Magalhães em Cumbica, no qual serão utilizados pela primeira vez no país os procedimentos de moldagem do concreto com formas deslizantes do tipo Outinord, patente desenvolvida na França e largamente utilizada na construção dos grandes conjuntos. A circulação entre modelos urbanísticos e técnicas construtivas entre os dois países são evidências concretas das similitudes, conexões e diferenças entre o Brasil e a França nestes campos entre os anos 1960 e 70.

Do ponto de vista tipológico, nota-se uma particularidade na composição das formas: no Brasil, a mistura de casas do tipo embrião e blocos de apartamentos será recorrente nos grandes conjuntos construídos pela COHAB-SP. Na França, as torres e os blocos de apartamentos que formam os grandes conjuntos são a expressão visível e concreta das políticas urbanas dos Trinta Gloriosos e o ‘remédio’ contra a ‘doença’ da casa unifamiliar, periférica, isolada e antiurbana, ainda que boa parte das habitações construídas durante este período tenha sido realizada pelos habitantes (conhecidos como Castores) através da autoconstrução em loteamentos por vezes irregulares.¹ No Brasil, o recurso à autoconstrução é a regra e a primeira força na configuração das paisagens dos bairros populares, incorporada em diversos momentos da história recente como elemento das políticas públicas operadas por governos de direita ou de esquerda.

1. Annie Fourcaut (org.). *La banlieue en morceaux. La crise des lotissements défectueux en France dans l'entre-deux-guerres*. Créaphis, 2000.

Na França, em comunas emblemáticas do movimento conhecido como “comunismo municipal” como Ivry e Vitry, a habitação é considerada como peça essencial das políticas sociais, integradas ao desenvolvimento econômico da cidade. Uma promenade urbana pelos bairros de Ivry e Vitry, umbilical e historicamente ligadas ao Sul de Paris, é também um passeio pelas muitas formas produzidas pelos organismos dedicados à habitação social municipal e regional ao longo do século. Existem ali, bem conservados e habitados até os dias atuais, exemplares pioneiros dos edifícios HBM em tijolos vermelhos, fragmentos de cidades-jardins “à francesa” promovidos pelos mesmos organismos, conjuntos dedicados a abrigar os veteranos da primeira guerra mundial, grandes extensões de loteamentos de casas unifamiliares – os pavilions, muitos grands ensembles característicos dos anos 1960, além de realizações habitacionais tipicamente pós-modernas e também experimentações projetuais mais contemporâneas, que incorporam os discursos e preocupações recentes, como a participação popular e a sustentabilidade.

2. Respectivamente, *Habitations à Bon Marché* (HBM, entre 1912 e 1950) e *Habitations à Loyer Modéré* (HLM, após 1950), nomenclaturas para designar as habitações populares e econômicas promovidas por organismos públicos e privados para abrigar famílias operárias e que correspondem à determinados padrões construtivos e espaciais.

A passagem da terminologia HBM à HLM,² visível nesta paisagem, reflete também uma transformação da concepção da habitação social antes e depois da segunda guerra mundial, indo de uma referência ligada ao preço da construção à modalidade de pagamento pela habitação. Mesmo se alguns momentos desta história são marcados por uma certa homogeneidade de formas, é importante reconhecer que existe uma diversidade de programas e condições de acesso aos apartamentos como a locação subsidiada, a locação regulada aos preços do mercado, financiamento de casas próprias em fórmulas múltiplas mas também Abrigos Temporários e Lares de Trabalhadores Solteiros. Sem entrar nos detalhes e contradições que cada uma destas modalidades revela, esta diversidade reflete uma concepção das políticas públicas elaborada sobre as características sócio-econômicas dos grupos sociais mas também na noção de trajetória residencial, que considera as diferentes necessidades espaciais e possibilidades financeiras de um grupo familiar ao longo de sua existência. Tratam-se de entradas múltiplas no parque público ou para-público através de um leque de programas e formas financeiras que misturam subvenções e hipotecas, que se traduzem por situações diferentes em conjuntos mais ou menos

valorizados em função de sua localização, estado e características sócio-econômicas da sua população.

Com exceção da propriedade privada, mas mesmo nela, indiretamente, estas modalidades engendram a necessidade da permanente manutenção e investimento do patrimônio imobiliário por parte dos organismos gestores, ponto fraco em alguns conjuntos problemáticos, árdua tarefa para alguns municípios. O estímulo à propriedade privada na França, tendência que data dos anos 1970 e que se intensifica recentemente, responde também à dinâmica de desengajamento do Estado em algumas questões sociais de administração particularmente difíceis. É o que acontece na renovação da Cité Balzac, em Vitry-sur-Seine, projeto emblemático da Agência Nacional de Renovação Urbana, a ANRU:

É uma cité HLM dos anos 60 como tantas outras, com seus blocos e suas torres de concreto com formas angulares, simétricas; também com uma reputação justificada ou não, mais ruim do que boa pois, com mais incividades e pequenas delinquências, o horror um dia se convidou para ir lá com a descoberta do corpo de Sohane Benziane, jovem de 17 anos queimada viva num depósito de lixo. Hoje, a cité Balzac de Vitry-sur-Seine vira a página de mais de 40 anos de uma história que não pode em nenhum caso se resumir com a morte de Sohane. Em Vitry, um vasto plano de renovação urbana está a caminho. Na barulheira e na poeira dos canteiros, Balzac vive ao ritmo das demolições, das construções e renovações. A arquitetura e a vontade política mudam a cidade curvada sobre ela mesma em um bairro aberto sobre a cidade, um bairro onde logo vão se esbarrar locatários e proprietários em um grande impulso de mistura social.³

3. Reportagem de rádio de Virginie Pironon para o programa *Interception*, de Alain Le Gougec, Pascal Dervieux et Lionel Thompson na rádio France Inter, 3 fev 2013.

Cruzando o caso francês com o contexto brasileiro, nos parece que em alguma medida, a noção de trajetória residencial se opõe ao “sonho da casa própria” como realização de toda uma vida, conquista adquirida através de prestações mensais ao longo de duas ou três décadas de trabalho. Em teoria, a propriedade individual da casa serve para uma família como plataforma de acumulação de recursos e de promoção social; para a economia do país, os créditos imobiliários ativam um setor estratégico de criação de postos de trabalho. Na prática, o circuito de financeirização da produção da ha-



Fig. 1. A renovação da Cité Balzac em Vitry-sur-Seine. Fonte: acervo do autor. / *La rénovation de la Cité Balzac, à Vitry-sur-Seine. Source: L'auteur.*

bitação, isto é, sua passagem de direito universal à condição de mercadoria, criará enormes mais-valias e desigualdades sócio-espaciais.

TRAJETÓRIAS CONVERGENTES E UM PONTO EM COMUM

Em ambos os casos observamos uma singular mobilização de recursos públicos e interesses privados, justificados por uma demanda social em torno da crise habitacional e suas dimensões, tão explosivas quanto rentáveis politicamente. Tanto a França quanto o Brasil são países que apostaram, em diferentes momentos de sua história recente, em políticas de incentivo à construção civil e desenvolvimento urbano controladas por entidades nacionais, tais como a ANRU (no caso da renovação urbana francesa) e o BNH, a Caixa Econômica Federal e o programa Minha casa minha vida (intensificando a expansão da mancha urbanizada).

Por sinal, poderíamos nos interrogar acerca dos fins sociais das políticas

baseadas em créditos privados e públicos emprestados com juros bastante altos no Brasil, alardeados como possibilidades reais de fazer uma família saltar da condição de locatária à propriedade, mudança de casa e de vida. Esta condição evoca as preocupações do pioneiro do urbanismo francês Henri Sellier, para quem propor a propriedade privada àqueles que não conseguem pagar nem o aluguel seria como propor à quem não tem pão que comesse brioches. Hoje, com a queda nas taxas de emprego e com o acirramento da crise econômica, a recrudescência da inadimplência e a queda dos preços de aluguel e venda de apartamentos nos conjuntos construídos recentemente são testemunha da instabilidade desta lógica produtiva baseada em créditos públicos operados através de financiamentos bancários.

A permanência dos modelos herdados do BNH no programa Minha casa, minha vida, revela uma ausência de crítica e alternativas realistas ao modelo do grande conjunto como forma construídos mas também como forma de produção de casas próprias construídas a partir da injeção de créditos públicos em uma lógica financeira. Independentemente da coloração política do partido no poder na esfera nacional, assistimos a um processo análogo em ambos os países, que nos leva a um ponto comum: o desengajamento do estado através do estímulo da propriedade privada.

Whitaker⁴ mostra os limites das políticas de desenvolvimento econômico centradas no incentivo à construção de habitações que ignora os aspectos de desenvolvimento integrado do território, ou seja, como elemento de uma política urbana. A escala e a inserção das operações, a repetição dos projetos e a padronização dos elementos construtivos servem como indícios da ênfase na democratização do consumo do produto “casa” em detrimento ao direito à cidade, como formulou Lefebvre.

Ainda que seja inegável uma orientação social diversa daquelas tradicionalmente praticadas pelos setores conservadores da política brasileira, especialmente no plano do desenvolvimento familiar e comunitário através de programas de transferência de renda e consequente dinamização econômica de populações em situação de pobreza, não há como não reconhecer que do ponto de vista habitacional e urbanístico, a ação pública do governo federal brasileiro vem inten-

4. João Sette Whitaker Ferreira (org.). *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano*. São Paulo: Fupam, 2012.

sificando a repetição a reprodução das mesmas formas que caracterizaram políticas autoritárias, condenáveis não só no Brasil, mas na França e em muitos outros países.

Ainda que com características e efeitos bastante particulares, podemos compreender tais transformações como efeitos da realpolitik praticada por amplos setores da esquerda em seu processos de conquista do poder, o que se dá em momentos bastante distintos nos dois países (1981 x 2002). O chamado “realismo político” alteraria significativamente os rumos da esquerda na França e também no Brasil, através da guinada em direção a plataformas reformistas e de cunho social democrático operado pelo Partido dos Trabalhadores no momento em que Lula assume o poder, em 2002, fenômeno que se traduz em um certo “abandono da questão urbana”, como sublinha Ermínia Maricato,⁵ ao mesmo tempo crítica dos modelos de urbanização e colaboradora na elaboração de políticas públicas alternativas.

São questões que se colocam também na França com as dinâmicas da a ANRU, que condiciona a construção de novas unidades à demolição de unidades existentes e habitadas e que confia a gestão da questão urbana à empresas que sustentam uma base importante da economia e que não podem diminuir o ritmo de construções, como entrevemos na entrevista de um arquiteto implicado em uma destas operações.

Interessante de ver que a empresa que coordenou a construção e a reabilitação da Grande Borne⁶ é a mesma e que hoje, a ANRU orientou seu esforço sobre a regra de um por um, quer dizer, um apartamento demolido por um apartamento reconstruído e orientou a maior parte dos projetos sobre essa relação básica, binária, é preciso demolir para poder (re)construir, subentendendo que a mudança, a renovação desse bairro passava pela demolição. (...) De novo, estamos em uma lógica de sustentação da construção, então de dar trabalho a essas grandes empresas que na França moldam o concreto. Acho que é perigoso ter de reconstruir nesse contexto que nos foi confiado, que herdamos de Emile Aillaud e vir a enriquecer. É um trabalho mais fino, que oferece lógicas mais longas e provavelmente menos interessantes para o grande lobby da construção, mas que eu penso que respeitarão mais os habitantes que estão lá hoje e que respeitarão mais a história deles.⁷

5. Entrevista da professora Ermínia Maricato publicada no *Correio da Cidadania* em 9 mar 2011, disponível em <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/erminia-maricato-questao-urbana-foi-rifada-pelo-governo-lula-pelo-pt-e-aparentemente-pelo-governo-dilma.html>

6. Grande conjunto singular da periferia parisiense projetado pelo arquiteto Emile Aillaud.

7. Sonia Cantalapiedra. *Émile Aillaud – un rêve et des hommes*. Documentário. 58min. 2010.

Esta dinâmica em permanência foi já identificada a partir dos processos de renovação de Paris no século XIX por Engels no seu clássico acerca da questão da habitação, cujo enfrentamento passa pelas ações levadas à cabo pelos poderes públicos e organismos para-públicos para reequilibrar e reorganizar as cidades e as sociedades urbanas após a revolução industrial, desafio e disputa que chega aos dias atuais.

Na realidade, a burguesia tem somente um método para resolver o problema da habitação à sua maneira – resolvê-lo de tal modo que a solução crie sempre um novo problema. Este método tem um nome: “Haussmann”. (...) Por “Haussmann” entendo a prática generalizada de abrir brechas nos bairros operários, sobretudo nos situados no centro das grandes cidades, quer isso corresponda a uma medida de saúde pública, de embelezamento, à procura de locais comerciais no centro ou a exigências de circulação, como instalações ferroviárias, ruas etc. Qualquer que seja o motivo, o resultado é sempre o mesmo: as ruelas e os becos mais escandalosos desapareceram e a burguesia glorifica-se altamente com estes grandes sucessos – mas ruelas e becos reaparecem imediata e frequentemente muito próximos.⁸

8. Friedrich Engels. *Sobre a questão da moradia*. [Ed. original 1872]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015, p. 48-49.

9. Rémy Butler e Patricia Noisette. *Le logement social en France (1815-1981). De la cité ouvrière au grand ensemble*. Paris: La Découverte/Maspero, 1983.

Também Remi Butler e Patrice Noisette,⁹ retomaram as palavras de Engels acerca da solução burguesa da “questão da habitação” que nos parece pertinente no que tange a um entendimento preciso do que seja, em princípio e essência, a “habitação social”, válida para a França mas também para o Brasil, em uma perspectiva temporal de longa duração:

A expressão “habitação social” designa um fenômeno historicamente e geograficamente bem particular: uma classe social é privada do domínio de seu habitat e se encontra alojada por uma outra. Sem esvaziar completamente o sentido deste conceito, é impossível dissociá-lo de uma forma qualquer de segregação social no habitat, na qual há alguma tradução espacial de uma relação de dominação ou exploração. A noção de habitação social, bem como as realidades que ela esconde, são, neste sentido, ligadas à evolução das sociedades capitalistas ocidentais.¹⁰

10. Rémy Butler e Patricia Noisette, *op. cit.*, p. 6-7.

Se na França e no Brasil o papel da habitação social seria análogo, ainda que característico da condição de desenvolvimento de seus serviços públicos em função da natureza

e orientação de seus estados, a habitação popular não escapa das lógicas intrínsecas das condições de funcionamento do Estado e regulamentação local do capitalismo global.

* * *

HLM, BNH : DES TRAJECTOIRES DIFFÉRENTES, UN POINT EN COMMUN ?

Dans le premier moment du projet Live Modern Heritage, nous avons essayé de rapprocher les trajectoires de l'histoire du logement social en France et au Brésil dans les dernières cinquante années, contre une idée reçue selon laquelle l'histoire du logement social au Brésil et en France est incomparable, en raison de différences contextuelles. La recherche sur deux cas spécifiques dans chacun des pays – le grand ensemble de Vitry-sur-Seine et les grands ensembles de la Zone Est de São Paulo ont confirmé quelques similitudes et questions analogues. Ici, nous allons présenter une espèce d'antithèse de ce premier article, en mettant en exergue quelques différences structurelles dans la conception et dans l'usage du logement social dans ces deux pays. Même si les points de départ s'éloignent ici, dans ces trajectoires convergentes, nous arriverons à un point en commun.

QUELQUES DIFFÉRENCES ENTRE LE LOGEMENT SOCIAL EN FRANCE ET AU BRÉSIL

Les grands ensembles brésiliens de la Zone Est de São Paulo partagent quelques caractéristiques communes avec les français, comme l'usage massive et expérimentale de procédés de préfabrication du béton, normatisation des logements et réédition des modèles et typologies dans la composition de ambitieuses opérations urbanistiques construites sur des terrains périphériques. Le sociologue français Henri Lefebvre a décrit quelques-uns des grands ensembles comme étant des espaces « d'urbanisation désurbanisée » concept utile pour décrire quelques-uns des grands ensembles brésiliens, construits dans des terrains bon marché et sans infrastructures, quelquefois contre la nature et en conflit avec le paysage. Cette notion révèle dans les deux cas une permanence de la compréhension de l'habitat réduit à l'unité d'habitation, soit des maisons, soit dans les barres de logements collectifs mais faiblement connectés à la ville.

Dans les deux pays, le logement social, tout au long du xx^e siècle se transforme en un politique économique justifiée par le discours d'intégration sociale et démocratisation de la qualité de la ville et de la société industrielle qu'ont justifié la naissance des politiques publiques destinées à garantir les moindres moyens pour la reproduction des forces de travail et l'équilibre de la société capitaliste, devenue urbaine. Si en France cette trajectoire est claire et même glo-

rieuse, référence et exemple pour beaucoup d'autres nations, au Brésil, la constitution d'un État Providence au sein d'un État typiquement patrimonialiste est incomplète et pleine de zones d'ombres.

C'est important de souligner le décalage temporel entre la fin d'achèvement des grands ensembles français – 1973, avec la circulaire Guichard et le début de la construction massive des grands ensembles brésiliens, au moment du « miracle économique » insufflé par le gouvernement militaire ; plus précisément au moment de la construction du Parque CECAP Zezinho Magalhães à Cumbica, dans lequel seront utilisés pour la première fois les procédés de moulage du béton avec les coffrages glissantes du type Outinord, utilisés largement dans la construction des grands ensembles en France. Cette circulation entre modèles urbanistiques et techniques constructives entre les deux pays sont des évidences concrètes des similitudes, connexions et différences entre le Brésil et la France dans le domaine entre les années 1960 e 1970.

Du point de vue typologique, une particularité dans la composition des formes : au Brésil, le mélange de pavillons et barres dans les ensembles de logements produits par la Cohab dans la zone est de São Paulo est la règle. En France, les GES sont l'expression visible et concrète des politiques urbaines des Trente Glorieuses et le remède contre la maladie du pavillon, même si une bonne partie des logements construits pendant ce période a été réalisé par les habitants (les « Castors ») en auto construction dans des lotissements quelquefois défectueux.¹ Au Brésil, le recours à l'auto construction est la première force dans la configuration du paysage des quartiers populaires, incorporé dans divers moments de l'histoire récente comme élément de politiques publiques opérées par des gouvernements de droite comme de gauche.

En France, dans des communes phares du 'communisme municipal' comme Ivry et Vitry-sur-Seine, le logement est considéré comme pièce majeure des politique sociales, intégré au développement économique de la ville.

Une promenade urbaine dans les quartiers de ces villes, historiquement liées à Paris, est aussi une balade à travers de différentes formes architectoniques produites par les organismes responsables du logement social municipal et ré-

1. Annie Fourcaut (org.). *La banlieue en morceaux. La crise des lotissements défectueux en France dans l'entre-deux-guerres*. Créaphis, 2000.

gional tout au long du siècle. On y trouve des premiers exemplaires des immeubles HBM, encore conservés et habités, en briques rouges ; des fragments des cités jardins à la française, promues par ces organismes ; des ensembles destinés aux vétérans de la Première Guerre Mondiale ; de vastes étendues de lotissements pavillonnaires ; des grands ensembles caractéristiques des années 1960 ; des réalisations de logements typiquement postmodernes ; et des expérimentations de projets plus contemporains, qui incorporent les discours et les concepts à la dernière mode comme le développement durable.

Le passage de la terminologie HBM à HLM, visible dans ce paysage, reflète aussi une transformation de la conception du logement social en France avant et après la deuxième guerre, en passant d'une référence liée au prix de la construction à la modalité de paiement pour le logement. Même si quelques moments de cette histoire sont marqués par une certaine homogénéité des formes, il existe une diversité de programmes et de conditions d'accès aux logements comme la location à prix réduits, les Immeubles à Location Normale (ILN), de prix plus proches à ceux du marché, l'accès à la propriété à multiples formules mais aussi des Cités de Transit et de Foyers de Travailleurs Célibataires. Sans rentrer dans les détails et les contradictions de chacune de ces modalités, cette diversité reflète une conception des politiques publiques élaborées sur les caractéristiques socio-économiques de quelques groupes sociaux et aussi la notion de trajectoire résidentielle d'un groupe familial qui aurait des nécessités spatiales différentes dans chaque moment de son existence. Ce sont des entrées multiples dans le parc public ou para public à travers un éventail de programmes et de formes financières qui mélangent des subventions et qui se traduit par des situations distinctes dans des groupes HLM plus ou moins valorisées, en fonction de sa localisation, état et caractéristiques socio-économiques de sa population. Sauf pour l'accès à la propriété, ces modalités engendrent la nécessité d'un soin permanent et d'un entretien du patrimoine immobilier par les bailleurs, point faible dans quelques ensembles problématiques, lourde tâche pour quelques municipalités. L'incitation à la propriété privée en France, tendance qui date des années 1970 et qui s'intensifie récemment, répond aussi à la dynamique de désengagement de l'État dans quelques questions sociales d'administration particulièrement difficiles. C'est ce qui se passe dans la rénovation de la Cité Balzac, à Vitry-sur-Seine, projet emblématique de l'ANRU :

C'est une cité HLM des années 60 comme tant d'autres, avec ses barres et ses tours de béton aux formes angulaires, symétriques ; avec aussi une réputation justifiée ou non, plus mauvaise que bonne car, en plus des incivilités et de la petite délinquance, l'horreur s'est un jour invitée-là avec la découverte du corps de Sohane Benziane, jeune femme de 17 ans brûlée vive dans un local à poubelles. (...) Dans le vacarme et la poussière des chantiers, Balzac vit au rythme des démolitions, des constructions et des rénovations. L'architecture

2. « Vitry-sur-Seine : le roman de Balzac ». Reportage radio de Virginie Pironon dans *Interception*, de Alain Le Gouguec, Pascal Dervieux et Lionel Thompson, France Inter, 3 fév 2013.

et la volonté politique changent la cité repliée sur elle-même en un quartier ouvert sur la ville, un quartier où se côtoieront bientôt locataires et propriétaires dans un grand élan de mixité sociale.²

En croisant le cas français avec le contexte brésilien, il nous semble que dans une certaine mesure, la notion de trajectoire résidentielle s'oppose au « rêve » de la propriété privée du logement comme réalisation de toute une vie, conquête acquise par de faibles prestations mensuelles tout au long de deux ou trois décennies de travail. En théorie, la propriété individuelle d'une maison sert pour la famille comme plateforme d'accumulation de ressources et de promotion sociale; pour l'économie du pays, les crédits immobiliers activent un secteur stratégique de création de postes d'emploi. Dans la pratique, le circuit de financement de la production du logement, c'est-à-dire son passage de droit universel à marchandise, créera d'énormes plus-values et inégalités spatiales plus ou moins aiguës, selon le contexte.

TRAJECTOIRES CONVERGENTES ET UN POINT EN COMMUN

Dans les deux cas, nous observons une mobilisation singulière des fonds publics et des intérêts privés, justifiés par une demande sociale liée à la crise du logement et de ses dimensions, à la fois, explosives et rentables politiquement. Aussi bien la France que le Brésil sont des pays qui misent, à différents moments de leur histoire récente, sur des politiques d'encouragement à la construction du bâtiment et au développement urbain contrôlés par des entités nationales, comme l'ANRU (dans le cas de la rénovation urbaine française) le BNH, la Caisse Économique Fédérale et le programme *Minha casa minha vida* (Ma maison ma vie) (en intensifiant l'expansion de la Métropole).

Par ailleurs, nous pourrions nous interroger sur les finalités sociales des politiques basées sur des crédits privés et publics à très hauts taux d'intérêts au Brésil, vendues comme possibilités réelles de faire une famille sauter de la condition de locataire précaire à propriétaire, comme un déménagement et par conséquent un changement de vie. Ce que nous rappelle le pionnier de l'urbanisme français Henri Sellier, pour qui proposer de la propriété privée à tous ceux

qui n'arrivent même à payer le loyer serait comme proposer de manger des brioches à tous ceux qui n'ont pas de pain. Aujourd'hui, après crise de l'emploi et la crise économique, la recrudescence d'impayés et la chute des prix des loyers et des ventes de logements dans les ensembles construits récemment témoignent de l'instabilité de cette logique productive basée sur les crédits publics.

Dans le cas brésilien où la cohabitation entre les bâtiments collectifs et les unités unifamiliales isolées sur une parcelle demeure un modèle de la production publique, la propriété privée de la maison n'est pas remise en question, ce qui a pour conséquence d'enraciner la production de l'habitat comme produit au détriment de l'habitat comme service, qu'il soit construit par le pouvoir public ou par des entités privées.

La métaphore de la *Refavela*, inventé par Gilberto Gil synthétise la conséquence de cette compréhension étroite du logement qui ne considère pas le droit à la ville par la permanence des problèmes d'intégration et d'inégalités après le 'saut' des familles venues de quelques bidonvilles éradiqués vers les barres de la BNH.

La persistance des modèles hérités de la BNH dans le programme *Ma maison ma vie*, révèle une absence de critique et d'alternatives réalistes au modèle du grand ensemble, comme forme construite mais aussi comme forme de production de propriétés privées réalisées par l'injection de crédit public par une logique financière.

Indépendamment de la coloration politique du parti au pouvoir dans l'échelle nationale, nous assistons à un procès analogue dans les deux pays, qui nous mène à un point en commun : le désengagement de l'État avec l'incitation à l'accès à la propriété.

FABRIQUER DES MAISONS OU CONSTRUIRE DES VILLES ?

Whitaker³ montre les limites des politiques de développement économique centrées dans l'incitation à la construction de logements qui ne considère pas ses aspects de développement intégré du territoire, c'est-à-dire comme des éléments d'une politique urbaine. L'échelle et l'insertion urbaine des opérations, la répétition des projets et la

3. João Sette Whitaker Ferreira (org.). *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano*. São Paulo: Fupam, 2012.

modélisation des éléments constructifs sert comme indices d'une prévalence de l'emphase dans la démocratisation de la consommation du produit « maison » au détriment du droit à la ville, tel comme l'a formulé Lebfevre.

Bien qu'il soit indéniable que dans le premier décennie du ^{xxi} siècle il fut mis en place au Brésil une orientation sociale différente de celles traditionnellement pratiquées par les partis conservateurs, spécialement sur le plan du développement familial et communautaire, avec les programmes de transferts de revenus et une conséquente dynamisation économique des populations en situation de pauvreté, il faut reconnaître que du point de vue du logement et de l'urbain, l'action publique du gouvernement fédéral brésilien vient intensifier la répétition et la reproduction des mêmes formes qui caractérisaient les politiques autoritaires, condamnables pas seulement au Brésil, mais aussi en France et dans de nombreux pays.

Nous pouvons comprendre ces transformations comme des effets de la *realpolitik* pratiquée par des grands partis de gauche dans leurs processus de conquête du pouvoir, qui a lieu à des moments très différents dans les deux pays (1981 x 2002). Le soit-disant « réalisme politique » a altéré significativement les orientations de la gauche en France et de manière très évidente au Brésil, au travers du virage en direction des pensées réformistes de caractère social démocratique opéré par le Parti des Travailleurs lorsque Lula assume le pouvoir en 2002, phénomène qui se traduit par un certain « abandon de la question urbaine » comme le souligne Ermínia Maricato,⁴ qui, de plus, critique les modèles d'urbanisation et collabore à l'élaboration de politiques publiques alternatives.

Ce sont des questions qui se posent aussi en France avec les dynamiques de l'ANRU, qui oblige la démolition et confie la gestion de la question urbaine à des entreprises qui soutiennent une base importante de l'économie et qui ne peuvent pas s'arrêter, comme l'on entrevoit du témoignage d'un architecte impliqué dans une de ces opérations.

Intéressant de voir que l'entreprise qui a géré la construction et la réhabilitation de la Grande Borne est la même et que aujourd'hui, la ANRU a axé son effort sur la règle de un pour un, c'est-à-dire, un lo-

4. Interview de l'urbaniste Ermínia Maricato publié dans le site *Correio da Cidadania* em 9 mar 2011, disponible sur <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/erminia-maricato-questao-urbana-foi-rifada-pelo-governo-lula-pelo-pt-e- aparentemente-pelo-governo-dilma.html>.

5. Sonia Cantalapiedra. *Émile Aillaud – un rêve et des hommes*. Documentaire. 58min. 2010.

gement démolir pour un logement reconstruite et a axé la plupart des projets sur cette rapport basique, binaire, il faut démolir pour pouvoir (re)construire, en sous entendant que la reconversion, le renouvellement de cette quartier passait pour la démolition. (...) A nouveau, on est dans une logique de soutien de la construction, donc de donner du travail à ces grands entreprises que en France coulent du béton. Je pense que est dangereux de avoir de reconstruire dans le contexte qui nous a été confié, qu'on a hérité de Emile Aillaud et de venir à l'enrichir. C'est un travail plus fin, que donnent des logiques plus longues et probablement moins intéressants pour le grand lobby de la construction, mais que je pense que respecteront plus les habitants qui sont là aujourd'hui et que respecteront plus leur histoire.⁵

Cette permanente dynamique a été déjà annoncée par Engels dans son classique sur la vieille « question du logement », constituant des actions menées par les pouvoirs publics et les organismes parapublics pour rééquilibrer et réorganiser les villes et les sociétés urbaines après la révolution industrielle, dispute et enjeux qui arrive à la contemporanéité.

6. Friedrich Engels. *Sobre a questão da moradia*. [Ed. original 1872]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015, p. 48-49.

En réalité, la bourgeoisie n'a qu'une méthode pour résoudre la question du logement à sa manière – ce qui veut dire : la résoudre de telle façon que la solution engendre toujours à nouveau la question. Cette méthode porte un nom, celui de « Haussmann » (...). J'entends ici par « Haussmann » la pratique qui s'est généralisée d'ouvrir des brèches dans les arrondissements ouvriers, surtout dans ceux situés au centre de nos grandes villes, que ceci répond à un souci de la santé publique, à un désir d'embellissement, à une demande de grands locaux commerciaux dans le centre, ou aux exigences de la circulation – pose d'installations ferroviaires, rues, etc. Quel qu'en soit le motif, le résultat est partout le même : les ruelles et les impasses les plus scandaleuses disparaissent et la bourgeoisie se glorifie hautement de cet immense succès – mais ruelles et impasses resurgissent aussitôt ailleurs et souvent dans le voisinage immédiat.⁶

7. Rémy Butler et Patricia Noisette. *Le logement social en France (1815-1981). De la cité ouvrière au grand ensemble*. Paris: La Découverte/Maspero, 1983.

Remi Butler et Patrice Noisette⁷ reprirent aussi les mots d'Engels à propos de la solution bourgeoise de la « question du logement » qui nous paraissent pertinents pour une compréhension précise de ce que serait, en principe et dans l'essence, le « logement social », valable pour la France mais aussi pour le Brésil, dans une perspective de longue durée :

Les termes de « logement social » désignent un phénomène historiquement et géographiquement bien particulier : une classe sociale est, en tant que telle, privée de la maîtrise de son habitat et se trouve « logée » par une autre. Sauf à vider le concept de tout sens, on ne peut le rapporter à n'importe quelle forme de ségrégation sociale dans l'habitat, ou à n'importe quelle traduction spatiale d'un rapport de domination ou d'exploitation. La notion de logement social comme les réalités qu'elle recouvre sont en ce sens liées à l'évolution des sociétés capitalistes occidentales.⁸

8. Rémy Butler et Patricia Noisette,
op. cit., p. 6-7.

Si en France comme au Brésil le rôle du logement social serait analogue, même si caractéristique de la condition de développement de ses services publics en fonction de la constitution (ou non) de ses État Providences, dans les deux pays, le logement populaire n'échappe pas aux logiques intrinsèques des conditions de fonctionnement de l'État et de réglementation local du capitalisme global.

BIBLIOGRAFIA / BIBLIOGRAPHIE

- BUTLER, Rémy; NOISETTE, Patricia. *De la cité ouvrière au grand ensemble – La politique capitaliste du logement social (1815-1975)*. Paris: Petite collection Maspero, 1977.
- BUTLER, Rémy; NOISETTE, Patricia. *Le logement social en France (1815-1981). De la cité ouvrière au grand ensemble*. Paris: La Découverte/Maspero, 1983.
- CANTALAPIEDRA, Sonia. *Émile Aillaud – un rêve et des hommes*. Documentário. 58min. 2010.
- ENGELS, Friedrich. *Sobre a questão da moradia*. [Ed. original 1872]. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FERREIRA, João Sette Whitaker Ferreira (org.). *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano*. São Paulo: Fupam, 2012.
- FOURCAUT, Annie (org.). *La banlieue en morceaux. La crise des lotissements défectueux en France dans l'entre-deux-guerres*. Créaphis, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. [Ed. original 1967]. São Paulo: Centauro Editora, 2001.
- MARICATO, Ermínia; NADER, Valéria; BRITO, Gabriel. Ermínia Maricato: “Questão urbana foi rifada pelo governo Lula, pelo PT e aparentemente pelo governo Dilma”. *Correio da Cidadania*. 9 mar 2011. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/erminia-maricato-questao-urbana-foi-rifada-pelo-governo-lula-pelo-pt-e-aparentemente-pelo-governo-dilma.html>. Acesso em 23 nov 2018.
- PIRONON, Virginie; LE GOUGUEC, Alain; DERVIEUX, Pascal; THOMPSON, Lionel. Interception. *France Inter*, 3 fev 2013.
- TOPALOV, Christian. *Le logement en France: histoire d'une marchandise impossible*. Paris: Presses de La Fondation Nationale des Sciences Politiques, 2007.
- VAYSSIÈRE, Bruno. *Reconstruction-Déconstruction. Le hard french ou l'architecture française des Trente Glorieuses* Picard. 1988.
- VOLDMAN, Danièle (org.). *Désirs de toit*. Créaphis, 2010.

Diego Beja é arquiteto e urbanista, mestre e doutor em História e fundamentos da arquitetura e do urbanismo pela FAUUSP em cotutela com a Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, professor do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e autor de *Reconstruindo Cajueiro Seco: arquitetura moderna, política social e habitação popular em Pernambuco (1960-64)*, publicado em 2010 pela editora Annablume, além de diversos artigos publicados no Brasil, Portugal e França.

Diego Beja est architecte et urbaniste, maître et docteur en Histoire et fondements de l'architecture et de l'urbanisme à la FAUUSP en cotutelle avec l'Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, professeur en architecture et urbanisme de l'Université Catholique de Pernambuco (UNICAP) et auteur de *Cajueiro Seco en reconstruction : architecture moderne, politique sociale et habitation populaire à Pernambuco (1960-64)*, publié en 2010 chez l'éditeur Annablume, et bien d'autres articles publiés au Brésil, au Portugal et en France.

A INFLUÊNCIA DO MODERNISMO FRANCÊS EM CURITIBA: ESTUDO DO CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS

Priscila Z. Monteiro, Simone A. Polli, Isabela B. Miranda, Geórgia C.R.S. Cadamuro e João G.da S. Arnas

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país relativamente novo e, por ter sido colonizado por diversos povos, ainda hoje reflete a pluralidade de culturas que o constituiu. A cultura francesa esteve presente principalmente ligada às regras de etiqueta, à literatura, pintura e ao urbanismo.

No âmbito do urbanismo, a França influenciou a produção de habitações sociais, tema muito discutido no Brasil, na busca por políticas públicas que solucionassem ou amenizassem o déficit habitacional e a segregação socioespacial.

Mesmo com o senso comum da cidade modelo, Curitiba não contemplou a dimensão da habitação popular, problema que é percebido há décadas e, visando saná-lo, o maior número possível de habitações foi construído. Porém, ao estudar a história e a configuração atual da cidade, é visível que tal medida, apesar de ter alojado inúmeras famílias, gerou consequências negativas para a cidade.

A HABITAÇÃO SOCIAL FRANCESA E A INFLUÊNCIA NO BRASIL

Na França do início do século XIX, os mais pobres viviam em cortiços e habitações coletivas. Esse contexto de habitações insalubres favoreceu a proliferação de doenças e, consequentemente, de medidas higienistas para reverter o contexto.¹

1. David Sperling. *Habitação social francesa*. Volume 1. David Sperling. Relatório parcial de Iniciação Científica. Bolsa CNPQ-PIBIC. São Carlos: EESC-USP, 1997. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html>. Acessado em: 18 set 2016.

2. David Sperling, *op. cit.*

3. Maria C.V.A.S. Silva, *Articulação de saberes na Unidade de Habitação de Marselha*. 2011. Dissertação (Mestrado em Design) – Núcleo de Especialização: Interiores e Espaços Urbanos, Escola Superior de Artes e Design Matosinhos. Matosinhos, 2011

4. David Sperling, *op. cit.*

5. Elisiário João Miguel. *Cidades Verticais: A reinvenção da Unité d'Habitation à Marseille de Le Corbusier como tipologia habitacional contemporânea*. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Ciclo de Estudos Integrados. Universidade de Beira Interior. Covilhã, 2012.

6. Maria Silva, *op. cit.*

7. Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes. *Cultura urbanística e contribuição modernista: Brasil, anos 1930-1960. XI Encontro Nacional da ANPUR*, 2005, Salvador.

Desde então, pequenas unidades tentavam atender a crescente demanda por moradias, em detrimento da qualificação do espaço. Na época, Marcel Lods começou a desenvolver sistemas de moradias pré-fabricadas, em resposta aos problemas habitacionais e degradação da periferia.²

Em 1928, a fim de colocar a arquitetura a serviço do homem, melhorando a cidade moderna através de projeto racional de grande escala, foi fundado o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). Em 1933, o CIAM foi dedicado à cidade funcional e os debates foram principalmente sobre um bloco habitacional econômico. Como resultado deste encontro, temos esse conjunto de formulações para um novo urbanismo – a Carta de Atenas, documento que influenciou o pensamento arquitetônico e urbanístico nas décadas seguintes.³

Em 1940 nasceu uma política francesa para habitação. Os bombardeios da Segunda Guerra Mundial aniquilaram os sistemas urbanos de muitas cidades, e essa tábula rasa foi considerada a oportunidade para acabar com a velha cidade insalubre e se tornou a base da modernidade pós-guerra. Em 1944 surge o Ministério da Reconstrução e Urbanização, com um sistema administrativo e financeiro que apoiou projetos como as Unités d'Habitation de Le Corbusier. O arquiteto franco-suíço iniciou os estudos para a Unidade de Marselha em 1945 com o apoio do Ministério da Reconstrução, que dava inteira liberdade para os arquitetos projetarem de acordo com seus conceitos sobre Arquitetura Moderna.⁴ Miguel⁵ afirma que a essência desta unidade de habitação encontra-se na concretização de um projeto que cumpra a doutrina da Carta de Atenas.

Esse complexo habitacional, concluído em Marselha em 1953, objetivava aumentar o número de habitações destinadas às famílias desalojadas em consequência da guerra. Concebido como um edifício autossuficiente, em importante via da cidade, possui 337 apartamentos em 18 andares, com diversos equipamentos e serviços, dentre eles, uma rua comercial, creche e ginásio.⁶

No Brasil, foi na década de 1920 que a preocupação com as cidades ocorreu por meio de medidas sanitaristas, de transporte, pavimentação e embelezamento, que bem representavam as prioridades da época. Já é nesse período que surgem publicações sobre habitação popular.⁷

8. Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes, *op. cit.*

9. Nabil Bonduki. *Os pioneiros da habitação social, v. 1: Cem anos de política pública no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2014 apud Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes, *op. cit.*

10. Nabil Bonduki, *op. cit.*

Em 1931 é realizado o I Congresso de Habitação, em São Paulo, com discussões acerca de legislação municipal e com referências às teses apresentadas por Ernst May no II CIAM. Em 1940 é realizado o I Congresso Brasileiro de Urbanismo, que propicia um bom panorama das preocupações urbanísticas do momento.⁸ Parte significativa dos arquitetos envolvidos com produção de habitação social no Brasil adotou os pressupostos do Movimento Modernista, em busca de economia, prática, técnica e estética.⁹

No início do século xx, durante o primeiro surto de crescimento urbano, a produção de unidades habitacionais era quase que exclusivamente efetuada pela iniciativa privada. A locação era um negócio altamente rentável devido à alta demanda e tolerância em relação às normas sanitárias. Inúmeros cortiços, vilas particulares e operárias foram construídas. Os cortiços eram completamente insalubres. As vilas operárias, erguidas pelas empresas a fim de alojar seus trabalhadores, eram o melhor modelo de habitação social do período, pois havia uma preocupação com a qualidade do espaço, a fim de inserir os trabalhadores nos padrões da moral vigente.¹⁰ Porém, o tipo mais comum eram as vilas particulares, construídas por investidores para todas as classes sociais e a qualidade do empreendimento era reflexo da condição do morador. Apesar de melhores que os cortiços, inexistia qualquer preocupação urbanística em sua concepção. O governo não se envolvia nas questões habitacionais, pois acreditavam que isso desestimularia o investimento privado.

As áreas residenciais em Brasília – projetadas nos anos 1950 – marcaram uma nova experiência urbanística, com hierarquia viária, térreo livre com pilotis e outros conceitos testados em poucas produções anteriores, e exemplificavam a influência do modernismo francês na arquitetura e no planejamento urbano nacionais.

Em 1963 foi realizado o Seminário de Habitação e Reforma Urbana. O documento final desse seminário indicava a criação de um órgão central para questões urbanas e habitacionais, com recursos do Fundo Nacional de Habitação. Para isso, era prevista a criação do Banco Nacional de Habitação e outros órgãos. Após o golpe militar em 1964, unificou-se a previdência, extinguindo os Institutos de Aposentadoria e Pensão (responsáveis por grande parte da

11. Nabil Bonduki, *op. cit.*

12. Nabil Bonduki, *op. cit.*; Graziela Rossatto Rubin e Sandra Ana Bolf. *O desenvolvimento da habitação social no Brasil. Ciência e Natura*, Santa Maria, v. 2, n. 35, p.201-213, maio 2014.

13. IBGE. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em 18 out 2016.

14. L. Gnoato. *Arquitetura do movimento moderno em Curitiba*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2009.

produção habitacional até então), e foram criados o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e o Banco Nacional da Habitação (BNH). A difusão da propriedade privada foi um dos objetivos do BNH e a importância do Banco é indiscutível na estruturação da política de habitação, apesar de reforçar o modelo de segregação urbana, com efeitos quase irreversíveis nas cidades.¹¹

Após esta fase, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1967, que viabilizou a execução de 4,3 milhões de unidades em 20 anos, mas que não atendeu a demanda e aumentou a especulação imobiliária.¹² Foi neste contexto que surgiu a idealização da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, localizada na Cidade Industrial de Curitiba.

FORMAÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA

Na década de 1940, a cidade de Curitiba possuía pouco mais de 140 mil habitantes¹³ e já havia a necessidade de um planejamento urbano. Por isso, em 1943, foi criado o primeiro plano urbanístico de Curitiba. De autoria do francês Alfred Agache, que, seguindo a Carta de Atenas, previu um desenvolvimento concêntrico do município em torno do Centro Cívico (atual sede do governo), com microcentralidades com funções definidas. A estação ferroviária funcionava como porta da cidade e ao seu lado foi colocado o bairro industrial, atual Rebouças, para facilitar o escoamento e recebimento de produtos e matérias primas.¹⁴

Entretanto, a cidade teve um desenvolvimento espartoso após a implantação do Plano Agache e em 1960 a população de Curitiba havia quadruplicado, e o plano urbanístico não atendia a nova demanda, já que suas principais diretrizes eram viárias. Assim foi desenvolvido o novo Plano Preliminar Urbanístico de Curitiba (PPU), que, diferente de Agache, previa uma urbanização linear disposta em eixos e abordava os conceitos de zoneamento, que ainda seguiam os princípios da Carta de Atenas. Nele viu-se a necessidade de criação de uma área industrial e da retirada das indústrias do bairro Rebouças, que se encontrava em uma área densamente urbanizada, porém, devido à facilidade de permanência, algumas indústrias foram mantidas no Rebouças e o novo bairro CIC não foi criado, mas uma área foi destinada para

15. P. Lima. *O planejamento e a gestão urbana gerando risco*. 2009. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Meio Ambiente Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

16. Companhia de Habitação Popular de Curitiba

17. P. Lima, *op. cit.*

planejamento de um bairro industrial.¹⁵ O PPU propunha que essa Zona Industrial fosse além das indústrias, sugeria também o uso residencial, dispondo de habitação social com centros vicinais, recreação ativa e contemplativa.

Na década de 1960, foi implantado em Curitiba o programa “Operação de Desfavelamento, COHAB-CT”¹⁶ que tinha a missão de realocar aproximadamente 25 ocupações irregulares que se estendiam majoritariamente ao longo do Rio Belém, nos bairros Santa Quitéria e Ahú.

Poucos anos depois, em 1966, na região prevista pelo PPU para a instalação do bairro industrial, a Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (VNSLP) recebia seus primeiros moradores oriundos dessa Operação. Por isso a inauguração da VNSLP é considerada o marco inicial do bairro CIC. E apenas 1973 houve estímulos legislativos municipais para a ocupação do bairro com indústrias.

Esses estímulos municipais à industrialização, em parceria com o Governo estadual, tinham enfoque na modernização do parque industrial paranaense, realocação das indústrias existentes, complementação do parque petroquímico e implantação de indústrias multinacionais, e foi justamente esse estímulo que agiu como o grande atrativo para novas indústrias.¹⁷

A VILA

Projetada pelo arquiteto Alfred Willer, a Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais foi inaugurada no dia 11 de novembro de 1966. Ela contava com 2150 unidades habitacionais, uma praça central e doze praças menores. A intenção do projeto era consolidar o Conjunto a partir das chamadas “unidades de vizinhança”, que são conjuntos de quadras agrupadas e tratadas como uma célula. Cada uma dessas doze células tinha uma área de convivência com previsão de receberem infraestrutura para lazer, acessível por uma única rua projetada para carros e outras para pedestres, as ruas também ligavam as unidades entre si. O objetivo desse projeto era conceder aos moradores uma identidade geográfica, por meio do estímulo à convivência com os vizinhos. Na praça central, para onde convergem todas as ruas do conjunto, havia a previsão de uma escola em cada extremida-

de e uma igreja, como se pode observar em sua implantação apresentada nas Figuras 1 e 2.

As casas eram divididas em duas tipologias, 1750 eram do “tipo A”, que possuíam um quarto, sala, cozinha e banheiro, totalizando 21m². As outras 400 eram do “tipo E” (Figura 3), no estilo chalé, com dois quartos, sala, banheiro, cozinha e sótão livre, com um total de 56m². O critério que definia qual tipologia cada família ocuparia era seu número de integrantes. As famílias com até cinco membros seriam encaminhadas para as casas tipo A, e as com mais membros seriam encaminhadas para as unidades do tipo E. Depois de inaugurada, a Vila foi imediatamente ocupada. Em 1966, o empreendimento recebia a atenção e expectativa de toda a cidade. Apesar de toda a infraestrutura necessária ter sido prevista no projeto original, nos primeiros anos de existência o local ainda não contava com abastecimento de água, luz, pavimentação, escola, policiamento, postos de saúde e coleta de lixo. Além disso, o transporte coletivo que ligava a Vila até o centro da cidade era reduzido a três linhas de ônibus e um trem, que passava às 5h30 da manhã e, por conta da falta de pavimentação, os dias de chuva caracterizavam um grande problema. Outro obstáculo observado após a ocupação foi a inadimplência. Algumas famílias não tinham renda suficiente para pagar as prestações e acabaram abandonando suas unidades. Consequentemente, elas foram ocupadas novamente, mas de maneira irregular.

Com o passar dos anos, o plano para que a Vila fosse um órgão autossuficiente, aparentemente, obteve sucesso. Hoje, ela é atendida por equipamentos urbanos, possui infraestrutura adequada e conta com uma grande variedade de linhas de ônibus que garantem conexões urbanas, como se pode observar nas figuras 4 e 5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ideais do urbanismo modernista francês fizeram parte desde o início do planejamento de Curitiba, conceitos como zoneamento foram amplamente aplicados na cidade. A VNSLB, tentando seguir o modelo de projetos habitacionais do período pós-guerra na Europa, foi um projeto gigantesco, implantado em um bairro totalmente novo e isolado do contexto urbano. Inicialmente, a Vila não cumpriu seu objetivo, pois não conseguiu absorver os moradores das diversas regiões a ela destinados, agindo apenas como instrumento de segregação urbana, daqueles que já estavam à margem da sociedade. A influência do modernismo francês se dá, portanto, na grandiosidade do conjunto, na célula habitacional, na segregação da habitação popular em relação ao restante da cidade.



Fig. 1. Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, 1972. Fonte / source : Acervo IPPUC.



Fig. 2. Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, 1966. Fonte / source : COHAB.



Fig. 3. Casas na Vila em 1966. Fonte: COHAB. / *Maisons dans la Ville en 1966. Source : COHAB.*



Fig. 4. Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, 1997. Fonte / source : COHAB.

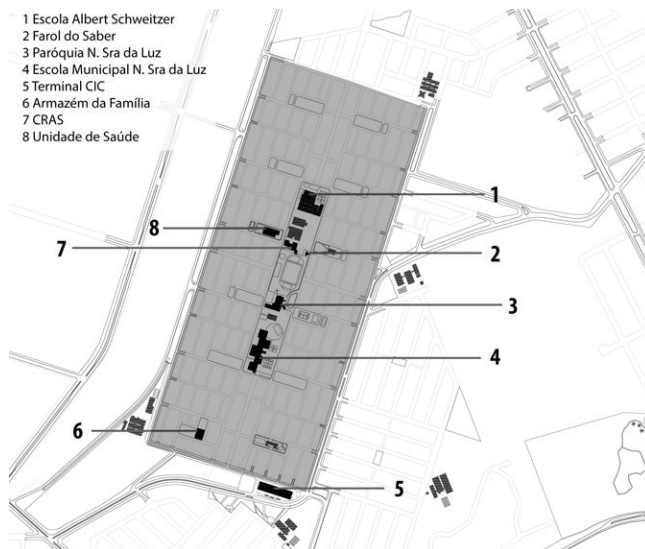


Fig. 5. Equipamentos urbanos na Vila nos dias atuais. Fonte: COHAB. Elaboração: autores. / Équipements urbains actuels dans la Ville. Source : COHAB. Élaboration : Les auteurs.

* * *

L'INFLUENCE DU MODERNISME FRANÇAIS À CURITIBA : ÉTUDE DES UNITÉS D'HABITATION NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS

INTRODUCTION

Le Brésil est un pays assez jeune et, parce qu'il a été colonisé par différents peuples, il garde encore aujourd'hui la pluralité des cultures qui lui ont donné forme. La culture française a été présente, notamment, dans les domaines de la préséance, de la littérature, de la peinture et de l'urbanisme.

Pour ce qui est de l'urbanisme, la France a influencé la construction de logements sociaux, sujet très débattu au Brésil, en aidant à l'établissement de politiques publiques capables de résoudre ou de diminuer le déficit de logements et la ségrégation socio-spatiale.

Même si elle est considérée une ville modèle, Curitiba

n'a pas réussi à combler le manque de logements populaires; problème présent depuis des dizaines d'années et que, pour le résoudre, un grand nombre de logements a été construit. Cependant, en étudiant l'histoire et la configuration actuelle de la ville, il est clair qu'une telle mesure, qui a quand même donné la possibilité à beaucoup de familles de se loger, a provoqué des conséquences négatives pour la ville.

LE LOGEMENT SOCIAL FRANÇAIS ET SON INFLUENCE AU BRÉSIL

Dans la France du début du XIX^e siècle, les plus pauvres vivaient dans des quartiers insalubres/bidonville ce qui a favorisé la prolifération de maladies et, par la suite, la mise en place de mesures d'hygiène sanitaires pour éradiquer la situation.¹

À partir de là, des petites unités d'habitation étaient construites pour répondre à la croissante demande mais cela se faisait au détriment de la qualification de l'espace. À cette époque-là, Marcel Lods a commencé à développer des modèles d'habitation préfabriquées pour résoudre les problèmes de logement et la dégradation de la banlieue.²

En 1928 a été fondé le Congrès International de l'Architecture Moderne (CIAM) dont les finalités étaient de mettre l'architecture au service de l'Homme et améliorer la ville moderne à travers un projet raisonné à long échelle. En 1933, le CIAM s'est consacré à la ville fonctionnelle et les débats se sont concentrés sur le bloc habitationnel économique. Cette rencontre a donné lieu à un ensemble de propositions pour un nouvel urbanisme – la Charte d'Athènes, document qui a influencé la pensée architectonique et urbanistique dans les dizaines d'années suivantes.³

En 1940 est née la politique française pour le logement. Les bombardements de la Seconde Guerre Mondiale ont annihilé les structures urbaines de beaucoup de villes et cette table rase a été une opportunité pour finir avec la vieille ville insalubre et est devenue la base de la modernité de l'après-guerre. En 1944 le Ministère de la Reconstruction et de l'Urbanisation voit le jour en proposant une organisation administrative et financière qui soutient des projets tels que les Unités d'Habitation de Le Corbusier. L'architecte fran-

1. David Sperling. *Habitação social francesa*. Volume 1. David Sperling. Rapport partiel d'initiation à la recherche. Bourse CNPQ-PIBIC. São Carlos: EESC-USP, 1997. <http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html>. Consulté le : 18 sept 2016.

2. David Sperling, *op. cit.*

3. Maria C.V.A.S. Silva, *Articulação de saberes na Unidade de Habitação de Marselha*. 2011. Dissertação (Mestrado em Design) – Núcleo de Especialização: Interiores e Espaços Urbanos, Escola Superior de Artes e Design Matosinhos. Matosinhos, 2011.

4. David Sperling, *op. cit.*

5. Elisiário João Miguel. *Cidades Verticais: A reinvenção da Unité d'Habitation à Marseille de Le Corbusier como tipologia habitacional contemporânea*. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Ciclo de Estudos Integrados. Universidade de Beira Interior. Covilhã, 2012.

6. Maria Silva, *op. cit.*

7. Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes. *Cultura urbanística e contribuição modernista: Brasil, anos 1930-1960. XI Encontro Nacional da ANPUR*, 2005, Salvador.

8. Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes, *op. cit.*

9. Nabil Bonduki. *Os pioneiros da habitação social, v. 1: Cem anos de política pública no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2014 apud Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes, *op. cit.*

co-suisse a initié l'étude du projet pour l'Unité de Marseille en 1945 avec le soutien du Ministère de la Reconstruction qui laissait la pleine liberté aux architectes de construire leur projet selon leur conception de l'Architecture Moderne.⁴ Miguel⁵ affirme que le fondement de cette unité d'habitation se trouve dans la concrétisation d'un projet qui répond à la doctrine de la Charte d'Athènes.

Ce complexe habitationnel, achevé à Marseille en 1953, devait répondre au besoin d'augmentation du nombre de logements destinés aux familles délogées durant la guerre. Conçu comme un édifice autosuffisant, bien situé en ville, il est composé de 337 appartements distribués en 18 étages, de plusieurs équipements et services, notamment, une rue commerçante, une crèche et un club de sport.⁶

Au Brésil, c'est dans les années 1920 que la situation des villes est devenue sujet prioritaire et a entraîné des mesures sanitaires, de réseaux de transport, de travaux de pavement et d'embellissement. C'est à ce moment-là que des publications sur le logement populaire commencent à voir le jour.⁷

En 1931 est réalisé le Premier Congrès de l'Habitation à São Paulo, avec des débats autour de la législation municipale et des références aux thèses présentées par Ernest May lors du II CIAM. En 1940 est réalisé le Premier Congrès Brésilien de l'Urbanisme qui montre un panel exact des préoccupations urbanistiques du moment.⁸ Une grande partie des architectes engagés dans la production de logements sociaux au Brésil a adopté les postulats du Mouvement Moderniste dans ses recherches sur l'économie, la pratique, la technique et l'esthétique.⁹

Au début du xx^e siècle, lors de la première grande impulsion de croissance urbaine, la production d'unités d'habitation était presque exclusivement du ressort de l'initiative privée.

La location était une affaire hautement rentable à cause de la forte demande et de la tolérance envers les normes sanitaires. D'innombrables quartiers insalubres, quartiers particuliers et ouvriers ont été construits. Les quartiers populaires étaient complètement insalubres. Les villes ouvrières, érigées par les entreprises qui voulaient loger leurs travailleurs étaient le meilleur modèle d'habitation sociale de cette époque car il y avait un souhait de qualité de l'espace pour

10. Nabil Bonduki, *op. cit.*

intégrer les travailleurs dans le paradigme moral en vigueur.¹⁰ Cependant, le modèle le plus utilisé était celui des pavillons particuliers, construits par des investisseurs pour toutes les classes sociales et la qualité de l'investissement reflétait la condition de l'habitant. Même s'ils étaient meilleurs que les habitations des quartiers insalubres ils ont été conçus sans aucune préoccupation urbanistique. Le gouvernement ne s'engageait pas dans les questions d'habitation car il estimait que cela pourrait nuire à l'investissement privé.

Les zones résidentielles à Brasília – planifiées en 1950 – ont mis en exergue une nouvelle expérience d'urbanisation, avec hiérarchisation de la voirie, de terrains libres avec pilotis et d'autres concepts expérimentés par des productions précédentes et qui servaient d'exemple de l'influence du modernisme français en architecture et dans la planification urbaine nationales.

En 1963 a été réalisé le Séminaire de l'Habitation et de la Réforme Urbaine. Le document final issu de ce séminaire soulignait la création d'un organe central pour les questions urbaines et habitationnelles, avec le recours au Fond National d'Habitation. Pour ce faire, il était prévu la création de la Banque Nationale de l'Habitation ainsi que d'autres organismes. Après le coup militaire de 1964, le système de prévoyance sociale a été unifié en supprimant les Instituts de Retraites et de Pensions (responsables en grande partie et à ce moment-là de la production de logements destinés à la planification d'un quartier industriel), le Service Fédéral de l'Habitation et de l'Urbanisme (SERFHAU) et la Banque Nationale de l'Habitation (BNH) ont été créés à la place. L'expansion de la propriété privée a été un des objectifs de la BNH et son importance est incontournable dans la mise en place d'une politique de logement même si elle accroît le modèle de ségrégation urbaine avec des effets presque irréversibles pour les villes.¹¹

11. Nabil Bonduki, *op. cit.*

12. Nabil Bonduki, *op. cit.*; Graziela Rossatto Rubin e Sandra Ana Bolfé. *O desenvolvimento da habitação social no Brasil. Ciência e Natura*, Santa Maria, v. 2, n. 35, p.201-213, maio 2014.

Après cette phase, le Fond de Garantie par temps de service (FGTS) a été créé en 1967. Il a permis la construction de 4,3 millions d'unités en 20 ans sans, toutefois, répondre à la demande et en augmentant ainsi la spéculation immobilière.¹² C'est dans ce contexte que surgit le projet de Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, localisée dans la Ville Industrielle de Curitiba.

CONSTRUCTION DE LA VILLE INDUSTRIELLE DE CURITIBA

13. IBGE. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em 18 out 2016.

14. L. Gnoato. *Arquitetura do movimento moderno em Curitiba*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2009.

15. P. Lima. *O planejamento e a gestão urbana gerando risco*. 2009. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Meio Ambiente Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

16. Compagnie d'Habitation Populaire de Curitiba.

Dans les années 1940, la ville de Curitiba avait un peu plus de 140 mille habitants¹³ et le besoin d'une planification urbaine se faisait déjà sentir. C'est pourquoi, le plan d'urbanisme de Curitiba a été créé en 1943. Son créateur fut le français Alfred Agache, qui, en conformité avec la Charte d'Athènes, a prévu un développement concentrique de la municipalité autour du Centre Civique (actuellement le siège du gouvernement) avec des microcentralités à des fonctions spécifiques. La gare de chemins de fer fonctionnait comme porte d'entrée de la ville et à son côté a été construit le quartier industriel, actuel Rebouças, afin de faciliter l'écoulement et la réception de produits, et de matières premières.¹⁴

Entretemps, la ville a eu une énorme croissance après l'implantation du Plan Agache et en 1960 la population de Curitiba avait quadruplé; mais le plan d'urbanisation ne répondait pas à la nouvelle demande puisque ses principales directives se concentraient sur le réseau routier. De ce fait, un nouveau Plan Préliminaire d'Urbanisation de Curitiba (PPU) a été développé, différent de celui d'Agache, et qui prévoyait une urbanisation linéaire disposée en axes et abordait les concepts de zonation qui suivaient encore les principes préconisés par la Charte d'Athènes. On y voyait le besoin de création d'une zone industrielle et le déplacement des industries situées dans le quartier de Rebouças qui se trouvaient dans une zone grandement urbanisée; cependant, dû à la facilité de rester sur place, quelques industries se sont maintenues à Rebouças et le nouveau quartier CIC n'a pas été créé, seule une zone a été destinée à la planification d'un quartier industriel.¹⁵ Le PPU proposait que cette zone industrielle se prolonge au-delà des industries et suggérerait, également, un usage résidentiel, en disposant le logement social avec des centres de voisinage, récréation active et contemplative.

Dans les années 1960, le programme "Opération de débanlieusardisation, COHAB-CT"¹⁶ a été implanté et avait comme mission de déplacer environ 25 occupations irrégulières qui s'étendaient majoritairement tout au long du fleuve Belém, dans les quartiers Santa Quitéria e Ahú.

Quelques années plus tard, en 1966, dans la région prévue par le PPU pour l'installation du quartier industriel, Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (VNSLP) recevait ses premiers habitants originaires de cette Opération. C'est pourquoi l'inauguration de la VNSLP est considérée le point de départ du quartier CIC. Et seulement en 1973 il a eu des incitations législatives municipales pour l'occupation du quartier avec des industries.

Ces incitations municipales à l'industrialisation, en partenariat avec le Gouvernement de l'État, se concentraient sur la modernisation du site industriel du Paraná, déplacement des industries existantes, complément du site petrochimique et implantation d'industries multinationales. Ces incitations ont justement provoqué la venue de nouvelles industries.¹⁷

17. P. Lima, *op. cit.*

LA VILLE NOSSA SENHORA DA LUZ

La ville Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, un projet de l'architecte Alfred Willer, a été inaugurée le 11 novembre 1966. Elle possédait 2150 unités d'habitation, une place centrale et douze autres petites places. La finalité du projet était de consolider l'ensemble à partir de ce qu'on désignait par « unités de voisinage », qui sont des ensembles de quartiers groupés et traités comme une cellule. Chacune des douze cellules possédait une zone de convivialité et prévoyait aussi de recevoir des infrastructures pour les loisirs, accessibles par une rue unique planifiée pour des voitures et d'autres pour des piétons; les rues faisant la liaison entre les unités. L'objectif de ce projet était d'offrir aux habitants une identité géographique en stimulant la convivialité entre voisins. Sur la place centrale, où convergent toutes les rues de l'ensemble, on prévoyait de construire une école dans chaque extrémité ainsi qu'une église, son implantation pouvant être observée dans les Figures 1 et 2.

Les maisons étaient divisées en deux catégories : 1750 étaient de « type A », possédant une chambre, salle, cuisine et salle de bains, dans un total de 21m². Les autres 400 étaient de « type E » (Figure 3), style chalet, avec deux chambres, salle, salle de bains, cuisine et combles, dans un total de 56m². Le critère qui définissait dans quelle catégorie une famille pourrait intégrer c'était le nombre. Les familles

jusqu'à cinq membres seraient dirigées vers les maisons de type A et celles avec plus de membres vers les unités de type E. Après l'inauguration, la Ville a été immédiatement occupée. En 1966, l'initiative a attiré l'attention et les expectatives de toute la ville. Cependant, même si toute l'infrastructure nécessaire avait été prévue dans le projet initial, dans les premières années de son existence le lieu ne possédait pas encore de l'approvisionnement en eau, de l'électricité, du pavement, des écoles, des services de police, des centres de santé et de collecte de déchets. De plus, les transports publics qui liaient la ville au centre de la ville se réduisaient à trois lignes de bus et à un train qui circulait à 5h30 du matin. Le manque de pavements était un grand problème les jours de pluie.

Les défauts de paiement, après occupation, étaient aussi un autre problème. Quelques familles ne possédaient pas de revenus suffisants pour payer le crédit et finissaient par abandonner leurs unités. Celles-ci étaient à nouveau occupées mais de manière irrégulière.

Mais au fil des années, apparemment, le projet de faire de la ville un organe autosuffisant a eu du succès. Aujourd'hui, la ville offre des équipements urbains, possède l'infrastructure adéquate et possède une grande diversité de lignes de bus qui garantissent les connexions urbaines, comme l'on peut observer dans les figures 4 et 5.

CONSIDÉRATIONS FINALES

Les idéaux de l'urbanisme moderniste français ont fait partie depuis le début de la planification de Curitiba, des concepts comme zonation ont été grandement appliqués dans la ville. La VNSLP, en essayant de suivre le modèle de projets de logement de la période de l'après-guerre en Europe, est devenu un projet gigantesque, implanté dans un quartier totalement nouveau et isolé du contexte urbain. Initialement, la Ville n'a pas atteint son objectif car elle n'a pas réussi à absorber les habitants venus de différentes régions; a agi seulement comme un instrument de ségrégation urbaine, à l'image de ceux qui existaient déjà en marge de la société. L'influence du modernisme français est présent, donc, dans la grande dimension du projet, dans la cellule d'habitation populaire en rapport avec le reste de la ville.

BIBLIOGRAFIA / BIBLIOGRAPHIE

- BONDUKI, Nabil. *Os pioneiros da habitação social*, v. 1: *Cem anos de política pública no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2014.
- GNOATO, L. *Arquitetura do movimento moderno em Curitiba*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2009.
- GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. *Cultura urbanística e contribuição modernista: Brasil, anos 1930-1960. XI Encontro Nacional da ANPUR*, 2005, Salvador.
- IBGE. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em 18 out 2016.
- LIMA, P. *O planejamento e a gestão urbana gerando risco*. 2009. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Meio Ambiente Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.
- MIGUEL, Elisiário João. *Cidades Verticais: A reinvenção da Unité d'Habitation à Marseille de Le Corbusier como tipologia habitacional contemporânea*. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Ciclo de Estudos Integrados. Universidade Beira Interior. Covilhã, 2012.
- SPERLING, D. *Habitação social francesa*. Volume 1. David Sperling. Relatório parcial de Iniciação Científica. Bolsa CNPq-Pibic. São Carlos: EESC-USP, 1997. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html>. Acessado em: 18 set 2016.
- SILVA, Maria C.V.A.S., *Articulação de saberes na Unidade de Habitação de Marselha*. 2011. Dissertação (Mestrado em Design) – Núcleo de Especialização: Interiores e Espaços Urbanos, Escola Superior de Artes e Design Matosinhos. Matosinhos, 2011.
- RUBIN, Graziela Rossatto; BOLFE, Sandra Ana. *O desenvolvimento da habitação social no Brasil. Ciência e Natura*, Santa Maria, v. 2, n. 35, p.201-213, maio 2014.

Priscila Z. Monteiro é professora do curso de arquitetura e urbanismo da UTP.

Simone A. Polli é professora do curso de arquitetura e urbanismo da UTFPR.

Isabela B. Miranda, Geórgia C.R.S. Cadamuro e João G. da S. Arnas são alunos do curso de arquitetura e urbanismo da UTFPR.

Priscila Z. Monteiro est professeur au cours d'architecture et urbanisme de l'UTP.

Simone A. Polli est professeur au cours d'architecture et urbanisme de l'UTFPR.

Isabela B. Miranda, Geórgia C.R.S. Cadamuro e João G. da S. Arnas sont étudiants au cours d'architecture et urbanisme de l'UTFPR.

FAVELA *SIEDLUNG*: AUTONOMIA, IDEOLOGIA E CRISE DISCIPLINAR NA MODERNIZAÇÃO HIPERTARDIA¹

Leandro Medrano e Luiz Recamán

1. Uma versão desse trabalho foi publicada em português no 4º CIHEL, Congresso Internacional de Habitação no Espaço Lusófolo.

INTRODUÇÃO

Se fosse permitido refletir sobre a arquitetura moderna brasileira a um passo distante de seu centro gravitacional ideológico, surpreenderia o fato de sua experiência em habitação social ser seu calcanhar de Aquiles, muito mais que o emblema de sua vocação moderna progressista. Em especial na cidade de São Paulo, epicentro da modernização industrial do país, onde confluíram ativismo social, avanços técnico-produtivos, renovação disciplinar – arquitetônica – e reflexão crítica dos processos de metropolização. Essa experiência habitacional que será analisada neste artigo compreende o ciclo contraditório das políticas sociais do nacional-desenvolvimentismo, entre o Estado Novo e o regime militar, e a arquitetura moderna brasileira, em seu período de formação e consolidação. Esse esquema disciplinar estrutural – considerado em sua matriz sócio-espacial desenvolvida nessa associação entre Estado autoritário e estratégias modernizadores da arquitetura brasileira, incluindo aí a experiência restrita dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP) – repercute na realidade contemporânea da habitação social no país. O objetivo desta pesquisa é colaborar com uma revisão crítica dessa experiência pioneira – os IAP em São Paulo – que possa revelar dificuldades estruturais na formulação social do espaço brasileiro, pelo menos do ponto de vista da disciplina arquitetônica.

Os projetos de habitação social levados a cabo pelos IAP na cidade, bem como a reflexão que essa experiência produ-

ziu no âmbito dos debates e historiografia sobre arquitetura e urbanismo recentes, indicam, na ótica dos pressupostos desta pesquisa, que se consolidaram impasses sócio-espaciais resultantes das práticas projetuais locais e suas referências centro-européias da vanguarda histórica – a espacialidade industrial na *cidade*. Ademais, esse padrão espacial e seu conteúdo foram ciclicamente reiterados por nossa inteligência arquitetônica, ainda que em conjunturas diferentes. Os desacertos da experiência habitacional moderna no Brasil se intensificam na medida em que sua “modernidade”, mesmo que considerada apenas do ponto de vista formal-espacial, é superficial porque independente de transformações produtivas e políticas, sem tensioná-las; e ainda que não se tratasse de simples aparência estética, essa valorização modelar extemporânea desconsidera as décadas de crítica à espacialidade moderna, em especial aquela dos conjuntos habitacionais e subúrbios.

HIPÓTESE 1

No início dos anos 1980, Marta Farah defende sua dissertação de mestrado, no Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, sobre os IAP. Esse trabalho pioneiro procura compreender a relação entre o Estado e a produção habitacional, no contexto das transformações políticas e sociais produzidas pela Revolução de 1930, comandada por Getúlio Vargas. Seus argumentos problematizaram o que tem sido considerado como um modelo de atuação estatal no setor habitacional: recursos públicos e arquitetura moderna produzindo Habitação de Interesse Social (HIS) com qualidade tanto social quanto urbana. No entanto, esse modelo não pode ser considerado como uma estratégia de política urbana para a produção de HIS, na medida em que, segundo a autora, responde preferencialmente a duas “funções” determinantes, a saber, a “ideológica” e a “econômica”, ambas relativas a uma “formação capitalista periférica”. Não se tratava, nesse contexto, da provisão de HIS, ou seja, como no caso francês ou europeu, da garantia da “reprodução da força de trabalho”. Na industrialização brasileira essa necessidade estaria atendida pelo excesso de mão-de-obra e pelos esquemas precários de construção de habitação sob responsabilidade do próprio trabalhador.²

2. M.F. Farah. *Estado, previdência social e habitação*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1983.

A “função” ideológica da ação do Estado na produção habitacional via IAP resulta da necessidade de incorporar, em uma perspectiva de Estado intervencionista e centralizador, as necessidades básicas da classe trabalhadora. Completava assim seu caráter totalizador em relação à vida econômica e social sob sua tutela, já que as intervenções na estrutura de produção capitalista se realizavam por meio de investimentos infra-estruturais que visavam a implementação de um capitalismo industrial no país. A questão habitacional antes de 1930, mostra a autora, não estava diretamente vinculada do Estado, sendo produzida pelo mercado de aluguel ou mesmo pela autoconstrução. Portanto, o papel central da produção estatal de habitação tem, no contexto de pressões de urbanização acelerada a partir da década de 1930, a tarefa de apresentar esse novo Estado provedor e neutralizar as possíveis demandas anti-sistêmicas e politicamente desestabilizadoras, transformando-as em demandas sistêmicas da classe trabalhadora urbana. Essa “função” ideológica (“paz social”) se desdobrou em práticas mais diretamente cooptadoras do movimento social, que envolviam esquemas propagandísticos de inaugurações e barganhas políticas com os sindicatos na distribuição das unidades.³

3. M.F. Farah. *op. cit.*

Mas o que pode melhor caracterizar essa produção habitacional é o fato de ter sido um esquema secundário da aplicação de recursos acumulados pelo sistema previdenciário. Dessa forma, o sentido desses investimentos em habitação seria a valorização do capital aplicado, o que conflita com as necessidades básicas das políticas habitacionais que geralmente envolvem investimentos subsidiados. Além disso, é fundamental para a compreensão desse processo o fato de se tratar também de uma “contribuição à constituição e expansão de um setor capitalista de construção habitacional no país”.⁴ Portanto, quer seja pelo seu objetivo primeiro, de remunerar com taxas de mercado o capital investido, quanto pela subsunção do setor habitacional à lógica de produção capitalista – e que inclui a valorização fundiária – a experiência dos IAP resultam de lógicas desconformes em relação ao espaço habitacional moderno e a construção de espaço urbano. Com a proliferação apenas incipiente desses conjuntos e pelo fato de a questão habitacional ter se tornado progressivamente uma demanda central dos trabalhadores,

4. M.F. Farah. *op. cit.*

os programas habitacionais dos IAP procuraram reagir a esse quadro de agravamento da questão da moradia nas cidades. No entanto, os números indicam que a compreensão dessa produção habitacional restrita (124.025 unidades no total), não deve ser buscada na lógica das políticas de provisão de habitação pra a classe trabalhadora.

As considerações acima tem como objetivo circunscrever a experiência dos IAP no ambiente da modernização conservadora brasileira, especialmente do “getulismo”. Assim, os programas habitacionais dos Institutos de Pensão devem ser entendidos como um subproduto do sistema previdenciário renovado por Getúlio Vargas a partir de 1930. Herdam, portanto, sua lógica atuária e financeira, que se sobrepõem às questões próprias da habitação social e do desenvolvimento urbano. Acresce-se a esse fator determinante, a sua função ideológica, que deve ser compreendida no esquema do “populismo” brasileiro, ou seja, na relação clientelista entre os trabalhadores urbanos, a estrutura sindical e o Estado.

Outro aspecto fundamental da dimensão conservadora desse processo de modernização, no que tange à questão habitacional, é o fato de que a reprodução da força de trabalho no capitalismo brasileiro ser prioritariamente realizada por mecanismos do “atraso”, ou seja, a auto-construção e a ocupação informal do território.⁵ As políticas estatais de provisão habitacional têm, em formações capitalistas não periféricas, essa função, que o capitalismo brasileiro não precisou absorver. Essa dimensão diretamente econômica que está na base do Estado do bem-estar social e suas derivações, não constitui a experiência dos IAP. No entanto, uma outra função econômica, essa sim generalizada principalmente no segundo pós-guerra no capitalismo central, se fez presente, a saber, o estímulo ao setor da construção civil e ao mercado imobiliário, ambos abalados pela nova lei do inquilinato de 1942, que congelava o valor dos aluguéis.

Podemos inferir, portanto, que as determinações acima relacionadas não permitem interpretar a experiência dos IAP como equivalentes, ou mesmo próximas, do que se passou na Europa, ou mais especificamente, na Europa central, nos anos anteriores à emergência do fascismo, como é o caso das experiências da social-democracia da República de

5. F. de Oliveira. O estado e o urbano no Brasil. *Espaço & Debates*, v.6, n. 36, p. 36-54, junho-setembro 1982.

6. M. Tafuri. *Architecture and Utopia: Design and Capitalist Development*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1979.

Weimar.⁶ As condições objetivas da molécula social que fez confluír energias progressistas do setor industrial, político e artístico, e que resultou na experiência habitacional da vanguarda arquitetônica européia, não se reproduziram na formação social do capitalismo brasileiro. O que aqui se passou deve ser compreendido em uma chave ideológica distinta.

HIPÓTESE 2

Esses impasses sociais acima sintetizados estruturam as soluções espaciais das experiências dos IAP. Não se pode, cumpridas as exigências da dialética social, preservar soluções formais da dinâmica social que as constitui, em especial quando se trata de uma experiência disciplinar atípica em relação às soluções hegemônicas do sistema arquitetônico brasileiro. Se a separação entre realidade social e liberdade formal é o discurso de sustentação da arquitetura moderna brasileira, a excepcionalidade “social” dos IAP exige uma compreensão mais abrangente e crítica. Essa compreensão não pode, sem mais, recorrer ao esquema explicativo, consagrado, das exigências intrínsecas da forma arquitetônica em sua versão tropical.

Em síntese, podemos considerar que as restrições apresentadas anteriormente indicam que o princípio *ideológico* da universalidade presente na experiência da vanguarda européia unifica estandardização política (a sociedade de massas, à esquerda e à direita), produtiva (o *fordismo*) e estética (a *célula* e a *tabula rasa*). Esse princípio ideológico não se reproduziu nas circunstâncias da modernização brasileira. Falharam esses três vetores.

A massificação social brasileira se dava em chave conservadora – a revolução de 1930 – ou ultra-conservadora – o Estado Novo. Seu principal atributo nesse aspecto é a relação populista e clientelista entre o Estado e a classe trabalhadora.⁷ Além disso, mas não menos crucial, é a existência de uma população rural majoritária que não era alvo ideológico das políticas estado-novistas. As dificuldades históricas de realização de uma democracia liberal – cujo princípio da igualdade é fundamental, ainda que ideológico – procurou, no esquema político autoritário descrito, uma alternativa de modernização social.

7. B. Fausto. Estado, trabalhadores e burguesia (1920-1945). *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, v. 1, n. 20, p. 6-37, março 1988.

8. D. Harvey. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

A realidade produtiva brasileira antes da segunda guerra mundial pode ser caracterizada essencialmente pelos grandes investimentos infraestruturais, que estão na base das representações da criação do Estado Nacional e a superação da estrutura regional e oligárquica que caracterizava a República Velha. Essa base produtiva não acionou as ideologias do *fordismo* e *taylorismo*: homogeneidade, reprodutibilidade, racionalidade e funcionalidade. Na Europa, o *fordismo* tampouco era uma realidade produtiva antes da segunda guerra,⁸ mas foi o capitalismo tardio da Europa continental que produziu a grande ideologia do *fordismo*, necessária à sua modernização industrial retardatária em relação à Inglaterra. Podemos então relacionar as ideologias nacionalistas da modernização brasileira à condição do nosso capitalismo hipertardio, sucedâneas portanto das ideologias liberais, nesse contexto, ultrapassadas.

A vanguarda estética brasileira, em especial a arquitetônica, aboliu rapidamente as relações entre forma moderna e forma industrial. Apenas residualmente podemos creditar ao purismo brasileiro qualquer tipo de necessidade produtiva ou técnica. A matriz hegemônica da arquitetura brasileira, pelo menos até a construção da capital federal, privilegiou a forma livre como antagônica ao funcionalismo esteticamente restritivo da vanguarda alemã. O esforço empreendido por alguma arquitetura dos IAP procura desviar o foco corbusiano original para a grande produção de habitação coletiva da social-democracia européia. Mas essa mudança de referência, frágil e de difícil sustentação diante da realidade dessa produção, não permitiu superar, do ponto de vista disciplinar, as determinações formalizantes mais gerais da arquitetura moderna brasileira.

Em nenhum dos aspectos considerados, podemos reconstituir o *fundamento ideológico universalizante* que presidiu a vanguarda européia e suas soluções espaciais e arquitetônicas. A necessidade que permanece é a análise dos resultados espaciais mais importantes da experiência habitacional dos IAP, que, segundo a argumentação acima, deve indicar as *impossibilidades socioespaciais dos conjuntos, devidoras de suas impossibilidades político-sociais* – o que configura a segunda hipótese deste texto. E assim, evidenciar sua particularidade, o que não autorizaria as referências contempo-

râneas a suas soluções. Primeiramente, trata-se de indicar, se possível, o quanto o esquema espacial é incompleto, para depois refletir: e se completo fosse, o que isso significaria para sua retomada nas circunstâncias urbana atuais?

A VÁRZEA DO CARMO

O projeto de Attilio Corrêa Lima, Hélio Uchoa, José Theodulo da Silva e Alberto de Mello Flores para o Conjunto Residencial da Várzea do Carmo, em São Paulo, teve início em 1938. É resultado da influência de um grupo de arquitetos vinculados à renovação moderna em setores do Estado Novo responsáveis pelas políticas para a construção de habitação social. Aproveitar a produção em larga escala de habitação para reestruturar as cidades, conforme os ensinamentos dos CIAM, também foi uma ousadia de alguns profissionais, como o arquiteto Rubens Porto e Carlos Frederico Ferreira.⁹ Isso se deu em um ambiente social cuja modernização experimentava diferentes possibilidades dentro do espectro político, em meio às contradições políticas do getulismo e do Estado Novo. Esse grande conjunto habitacional foi por certo, por suas dimensões, localização e soluções arquitetônicas e urbanísticas, uma das mais importantes experiências desse vetor de modernidade em disputa com grupos conservadores predominantes na questão habitacional do período. Unidades habitacionais isoladas em bairros periféricos de baixa densidade eram as alternativas mais aceitas no debate sobre a habitação social para a grande cidade, na medida em que reforçavam o núcleo familiar isolado do contato promíscuo que o centro pobre da cidade induzia.

O conjunto da Várzea do Carmo, ao contrário, propunha o adensamento e a verticalização, em uma área próxima ao centro da cidade, com ocupação fabril. O adensamento também atendia a prioridade do investimento: a remuneração obtida com a locação para o pagamento dos benefícios previdenciários, como indica o arquiteto em texto de 1942. Existe na solução original apresentada pelos arquitetos, e que mais chama à atenção, a dupla escala das lâminas. Além disso, o arranjo urbanístico também sobrepõe tipologias que estavam sendo elaboradas na Alemanha dos anos 1920 e início dos anos 1930. A *tabula rasa*, princípio fundamental da

9. N. Bonduki e A. P. Koury. *Os pioneiros da habitação social*, v. 1. São Paulo: UNESP, 2014.

operação moderna, era possível, contraditoriamente, nas zonas suburbanas das cidades alemãs. Mas as tipologias construídas nas *Siedlungen* procuravam arranjos e escalas que remetiam, de alguma forma, ao urbanismo tradicional. A unidade como *célula* – par espacial necessário da *tabula rasa* – acomodava-se em quadras parcialmente abertas, muito próximas da modernização pré-moderna das grandes cidades européias e das cidades-jardim. Mas Atílio Corrêa de Lima propõe, para a Várzea do Carmo, uma tipologia laminar, que está mais próxima das experiências radicais de Hilberseimer em sua *Großstadt*. Em termos da argumentação aqui pretendida, buscar a materialidade espacial da universalidade ideológica do movimento moderno dos anos 1920, temos na Várzea do Carmo tipologias híbridas, que correspondem a graus ideológicos distintos, ainda que imbricados. A universalidade hiberseimeriana é o grau máximo de abstração da modernidade arquitetônica, que formaliza na construção e no espaço a abstração progressiva das relações sociais na metrópole, tentando tirar dela uma dimensão transformadora e emancipatória. Como se comportam aqui as ideologias universalizantes do espaço?

O primeiro ponto a destacar é o próprio hibridismo apontado. O curioso arranjo urbano da Várzea do Carmo se divide entre a imposição da sequência geométrica das lâminas e a procura de com elas, e as tipologias de 4 pavimentos, compor uma espacialidade finita, ainda que sequencial. A localização das lâminas menores procura enquadrar uma proporção de interioridade de quadra, tanto a tradicional quanto a das primeiras *Siedlungen*, em duas escalas distintas: um “pátio” maior e outro menor, dando localidade ao esquema abstrato das lâminas.

Esse esquema abstrato, que em sua versão esvaziada de conteúdo estético será reproduzido em vários projetos de habitação social no país – o que indica que a experiência do Banco Nacional de Habitação (BNH) é, desse ponto de vista uma continuidade tipológica – é também contraditoriamente restrito na estratégia dos arquitetos em resolver os fragmentos do grande terreno. Os trechos anômalos, se consideramos a regularidade uma exigência espacial desses princípios ordenadores, são preenchidos por edifícios e programas específicos, que imprimem variedade espacial e funcional na regularidade. Conformam, assim, uma zona de transição entre a exigente regularidade da solução principal e a variedade espacial desordenada da cidade que circunda o conjunto. Ou seja, essa regularidade é espacialmente restrita, e realisticamente se acomoda ao existente. Esse fato, que produziu tensões espaciais radicais na Europa do entre-guerras, aqui faz parte da neutralidade estética das soluções formais, desde sempre destituídas de qualquer grau de universalidade social moderna.

Mas aquilo que pode melhor explicar o grau de neutralidade ideológica moderna da solução é o fato de que o recurso fundamental da estratégia universalizante, e que vai intensificar o conflito fundiário da cidade tradicional, é



Fig. 1. Implantação. Fonte: Sara, 1930. Elaboração: Fernanda Ormelezi Pitombo, 2016. / *Plan d'ensemble*. Source : Sara, 1930. Élaboration : Fernanda Ormelezi Pitombo, 2016.

abstração espacial ser traduzida em nova estrutura urbana. Essa contradição entre a necessidade de universalidade espacial moderna e a estrutura fundiária da cidade tradicional, é o motor da *ideologia do plano*, que leva a camadas cada vez mais radicais de abstração formal. Esse cenário e suas contradições estavam fora, tanto do processo de modernização conservadora que se implementava, quanto da lógica financeira dos IAP. Esse conjunto, de vetores generalizantes evidentes, se assenta sobre um tecido urbano pré-existente, com uma rede viária definida, e para o qual não apresenta solução moderna. Adapta-se a ele. Esse desajuste é, provavelmente, fruto de dificuldades burocráticas de toda ordem. Mas esse fato, a contradição entre desenho e realidade social, que deve ser destacado como explicativo do fenômeno.

DISCUSSÃO

As hipóteses apresentadas, que dão outro sentido à produção habitacional dos IAP, e que problematizam qualquer tipo de recuperação política ou estética hodiernas, puderam ser discutidas no caso do projeto para o Conjunto Habitacional da Várzea do Carmo. Esse projeto, no entanto, está entre os mais fiéis, do ponto de vista disciplinar, em relação à tradição moderna dos CIAM. As hipóteses nele discutidas pretendem ter ampla validade em outros casos importantes dessa produção.

As observações esboçadas pretenderam apresentar contradições estruturantes da transposição de ideário moderno para a produção de habitação social no Brasil, e não apenas identificar suas dificuldades políticas, sociais ou de gestão. Mas o fato de, apesar dessas contradições, a modernidade arquitetônica ter se consolidado no Brasil nesse período, deve indicar que o fundamental não é indicar proximidades, mas as diferenças entre os modelos. E, principalmente, qual o sentido dessa modernização urbana e espacial que a Arquitetura Moderna Brasileira levava a cabo, e que ajudou a perenizar, não a dimensão universalizante da ideologia moderna, mas sua realidade social de massificação, homogeneidade e segregação. Não é demais lembrar a “dialética da vanguarda”, ou seja, suas pretensões sociais impregnadas da realidade produtiva. Essa, por fim, se impôs duramente na modernização social que atravessou o século xx.

Algo indica que as matrizes urbanas e arquitetônicas consideradas na concepção da habitação coletiva no Brasil se mostraram equivocadas. Nesse sentido, trata-se de reavaliar a experiência e buscar novos paradigmas espaciais, desta vez, definitivamente urbanos, para a produção do espaço habitacional do país.



Fig. 2. Implantação. Fonte: VASP, 1952-59. Elaboração: Fernanda Ormelezi Pitombo, 2016. / *Plan d'ensemble*. Source : VASP, 1952-59. Élaboration : Fernanda Ormelezi Pitombo, 2016.

**FAVELA SIEDLUNG :
AUTONOMIE, IDÉOLOGIE ET CRISE DISCIPLINAIRE DANS
LA MODERNISATION HYPERTARDIVE¹**

1. Une version de ce travail a été publiée en portugais dans le 4^e CIHEL, Congrès International de l'Habitation dans l'Espace Lusophone.

INTRODUCTION

Si l'on pouvait réfléchir sur l'architecture moderne brésilienne bien au-delà de son centre gravitationnel idéologique, on serait surpris de savoir que son expérience en logements sociaux était son talon d'Achilles, beaucoup plus que l'emblème de sa vocation moderne progressiste ; et plus spécialement dans la ville de São Paulo, épiscentre de la modernisation industrielle du pays, aux confluent de l'activisme social, des avancées technico-productives, de la rénovation disciplinaire – architectonique – et de réflexion critique des processus de métropolisation. Cette expérience qui sera analysée dans cet article concerne le cycle contradictoire des politiques sociales du national-développement, entre l'État-nouveau et le régime militaire et l'architecture moderne brésilienne, dans sa période de formation et de consolidation. Ce schéma disciplinaire structurel – considéré dans sa matrice socio-spatiale développée par le lien entre l'État autoritaire et les stratégies innovatrices de l'architecture brésilienne, en y incluant l'expérience restreinte des Instituts de Retraites et de Pensions (IAP) – a des effets dans la réalité contemporaine de l'habitation sociale dans le pays. L'objectif de cette recherche est de collaborer à une révision critique de cette expérience pionnière – les IAP à São Paulo – qui puisse montrer des difficultés structurelles dans la formulation sociale de l'espace brésilien, du moins d'un point de vue du domaine de l'architecture.

Les projets de logements sociaux réalisés par les IAP dans la ville, et la réflexion que cette expérience a produit dans le cadre des débats et de l'historiographie sur l'architecture et urbanisme récents, indiquent, dans la perspective des objectifs de cette recherche, que des impasses socio-spatiales se sont consolidées, résultat de pratiques de création de projets locaux et des références centro-européennes de l'avant garde historique – les espaces des industries dans la ville. De plus, ce modèle spatial et son contenu ont été cycliquement reproduits par notre intelligence architectonique moderne, même



Fig. 3. Implantação. Fonte: Mapa Digital, 2005-06. Elaboração: Fernanda Ormelezi Pitombo, 2016. / Plan d'ensemble. Source : Cartographie de base numérique, 2005-06. Élaboration : Fernanda Ormelezi Pitombo, 2016.

dans des conjonctures différentes. Les incohérences de l'expérience en matière d'habitation moderne au Brésil s'intensifient dans la mesure où sa « modernité », même si considérée seulement dans une perspective formelle-spatiale, est superficielle car indépendante des mutations productives et politiques, et sans problématisation ; et même s'il ne s'agissait pas de simples apparences esthétiques, cette valorisation modèle tardive ne prend pas en compte des décennies de critique sur la spatialité moderne, plus spécialement celle des unités d'habitation et des banlieues.

HYPOTHÈSE 1

Au début des années 1980, Marta Farah défend sa thèse de master sur les IAP, dans le Département de Sociologie de la FFLCH-USP. Ce travail pionnier cherchait à comprendre la relation entre l'État et la production de logements, dans le contexte des mutations politiques et sociales produites par la Révolution de 1930, dirigée par Getúlio Vargas. Son argumentation a montré ce qui est considéré toujours comme un modèle d'intervention de l'État dans le secteur du logement : des ressources politiques et architecture moderne qui produisent l'Habitation de l'Intérêt Social (HIS) avec qualité sociale et urbaine. Cependant, ce modèle, ne peut pas être considéré une stratégie de politique urbaine pour la production de HIS, car selon l'auteure, il correspond en priorité à deux « fonctions » déterminantes, à savoir : une fonction « idéologique » et une fonction « économique », toutes les deux relatives à une « formation capitaliste périphérique ». Il ne s'agissait pas, dans ce contexte, de la provision de la HIS, c'est-à-dire, comme dans le cas français ou européen, de la garantie de « reproduction de la force de travail ». Dans l'industrialisation brésilienne ce besoin serait comblé par l'excès de main-d'œuvre et les schémas de précarité de construction de logements sous la responsabilité du travailleur lui-même.²

La « fonction » idéologique de l'action de l'État dans la production de logements via les IAP résulte de la nécessité d'intégrer, dans une perspective d'État interventionniste et centralisateur, les besoins fondamentaux de la classe ouvrière. L'État complétait ainsi son caractère totalisateur en relation avec la vie économique et sociale sous sa tutelle, puisque les

2. M.F. Farah. *Estado, previdência social e habitação*. Thèse (Master 2). São Paulo : Universidade de São Paulo, 1983.

interventions dans la structure de production capitaliste se réalisaient par le biais d'investissements en infrastructures pour le développement d'un capitalisme industriel dans le pays. La question du logement avant 1930, affirme l'auteure, n'était pas directement lié à l'État, mais produit par le marché de la location ou même par l'autoconstruction. Le rôle central de la production par l'État a, donc comme tâche, dans le contexte des pressions de l'urbanisation accélérée à partir des années 1930, de présenter ce nouvel État prestataire et neutraliser des probables demandes systémiques de la classe ouvrière urbaine. Cette « fonction » idéologique (« paix sociale ») s'est multipliée dans des pratiques plus directement associées au mouvement social qui englobaient des schémas de propagande d'inauguration et d'échanges politiques avec les syndicats dans la distribution des unités.³

3. M.F. Farah. *op. cit.*

Cependant, ce qui peut le mieux caractériser cette production de logements est le fait qu'elle représente un schéma secondaire de l'application des ressources cumulées par le système de sécurité sociale. De cette manière, le sens de ces investissements en logements consisterait dans la valorisation du capital appliqué ce qui va à l'encontre des besoins fondamentaux des politiques de logement qui englobent généralement des investissements subventionnés. De plus, il est fondamental, pour comprendre le processus, le fait qu'il s'agit aussi d'une « contribution à la constitution et expansion d'un secteur capitaliste de construction de logements dans le pays. »⁴ L'expérience des IAP résultent, donc, de logiques non conformes en relation à l'espace d'habitation moderne et à la construction de l'espace urbain du fait de leur objectif premier, de rémunérer avec des taux de marché le capital investi et de la dépendance du secteur d'habitation à la logique de production capitaliste (en y incluant la valorisation foncière). Avec la prolifération grandissante de ces ensembles et le fait que la question du logement soit devenu progressivement une demande centrale des travailleurs, les programmes de logement des IAP ont cherché à réagir face à ce tableau d'aggravation du problème de logement dans les villes. Cependant, les chiffres indiquent que les conclusions sur la production restreinte de logements (124.025 unités au total) ne doivent pas être cherchées dans la logique des politiques prestataires de logement pour la classe ouvrière.

4. M.F. Farah. *op. cit.*

Ces considérations ont pour objectif contextualiser l'expérience des IAP dans le milieu de la modernisation conservatrice brésilienne, plus spécialement le « getulisme ». Les programmes de logement des Instituts de Pensions doivent donc, être compris comme étant un sousproduit du système de sécurité sociale rénové par Getúlio Vargas à partir de 1930. Ils héritent, ainsi, d'une logique agissante et financière qui se superpose aux questions propres au logement social et au développement urbain. On ajoute à ce facteur déterminant, sa fonction idéologique qui doit être comprise dans le schéma du « populisme » brésilien, c'est-à-dire, dans la relation clientéliste entre les travailleurs urbains, la structure syndicale et l'État.

Un autre aspect fondamental de la dimension conservatrice de ce processus de modernisation, en ce qui concerne la question du logement, est le fait que la reproduction de la force de travail dans le capitalisme brésilien soit prioritairement réalisé par des mécanismes « retardataires », c'est-à-dire, l'autoconstruction et l'occupation informelle de territoires.⁵ Les politiques de l'État prestataire de logements ont, dans les formations capitalistes non périphériques, cette fonction, que le capitalisme brésilien n'a pas eu à assimiler. Cette dimension directement économique qui est à la base de l'État du bien-être social et ses dérivés, n'est pas une expérience des IAP. Cependant, une autre fonction économique, celle-ci, oui, généralisée principalement à partir du second après-guerre dans le capitalisme central, est bien présente, à savoir: une impulsion du secteur du bâtiment et du marché immobilier, tous les deux touchés par la nouvelle loi de bail de 1942, qui gelait la valeur des locations.

Nous pourrions conclure, donc, que les considérations supra indiquées ne permettent pas d'interpréter l'expérience des IAP comme équivalentes, ou même proches, de celles qui ont eu lieu en Europe, ou plus spécifiquement, en Europe Centrale, dans les années qui ont précédé l'émergence du fascisme, comme ce fut le cas des expériences de la Social démocratie de la République de Weimar.⁶ Les conditions objectives de la molécule sociale qui ont provoqué une confluence d'énergies progressistes du secteur industriel, politique et artistique, avec des effets sur l'expérience habitationnelle de l'avant-garde architectonique européenne, ne se sont pas re-

5. F. de Oliveira. O estado e o urbano no Brasil. *Espaço & Debates*. v.6, n. 36, p. 36-54, juin-septembre 1982.

6. M. Tafuri. *Architecture and Utopia: Design and Capitalist Development*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1979.

produites dans la formation sociale du capitalisme brésilien. Ce qui s'est passé ici doit être interprétée à la lumière d'une clé idéologique particulière.

HYPOTHÈSE 2

Ces impasses sociales supra citées structurent les solutions spatiales des expériences des IAP. On ne peut pas, accomplies les exigences de la dialectique sociale, préserver des solutions formelles de la dynamique sociale qui les a constitué, plus spécifiquement quand il s'agit d'une expérience disciplinaire atypique par rapport aux solutions hégémoniques du système architectural brésilien. Si la séparation entre la réalité sociale et la liberté formelle est le discours de support de l'architecture moderne brésilienne, l'exception « sociale » des IAP exige une compréhension plus élargie et plus critique. Cet entendement ne peut pas, sans plus, avoir recours au schéma explicatif, consacré, des exigences intrinsèques de la forme architecturale dans sa version tropicale.

En synthèse, nous pourrions considérer que les restrictions présentées auparavant indiquent que le principe idéologique de l'universalité présent dans l'expérience de l'avant-garde européenne unifie standardisation politique (la société de masse, la gauche et la droite), productive (le *fordisme*) et esthétique (la *cellule* et la *table rase*). Ce principe idéologique ne s'est pas reproduit dans le contexte de la modernisation brésilienne. Ces trois vecteurs ont échoué.

La massification sociale brésilienne se faisait comme une clé conservatrice – la Révolution de 1930 ou ultra-conservatrice – l'État Nouveau. Son principal attribut dans cet aspect est la relation populiste et clientéliste entre l'État et la classe des travailleurs.⁷ De plus, mais non moins crucial, il est à signaler l'existence d'une population rurale majoritaire qui n'était pas une cible idéologique des politiques de l'État Nouveau. Les difficultés historiques à réaliser une démocratie libérale – dont le principe de l'égalité est fondamental, quoique idéologique – a trouvé, dans le schéma politique autoritaire décrit, une alternative de modernisation sociale.

La réalité productive brésilienne avant la seconde guerre mondiale peut être caractérisée essentiellement par les grands investissements infra-structurels, qui sont le point

7. B. Fausto. Estado, trabalhadores e burguesia (1920-1945). *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, v. 1, n. 20, p. 6-37, março 1988.

8. D. Harvey. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

de départ des représentations de la création de l'État National et le dépassement de la structure régionale et oligarchique qui caractérisait la République Vieille. Cette base productive n'a pas déclenché les idéologies du *fordisme* et du *taylorisme* : homogénéité, reproductibilité, rationalité et fonctionnalité. En Europe, le fordisme, lui, n'était pas non plus une réalité productive avant la seconde guerre.⁸ Ce fut le capitalisme tardif en Europe Continentale qui a produit la grande idéologie du *fordisme*, nécessaire à sa modernisation industrielle en retard par rapport à l'Angleterre. Nous pouvons donc mettre en relation les idéologies nationalistes de modernisation brésilienne à leur condition de capitalisme hyper retardé, succédant donc aux idéologies libérales, dans ce contexte, dépassées.

L'avant-garde esthétique brésilienne, plus spécifiquement l'architecturale, a aboli rapidement les relations entre la forme moderne et la forme industrielle. Nous ne pouvons que très peu créditer au purisme brésilien tout type de besoin productif ou technique. La matrice hégémonique de l'architecture brésilienne, au moins jusqu'à la construction de la capitale fédérale, a privilégié la forme libre en opposition au fonctionnalisme esthétiquement restrictif de l'avant-garde allemande. L'effort entrepris par une architecture des IAP cherche à écarter le modèle corbusien originel vers la grande production de logements collectifs de la sociale démocratie européenne. Mais ce changement de référence, fragile et difficile à défendre face à la réalité de cette production, n'a pas permis de suppléer, d'un point de vue disciplinaire, les déterminations formalisantes plus générales de l'architecture moderne brésilienne.

En aucun des aspects développés, nous pourrions reconstituer le fondement idéologique universaliste et ses solutions spatiales et architecturales que l'avant-garde européenne a dirigé. Ce qui persiste est que c'est l'analyse des résultats spatiaux les plus importants de l'expérience habitationnelle des IAP qui, selon notre argumentaire, doit indiquer *les impossibilités socio-spatiales des ensembles, débitrices de leurs impossibilités politico-sociales* – ce qui annonce la deuxième hypothèse de ce texte ; et ainsi mettre en exergue ses spécificités, ce qui n'autoriserait pas les références contemporaines à leurs solutions. Tout d'abord, il s'agit d'indiquer, si possible, combien le schéma spatial est incomplet et ensuite réfléchir car si complet, que signifierait-il si repris dans le contexte urbain actuel ?

VÁRZEA DO CARMO

Le projet d'Attilio Corrêa Lima, Hélio Uchoa, José Theodulo da Silva et Alberto de Mello Flores pour l'ensemble résidentiel de Várzea do Carmo, à São Paulo, a commencé en 1938. Il est le résultat de l'influence d'un groupe d'architectes associés à la rénovation moderne dans des secteurs de l'État Nouveau, responsables des politiques pour la construction de logements sociaux. Profiter de la production de logements à grande échelle pour restructurer les villes, selon les enseignements des CIAM, a été aussi une audace pour certains professionnels tels que l'architecte Rubens Porto et Carlos Frederico Ferreira.⁹ Cela est arrivé dans un milieu social dont la modernisation expérimentait différentes possibilités selon un certain cadre politique, entre les contradictions politiques du getulisme et de l'État Nouveau. Ce grand ensemble habitationnel a été, certainement, au regard de ses dimensions, localisation et solutions architecturales et urbanistiques, une des plus importantes expériences de ce vecteur de modernité en conflit avec des groupes conservateurs prédominants dans la problématique de création de logements de l'époque. Des unités d'habitation isolées dans des quartiers périphériques de basse densité étaient les alternatives les plus acceptées sur l'habitation sociale pour la grande ville, dans la mesure où elles renforçaient le noyau familial isolé de la promiscuité que le centre pauvre de la ville provoqué.

L'ensemble Várzea do Carmo, en revanche, proposait la densification et la verticalisation, dans un espace proche du centre ville, avec occupation d'unités de fabrication. La densification donnait aussi priorité à l'investissement : rémunération obtenue avec la location pour le paiement des bénéfices sociaux, comme l'indique l'architecte dans un texte de 1942. Il existe dans la solution originale présentée par les architectes, et qui attire le plus notre attention, la double échelle des lames. En outre, l'aménagement urbain ajoute des typologies qui avaient été élaborées dans l'Allemagne des années 1920 et début des années 1930. La *table rase*, principe fondamental de l'opération moderne, était possible, paradoxalement, dans les zones suburbaines des villes allemandes. Mais les typologies construites dans les *Siedlungen* cherchaient des aménagements et des échelles qui nous renvoyaient, d'une

9. N. Bonduki e A. P. Koury. *Os pioneiros da habitação social*, v. 1. São Paulo: UNESP, 2014.

certaine manière, vers l'urbanisme traditionnel. L'unité en tant que cellule (la paire spatiale nécessaire de la *table rase* s'adaptait en quartiers partiellement ouverts, très proches de la modernisation pré-moderne des grandes villes européennes et des villes jardin. Mais Atílio Corrêa de Lima propose pour Várzea do Carmo, une typologie laminaire, plus proche des expériences radicales d'Hilberseimer dans sa *Großstadt*. Ainsi, dans la suite de notre réflexion, en cherchant la matérialité spatiale de l'universalité idéologique du mouvement moderne des années 1920, nous avons dans Várzea do Carmo des typologies hybrides qui correspondent à des degrés idéologiques distincts même si imbriqués. L'universalité *hilberseimerienne* c'est le degré maximum d'abstraction de la modernité architecturale qui formalise dans la construction et dans l'espace l'abstraction progressive des relations sociales dans la métropole, en essayant de produire une dimension transformatrice et émancipatrice. Comment se comportent ici les idéologies universalisantes de l'espace ?

Le premier point à mettre en exergue est l'hybridisme déjà cité. Le curieux aménagement urbain de Várzea do Carmo se divise entre l'imposition de la séquence géométrique des lames et la recherche de, avec elles, et les typologies de 4 pavements, composition d'une spatialité finie même si séquentielle. La localisation des petites lames cherche à cadrer une proportion d'intériorité du carré, aussi bien le traditionnel que celui des premières *Siedlungen*, en deux échelles distinctes : un « patio » plus grand et un autre plus petit, en donnant de la localisation au schéma abstrait des lames.

Ce schéma abstrait, qui dans sa version vide de contenu esthétique sera reproduit en plusieurs projets d'habitation sociale dans le pays – en montrant que l'expérience de la Banque d'Habitation (BNH) est, de ce point de vue une continuité typologique – est aussi paradoxalement limité dans la stratégie des architectes à résoudre les fragments du grand terrain. Les morceaux défectueux, si nous considérons que la régularité est une exigence spatiale de ces principes régulateurs, sont remplis par des édifices et des programmes spécifiques qui véhiculent de la variété spatiale et fonctionnelle dans la régularité. Ils épaississent ainsi une zone de transition entre l'exigente régularité de la solution principale et la variété spatiale désordonnée de la ville qui entoure l'ensemble. C'est-à-dire, cette régularité est spatialement restreinte et elle s'adapte, réellement, à l'existant. C'est cela qui a provoqué des tensions spatiales radicales en Europe de l'entre deux guerres mais ici fait partie de la neutralité esthétique des solutions formelles, depuis toujours dénuées de tout degré d'universalité sociale moderne.

Mais ce qui peut le mieux expliquer ce degré de neutralité idéologique moderne de la solution c'est le fait que le recours fondamental de la stratégie universalisante, et qui va intensifier le conflit foncier de la ville traditionnelle, concerne l'abstraction spatiale qui pourra être traduite en une nouvelle struc-

ture urbaine. Cette contradiction entre le besoin d'universalité spatiale moderne et la structure foncière de la ville traditionnelle est le moteur de l'idéologie du plan, qui conduit à des couches de plus en plus radicales d'abstraction formelle. Ce scénario et ses contradictions existaient en dehors, aussi bien du processus de modernisation conservatrice qui se développait que de la logique financière des IAP. Cet ensemble, composé de vecteurs à l'évidence très englobants, s'appuie sur un tissu urbain pré-existant, avec un réseau routier défini et pour lequel il n'offre pas une solution moderne. Il s'adapte à lui. Cet écart est, probablement, le fruit de difficultés bureaucratiques de tout ordre. Et la contradiction entre le dessin et la réalité sociale qui doit être mise en exergue comme explicatif du phénomène.

DISCUSSION

Les hypothèses présentées, qui donnent un autre sens à la production habitationnelle des IAP, et qui problématisent tout type de récupération politique ou esthétique actuelles, ont pu être discutées dans le cas du projet pour l'Ensemble Habitationnel de Várzea do Carmo. Ce projet, cependant, est, pour les plus fidèles, dans une perspective scientifique, en relation avec la tradition moderne des CIAM. Les hypothèses abordées veulent avoir une large validité dans d'autres cas importants de production.

Les observations ébauchées veulent présenter les contradictions structurantes de la transposition de concepts modernes pour la production d'habitation sociale au Brésil et non seulement identifier ses difficultés politiques, sociales ou de gestion. Mais le fait que, malgré ces contradictions, la modernité architecturale s'est consolidée au Brésil à cette époque doit indiquer que le fondamental n'est pas d'indiquer des rapprochements mais des différences entre les modèles. Et, surtout, quel est le sens de cette modernisation urbaine et spatiale que l'Architecture Moderne Brésilienne réalisait et qui a aidé à pérenniser, non la dimension universalisante de l'idéologie moderne, mais plutôt sa réalité sociale de massification, homogénéité et ségrégation. Il est toujours bon de rappeler la « dialectique d'avant-garde », c'est-à-dire, ses prétentions sociales imprégnées de réalité productive qui s'est imposée durement dans la modernisation sociale qui a traversé le ^{xx}e siècle.

Quelque chose nous dit que les modèles urbains et architecturaux dans le cadre d'une conception d'habitation collective au Brésil se sont montrés erronés. Dans ce sens, il s'agit de réévaluer l'expérience et de chercher de nouveaux paradigmes spatiaux, cette fois-ci, définitivement urbains, pour la production de l'espace habitationnel du pays.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio ao desenvolvimento desta pesquisa.

REMERCIEMENTS

Nous remercions la Fondation de Soutien à la Recherche de l'État de São Paulo (FAPESP) et le Conseil National de Développement Scientifique et Technologique (CNPq), pour le soutien au développement de cette recherche.

BIBLIOGRAFIA / BIBLIOGRAPHIE

- BONDUKI, N.; KOURY, A.P. *Os pioneiros da habitação social*, v. 1. São Paulo: UNESP, 2014.
- FARAH, M.F. *Estado, previdência social e habitação*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1983.
- FAUSTO, B. Estado, trabalhadores e burguesia (1920-1945). *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, v. 1, n. 20, p. 6-37, março 1988.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- OLIVEIRA, F. de. O estado e o urbano no Brasil. *Espaço & Debates*, v.6, n. 36, p. 36-54, junho-setembro 1982.
- PITOMBO, Fernanda Ormelezi. Conjunto Residencial Várzea do Carmo, de Attilio Corrêa Lima, 1938-1943. *Cadernos de Habitação Coletiva – CHC 001*. Direção de Leandro Medrano e Luiz Recamán. Pesquisa de Cássia B. Nagle e Katrin Rappl. São Paulo: FAUUSP, 2016. URL: <https://chc.fau.usp.br/>.
- TAFURI, M. *Architecture and Utopia: Design and Capitalist Development*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1979.

Leandro Medrano é Professor Livre-docente do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP. Formado pela FAUUSP onde também obteve o título de doutor, fez mestrado na Universitat Politecnica de Catalunya, pós doutorado na Universidad Politecnica de Madrid e livre-docência na Unicamp. É representante da FAUUSP no Conselho do Museu de Ciências da USP, Presidente da Comissão de Pesquisa (CPQ) da FAUUSP e Editor-Chefe da Revista *Pós* da FAUUSP. Publicou diversos artigos em periódicos especializados nacionais e internacionais, e é autor dos livros *Habitação e cidade contemporânea: São Paulo e Madri* (2012), *Vilanova Artigas: Habitação e cidade na modernização brasileira* (2013) e *As virtualidades do morar: Artigas e a metrópole* (2015).

Luiz Recamán é professor Livre-docente do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP no curso de Graduação e Pós-graduação. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1983), graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1987), mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1995) e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2002). É co-autor do livro *Brazil's Modern Architecture* (Phaidon, 2004), *As virtualidades do morar. Artigas e a metrópole* (FAUUSP, 2015), *Vilanova Artigas: Habitação e cidade na modernização Brasileira* (UNICAMP, 2013) e *Habitação e cidade contemporânea: São Paulo e Madri* (FAUUSP, 2012).

Leandro Medrano est professeur du Département d'Histoire de l'Architecture et Esthétique du Projet de la FAUUSP. Diplômé de la FAUUSP où il a obtenu le titre de docteur; il a obtenu le master à l'Universitat Politecnica de Catalunya, Habilitations à Diriger des recherches à l' Universidad Politecnica de Madrid et professeur à Unicamp. Il est représentant de la FAUUSP au Conseil du Musée des Sciences de l'USP, Président de la Commission de Recherche (CPQ) de la FAUUSP et Editeur-Chef de la Revue *Pós* de la FAUUSP. Il a publié plusieurs articles dans des revues scientifiques nationales et internationales; il est l'auteur des livres *Habitação e cidade contemporânea: São Paulo e Madri* (2012), *Vilanova Artigas: Habitação e cidade na modernização brasileira* (2013) e *As virtualidades do morar: Artigas e a metrópole* (2015).

Luiz Recamán est professeur du Département d'Histoire de l'Architecture et Esthétique du Projet de la FAUUSP en LMD. Possède une Licence en Architecture et Urbanisme de l'Université de São Paulo (1983), Licence en Sciences Sociales de l'Université de São Paulo (1987), Master en Philosophie de l'Université de São Paulo (1995), doctorat en Philosophie de l'Université de São Paulo (2002). Il est co-auteur du livre *Brazil's Modern Architecture* (Phaidon, 2004), *As virtualidades do morar. Artigas e a metrópole* (FAUUSP, 2015), *Vilanova Artigas: Habitação e cidade na modernização brasileira* (UNICAMP, 2013) e *Habitação e cidade contemporânea: São Paulo e Madri* (FAUUSP 2012).

LE CORBUSIER EN AMÉRIQUE, LES PROJETS À L'ÉCHELLE DU TERRITOIRE

Dominique Putz

Le sujet de cet article est extrait de mon livre, que je publie actuellement et qui s'intitule « *les figures architectoniques, la construction logique de la forme architecturale* ». C'est un extrait du chapitre VII consacré aux figures du territoire, du paysage comme figure.

Dans les utopies urbaines du 20^{ème} siècle, il existe une série de propositions qui ont été très peu explorées, sinon à l'état embryonnaire : une autre manière de faire rentrer le paysage dans la ville, ou plutôt de concevoir la ville à son échelle. On connaît l'influence de Le Corbusier sur l'urbanisme de l'après guerre dont les principes ont été énoncés dans la Charte d'Athènes et illustrés dans le projet de la « Cité radieuse », programme théorique plutôt que projet figé d'ailleurs, dont les principes ont servis de base à de nombreuses réalisations que l'on a pu qualifier comme relevant du « style international ».

Mais il existe un autre aspect de l'œuvre de Le Corbusier, beaucoup plus ignoré car formulé dans la même période des années vingt et assimilé à tort à une application de la cité radieuse. Ce sont les propositions pour Montevideo et Buenos Aires mais surtout Sao Paulo puis Rio, qui donnera naissance au plan Obus pour Alger. Le théoricien italien de l'architecture Manfredo Tafuri considère ces propositions comme l'hypothèse théorique la plus achevée de l'urbanisme moderne, hypothèse qui n'a pas encore été dépassée, ni sur le plan idéologique, ni sur le plan formel.

Pendant l'été 1929, Le Corbusier est invité pour une série de conférences en Argentine par la revue *SUR* et par l'association Amigos del Arte, puis au Brésil par un industriel. Il poursuit son voyage à São Paulo et Rio de Janeiro, au cours duquel il découvre ces terres inconnues vues d'avion. Au mois de décembre, sur le chemin du retour, à bord du paquebot *Lutetia*, il rédige un manuscrit qui mêle une réécriture de ses conférences et le récit de ses impressions et souvenirs de voyage. Ce texte sera publié en 1930 dans la collection de l'Es-

prit Nouveau, sous le titre « Précisions sur un état présent de l'architecture et de l'urbanisme » avec un « prologue américain », un « corollaire brésilien » suivi d'une « température parisienne » et d'une « atmosphère moscovite ».

Lors de ses conférences, dans les villes qu'il visite, Le Corbusier, ne peut s'empêcher d'en critiquer l'urbanisme et d'en refaire le plan ; plans qu'il présente comme l'application de ses principes d'urbanisme. La Cité d'affaires joue un rôle structurant, comme réminiscence du « Plan Voisin », à Buenos Aires, les « gratte-ciel » deviennent des « gratte-mer » ; à São Paulo des « gratte-terre » ...

À São Paulo, Le Corbusier fait des propositions pour l'urbanisation de la ville qui diffèrent de ses autres projets en Amérique du Sud. Il s'agit d'une confrontation radicale avec le paysage. Sur deux axes se croisant à angle droit, comme le *cardo* et *decumanus* des villes romaines, il imagine deux gigantesques viaducs habités, sur montés par des voies de circulation automobile qu'il appelle « autostrades » :

Si l'on faisait ceci : poser de colline à colline, de sommet à sommet, une règle horizontale de quarante-cinq kilomètres puis une seconde même règle, à angle droit, pour desservir les autres points cardinaux. Ces règles droites sont les autostrades de grande pénétration en ville, en réalité de grande traversée. Vous ne survolerez pas la ville avec vos autos, mais vous la « sur-roulerez ». Ces autostrades que je vous propose sont de gigantesques viaducs. Ne faites pas des arches onéreuses pour porter vos viaducs, mais portez les viaducs sur des structures de béton armé qui constitueront des bureaux au centre de la ville et des logements en périphérie.

Cette nouvelle idée de ville se superpose au territoire existant en l'effleurant à peine, sans *tabula rasa* ni beaucoup de démolition. Comme il s'adresse au paysage, il reprend la figure du viaduc. Cette figure devient ainsi récurrente, quand l'architecture dépasse une certaine échelle et se confronte au territoire. L'image figurée est double : d'un côté un élément d'infrastructure devenu familier, successeur de l'aqueduc romain, et de l'autre la ligne horizontale qui appose au paysage un contact limité vers le sol tout en s'affranchissant du relief.

De là il continue sa description de la nouvelle ville qu'il imagine, superposée à l'ancienne :

Comme des traits, les autos traverseront l'agglomération trop étendue. Du niveau supérieur des autostrades, elles descendront dans les rues. Les fonds des vallées ne seront pas bâtis, mais libres pour le sport et le parking des autos de petite circulation. Vous y planterez des palmiers à l'abri des vents. D'ailleurs, vous avez déjà créé un début de parc à arbres et à autos au centre de la ville. Pour vaincre les sinuosités du plateau mamelonné de Saint- Paul, on peut construire des autostrades de niveau, portées sur des gratte-terre.

Cette idée de villes utopiques conçues comme mégastructures avait déjà eu un précédent chez les avant-gardes, en particulier le constructivisme russe.

Ainsi Lazar Kridekel (1870-1936), élève de Malévitch. Kridekel commence à explorer, à l'instar de son mentor, des compositions plastiques, assemblages de volumes planaires décrivant des séries de figures (lignes, croix, angles, intersections, superpositions). Ces œuvres appartiennent aux travaux du mouvement suprématisme et rentrent dans la série des compositions architectoniques que Malévitch appelle *planits* et *architectones*. Puis ces compositions augmentent peu à peu d'échelle, jusqu'à vouloir s'étendre à l'infini. Elles évoquent des villes-flottantes, sur pilotis, décollées du sol, qui représentent des ponts enchevêtrés, des nappes de logements condensées le long de rues suspendues. Ces villes dans l'espace sont données à voir comme paysages artificiels, contrepoints autonomes superposés à la nature. Elles déclinent les notions de trames, matrices et textures.

Ensuite, Le Corbusier se rends à Rio en avion. Du haut des airs, il s'enthousiasme pour le paysage sauvage qu'il voyait, en particulier les méandres des fleuves : « à dessiner du haut des airs les linéaments du méandre. je me suis expliqué les difficultés que rencontrent les choses humaines ; les impasses où elles butent et les solutions d'apparence miraculeuse qui dénouent subitement les situations inextricables. » Il était apparemment très fier de cette métaphore, jusqu'à l'étendre aux comparaisons autoroutières.

A Rio, il dessine une cité linéaire sinuant le large de la baie de la ville. Il exploite les données du site, la morphologie du terrain très escarpé et la courbe de la baie. La ville est éclatée par le relief en différentes parties qu'il essaye de relier. Il propose une structure à échelle gigantesque formée de bâtiments très longs, d'un seul bloc, perpendiculaires à l'horizontale de la ville, formant une sorte de promontoire, surplombé par des viaducs servant pour la circulation. Les bâtiments sont construits sur pilotis, libérant ainsi le sol pour la circulation et l'aménagement de parcs.

Il dit aux édiles de Rio : « Vous établissez des autostrades qui, pour l'instant, restent collées au sol, elles subissent sa contrainte. »

Il expose alors son projet : « D'avion, j'ai dessiné pour Rio-de-Janeiro, une immense autostrade reliant à mi-hauteur les doigts des promontoires ouverts sur la mer, de façon à raccorder vite la ville, par l'autostrade, aux hinterlands élevés des plateaux salubres. (...) »

Il introduit ici la métaphore de l'aqueduc : « L'aspect magnifique que prendrait tout le site ! Quel plus grand aqueduc de Ségovie, quels gigantesques Ponts du Gard ! Le lyrisme y trouverait son compte. Y a-t-il rien de plus élégant que la ligne pure d'un viaduc dans un site mouvementé et de plus varié que ses substructures s'enfonçant dans les vallonnements à la rencontre du sol ? »

Peut-être prenait-il comme référence l'aqueduc de Carioca, qui a été

construit à Rio en 1750 ; qui est un pont en arc, pont-tramway/pont-métro et pont-aqueduc.

Il continu ainsi sa description géographique :

Elle se déroule ensuite, en une courbe ample, majestueuse, élégante, au-dessus de la baie Vermelha, de la baie de Botafogo ; elle touche à la colline où s'arrête la plage de Gloria, domine dans le fond ce site enchanteur, touche au promontoire de Santa Theresa et, là, au coeur de la Ville active, elle s'ouvre, inclinant une branche vers le golfe et le port marchand et elle aboutit sur le toit des gratte-ciel de la ville d'affaires. L'autre branche s'en va, par-dessus cette étendue de ville qui s'enfonce dans l'estuaire des terres et elle pourrait poursuivre loin sa course en direction de la route montant vers São Paolo. Si on le jugeait utile, rien l'y empêcherait que, du toit des gratte-ciel de la cité d'affaires, l'autostrade ne continuât au-dessus du golfe, en une passerelle large mais légère, et elle aboutirait dans les collines de Nitcheroy, face à Rio. Car rien n'est plus facile que d'élever, sans beaucoup de gêne, des piles de ciment armé montant bien au-dessus des toits des quartiers existants. Seulement alors, lorsqu'on aura échappé aux toits, les piles commenceront à être réunies par les massifs de construction en forme d'immenses arches plates de ponts. Ainsi, par exemple, à partir de trente mètres seulement commencent les cubes des logis, de trente mètres à cent mètres, soit dix étages doubles « d'immeubles-Villas ».

Voici donc la description que fait Le Corbusier pour son projet pour Rio. Il va récidiver quelques années plus tard avec le plan Obus pour Alger. Sa démarche est exactement la même. Pour relier la ville haute à la zone portuaire, les immeuble de bureau montent jusqu'à la hauteur du plateau et un viaduc vient les relier. Pour échapper à la coupure que ces infrastructures sont susceptibles de représenter, il surplombe les équipements existants en construisant un viaduc et il dédouble la desserte avec une autostrade basse le long du front de mer et une autre à 100 mètres en retrait, et qu'il perche comme une barre continue de 13 km de long sur un viaduc dont les arcades seront susceptibles d'accueillir progressivement des cellules d'habitation.

Ce principe préserve le bâti ancien tout en dégagant des grands axes de circulation et de développement de nouvelles zones constructibles.

La plus grande invention de ce type de proposition est celle qui consiste à s'élever du sol en évitant le contact ou les solutions de continuité avec les tissus urbains existants, tout en ne considérant du site que ses grandes lignes paysagères.

Manfredo Tafuri en souligne le côté novateur, tant sur le plan formel tant qu'idéologique :

A l'inverse de ce que Bruno Taut, Ernst May ou Walter Gropius réalisent, il brise la séquence continue architecture/quartier/ville : la structure urbaine en tant que telle, comme unité physique et fonctionnelle, est l'expression d'une nouvelle échelle de valeurs, et c'est

dans la dimension même du paysage qu'il faut chercher la signification de ce qu'elle communique. [...] A cette échelle d'intervention, les structures technologiques et les réseaux de communication doivent être en mesure de constituer une « image » unitaire où l'anti-naturalisme des terrains artificiels, disposés à des hauteurs différentes, et le caractère exceptionnel du réseau de communication, constitué par l'autoroute qui parcourt le dernier niveau de l'immeuble courbe destiné aux logements sociaux, peuvent se charger d'une signification symbolique.

Il fallut attendre l'après guerre, la fin des années 50 pour voir les premières et rares applications concrètes de ces idées.

Au Brésil, la filiation des idées de Le Corbusier s'incarne dans les deux opérations de logements de Alfonso Eduardo Reidy à Rio de Janeiro. Ce sont des logements collectifs pour les familles des fonctionnaires de l'état fédéral de Rio de Janeiro, avec une école et un centre de sport. Le premier quartier s'appelle Conjunto Habitacional Pedregulho, ou encore Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes. Il a beaucoup de ressemblance avec un autre projet de Reidy de la même époque sur le même thème, le Conjunto Habitacional da Gavea.

A Pedregulho, la barre principale courbe regroupe 328 unités de logement, et des commerces. Elle est faite de bandes horizontales parmi lesquelles les coursives se distinguent par des moucharabiés en brique, qui forment une texture homogène.

Ce qu'il y a de plus intéressant dans ce projet c'est la coupe. On a disposé un volume long et sinueux sur pilotis pour s'implanter dans la pente, et qui possède un étage collectif en son milieu. C'est là qu'on trouve les commerces et les services. Sur une grande partie de la longueur, tout l'étage est évidé, sans parois : un vide traversant avec juste des poteaux.

Vu que les logements sont traversants sur coursive et qu'il n'y a que deux petites fenêtres d'aération de ce côté-là, pour créer une ventilation, beaucoup d'habitants laissent leur porte ouverte, et se rencontrent sur la coursive. Plus l'étage collectif est évidé, plus l'ambiance de vie commune semble s'organiser. Les espaces communs, l'espace public extérieur ou encore les terrasses accessibles à tous, sont aujourd'hui toujours utilisés comme ils ont été projetés. Accorder une part aussi importante aux espaces communs était un parti pris qui a bien fonctionné, ce qui fait de cette dimension sociale du projet sa principale qualité.

Reidy a réalisé un autre ensemble d'habitation dans le quartier de Gavea, à Rio de Janeiro, le *Conjunto Residencial Marques de São Vincente* (1952), qui utilise la même logique formelle. La plus grande différence entre les deux ensembles réside dans la manière dont chacun s'installe sur le site et s'ouvre sur le paysage alentour. À Gavea, l'immeuble fait abstraction du relief et enjambe les routes et dessine une horizontale dans le vallonnement des collines, alors qu'à Pedregulho, l'immeuble épouse le relief en suivant une courbe de niveau.



Affonso Reidy, Quartier Pedregulho, Rio de Janeiro. / *Affonso Reidy, Conjunto Habitacional Pedregulho, Rio de Janeiro.*



Vittorio Gregotti, projet pour l'université de Calabre, Italie. / *Vittorio Gregotti, projeto da Universidade da Calábria, Itália.*



Carlo Daneri, quartier Forte Quezzi à Gênes. / *Carlo Daneri, conjunto Forte Quezzi em Gênova.*

Il est certain que la forme du projet urbain pour Rio de Le Corbusier de 1929, est une inspiration probable pour le schéma de ces immeubles là. On raconte que Le Corbusier est repassé à Rio en 1962 et a complimenté Reidy pour son projet. Vue la longueur des chantiers, qui ont débutés en 1950, Reidy n'a pu voir son oeuvre totalement achevée.

En Europe, la figure majeure de ces réalisations, l'image du logement comme méga-structure que Le Corbusier avait en vain tenter de promouvoir se trouve dans le quartier Forte Quezzi à Gênes. Cette réalisation a une grande importance du point de vue du paysage. Conçu en 1956 par l'architecte Carlo Daneri, à la tête d'une équipe de 35 concepteurs, ce complexe n'a été achevé qu'en 1972, pour abriter une population de 4500 personnes. *Il Biscione* (Le serpent), ainsi que l'appellent les Génois, enserre la ville sur ses collines au nord, comme une sorte de ceinture qui matérialise les courbes de niveau du relief. L'ensemble, long de 1700m, crée une unité visuelle qui n'est pas sans rappeler un barrage voir une muraille, d'autant qu'il est construit en contrebas d'un des nombreux forts Génois, planté au sommet de la colline.

Les immeubles ont presque 500 mètres de long sur 8 niveaux; séparés en leur milieu par une ligne horizontale qui court le long de tous les volumes, matérialisée par un étage vide destiné à accueillir des équipements publics, qui malheureusement n'ont jamais été réalisés.

Le caractère massif de l'objet cache une finesse d'implantation. Carlo Daneri, soucieux d'offrir des vues et des orientations les meilleures possibles pour chaque appartement, a pris le parti de s'implanter sur une surface réduite et longiligne, privilégiant de fait une typologie de barre ouverte sur le sud.

Daneri n'a pas fait ce choix typologique par hasard, il est un adepte inconditionnel des explorations formelles de Le Corbusier, et adapte donc le

concept de l'unité d'habitation. Il n'a d'ailleurs jamais cherché à cacher ses influences, la ressemblance formelle d'*Il Biscione* avec le plan OBUS pour Alger ne trompe personne. L'implantation à flanc de montagne qui épouse le relief et les courbes de niveaux relève d'une forme de mimétisme par rapport à la topographie, mais l'asymétrie du projet révèle l'irrégularité du terrain comme ses ondulations.

La ville comme élaboration d'une trame structurelle fabriquant un paysage par recouvrement trouve son aboutissement dans les travaux prospectifs de l'architecte japonais Kenzo Tange (1900-1985). Ainsi, son projet pour la baie de Tokyo appartient à la série des villes flottantes, à croissance cellulaire et organique, proposées au Japon par le courant dit métaboliste. Il est fondé sur un réseau de circulations où les flux des véhicules sont calibrés par des infrastructures dédiées. L'ensemble forme une structure linéaire sur pilotis qui fait fit de la géographie et des préexistences. Les éléments existant du territoire ne sont plus un frein ou un problème. Le tracé prends naissance sur l'emprise actuelle de la ville et s'y superpose jusqu'à s'étendre sur la baie, telle une cité lacustre de la taille d'une mégapole. Le paysage ainsi produit fonctionne sur l'analogie des flux (les réseaux, les circuits, les connections).

Ces visions utopiques se sont arrêtées au milieu des années soixante-dix, avec la fin de la croyance au progrès sans fin et de la capacité à projeter de vastes infrastructures de plus en plus gigantesques pour promouvoir la ville du futur.

Quelques réalisations continuent néanmoins à s'inspirer de ces exemples, mais sur des échelles beaucoup plus modestes. À la fin des années soixante-dix, des projets continuent cette tendance sur des programmes d'équipements. L'intention première est clairement liée au souci du paysage avant d'être une réponse technico-fonctionnelle de circulation.

Comme conclusion, bien qu'oubliées depuis une trentaine d'années, ces utopies à l'échelle territoriales, où l'architecture se décline comme infrastructure tout autant que paysage habité, refond surface à certains endroits de la planète: complexes hôteliers, touristiques, aménagements paysagés intégrés dans le relief, etc. Mais aujourd'hui, la foi au progrès illimité qui voulait faire de la ville une infrastructure de réseaux, machine à habiter tout autant qu'à circuler semble s'être arrêtée définitivement, ne laissant ici et là que des fragments inachevés et inaboutie d'une pensée architectonique qui ne demande pourtant qu'à renaître sous une autre forme, tant la maîtrise du paysage et du territoire paraît être un enjeu de civilisation.

* * *

LE CORBUSIER NA AMÉRICA, PROJETOS EM ESCALA TERRITORIAL

O assunto deste artigo é extraído do livro que estou atualmente a publicar intitulado *Les figures architectoniques, la construction logique de la forme architecturale*. Trata-se de um excerto do capítulo VII consagrado às figuras do território, da paisagem como figura.

Nas utopias urbanas do séc. xx, existe uma série de propostas que foram muito pouco exploradas ou estão ainda num estado embrionário: uma outra forma de integrar a paisagem na cidade, ou melhor, de conceber a cidade à sua escala. Conhece-se a influência de Le Corbusier no urbanismo do pós-guerra cujos princípios foram enunciados na Carta de Atenas e ilustrados no projeto da “Cidade radiosa”, aliás mais um programa teórico do que um projeto fixo, cujos princípios serviram de base a várias realizações que se podem classificar como pertencentes ao “estilo internacional”.

Mas existe um outro aspeto da obra de Le Corbusier, mais desconhecido uma vez que foi formulado no mesmo período dos anos 20 e assimilado, erradamente, a uma aplicação da “Cidade radiosa”. Trata-se das propostas para Montevideo e Buenos Aires mas sobretudo para São Paulo e em seguida para o Rio de Janeiro, que dará origem ao plano “Obus pour Alger”. O teórico italiano da arquitetura, Manfredo Tafuri, considera estas propostas como a hipótese teórica mais bem sucedida do urbanismo moderno, hipótese que não foi ainda ultrapassada, nem no plano ideológico, nem no plano formal.

Durante o verão de 1929, Le Corbusier é convidado para dar uma série de conferências na Argentina, pela revista *SUR* e pela associação Amigos del Arte, e em seguida no Brasil por um industrial. Ele segue sua viagem até São Paulo e Rio de Janeiro, durante a qual descobre estas terras desconhecidas vistas do avião. No mês de dezembro, na viagem de regresso, a bordo do paquete *Lutetia*, ele escreve um manuscrito no qual mistura uma reescritura das suas conferências e o relato das suas impressões e memórias de viagem. Este texto será publicado em 1930 na coleção *Esprit Nouveau*, com o título *Précisions sur un état présent de l'architecture et de l'urbanisme*, com um “prólogo americano”, um “corolário brasileiro” seguido de uma “temperatura parisiense” e de uma “atmosfera moscovita”.

Durante as suas conferências nas cidades que visita, Le Corbusier, não consegue deixar de criticar o urbanismo e de refazer o plano; planos que apresenta como a aplicação dos seus princípios de urbanismo. A Cidade dos negócios (*Cité d'affaires*) desempenha um papel estruturante, como reminiscência do “Plan Voisin”, em Buenos Aires, os arranha-céus tornam-se “arranha-mares” e em São Paulo “arranha-terras”.

Em São Paulo, Le Corbusier apresenta propostas para a urbanização da cidade que diferem dos seus outros projetos na América do Sul. Trata-se de

uma confrontação radical com a paisagem. Em dois eixos se cruzando num ângulo reto, como o *cardo* e o *decumanus* das cidades romanas, ele imagina dois viadutos gigantescos habitados, ultrapassados pelas vias de circulação automóvel que ele chama de “autoestradas”:

Se fizéssemos isto: colocar de colina em colina, de cume em cume, uma régua horizontal de quarenta e cinco quilómetros depois uma segunda régua igual, num ângulo reto para servir os outros pontos cardeais. Estas régua são as autoestradas de grande penetração na cidade, que na realidade são de grande travessia. Vocês não sobrevoarão a cidade com os vossos carros, mas a “sobre-conduzirão”. Estas autoestradas que eu vos proponho são viadutos gigantescos. Não façam arcadas dispendiosas para suportar os viadutos, mas coloquem-nos sobre estruturas de concreto armado que serão escritórios no centro da cidade e habitações na periferia.

Esta nova ideia de cidade sobrepõe-se ao território existente abordando-o ligeiramente, sem fazer tábua rasa nem muitas demolições. Como se dirige à paisagem, ele retoma a figura do viaduto. Esta figura torna-se recorrente, quando a arquitetura supera uma certa escala e se confronta com o território. A imagem figurada é dupla: de um lado um elemento de infraestrutura que se tornou familiar, sucessor do aqueduto romano, e do outro a linha horizontal que apõe à paisagem um contacto limitado em relação ao solo evitando o terreno.

Em seguida, ele continua a sua descrição da nova cidade que ele imagina, sobreposta à antiga:

Como traços, os automóveis atravessarão a aglomeração demasiado extensa. Do nível superior das autoestradas, elas descerão nas ruas. Os vales não serão construídos, mas desimpedidos para o desporto e o estacionamento dos automóveis de pequena circulação. Plantar-se-ão palmeiras ao abrigo do vento. Além disso, vocês já criaram um início de parque arborizado com acesso às viaturas no centro da cidade. Para vencer as sinuosidades do planalto montanhoso de São Paulo, pode-se construir autoestradas de nível, sustentadas por “arranha-terras”.

Esta ideia de cidades utópicas concebidas como megaestruturas já tinha tido um precedente com as vanguardas, particularmente com o construtivismo russo.

Desta forma, Lazar Kridekel (1870-1936), aluno de Malévitch Kridekel começa a explorar, tal como o seu mentor, composições plásticas, montagens de volumes planos descrevendo séries de figuras (linhas, cruzeiros, ângulos, interseções, sobreposições). Estas obras pertencem aos trabalhos do movimento supremacista e entram na série das composições arquitetónicas que Malévitch chama de *planits* e *architectones*. Em seguida, estas composições

aumentam de escala pouco a pouco, até se quererem estender ao infinito. Elas evocam ilhas flutuantes, sobre postes, descoladas do solo, que representam pontos emaranhados, mantas de habitações condensadas ao longo de ruas suspensas. Estas cidades no espaço são dadas a ver como paisagens artificiais, contrapontos autônomos sobrepostos à natureza. Elas declinam as noções de trama, matrizes e texturas.

Em seguida, Le Corbusier vai ao Rio de Janeiro de avião. Do alto, entusiasma-se com a paisagem selvagem que vê, particularmente os meandros dos rios: “a desenhar do alto as linhas do meandro, expliquei a mim mesmo as dificuldades que encontram as coisas humanas, os impasses onde terminam e as soluções de aparência miraculosa que têm subitamente as situações inextrincáveis”. Aparentemente, ele estava bastante orgulhoso desta metáfora, ao ponto de a alargar às comparações rodoviárias.

No Rio de Janeiro, ele desenha uma cidade linear contornando o largo da baía da cidade. Explora os dados do local, a morfologia do terreno bastante íngreme e a curva da baía. A cidade é de tal forma acidentada pelo relevo que ele tenta ligá-la entre si. Propõe uma estrutura à escala gigantesca formada por longos edifícios, de apenas um bloco, perpendiculares horizontalmente em relação à cidade, formando uma espécie de promontório, dominados pelos viadutos que servem à circulação. Os edifícios são construídos sobre postes, liberando assim o solo para a circulação e a construção de parques.

Diz aos autarcas do Rio de Janeiro: “Vocês fazem autoestradas que, para já, ficam coladas ao chão, restringidas a essa situação.”

Expõe então o seu projeto: “Do avião, desenhei para o Rio de Janeiro, uma imensa autoestrada que liga a uma altura média das pontas dos promontórios abertos sobre o mar, de forma a ligar rapidamente a cidade por autoestrada as hinterlands elevadas em planaltos salubres.”

Ele introduz aqui a metáfora do aqueduto: “Que aspeto magnífico teria logo! Qual aqueduto de Segóvia! Quais pontes do Gard! O lirismo encontraria aí o seu esplendor. O que há de mais elegante que a linha pura de um viaduto num local movimentado e de mais variado que as subestruturas enterradas nos vales indo ao encontro do solo?”

Talvez teria ele tido como referência o aqueduto de Carioca que foi construído no Rio em 1750; que é uma ponte em arco, ponte-bonde/ponte-metro e ponte-aqueduto.

Ele continua desta forma a sua descrição geográfica:

Ela desenrola-se em seguida, numa curva ampla, majestosa, elegante, acima da baía Vermelha, da baía de Botafogo; toca na colina onde termina a praia da Glória, no fundo domina este local encantador, toca no promontório de Santa Teresa e, no centro da cidade ativa, abre-se, inclinando um ramo junto do golfe e do porto comercial e termina sobre

o telhado dos arranha-céus da cidade de negócios. O outro ramo vai-se, por cima dessa extensão da cidade que se afunda no estuário dos terrenos e poderia continuar o seu curso em direção à estrada subindo até São Paulo. Se considerássemos útil, nada impediria que, do telhado dos arranha-céus da cidade de negócios, a autoestrada continuasse por cima do golfe, numa ponte de pedestres larga mas leve, e terminaria nas colinas de Niterói, em frente ao Rio. Isto porque nada é mais fácil de erigir, sem muitos constrangimentos, do que pilhas de cimento armado elevadas bem acima dos telhados dos bairros existentes. Apenas aí, quando tivéssemos escapado aos telhados, as pilhas começariam a ser reunidas pelos maciços de construção em forma de grandes arcadas planas de pontes. Deste modo, por exemplo, a partir de trinta metros apenas começam os cubos-moradia, de trinta a cem metros, ou seja, dez pisos duplos de “imóveis-moradia”.

Eis a descrição que faz Le Corbusier para o seu projeto para o Rio de Janeiro. Ele vai reincidir alguns anos mais tarde com o plano Obus para Argel. A sua abordagem é exatamente a mesma. Para unir a cidade alta à zona portuária, os prédios de escritórios vão até à altura do altiplano e um viaduto vem uni-los. Para fugir da ruptura que estas infraestruturas são susceptíveis de representar, ele coloca em evidência os equipamentos existentes construindo um viaduto e duplica a prestação com uma autoestrada na parte inferior ao longo da frente marítima e uma outra a 100 metros à retaguarda, e pouso como uma barra contínua de 13 quilômetros de comprimento sobre um viaduto cujas arcadas serão suscetíveis de acolher progressivamente unidades de habitação.

Este princípio preserva a antiga construção desobstruindo os grandes eixos de circulação e de desenvolvimento de novas zonas de construção.

A maior invenção deste tipo de proposta é o facto de ela consistir em elevar-se do solo evitando o contacto ou as soluções de continuidade com os tecidos urbanos existentes, considerando apenas as grandes linhas paisagísticas do local.

Manfredo Tafuri sublinha o lado inovador, tanto no plano formal como no plano ideológico:

Ao contrário do que Bruno Taut, Ernst May ou Walter Gropius desenvolvem, ele rompe com a sequência contínua arquitetura/bairro/cidade: a estrutura urbana propriamente dita, como unidade física e funcional, é a expressão de uma nova escala de valores e é na própria dimensão da paisagem que é preciso procurar o significado do que ela comunica. [...] Nesta escala de intervenção, as estruturas tecnológicas e as redes de comunicação devem ser capazes de constituir uma “imagem” unitária onde o anti-naturalismo dos terrenos artificiais, dispostos em altitudes diferentes, e o carácter excecional da rede de comunicações, constituída pela autoestrada que percorre o último nível do imóvel arqueado destinado às habitações sociais, podem estar plenos de uma carga simbólica.

Será necessário esperar o pós-guerra, fim dos anos 50, para ver as primeiras e raras aplicações concretas destas ideias.

No Brasil, a filiação das ideias de Le Corbusier é incarnada nas duas grandes operações habitacionais de Alfonso Eduardo Reidy no Rio de Janeiro. São habitações coletivas para as famílias dos funcionários públicos do então Estado Federal do Rio de Janeiro, com uma escola e um centro esportivo. O primeiro bairro se chama Conjunto Habitacional Pedregulho, ou ainda, Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes o qual tem muitas semelhanças com um outro projeto de Reidy da mesma época sobre o mesmo tema, o Conjunto Habitacional da Gávea.

Em Pedregulho, a barra principal curva reagrupa 328 unidades de habitação e de comércio. É feita de bandas horizontais entre as quais os corredores se distinguem pelo facto de possuírem cobogós (muxarabi) em tijolo, que formam uma textura homogênea.

O que há de mais interessante neste projeto é o corte. Dispôs-se um volume comprido e sinuoso em postes para se implantar na ladeira e que possui um piso coletivo no meio. É aí que encontramos as lojas e os serviços. Numa grande parte do seu comprimento todo o piso está vazio, sem paredes: um vazio que atravessa o piso havendo apenas os postes.

Uma vez que as habitações estão dispostas ao longo dos corredores e que existe apenas duas pequenas janelas de ventilação de um lado, para arejar muitos habitantes deixam a porta aberta e encontram-se no corredor. Quanto mais o piso coletivo está vazio, mais a atmosfera de vida comunitária tende a organizar-se. Os espaços comuns, o espaço público exterior ou ainda terraços acessíveis a todos, são ainda hoje em dia usados da mesma forma como foram projetados. Conceder uma parte tão importante aos espaços comuns era uma tendência que funcionou bem, o que faz desta dimensão social do projeto a sua principal qualidade.

Reidy realizou um outro conjunto habitacional no bairro da Gávea, no Rio de Janeiro, o Conjunto Residencial Marquês de São Vicente (1952), que utiliza a mesma lógica formal. A maior diferença entre os dois conjuntos habitacionais reside na maneira como cada um se estabelece no local e se abre sobre a paisagem circundante. Na Gávea, o imóvel prescinde do relevo, abrange as estradas e desenha uma horizontal no vale das colinas, enquanto que em Pedregulho, o imóvel articula-se com o relevo seguindo uma curva de nível.

É certo que a forma do projeto urbano para o Rio de Janeiro de Le Corbusier de 1929 é uma inspiração provável para o esquema destes imóveis. Conta-se que Le Corbusier voltou a ir ao Rio de Janeiro em 1962 e felicitou Reidy pelo seu projeto. Tendo em conta a morosidade das obras, que começaram em 1950, Reidy não viu a sua obra concluída.

Na Europa, a figura central destas realizações, a imagem da residência como megaestrutura que Le Corbusier tinha em vão tentado promover contra-se no bairro Forte Quezzi, em Génova. Esta execução teve uma grande importância do ponto de vista paisagístico. Concebido em 1956 pelo arquiteto Carlo Daneri, à cabeça de uma equipa de 35 projetistas, este complexo apenas foi concluído em 1972, para abrigar uma população de 4500 pessoas. *Il Biscione* (a serpente) assim lhe chamam os genoveses, envolve a cidade nas suas colinas a norte, como uma espécie de cinta que materializa as curvas ao nível do relevo. O conjunto, com 1700m de comprimento, cria uma unidade visual que lembra uma barragem ou mesmo uma muralha, tanto que está construído num nível inferior de um dos inúmeros fortes genoveses, plantado no topo da colina.

Os edifícios têm quase 500m de comprimento em 8 níveis, separados no meio por uma linha horizontal que atravessa o comprimento de todos os volumes, materializado por um piso vazio destinado a receber equipamentos públicos, que infelizmente nunca foram concretizados.

O caráter maciço do objeto esconde uma delicadeza de implantação. Carlo Daneri, preocupado em oferecer as melhores vistas e orientações possíveis para cada apartamento, tomou a decisão de se implantar numa superfície reduzida e longilínea, privilegiando uma tipologia de barra aberta para o sul.

Daneri não escolheu esta tipologia por acaso, ele é um adepto incondicional das explorações formais de Le Corbusier e assim adapta o conceito de unidade de habitação. Além disso, nunca procurou esconder as suas influências, a semelhança formal do *Il Biscione* com o plano *OBUS* para Argel não engana ninguém. A implantação na encosta da serra que se associa ao relevo e as curvas de nível salientam uma forma de mimetismo em relação à topografia, mas a assimetria do projeto revela a irregularidade do terreno tal como as suas ondulações.

A cidade como elaboração de uma trama estrutural fabricando uma paisagem por sobreposição encontra o seu resultado nos trabalhos de prospecção do arquiteto japonês Kenzo Tange (1900-1985). Desta forma, o seu projeto para a baía de Tóquio pertence à série das cidades flutuantes, ao crescimento celular e orgânico, propostas ao Japão pela corrente dita metabolista. Baseia-se numa rede de circulação onde os fluxos dos veículos são calibrados pelas infraestruturas dedicadas. O conjunto forma uma estrutura linear sobre postes que não têm em conta a geografia e os elementos pré-existentes. Os elementos existentes do território não são mais um travão nem um problema. O traçado nasce no controlo atual da cidade e sobrepõe-se até se estender sobre a baía, tal como uma cidade lacustre do tamanho de uma megalópole. A paisagem produzida desta forma funciona na analogia dos fluxos (de redes, circuitos e conexões).

Estas visões utópicas cessaram em meados dos anos 70, com o fim do crescimento e progresso infindáveis e a capacidade a planejar vastas infraestruturas cada vez mais gigantescas para promover a cidade do futuro.

Apesar disso, algumas construções continuam a inspirar-se destes exemplos, mas em escalas muito mais modestas. No final dos anos 70, alguns projetos continuam esta tendência em relação a programas de equipamentos. A primeira intenção está claramente ligada à questão da paisagem, antes de se tornar numa resposta técnico-funcional de circulação.

Como conclusão, mesmo estando esquecidas há já cerca de trinta anos, estas utopias à escala territorial, onde a arquitetura é declinada como infraestrutura da mesma maneira que a paisagem habitada, ressurgem em alguns lugares do planeta: complexos hoteleiros e turísticos, planeamentos paisagísticos integrados no relevo, etc. Mas hoje em dia, a convicção no progresso ilimitado que queria fazer da cidade uma infraestrutura de redes, máquina a morar como a circular, parece ter terminado definitivamente, não deixando apenas alguns fragmentos inacabados e incompletos de um pensamento arquitetónico que apenas pede para renascer sob uma outra forma, visto que o domínio da paisagem e do território parecem ser um desafio da civilização.

BIBLIOGRAFIA / BIBLIOGRAPHIE

ASSUNTO, Rosario. *Il paesaggio e l'estetica*. Roma: éditions Novocento, 1973.

LE CORBUSIER. *Précisions sur un état présent de l'architecture et de l'urbanisme*. Collection de L'Esprit Nouveau. Paris: Éditions Crès, 1930.

GREGOTTI, Vittorio. *Le territoire de l'architecture*. [1ª ed. 1966]. Paris: Éditions l'Equerre, 1982.

VOTTI, Vittorio. *Projets et architecture*. Paris: Éditions Electa Moniteur, 1982.

TAFURI, Mantredo. *Projet et utopie*. Paris: éditions Dunod, 1979.

Dominique Putz é arquiteto e professor na Escola Nacional Superior de Arquitetura de Grenoble, no grupo *Teorias e Práticas da concepção arquitetônica e urbana*. É membro do Laboratório Arquitetura, Ambiente e Culturas Construtivas (LabEx AE&CC).

Dominique Putz est architecte et enseignant à l'École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble, au groupe *Théories et pratiques de la conception architecturale et urbaine*. Membre du Laboratoire d'Excellence Architecture, Environnement et Cultures Constructives (LabEx AE&CC).

A EXPERIÊNCIA DE RESTAURO DO PEDREGULHO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE UM BEM CULTURAL HABITADO

João Lucas Nogueira Domingos e Pedro Zayas Sambrano

Este artigo aborda a notável trajetória do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, ou Pedregulho, emblemático projeto moderno de habitação social construído no Brasil. Trataremos do projeto, passando pelos processos de execução, ocupação, reconhecimento, degradação e restauro, tentando levantar algumas questões sobre a gestão de um bem cultural habitado. Pretendemos, assim, disseminar essa experiência de restauro, que contribui com o vasto repertório de soluções que o campo da restauração oferece. Ressaltamos a importância dos trabalhos de Flávia Brito do Nascimento e do livro organizado por Alfredo Britto para a produção deste texto.

*

O Pedregulho – nome dado em alusão ao morro onde se situa – foi parte de um plano maior do Departamento de Habitação Popular (DHP) da Prefeitura do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. O órgão, criado em 1946, tinha como atribuição fornecer habitação aos “grupos sociais de salários baixos (...) mediante a construção de grupos residenciais para aluguel módico”,¹ enfrentando a proliferação de ocupações irregulares no Rio de Janeiro e a proletarianização de sua população desde o início do século xx.

Empreendido pela engenheira e urbanista Carmen Portinho, diretora do DHP a partir de 1948, este plano era baseado na construção de 11 unidades de vizinhança autó-

1. RIO DE JANEIRO. Decreto n. 9.124, 4 de abril de 1946.

2. Flávia Brito do Nascimento. Moradias para o Rio: o Departamento de Habitação Popular da Prefeitura (1946-1962). In: Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015, p.39.

3. O Pedregulho assemelha-se à obra de Le Corbusier, especialmente quando comparado aos croquis do arquiteto para a urbanização do Rio de Janeiro, de 1936.

4. Alfredo Britto, *op. cit.*, p. 60.

5. Trecho de entrevista concedida ao Jornal do Brasil, em março de 1961, mencionada em artigo dedicado a Reidy, na revista *Módulo*, n. 87, set. 1985.

nomas, uma em cada distrito da cidade (três foram construídas), num grande projeto estatal. A proposta contrapunha-se aos modelos anteriores, que consistiam no “licenciamento e o fornecimento de projetos de casas unifamiliares a serem construídas nos subúrbios da cidade”.²

A proposta pressupunha que cabia ao Estado suprir as necessidades sociais do trabalhador (saúde, lazer, moradia, educação), e formá-lo enquanto cidadão. Os conceitos arquitetônicos e urbanísticos do programa do DHP são associados aos ideais da arquitetura moderna,³ e exemplificam uma das vias que o movimento buscou para responder ao problema habitacional. A presença do Estado, as características estético-formais, materiais, técnico-construtivas, do programa de necessidades e da implantação urbana dos conjuntos reforçam essa associação. No Pedregulho, isso é exemplificado no desenho de Affonso Eduardo Reidy, arquiteto e parceiro de Portinho, que buscou criar uma “arquitetura adequada às características climáticas locais, compatível com o desenvolvimento tecnológico da indústria da construção, socialmente integradora, plasticamente bela e bem detalhada”.⁴

O projeto, concebido entre 1946 e 1948, previa a construção de uma unidade de vizinhança autônoma composta de quatro blocos habitacionais (A, B1, B2 e C) e um conjunto de equipamentos formando um complexo de infraestrutura cotidiana, com escola, ginásio, piscina, vestiário, creche, lavanderia coletiva, mercado e centro de saúde. Segundo Reidy:

Nesse grupo de instalações que constituirá um prolongamento da habitação realizar-se-ão as atividades coletivas de fora-de-casa. Esse conjunto, compreendendo as habitações e os seus prolongamentos, é a unidade básica de planejamento da cidade.⁵

Portinho e Reidy usaram a estratégia de não iniciar as obras pelo edifício principal (bloco A) para garantir a construção de todos os edifícios previstos. Os dois menores blocos de habitação (B1 e B2), o edifício com mercado e lavanderia, o centro de saúde e o paisagismo de Roberto Burle Marx foram os primeiros construídos, inaugurados em 1950. Em seguida, os edifícios da escola, ginásio, vestiário e pisci-

6. Flávia Brito do Nascimento. *Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*. São Paulo: Edusp, 2016, p. 314.

7. Yvone Jean. Um conjunto residencial modelo. *Correio da Manhã*, 8 abr 1951.

8. Flávia Brito do Nascimento, *op. cit.*, 2015, p. 29.

9. Ver: Maria Beatriz Camargo Cappello. *Arquitetura em revista: arquitetura moderna no Brasil e sua recepção nas revistas francesas, inglesas e italianas (1945-1960)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 282-287.

10. Flávia Brito do Nascimento, *op. cit.*, 2016, p. 311.

11. Criticada a arquitetura brasileira. *Módulo*, Rio de Janeiro, n. 1, mar. 1955, p. 46.

12. Alfredo Britto, *op. cit.*, p. 83.

13. Por exemplo: *Tribuna da Imprensa* anuncia “Conjuntos residenciais, solução ideal para o problema da habitação, no Rio”, (2 jun 1952) e *Correio da Manhã* dedica uma série de reportagens ao Conjunto, nos anos 1950.

na, concluídos em 1951. A construção do bloco A, com sua icônica forma curvilínea, começa em 1951, com inauguração parcial em 1958. Todavia, foi ocupado apenas em 1962, após a extinção do DHP.⁶ O bloco C, com creche e escola maternal no térreo, jamais teve as obras iniciadas. As dificuldades da execução total do Conjunto são provocadas pela mudança de governo nos anos 1960, que resultou na exoneração de Portinho e na redefinição dos princípios do DHP.

A ocupação dos blocos B, nos anos 1950, foi feita a partir de critérios de seleção essenciais ao projeto do DHP, pautados na proximidade aos postos de trabalho (por isso, os conjuntos eram inseridos no tecido urbano, não em suas bordas) e em perfil socioeconômico. O acompanhamento da ocupação também era indispensável, feito por Portinho e pela equipe de assistentes sociais do DHP, que ensinavam a “morar de maneira moderna” a fim de constituir o sujeito previsto pelo modernismo. Um apartamento mobiliado de maneira “moderna e econômica”⁷ foi destinado a esses fins didáticos. Flávia B. do Nascimento pontua:

às assistentes cabia estabelecer o vínculo entre o espaço moderno construído e seus usuários, ensinando a maneira ‘correta’ de interagir com suas casas e o entorno. Transformar os moradores em cidadãos era sua tarefa.⁸

A mudança de gestão do DHP fez com que o bloco A fosse ocupado sem a criteriosa seleção de habitantes defendida pela equipe anterior, e apenas na década de 1960. Apesar das adversidades na construção e na ocupação, o Pedregulho foi objeto de reconhecimento na literatura especializada, nacional e internacionalmente, já na década de 1950,⁹ antes mesmo da conclusão do edifício curvo. Grandes manuais arquitetônicos, importantes na consolidação da historiografia da arquitetura moderna brasileira, celebraram o Pedregulho,¹⁰ assim como vários arquitetos, entre eles: Walter Gropius,¹¹ Siegfried Giedion, Max Bill e Le Corbusier.¹²

Paralelamente, a imprensa local publicava tanto matérias favoráveis ao Pedregulho e à proposta do DHP,¹³ quanto críticas, já nos anos 1950, atacando a alta complexidade do projeto, os altos custos e a demora da execução. Certos grupos da elite carioca viam como equivocada a solução do DHP

para o problema habitacional: fazer construções populares com uma arquitetura original e com alto padrão construtivo era, para eles, injustificável.

As grandes mídias também se manifestaram a respeito da precoce degradação do Pedregulho.¹⁴ A inversão dos princípios do DHP após os anos 1960 modifica a posição do Conjunto na história da produção de habitação social no Brasil. Ele deixa de ser um “exemplo de como toda a cidade deveria ser formada”¹⁵ – expressão de Giedion em 1951 – e transforma-se em seu oposto, o exemplo a ser evitado. Por isso, o governo estadual, responsável pelo Pedregulho a partir de 1960, não prioriza recursos para sua gestão, manutenção e conservação. Além da contínua ausência do poder público, o processo de degradação é impulsionado pelo desmembramento da gestão dos espaços. Singular e complexo, ele denuncia o desinteresse pelo Conjunto: criado sob administração do Distrito Federal, migra para a estrutura do Estado da Guanabara a partir de 1960 (mudança da capital nacional para Brasília); com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, passou a ser gerido pela Fundação Leão XIII, que transferiu o controle dos apartamentos para a Cehab-RJ (Companhia Estadual de Habitação) em 1978, ficando responsável apenas pela lavanderia/mercado e pelo centro de saúde. Escola, ginásio, piscina e vestiários foram cercados num complexo da Secretaria de Educação do município e áreas livres ficaram a cargo de alguns moradores.¹⁶

Os problemas cotidianos que apareceram com uso, solucionados no nível individual, muitas vezes resultaram em transformações agressivas, como a troca das janelas originais da fachada oeste do bloco A, que negligenciou aspectos estético-formais e materiais do projeto, descaracterizando-o. Nos anos 2000, quando a situação do Conjunto volta à pauta nos círculos especializados, verifica-se que cerca de 97% das esquadrias originais haviam sido trocadas por outros modelos.¹⁷

O contraste entre a monumentalidade e a degradação chamou a atenção da mídia e também dos órgãos de patrimônio. A partir dos anos 1970, algumas iniciativas manifestaram preocupação com a integridade e a conservação do Pedregulho. Em 1977, o Inepac (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural) inclui o Pedregulho em

14. Por exemplo: o jornal *O Globo* (4 jan 1966): “Obra prima da arquitetura corre o risco de desabar”.

15. Augusto Ivan de Freitas Pinheiro. *Pedregulho: da concepção à realidade*. In: Alfredo Britto, *op. cit.*, p. 13.

16. Alfredo Britto, *op. cit.*, p. 116.

17. A partir de informações disponibilizadas por Alfredo Britto, *op. cit.*

18. INEPAC, Inventário dos bens imóveis e de interesse histórico e artístico do Estado do Rio de Janeiro. 1977. Apud Flávia Brito do Nascimento, *op. cit.*, 2016, p. 320.

19. IPHAN, Processo n. 1386-T-97, Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, Pedregulho. Os estudos de tombamento ainda estão em elaboração. Apud Flávia Brito do Nascimento. A Restauração do Conjunto Residencial do Pedregulho: trajetória da arquitetura moderna e o desafio contemporâneo. In: *Rev. CPC*, n. 22 especial, São Paulo, abr 2017. p.153.

20. Flávia Brito do Nascimento, *op. cit.*, 2017, p.152.

21. Filmes: *Pedregulho, o sonho possível* de Ivana Mendes (2006) e *Lembranças do futuro* de Ana Maria Magalhães (2005).

22. Portal do Conselho Curador Pró-restauração do Conjunto Residencial Mendes de Moraes (Pedregulho), disponível em <<http://www.cehab.rj.gov.br/pred/>>.

seu inventário de bens culturais. Embora a inscrição não gere proteção legal, demonstra interesse em aspectos histórico-culturais do bem, e propõe tombamento e restauração, mesmo que reconheça as dificuldades de sua gestão.¹⁸ Em 1982, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) pede ao Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e ao DGPC (Departamento Geral de Patrimônio Cultural da Prefeitura do Rio de Janeiro) o tombamento do Pedregulho. Em 1986, é tombado pelo DGPC, mas não pelo Iphan, que retoma o processo apenas em 1997.¹⁹ Ambos são enfáticos quanto à necessidade de recuperação, e o parecer de tombamento (pelo DGPC) do conselheiro Alfredo Britto acrescenta que esta deve ocorrer de forma articulada com os moradores.²⁰

Até os anos 2000, o Pedregulho passara por algumas reformas pontuais e em escala insuficiente, inclusive por conta da gestão fragmentada. Em 2000, durante outra intervenção pouco criteriosa, a obra foi embargada, devido à interposição de Alfredo Britto. Simultaneamente, é reacendido o debate sobre a necessidade de um projeto de restauro bem fundamentado, considerando a importância do Pedregulho enquanto bem cultural e seu avançado grau de degradação.

O Conjunto foi, então, objeto de trabalhos acadêmicos, filmes²¹ e reportagens. Em 2002, formou-se o Conselho Curador Pró-restauração do Conjunto, com objetivo de reunir informações (censitárias, históricas e jurídicas); desenvolver planos e ações para viabilizar, financeira e projetualmente, o restauro e a regularização fundiária do Pedregulho e divulgar sua relevância.²² É importante salientar a composição plural do grupo, que visou combater os problemas da multiplicidade de atores envolvidos e da fragmentação da tutela dos espaços, como na ideia elaborada na década de 1980 por Alfredo Britto. São membros: Cehab-RJ, Iphan, Inepac, DGPC, Fundação Leão XIII, Associação de Moradores do Conjunto Residencial do Pedregulho (AMA Pedregulho), Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro (SPU/RJ) e Alfredo Britto.

Em 2004, levantamentos e projetos foram feitos de maneira coordenada e abrangendo todos os edifícios do conjunto, resultando num Plano Estratégico de restauro. Couberam à primeira fase (2010 a 2011) os reparos mais ur-

23. “Secretaria de Habitação recupera patrimônio cultural da cidade, o Conjunto Prefeito Mendes de Moraes”, da Secretaria de Habitação do Rio de Janeiro (16 dez 2013). Disponível em: <rij.gov.br/web/seh/exibeconteudo?article-id=1895006>.

24. Segundo Kátia Marchetto, em “Habitar o patrimônio moderno” (2017), a terceira e última etapa não tem previsão de implementação por falta de verbas do estado. A fase “prevê a execução do paisagismo projetado por Burle Marx, a adaptação das instalações da antiga lavanderia para abrigar uma creche, a transformação do posto de saúde em uma unidade de ‘saúde para a família’ e a horta comunitária” (p. 87).

25. Ver nota 23.

26. Ver capítulo 3 de Alfredo Britto, *op. cit.*

27. Flávia Brito do Nascimento, *op. cit.*, 2017, p.163.

gentes do bloco A, envolvendo recuperação estrutural dos pilotes e das redes hidráulicas, por exemplo; o orçamento era de R\$ 12 milhões.²³

A segunda fase²⁴ (2013 a 2015), orçada em R\$ 34 milhões,²⁵ previa intervenções mais evidentes no bloco A: a troca das janelas da fachada oeste; a recuperação dos cobogós e pisos dos corredores, dos brises e pisos do pavimento intermediário e dos revestimentos das empenas norte e sul, entre outras intervenções menores, também relevantes.²⁶

O papel dos moradores no processo deve ser evidenciado. A participação se deu nas diretrizes e decisões do restauro e nas atividades da obra, com auxílio de uma assistente social, responsável pela mediação entre os múltiplos atores. Foi possível que habitantes do Conjunto que trabalhassem com construção civil fossem contratados pela obra,²⁷ por exemplo. A restauração dos brises de madeira ocorreu no pavimento intermediário do bloco A, reforçando o contato cotidiano dos habitantes com o restauro. O papel da Associação de Moradores como consultores e sua presença no Conselho Curador reiteram a importância dada à população.

Da interação entre o projeto de restauração e as demandas dos usuários, surgem decisões projetuais interessantes, como é o caso das portas de entrada dos apartamentos e das janelas da fachada oeste. As portas originais eram marroms e dotadas de visor com fechamento manual. Ao longo dos anos, o modelo e as cores foram sendo alterados pelos moradores. No restauro, optou-se por recuperar a cor e a tipologia de todas essas portas. No entanto, o visor similar ao original foi substituído por olho mágico, pois os moradores julgavam-no inseguro. No caso das janelas, os moradores trocaram as esquadrias originais – de madeira pintada de azul – por outras que assegurassem o conforto térmico e que facilitassem estender roupas do lado de fora do edifício, uma vez que a lavanderia coletiva não foi bem assimilada desde o começo. Era premissa do restauro recuperar a fachada principal do bloco A de maneira condizente com a projetada por Reidy. A interação entre essa diretriz e as demandas dos usuários resultou num desenho de janela semelhante ao original, da mesma cor, mas em alumínio e sem ventilação fixa inferior. Também é significativa a introdução de um vo-

lume capaz de camuflar os aparelhos de ar condicionado, que foram tornando-se frequentes nos apartamentos e alterando a leitura da fachada.

Em outros casos, as demandas dos moradores não foram tão determinantes. A substituição dos pisos, por exemplo, pautou-se mais na questão financeira. As peças faltantes ou danificadas foram substituídas por outras semelhantes, mas de linhas de produção diferentes da original, já desativada. Os panos de cobogós, quando danificados, eram completados pelos habitantes, usando peças variadas disponíveis no mercado, não necessariamente condizentes com as do projeto. No restauro, optou-se por concentrar as originais restantes num trecho da fachada, recompondo o que faltava com peças semelhantes, já que a indústria atual ainda as produz.

Neste ponto, algumas questões merecem ser levantadas. Se, nos anos 1940 e 1950, o habitante era objeto passivo da transformação pelo modo de viver moderno e pelos ensinamentos das assistentes sociais, durante o restauro assume um papel ativo, e às assistentes sociais cabe, desta vez, a função de mediação.

O Pedregulho foi tratado como bem cultural, e não como objeto isolado, de forma que as particularidades de um patrimônio habitado deram o tom de muitas das intervenções de restauro, tonificando os desafios intrínsecos do campo disciplinar e compelindo o projeto a buscar soluções intrigantes, além de apresentar grande variedade nas formas de abordar conceitualmente as intervenções. Tais fatos tornam o Conjunto um ambiente de experimentação dentro do espectro da legitimidade do campo do restauro, o que se confirma pelo beneplácito dos órgãos de preservação que acompanharam a obra.²⁸

No caso das janelas, por exemplo, as questões de autenticidade foram flexibilizadas, em termos do material e no conteúdo estético-formal, em razão da adaptação do desenho às necessidades contemporâneas e da mudança de material justificada pela durabilidade e pela manutenção. O caso dos brises, na outra extremidade dos conceitos patrimoniais sobre autenticidade, põe em prática a recuperação das peças originais. Ambas as soluções, distantes conceitualmente porém igualmente legítimas, são fruto do estado em que se encontravam as janelas e os brises e das demandas

28. O Inepac conclui o processo de tombamento do Conjunto, em 2011, durante a execução das obras demonstrando apoio ao restauro.

dos moradores. Isso mostra que ao campo do restauro cabem diversas metodologias, dependendo da especificidade de cada problema.

Do nosso ponto de vista, a restauração, do modo como foi feita até o momento, traz importantes contribuições metodológicas. A criação de um Conselho Curador plural e próximo do projeto, a presença ativa dos moradores, as estratégias de registro e divulgação do processo, o tratamento do Conjunto como bem cultural, assim como a alta qualidade das intervenções realizadas são elementos que reforçam a validade dessa experiência. No entanto, novos desafios se colocam: a questão fundiária (em processo de regularização, mas ainda incerta); a possibilidade latente de iniciar-se um processo de gentrificação no Conjunto, historicamente destinado e ocupado por população de baixa renda; os impasses que as construções improvisadas, como garagens, colocam, gerando atritos e indecisões no projeto; a escolha do programa para os edifícios da lavanderia/mercado e do centro de saúde. A gestão de um bem cuja tutela ainda encontra-se pulverizada também é uma questão diretamente ligada à preservação e à manutenção do Pedregulho.

Nota-se que o restauro tomou uma direção contrária à estratégia de Portinho e Reidy de começar as obras pelos edifícios de serviço. Embora pautada na urgência de recuperar o edifício habitado, a decisão de começar pelo bloco A e de colocar a lavanderia/mercado e o posto de saúde na última fase, pode sabotar a premissa do projeto de restauração de tratar o conjunto como unidade coesa,²⁹ e ter a consequência prevista nos anos 1940: que os trabalhos se encerrem após as obras do edifício mais monumental, como a interrupção atual sugere.

Por fim, vale dizer que este trabalho não se pretende final nem absoluto, e que seu objetivo é evidenciar que o Conjunto pode ser entendido como representativo de muitos processos ao longo de sua história: pela singularidade do projeto (arquitetônico, urbanístico e social), pela velocidade e intensidade tanto do reconhecimento quanto da degradação e por ser uma experiência de restauro rara, senão inédita.

Esperamos que as propostas de restauro empregadas no Pedregulho sirvam como força motriz de análises e críticas que reconheçam que o beneplácito dos órgãos patrimo-

29. O terceiro dos critérios estabelecidos no Plano Estratégico (2004) é: “todos os edifícios do conjunto serão alvo de atenção, não se priorizando um em detrimento de outro, preservando-se deste modo, a intenção original de conjunto”.

niais não significa a consagração absoluta do bem nem do processo de restauro. Do nosso ponto de vista, essa experiência pode ser ponto de partida para discussões capazes de contribuir para o debate do patrimônio habitado.

* * *

L'EXPÉRIENCE DE RESTAURATION DE PEDREGULHO : CONTRIBUTIONS AU DÉBAT SUR UN BIEN CULTUREL HABITÉ

Cet article traite de la trajectoire remarquable de l'Ensemble Résidentiel Mendes de Moraes, ou Pedregulho, projet moderne et emblématique de logement social construit au Brésil. Nous traiterons du projet, en passant par les processus d'exécution, d'occupation, de reconnaissance, de dégradation et de restauration, en essayant de poser quelques questions sur la gestion d'un bien culturel habité. Cet article est destiné à diffuser cette expérience de restauration qui, à notre avis, contribue au vaste répertoire de solutions offertes par le domaine de la restauration. Nous soulignons l'importance des travaux de Flávia Brito do Nascimento et du livre organisé par Alfredo Britto pour la production de ce texte.

*

Le projet du Pedregulho, dont le nom donné fait allusion à la colline où il se trouve, faisait partie d'un plan plus large du *Departamento de Habitação Popular* (DHP) – Service du Logement Populaire – de la Mairie de Rio de Janeiro, alors District Fédéral. Créé en 1946, le Service devait fournir des logements aux « groupes sociaux à faible revenu (...) en construisant des ensembles résidentiels à loyer modéré »,¹ face à la prolifération des occupations irrégulières dans la ville de Rio de Janeiro et à la prolétarisation de sa population depuis le début du 20^e siècle.

Tenu par l'ingénieure et urbaniste Carmen Portinho, directrice du DHP depuis 1948, ce plan proposait la construction de 11 unités de voisinage autonomes, une dans chaque district de la ville (trois ont été construites), dans un grand projet de l'État. Cette proposition s'opposait

1. RIO DE JANEIRO. Décret n. 9124 du 4 avril 1946.

2. Flávia Brito do Nascimento. Moradias para o Rio: o Departamento de Habitação Popular da Prefeitura (1946-1962). In: Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015. p.39.

3. Le Pedregulho ressemble à l'œuvre de Le Corbusier, surtout par rapport aux croquis de l'architecte pour l'urbanisation de Rio de Janeiro, 1936.

4. Alfredo Britto, *op. cit.*, p. 60. Traduction libre.

5. Extrait de l'interview donnée au *Jornal do Brasil* en mars 1961, mentionnée dans un article consacré à Reidy, dans le magazine *Módulo*, n.87, set. 1985. Traduction libre.

aux modèles précédents, qui consistaient à « autoriser et fournir des maisons unifamiliales à construire dans la banlieue de la ville ».²

La proposition supposait qu'il appartenait à l'Etat fédéral de suppléer aux besoins sociaux du travailleur (santé, loisir, logement, éducation) et de le former en tant que citoyen. Les concepts architecturaux et urbains du programme DHP sont associés aux idéaux de l'architecture moderne³ et illustrent l'une des voies prises par le mouvement pour répondre au problème du logement. La présence de l'Etat, les caractéristiques esthétiques-formelles, matérielles, techniques et constructives du programme de besoins et d'implantation urbaine des ensembles renforcent cette association. Au Pedregulho, cela est illustré dans le projet d'Affonso Eduardo Reidy, architecte et compagnon de Portinho, qui a cherché à créer une « architecture adaptée aux conditions climatiques locales, compatibles avec le développement technologique de l'industrie du bâtiment, engagé dans l'intégration sociale, plastiquement belle et bien détaillée ».⁴

Le projet, conçu entre 1946 et 1948, prévoyait la construction d'une unité de voisinage autonome composée de quatre bâtiments d'habitation (A, B1, B2 et C) et d'un ensemble d'équipements formant un complexe d'infrastructures quotidiennes avec école, gymnase, piscine, vestiaire, garderie, laverie collective, marché et centre de santé. Selon Reidy :

Dans ce groupe d'installations qui constituera une extension du logement seront réalisées les activités collectives (...). Cet ensemble, comprenant les habitations et leurs extensions, est l'unité de base de la planification de la ville.⁵

Portinho et Reidy ont utilisé une stratégie qui consistait à ne pas démarrer les travaux par le bâtiment principal (bloc A) afin d'assurer la construction de tous les bâtiments prévus. Les deux plus petits bâtiments de logements (B1 et B2), le bâtiment avec marché et laverie, le centre de santé et l'aménagement paysager de Roberto Burle Marx ont été les premiers construits et inaugurés en 1950 ; et ensuite les bâtiments scolaires, gymnase, vestiaire et la piscine, achevés en 1951. La construction du bâtiment A, avec sa forme curviligne emblématique, a commençait en 1951, avec une inau-

6. Flávia Brito do Nascimento. *Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*. São Paulo: Edusp, 2016, p. 314.

7. Yvone Jean. « Um conjunto residencial modelo », *Correio da Manhã*, 8 abr 1951.

8. Flávia Brito do Nascimento, *op. cit.*, 2015, p. 29. Traduction libre.

9. Voir : Maria Beatriz Camargo Cappello. *Arquitetura em revista: arquitetura moderna no Brasil e sua recepção nas revistas francesas, inglesas e italianas (1945-1960)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 282-287.

10. Flávia Brito do Nascimento, *op. cit.*, 2016, p. 311.

11. Criticada a arquitetura brasileira. *Módulo*, Rio de Janeiro, n. 1, mar 1955, p. 46.

12. Alfredo Britto, *op. cit.*, p.83.

13. Par exemple : *Tribuna da Imprensa* annonce « Conjuntos residenciais, solução ideal para o problema da habitação, no Rio », (2 jun 1952) et *Correio da Manhã* a dédié une série de reportages au Ensemble du Pedregulho dans les années 1950.

guration partielle en 1958. Cependant, il a été occupé seulement en 1962, après l'extinction de DHP.⁶ La construction du bâtiment C, avec crèche et école maternelle au rez-de-chaussée, n'a jamais commencé. Les difficultés de l'exécution complète de l'Ensemble sont causées par le changement de gouvernement dans les années 1960, qui a entraîné l'exonération de Portinho et la redéfinition des principes du DHP.

L'occupation des bâtiments B dans les années 1950 s'est fait sur des critères de sélection essentiels au projet du DHP, basés sur la proximité des lieux de travail (les ensembles ont donc été insérés dans le tissu urbain, pas sur les bords de la ville) et le profil socio-économique. L'accompagnement de l'occupation était également indispensable et il a été fait par Portinho et le personnel des assistants sociaux du DHP, qui enseignaient la population à « vivre de manière moderne » afin de constituer le sujet prédit par le modernisme. Un appartement meublé de façon « moderne et économique »⁷ était destiné à ces finalités didactiques. Flávia B. do Nascimento souligne :

Les assistants sociaux ont dû établir le lien entre l'espace construit moderne et ses utilisateurs, en enseignant la manière 'correcte' d'interagir avec leurs maisons et leurs environs. Transformer les résidents en citoyens était leur travail.⁸

En raison du changement de gestion du DHP, le bâtiment A a été occupé sans considérer les critères de sélection des habitants défendus par l'équipe précédente et seulement dans les années 1960. Malgré les difficultés de la construction, Pedregulho avait de la reconnaissance scientifique, nationalement et internationalement, déjà dans les années 1950,⁹ avant la conclusion du bâtiment incurvé. De grands manuels d'architecture, importants pour la consolidation de l'historiographie de l'architecture moderne brésilienne, ont célébré Pedregulho,¹⁰ ainsi que plusieurs architectes, dont Walter Gropius,¹¹ Siegfried Giedion, Max Bill et Le Corbusier.¹²

Par ailleurs, la presse locale a publié non seulement des reportages favorables à Pedregulho et à la proposition du DHP,¹³ mais aussi des critiques, déjà dans les années 1950, en attaquant la grande complexité du projet, les coûts élevés et le retard de l'exécution. Certains groupes de l'élite carioca considéraient la solution de DHP au problème du logement comme

14. Par exemple : le journal *O Globo* (4 jan 1966) : « Obra prima da arquitetura corre o risco de desabar ».

15. Augusto Ivan de Freitas Pinheiro. *Pedregulho: da concepção à realidade*. In: Alfredo Britto, *op. cit.*, p.13.

16. Alfredo Britto, *op. cit.*, p. 116.

17. D'après des informations fournies par Alfredo Britto, *op. cit.*

trompeuse : selon eux, il était injustifiable de construire des bâtiments populaires avec une architecture originale et de haut niveau technique.

Les grands médias se sont également manifestés à propos de la dégradation précoce de Pedregulho.¹⁴ Le renversement des principes DHP après les années 1960 modifie la position de cet Ensemble dans l'histoire de la production de logements sociaux au Brésil. Il cesse d'être un « exemple de la façon dont la ville entière devrait être formée »¹⁵ – l'expression de Giedion en 1951 – et devient son contraire, l'exemple à éviter. Pour cette raison, le gouvernement de la Province, responsable de Pedregulho depuis 1960, n'offre pas de ressources pour financer sa gestion, son entretien et sa conservation. Au-delà de l'absence continue du gouvernement, le processus de dégradation est conduit par le démembrement de la gestion des espaces ; unique et complexe, il dénonce le manque d'intérêt pour l'Ensemble : créé sous l'administration du District Fédéral, migre à la structure de la Province de Guanabara en 1960 (en raison du changement de la capitale nationale vers Brasília) ; avec la fusion des Provinces de Guanabara et Rio de Janeiro, sa gestion passe à la Fundação Leão XIII, qui a transféré le contrôle des appartements à la Cehab-RJ (*Companhia Estadual de Habitação* – Compagnie de Logement du gouvernement) en 1978, gardant seulement la responsabilité dans le bâtiment de la laverie/marché et le centre de santé. L'école, le gymnase, la piscine et les vestiaires ont été encloués dans un complexe du département de l'éducation de la municipalité et des parties communes étaient à la charge de quelques résidents.¹⁶

Les problèmes quotidiens qui ont été provoqués par l'usage, résolu au niveau individuel, ont souvent entraîné des transformations agressives, comme le remplacement des fenêtres d'origine de la façade ouest du bâtiment A, qui a négligé les aspects formels esthétiques et matériels du projet. Dans les années 2000, lorsque la situation de l'Ensemble revient à l'ordre du jour dans les cercles spécialisés, il a été vérifié qu'environ 97% des cadres originaux ont été modifiés par d'autres modèles.¹⁷

Le contraste entre la monumentalité et la dégradation a attiré l'attention des médias mais également des organes du patrimoine. Depuis les années 1970, certaines initiatives ont

18. INEPAC, Inventário dos bens imóveis e de interesse histórico e artístico do Estado do Rio de Janeiro. 1977. Apud Flávia Brito do Nascimento, *op. cit.*, 2016, p. 320.

19. IPHAN, procédure n. 1386-T-97, Complexe Résidentiel Mendes de Moraes, Pedregulho. Les études de classement sont encore en cours de développement. Apud Flávia Brito do Nascimento. A Restauração do Conjunto Residencial do Pedregulho: trajetória da arquitetura moderna e o desafio contemporâneo. In : *Rev. CPC*, n. 22 spécial, São Paulo, abr 2017. p.153.

20. Flávia Brito do Nascimento, *op. cit.*, 2017, p.152.

21. Films : *Pedregulho, o sonho possível* de Ivana Mendes (2006) et *Lembranças do futuro* de Ana Maria Magalhães (2005).

22. Site du Conselho Curador Pró-restauração do Conjunto Residencial Mendes de Moraes (Pedregulho), disponible en <<http://www.cehab.rj.gov.br/pred/>>.

exprimé leur préoccupation en ce qui concerne l'intégrité et la conservation de Pedregulho. En 1977, l'INEPAC (*Instituto Estadual do Patrimônio Cultural* – Institut régional du patrimoine culturel) intègre Pedregulho dans son inventaire des biens culturels. Bien que l'inscription ne génère pas de protection juridique, elle montre un intérêt pour les aspects historiques et culturels du bien, et propose le classement et des restaurations, même en reconnaissant les difficultés de sa gestion.¹⁸ En 1982, l'IAB (*Instituto de Arquitetos do Brasil* – Institut des Architectes du Brésil) demande au IPHAN (*Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* – Institut du Patrimoine Historique et Artistique National) et la DGPC (*Departamento Geral de Patrimônio Cultural da Prefeitura do Rio de Janeiro* – Service du Patrimoine Culturel de la municipalité du Rio de Janeiro) le classement de Pedregulho. En 1986, il est classé par la DGPC, mais pas par l'Iphan, qui ne reprend la procédure qu'en 1997.¹⁹ Les deux institutions sont catégoriques quant à la nécessité de restauration, et l'avis du conseiller Alfredo Britto sur le classement (par la DGPC) ajoute que cette restauration devrait être articulée avec les résidents.²⁰

Jusqu'aux années 2000, le Pedregulho avait subi des réformes ponctuelles et insuffisantes, notamment à cause de sa gestion fragmentée. En 2000, lors d'une autre intervention pas très judicieuse, les travaux ont été arrêtés, en raison de l'interposition d'Alfredo Britto. Au même moment, réapparaît le débat sur la nécessité d'un projet de restauration bien fondé, compte tenu de l'importance de Pedregulho en tant que bien culturel et à cause de son degré de dégradation avancé.

L'Ensemble a été alors l'objet des travaux académiques, de films²¹ et de reportages. En 2002, le Conseil Curateur Pro-restauração de Pedregulho a été créé, avec l'objectif de recueillir des informations (de recensement, historiques et juridiques) ; élaborer des plans et des actions pour rendre réalisable le projet, la restauration et la régularisation foncière de Pedregulho et divulguer sa pertinence.²² Il est important de noter la composition plurielle de ce Conseil, qui voulait lutter contre les problèmes de la multiplicité des acteurs impliqués et de la fragmentation de la tutelle des espaces, comme l'idée développée dans les années 1980 par Alfredo Britto. Les membres sont : Cehab-RJ, Iphan, Inepac, DGPC, Fundação

23. « Secretaria de Habitação recupera patrimônio cultural da cidade, o Conjunto Prefeito Mendes de Moraes », da Secretaria de Habitação do Rio de Janeiro (16 déc 2013). Disponible à : < rj.gov.br/web/seh/exibeconteudo?article-id=1895006 >.

24. Selon Kátia Marchetto, dans « Habitar o patrimônio moderno » (2017), la troisième et dernière étape ne devrait pas être mise en œuvre en raison du manque de fonds de l'État. La phase « prévoit l'exécution de l'aménagement paysager conçu par Burle Marx, l'adaptation des vieilles installations de la laverie pour abriter une garderie, la transformation du centre de santé en unité de « santé familiale » et le potager communautaire » (p.87).

25. Voir la note 23.

26. Voir chapitre 3 de Alfredo Brito, *op. cit.*

27. Flávia Brito do Nascimento, *op. cit.*, 2017, p.163.

Leão XIII, Association des résidents de l'Ensemble résidentiel du Pedregulho (AMA Pedregulho), Service du Patrimoine de l'Union à Rio de Janeiro (SPU/RJ) et Alfredo Britto.

En 2004, des analyses et des projets ont été menés de manière coordonnée dans tous les bâtiments de l'Ensemble et a abouti à un Plan Stratégique de Restauration. Dans la première phase (2010 à 2011) ont été mis en œuvre les réparations les plus urgentes du bâtiment A qui contemplaient la récupération structurelle des pilotis et des réseaux hydrauliques, par exemple ; le budget était de 12 millions de reais.²³

La deuxième phase²⁴ (2013-2015), budgétée à 34 millions de reais,²⁵ prévoyait des interventions plus évidentes dans le bâtiment A : le changement des fenêtres de la façade ouest ; la récupération des *cobogós* (éléments en terre cuite creux) et les revêtements des planchers des couloirs, les brises et les revêtements des planchers de l'étage intermédiaire et les revêtements des façade nord et sud, entre autres interventions mineures, également pertinents.²⁶

Le rôle des habitants dans le processus doit être souligné. La participation a eu lieu dans la conception des directives, dans les décisions de la restauration et dans les activités du travail, toujours avec l'aide d'un assistant social, responsable de la médiation entre les multiples acteurs. Il est possible que les habitants de l'Ensemble qui travaillaient avec la construction civile aient été contractés pour la mise en œuvre de la restauration,²⁷ par exemple. La restauration des brises en bois s'est produite à l'étage intermédiaire du bâtiment A, renforçant le contact quotidien des habitants avec la restauration. Le rôle de l'Association des résidents en tant que consultants et leur présence au Conseil Curateur réitérent l'importance accordée à la population.

De l'interaction entre le projet de restauration et les demandes des utilisateurs, des propositions intéressantes de projets surgissent, telles que celles des portes d'entrée des appartements et des fenêtres de la façade ouest. Les portes d'origine étaient marron avec un viseur de fermeture manuelle (judas). Au fil des années, le modèle et les couleurs ont été modifiés par les habitants. Pour cette restauration, le choix fait était la récupération de la couleur et de la typologie de toutes ces portes. Cependant, le viseur semblable à l'original a été remplacé par un judas optique, car les résidents le trou-

vaient dangereux. En ce qui concerne les fenêtres, les résidents ont changé les cadres d'origine – en bois peint en bleu – par d'autres qui assuraient le confort thermique et qui facilitaient l'étendage du linge à l'extérieur du bâtiment, puisque la laverie collective n'a pas été, depuis le début, bien intégrée. La récupération de la façade principale du bâtiment a d'une manière semblable à celle conçue par Reidy 'était une des prémisses de la restauration. L'interaction entre cette directive et les exigences des utilisateurs a donné lieu à la conception des cadres similaires aux originaux, de la même couleur, mais en aluminium et sans ventilation inférieure fixe. L'introduction d'un volume capable de camoufler les climatiseurs, devenus fréquents dans les appartements et modifiant la lecture de la façade, est également significative.

Dans d'autres cas, les demandes des résidents n'étaient pas si déterminantes. Le remplacement des revêtements des planchers, par exemple, était plus soumis à la question budgétaire. Les pièces manquantes ou endommagées ont été remplacées par des pièces similaires, mais des lignes de production différentes de l'original, déjà désactivée. Les murs de *cobogós*, une fois endommagées, ont été complétés par les habitants, en utilisant des pièces variées disponibles sur le marché, pas nécessairement compatibles avec celles du projet. Dans la restauration, il a été décidé de concentrer les originaux restants dans une section de la façade, en récupérant ce qui manquait avec des pièces similaires, puisque l'industrie actuelle les produit encore.

À ce sujet, certaines questions méritent d'être soulevées. Si, dans les années 1940 et 1950, les habitants ont été un objet passif à la transformation par le mode de vie moderne et par les enseignements des assistants sociaux, lors de la restauration ils jouent un rôle actif, et il appartient aux travailleurs sociaux, cette fois-ci, la fonction de médiation.

Le Pedregulho a été traité comme un bien culturel, et non comme un objet isolé, de sorte que les caractéristiques d'un patrimoine habité ont donné le ton d'un grand nombre des travaux de restauration, en alimentant les défis intrinsèques du champ disciplinaire et en stimulant le projet pour trouver des solutions intéressantes, au-delà de présenter une grande variété de manières d'aborder conceptuellement les interventions. Tous ces faits font de l'Ensemble un environ-

28. L'INEPAC a complété le processus de classement de l'Ensemble, en 2011, lors de l'exécution des travaux démontrant le soutien à la restauration.

nement d'expérimentation dans le spectre de la légitimité du domaine de la restauration, ce qui est confirmé par l'agrément des organes du patrimoine qui accompagnaient les travaux.²⁸

Dans le cas des fenêtres, par exemple, les questions d'authenticité ont été assouplies en termes de contenu matériel et esthétique-formel, en raison de l'adaptation du design aux besoins contemporains et du changement de matériaux, justifié par la durabilité et l'entretien. Le cas des brises, à l'autre extrémité des concepts patrimoniaux sur l'authenticité, met en pratique la récupération des pièces originales. Les deux solutions, lointaines sur le plan conceptuel mais également légitimes, sont le fruit tant de l'état dans lesquelles ont été les fenêtres et les brises comme des revendications des habitants. Cela montre que dans le domaine de la restauration peuvent coexister plusieurs méthodologies, en fonction des spécificités de chaque problème.

De notre point de vue, la restauration, comme a été fait jusqu'au présent, apporte d'importantes contributions méthodologiques. La création d'un Conseil Curateur divers et proche du projet, la présence active des résidents, les stratégies d'enregistrement et de diffusion du processus de restauration, le traitement de l'Ensemble en tant que bien culturel, ainsi que la qualité des interventions réalisées renforcent la validité de cette expérience. Cependant, des nouveaux défis apparaissent : la question foncière (en cours de régularisation, mais toujours incertaine) ; la possibilité latente d'initier un processus de gentrification dans l'Ensemble, historiquement destiné et occupé par une population à faibles revenus ; les impasses qui ressortent des constructions improvisées, comme les garages, générant des frictions et des indécisions dans le projet ; le choix du programme pour les laverie/marché et le centre de santé. La gestion d'un bien culturel dont la tutelle est encore pulvérisée est également une question directement liée à la préservation et au entretien de Pedregulho.

Il est à noter que la restauration a pris une direction opposée à celle de la stratégie de Portinho et Reidy de commencer les travaux par les bâtiments de service. Bien qu'il soit urgent de restaurer les édifices habités, la décision de commencer par le bâtiment A et de mettre la laverie/marché et le centre de santé dans la dernière phase peut saboter la prémisse du projet de restauration qui défend le traitement

29. Le troisième des critères énoncés dans le Plan Stratégique (2004) est le suivant : « tous les bâtiments du complexe recevront une attention prioritaire, sans privilégier l'un par rapport à l'autre, préservant ainsi l'intention originelle de l'ensemble ». Traduction libre.

de tous bâtiments comme partie d'une unité cohérente.²⁹ Cela peut comme des résultats prévus dans les années 1940 que les travaux soient fermés après les travaux du bâtiment plus monumental, comme le suggère l'interruption actuelle.

Enfin, il est à noter que ce travail n'est ni définitif ni absolu, et son but est de montrer que l'Ensemble de Pedregulho peut être compris comme représentatif de nombreux processus tout au long de son histoire : la singularité du projet (architectural, urbain et social), par la rapidité et l'intensité de sa reconnaissance et de sa dégradation, et étant une expérience de restauration rare, sinon sans précédents.

Nous espérons que les propositions de restauration employées dans le Pedregulho serviront de moteur à l'analyse et à la critique qui reconnaissent que l'approbation des organes du patrimoine ne signifie pas la consécration absolue du bien ou du processus de restauration. De notre point de vue, cette expérience peut être le point de départ de discussions aptes à contribuer au débat sur le patrimoine habité.

BIBLIOGRAFIA / BIBLIOGRAPHIE

- BRITTO, Alfredo (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.
- CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. *Arquitetura em revista: arquitetura moderna no Brasil e sua recepção nas revistas francesas, inglesas e italianas (1945-1960)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- CONJUNTOS residenciais, solução ideal para o problema da habitação, no Rio. *Tribuna da Imprensa*. 2 jun 1952.
- CONSELHO Curador Pró-restauração do Conjunto Residencial Mendes de Moraes (Pedregulho). Disponível em: <<http://www.cehab.rj.gov.br/pred/>>.
- JEAN, Yvone. Um conjunto residencial modelo. *Correio da Manhã*, 8 abr 1951.
- MAGALHÃES, Ana Maria (dir.). *Lembranças do futuro*. 52 min. 2005.
- MARCHETTO, Kátia Fernanda. *Habitar o patrimônio moderno*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/158055>>.
- MENDES, Ivana (dir.). *Pedregulho, o sonho possível*. 52 min. 2006.
- MÓDULO, n.87, set. 1985.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de

Documentação e Informação Cultural, Gerência de Informação, 2008.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*. São Paulo: Edusp, 2016.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. A Restauração do Conjunto Residencial do Pedregulho: trajetória da arquitetura moderna e o desafio contemporâneo. In: *Rev. CPC*. São Paulo, n. 22 especial, p.138-175, abr 2017.

OBRA prima da arquitetura corre o risco de desabar. *O Globo*, 4 jan 1966.

RIO DE JANEIRO. Decreto n. 9124. 4 abril 1946.

RUBIN, Graziela Rossatto. Movimento Moderno e habitação social no Brasil. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, v. 17, n. 2, p. 57-71, maio/ago 2013.

SECRETARIA de Habitação recupera patrimônio cultural da cidade, o Conjunto Prefeito Mendes de Moraes. *Secretaria de Habitação do Rio de Janeiro*. 16 dez 2013. Disponível em: <rij.gov.br/web/seh/exibeconteudo?article-id=1895006>.

João Lucas Nogueira Domingos é arquiteto-urbanista formado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Fez intercâmbio na Université Jean-Monnet de Saint-Etienne em 2014-2015 como bolsista CAPES no programa Ciência sem Fronteiras. Atualmente, é estudante Master Erasmus Mundus DYCLAM (Dynamics of Cultural Landscapes and heritage Management).

Pedro Zayas Sambrano é estudante de graduação em arquitetura e urbanismo na FAUUSP.

João Lucas Nogueira Domingos est architecte-urbaniste diplômé à la Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Il a réalisé un échange universitaire à l'Université Jean-Monnet de Saint-Etienne en 2014-2015 en tant que boursier CAPES du programme Science sans Frontières. Actuellement, est étudiant au Master Erasmus Mundus DYCLAM.

Pedro Zayas Sambrano est étudiant en architecture et urbanisme à FAUUSP.

EFFETS SYSTÉMIQUES DES MESURES DE RÉHABILITATION DES BÂTIMENTS

Richard Cantin

INTRODUCTION

Depuis plusieurs années, le parc immobilier vieillissant du 20^{ème} siècle est exposé à des contraintes énergétiques, économiques, sociales et environnementales qui font émerger de nouvelles problématiques de réhabilitation.

La complexité de ces problématiques augmente avec la multiplicité et la diversité des mesures possibles pour remettre en état et améliorer les performances des bâtiments.

Une prise de conscience de la nécessité de penser la complexité des nouvelles problématiques de réhabilitation conduit à s'interroger sur les effets des mesures de réhabilitation.

Pour affronter cette complexité, l'approche systémique, complémentaire de l'approche analytique, favorise la mise en exergue des relations entre les éléments d'un système complexe comme le système bâtiment.

Ces relations peuvent être approchées par différentes structures comme par exemple la causalité qui représente la relation de la cause à l'effet, la cause produisant l'effet...

Les mesures de réhabilitation des bâtiments sont alors des causes qui génèrent des effets systémiques souhaités ou non, connus ou inconnus, plus ou moins maîtrisés, incertains, aléatoires... Pour appréhender ces effets, différents types de causalité peuvent être considérés.

CAUSALITÉS

La complexité d'une causalité peut être appréhendée par le langage graphique, couramment utilisé avec l'approche systémique. La théorie des graphes

aide à une représentation globale et une visualisation rapide d'une problématique complexe.

Le langage graphique contient une forte densité d'informations dans un espace limité, et avec sa capacité heuristique, il favorise la discussion avec différentes représentations possibles d'une réalité complexe.

Parmi les modèles représentant la causalité, le modèle linéaire séquentiel correspond à un enchaînement d'éléments, de variables, de sous-systèmes... Il s'agit d'une structure qui fait référence à une chaîne linéaire d'éléments où A entraîne B, puis B entraîne C, etc. (Fig. 1).

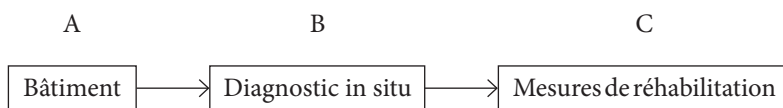


Fig. 1. Exemple d'un modèle linéaire séquentiel.

Cette chaîne logique de causes à effets est étalée le long de la flèche du temps, la cause (avant) précédant l'effet (après). Avec la causalité linéaire, domine le modèle du temps de la mécanique rationnelle et réversible.

Cependant, il convient de différencier l'influence directe de A sur C de l'influence indirecte de A sur C, celle-ci composant deux influences directes, celle de A sur B et celle de B sur C. En effet, la relation directe de A à C (Fig. 2) est différente de l'association des relations de A à B et de B à C (Fig. 1). La causalité linéaire n'est pas réductrice à la somme de ses parties, elle n'est pas additive...

Différemment, la structure centrée correspond à l'existence d'un élément principal autour duquel s'articulent d'autres éléments satellites.



Fig. 2. Exemple d'une causalité directe réductrice.

La structure arborescente ou hiérarchique correspond à une pyramide d'éléments. Elle entretient une fragmentation du système par des relations asymétriques entre les niveaux supérieurs et inférieurs et génère une stratification des variables ou sous-systèmes.

La structure linéaire séquentielle et la structure centrée sont des cas particuliers de cette structure arborescente.

Ces différentes structures linéaires peuvent facilement s'associer pour former une nouvelle structure permettant de visualiser les éléments et les relations d'un système complexe (Fig. 3).

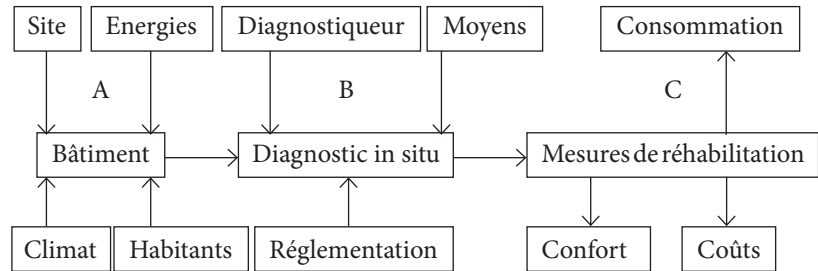


Fig. 3. Enchevêtrement de causalités arborescentes, centrées et linéaires.

La structure cyclique correspond à un enchaînement bouclé de variables et construit la causalité cyclique. Cette structure fournit des modèles permettant de travailler la qualité d'une réhabilitation, par exemple en précisant quatre étapes principales (Fig. 4).

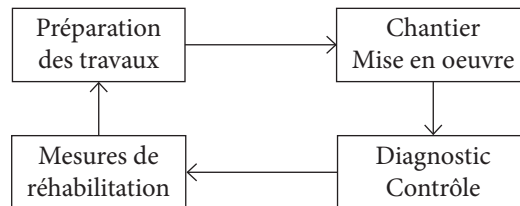


Fig. 4. Causalité circulaire pour améliorer une réhabilitation.

Ainsi, le diagnostic d'un bâtiment est réalisé pour identifier et décider des mesures de réhabilitation (étape 1), une solution d'isolation thermique est dimensionnée et préparée (étape 2), sa mise en œuvre est réalisée lors du chantier (étape 3), puis les actions de contrôle et de diagnostic sont réalisées (étape 4), et pour améliorer la qualité de la réhabilitation le cycle est à nouveau parcouru...

Appliqué lors de l'exploitation d'un bâtiment, ce modèle cyclique aide à l'optimisation du commissionnement, c'est-à-dire à l'organisation de l'ensemble des tâches qui vont permettre à un système (enveloppe, chauffage, ventilation, rafraîchissement, etc.) d'atteindre le niveau des performances souhaitées et de créer les conditions pour les maintenir.

Cette causalité circulaire doit être considérée dans sa globalité. Couper ou ouvrir cette boucle ne permet plus au système constitué de ces 4 étapes et 4 relations d'atteindre son but. Supprimer une des 4 relations fait perdre son sens à l'ensemble...

EFFETS BOULE DE NEIGE ET BALANCIER

Ces causalités génèrent des effets de différentes natures. Les causalités linéaires séquentielles, centrées ou hiérarchiques favorisent l'effet cumulatif. Les effets des causalités circulaires tels que les effets boule de neige et balancier impliquent une chaîne d'événements difficiles à anticiper.

D'une part, l'effet boule de neige est l'effet d'une boucle implosive ou explosive, décroissante ou croissante. Il peut être représenté avec une causalité circulaire élémentaire avec deux relations (Fig. 5) ou une causalité linéaire avec des réactions en chaîne combinant des effets cumulatifs. Les relations entre variables sont positives ou avec un nombre pair de relations négatives.

Par exemple, comme le montre la figure 5, si le nombre de naissances augmente, la population augmente, et si la population augmente le nombre de naissances augmente. Cet effet a un comportement explosif avec une croissance rapide (Fig. 5).

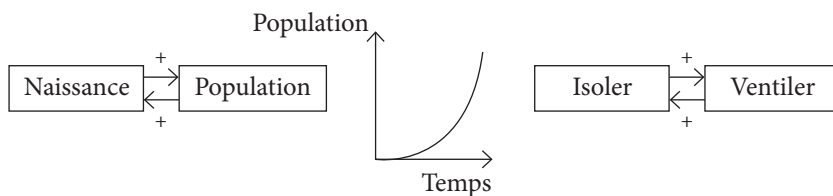


Fig. 5. Effet boule de neige.

En réhabilitation, si une solution technique vise l'augmentation de l'isolation du bâtiment, alors le besoin de ventilation pour ce bâtiment augmente (en été), et si la ventilation augmente, le besoin d'isoler augmente (en hiver). Cet effet boule de neige montre comment les solutions d'isolation (fermeture et étanchéité du système bâtiment) et de ventilation (ouverture et aération du sys-

tème bâtiment) peuvent parfois conduire à une augmentation et difficile maîtrise des différents coûts au fil des saisons.

D'autre part, l'effet balancier résulte d'une boucle régulatrice ou stabilisatrice. Cette boucle dite négative est caractérisée par un nombre impair de relations négatives entre variables. Si la population augmente alors le nombre de décès augmente, et si le nombre de décès augmente alors la population diminue (Fig. 6).

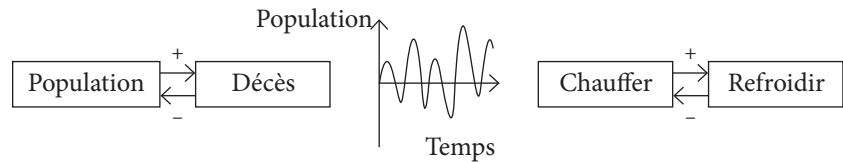


Fig. 6. Effet balancier.

Dans le bâtiment, si les températures augmentent alors le besoin de froid augmente, et si les températures diminuent alors le besoin de chauffer augmente. La régulation ainsi obtenue vise plus ou moins rapidement et selon les solutions techniques mises en œuvre une variation stabilisatrice de la température de confort.

EFFET RÉTROACTIF

Lorsqu'une variable ou un système est le siège d'une transformation, des variables d'entrée et des variables de sortie peuvent être définies, les variables de sortie résultant de l'activité du système. La boucle de rétroaction (feedback) est le mécanisme permettant de renvoyer à l'entrée du système des flux (information, matière ou énergie) directement dépendantes de la sortie. Ce mécanisme traduit le fait que les sorties (effets) influencent les entrées (causes).

Par exemple, le diagnostic in situ d'un bâtiment permet d'identifier des mesures de réhabilitation qui sont modélisées avec un logiciel de simulation qui ensuite à partir d'un modèle fournit des simulations numériques (Fig. 7).

L'effet rétroactif 1 montre comment le modèle de simulation (variable de sortie des Mesures de réhabilitation) peut être contrôlé avec la connaissance du bâtiment et les données du diagnostic in situ (variable d'entrée permettant de déterminer les mesures possibles de réhabilitation).

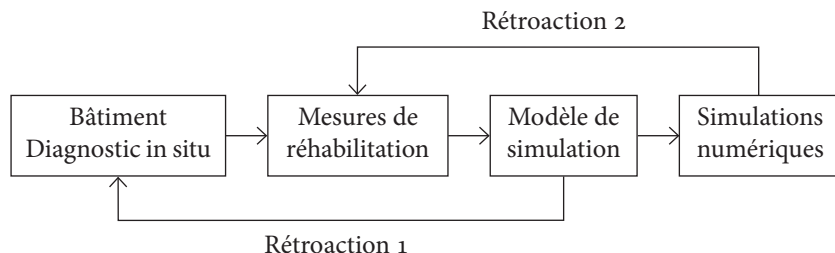


Fig. 7. Enchevêtrement de deux boucles rétroactives.

La rétroaction 2 (Fig. 7) montre comment les simulations numériques obtenues par le modèle de simulation permettent de tester et contrôler les mesures de réhabilitation envisagées.

Sans ces rétroactions, il est difficile de valider et d'optimiser les simulations obtenues. L'enchevêtrement des deux rétroactions aide à l'identification, au dimensionnement et au contrôle des mesures de réhabilitation (si le modèle de simulation reproduit correctement le comportement complexe du bâtiment à réhabiliter).

En raison de la complexité du bâtiment et de la nécessité de maîtriser ces effets rétroactifs, la recherche et l'optimisation multicritère des mesures de réhabilitation restent des activités toujours complexes.

EFFET ICEBERG

L'effet Iceberg traduit une vision partielle d'un effet, la partie visible étant souvent beaucoup moins importante que la partie invisible. Par exemple, le coût d'investissement est souvent affiché dans un processus décisionnel. Cet affichage peut parfois cacher d'autres coûts beaucoup plus importants à long terme (Fig. 8).

L'approche globale des mesures de réhabilitation conduit à considérer le coût d'investissement comme une évaluation partielle du coût global qui comprend d'autres coûts économiques, environnementaux et sociaux.

Il faut noter que l'externalisation partielle des activités induites par l'investissement immédiatement perçu (cas des activités externalisées sorties du périmètre d'étude alors qu'elles sont pourtant indispensables au fonctionnement du système) accentue parfois cet effet Iceberg.

Les effets cachés des mesures de réhabilitation peuvent être dévoilés avec une approche explicite en coût global, avec une analyse complète et multicritère du cycle de vie, une évaluation de l'énergie grise et des approches systémiques qui considèrent les relations entre le bâtiment et ses différents environnements.

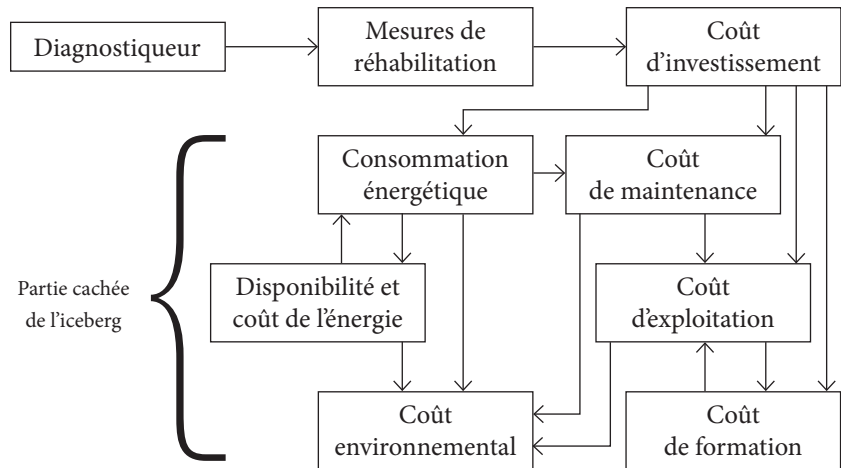


Fig. 8. Effet iceberg du coût d'investissement.

EFFETS MATÉRIELS ET IMMATÉRIELS

Parmi les effets des mesures de réhabilitation, il faut citer les effets matériels et immatériels. Par exemple les effets sur l'habitant des mesures de réhabilitation peuvent faire référence aux exigences saisonnières de confort thermique.

Ce confort désigne l'ensemble des interactions entre l'habitant et le bâtiment. Complexe, il peut être décrit avec des paramètres physiologiques, psychologiques, physiques, quantitatifs ou qualitatifs... Il s'exprime par une sensation agréable procurée par la satisfaction de besoins physiologiques et l'absence de tensions psychologiques.

Plusieurs modèles de confort thermique peuvent être élaborés pour mettre en évidence la complexité des effets systémiques des mesures de réhabilitation. La figure 9 présente un modèle de relations de confort thermique où apparaissent des effets matériels et immatériels.

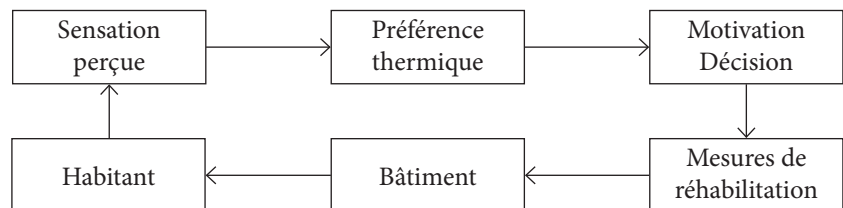


Fig. 9. Effets matériels et immatériels relatifs au confort thermique.

Cette représentation graphique avec la figure 9 conduit à une analyse causale du confort thermique. Les effets matériels et immatériels peuvent être explicités par des boucles traduisant les effets rétroactifs liés aux capacités d'adaptation et de régulation thermique de l'habitat et de l'habitant.

EFFET DE GROUPE

Face à ces problématiques complexes, sont parfois élaborés des groupes de solutions (packages), des guides de bonnes pratiques... La mise en œuvre de combinaisons prédéfinies de solutions suppose une maîtrise des effets de groupe qui émergent de l'association de plusieurs techniques. La figure 10 illustre la difficulté à identifier et maîtriser la résultante ou la globalité de l'ensemble des effets des interactions entre des groupes prédéfinis de solutions.

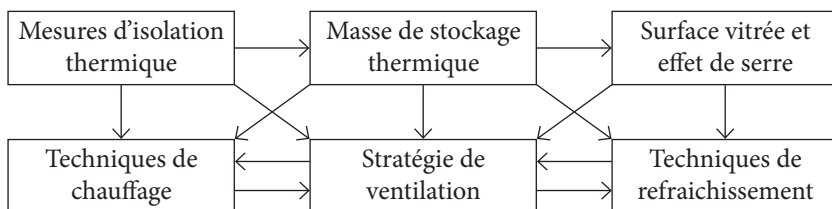


Fig. 10. Effets de groupes de solutions.

Les interactions entre les groupes de solutions techniques dépendent des environnements, des conditions climatiques du site, de la structure et du fonctionnement du bâtiment, de son orientation, des conditions de mise en œuvre des techniques, etc... Les propriétés systémiques émergentes d'un groupe de solutions sont difficiles à apprécier en raison des interactions dynamiques existantes entre elles et des interactions complexes avec les environnements eux-mêmes changeants.

CONCLUSION

Les facteurs d'évolution du bâtiment liés aux mesures de réhabilitation constituent des défis pour élaborer et optimiser des stratégies de réhabilitation répondant aux nouvelles problématiques du 21^{ème} siècle. Compte tenu de la multiplicité et de la variété de ces facteurs, il est nécessaire de considérer une approche systémique de la complexité développant une vision prospective pour anticiper les effets des mesures de réhabilitation.

Les mesures de réhabilitation s'inscrivent dans le cycle de vie du bâtiment. L'entretien, la maintenance, la réparation, la réhabilitation, la restauration et la rénovation traduisent diverses temporalités du bâtiment avec des plages d'intervention optimales. Le bâtiment durable est un système habité, actif, organisé, structuré, qui fonctionne et se transforme, dans des environnements changeants. Les changements annoncent le mouvement, la dynamique du bâtiment. Ils impliquent l'analyse des facteurs qui créent le changement, ou s'opposent au changement. Ils exigent une compréhension des phénomènes, de leurs causes et de leurs effets...

Si le système bâtiment est tenu pour invariant dans une période considérée, des scénarios et trajectoires possibles peuvent être étudiés, en considérant les différentes causalités et les effets systémiques induits. Il convient alors pour les acteurs du bâtiment de veiller à explorer la dynamique du système sur le long terme...

* * *

EFEITOS SISTÊMICOS DAS MEDIDAS DE REABILITAÇÃO DOS EDIFÍCIOS

INTRODUÇÃO

Há já vários anos, o parque imobiliário em envelhecimento do séc. xx está exposto a limitações energéticas, econômicas, sociais e ambientais das quais vão emergir novas problemáticas de reabilitação.

A complexidade destas problemáticas aumenta com a multiplicidade e a diversidade das medidas possíveis para renovar e melhorar as performances dos edifícios. Uma tomada de consciência sobre a necessidade de refletir sobre a complexidade das novas problemáticas de reabilitação conduz ao questionamento sobre os efeitos das medidas de reabilitação.

Para lidar com esta complexidade, a abordagem sistêmica, complementar da abordagem analítica, favorece o destaque das relações entre os elementos de um sistema complexo como o sistema construtivo.

Estas relações podem ser abordadas por diferentes estruturas, como a causalidade que representa a relação da causa com o efeito, a causa que produz o efeito...

As medidas de reabilitação dos edifícios são então causas que geram efeitos sistêmicos desejados ou não, conhecidos ou desconhecidos, mais ou menos controlados, incertos, aleatórios... Para apreender esses efeitos, diferentes tipos de causalidade podem ser considerados.

CAUSALIDADES

A complexidade de uma causalidade pode ser apreendida pela linguagem gráfica, comumente usada com a abordagem sistêmica. A teoria dos grafos ajuda na representação global e na rápida visualização de uma problemática complexa.

A linguagem gráfica contém uma alta densidade de informações num espaço limitado e, com a sua capacidade heurística, favorece a discussão com diferentes representações possíveis de uma realidade complexa.

Entre os modelos que representam a causalidade, o modelo linear sequencial corresponde a uma seqüência de elementos, variáveis, subsistemas ... Trata-se de uma estrutura que se refere a uma cadeia linear de elementos onde A leva a B, e B leva a C, etc. (Fig. 1).

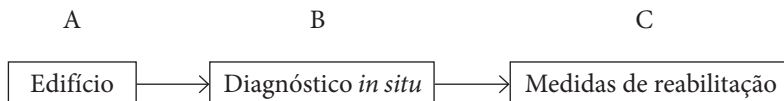


Fig. 1. Exemplo de um modelo linear sequencial.

Esta cadeia lógica de efeitos de causa é espalhada ao longo da seta do tempo, a causa (antes) precedendo o efeito (depois). Com a causalidade linear, domina o modelo do tempo da mecânica racional e reversível.

Entretanto, é necessário diferenciar a influência direta de A sobre C da influência indireta de A sobre C, esta compondo duas influências diretas, a de A sobre B e a de B sobre C. De fato, a relação direta de A para C (Fig. 2) é diferente da associação das relações de A para B e de B para C (Fig. 1). A causalidade linear não é redutora da soma das suas partes, ela não é aditiva...



Fig. 2. Exemplo de uma causalidade redutiva direta.

De uma maneira diferente, a estrutura centrada corresponde à existência de um elemento principal em torno do qual outros elementos de satélite são articulados.

A estrutura em arborescência ou hierárquica corresponde a uma pirâmide de elementos. Ela mantém uma fragmentação do sistema por relações assimétricas entre os níveis superior e inferior e gera uma estratificação das variáveis ou subsistemas.

A estrutura linear sequencial e a estrutura centralizada são casos especiais desta estrutura em arborescência.

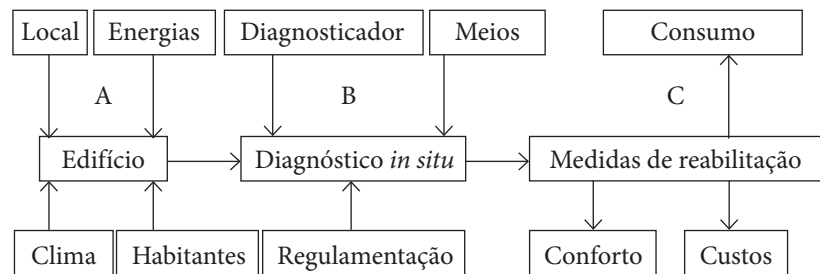


Fig. 3. Emaranhado de causalidades arborescentes, centrais e lineares.

Estas diferentes estruturas lineares podem facilmente associar-se para formar uma nova estrutura permitindo visualizar os elementos e as relações de um sistema complexo (Fig. 3).

A estrutura cíclica corresponde a um encadeamento fechado de variáveis e constrói a causalidade cíclica. Essa estrutura fornece modelos permitindo trabalhar a qualidade de uma reabilitação, por exemplo, especificando quatro etapas principais (Fig. 4).

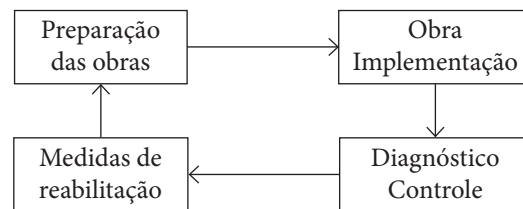


Fig. 4. Causalidade circular para melhorar a reabilitação.

Assim, o diagnóstico de um edifício é feito para identificar e decidir sobre as medidas de reabilitação (passo 1), uma solução de isolamento térmico é

dimensionada e preparada (passo 2), a sua implementação é realizada durante a construção (passo 3), em seguida as ações de controle e de diagnóstico são realizadas (passo 4), e para melhorar a qualidade da reabilitação o ciclo é novamente percorrido...

Aplicado durante a operação de um edifício, este modelo cíclico ajuda a otimizar o comissionamento, isto é, a organização de todas as tarefas que permitirão a um sistema (envolvente, aquecimento, ventilação, refrigeração, etc.) atingir o nível desejado de desempenho e criar as condições para os manter.

Esta causalidade circular deve ser considerada na sua totalidade. Cortar ou abrir este encadeamento não permitirá mais que o sistema constituído por estas 4 etapas e 4 relações atinjam o seu objetivo. Excluir uma das 4 relações faz com que o todo perca todo o seu sentido...

EFEITO BOLA DE NEVE E EFEITO OSCILATÓRIO

Estas causalidades geram efeitos de diferentes naturezas. As causalidades lineares sequenciais, centralizadas ou hierárquicas favorecem o efeito cumulativo. Os efeitos das causalidades circulares, tal como os efeitos de bola de neve e oscilatório, implicam um encadeamento de eventos que são difíceis de prever.

Por um lado, o efeito bola de neve é o efeito de um circuito implosivo ou explosivo, decrescente ou crescente. Pode ser representado com uma causalidade circular elementar com duas relações (Fig. 5) ou uma causalidade linear com reações em cadeia combinando efeitos cumulativos. As relações entre variáveis são positivas ou com um número par de relações negativas.

Por exemplo, como mostrado na Figura 5, se o número de nascimentos aumentar, a população aumenta e, se a população aumentar, o número de nascimentos aumenta. Este efeito tem um comportamento explosivo com um crescimento rápido (Fig. 5).

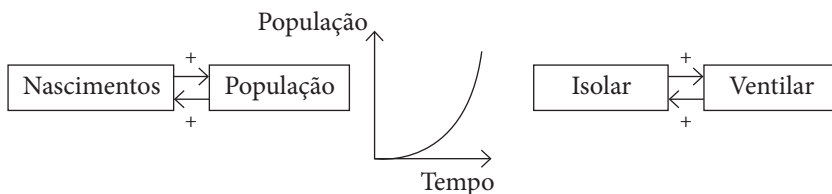


Fig. 5. Efeito bola de neve.

Na reabilitação, se uma solução técnica visa aumentar o isolamento do edifício, então a necessidade de ventilação para este edifício aumenta (no verão), e se a ventilação aumenta, a necessidade de isolar aumenta (no inverno). Este efeito de bola de neve mostra como as soluções de isolamento (fechamento e vedação do sistema de construção) e ventilação (abertura e arejamento do sistema de construção) podem por vezes levar a um aumento e difícil controle dos diferentes custos ao longo das estações.

Por outro lado, o efeito oscilatório resulta de um circuito regulatório ou estabilizador. Este circuito chamado negativo é caracterizado por um número ímpar de relações negativas entre variáveis. Se a população aumenta, então o número de mortes aumenta e, se o número de mortes aumenta, a população diminui (Fig. 6).

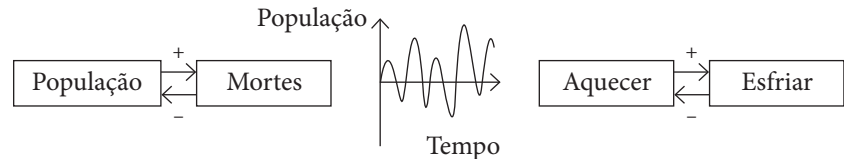


Fig. 6. Efeito oscilatório.

No edifício, se as temperaturas aumentam então a necessidade de frio aumenta e, se as temperaturas diminuem, a necessidade de aquecimento aumenta. A regulação assim obtida visa, mais ou menos rapidamente e de acordo com as soluções técnicas implementadas, uma variação estabilizadora da temperatura de conforto.

EFEITO RETROATIVO

Quando uma variável ou um sistema é a sede de uma transformação, as variáveis de entrada e de saída podem ser definidas, as variáveis de saída resultando da atividade do sistema. O circuito de retroação (feedback) é o mecanismo que permite retornar fluxos (informação, material ou energia) diretamente dependentes da saída para a entrada do sistema. Este mecanismo reflete o fato de que as saídas (efeitos) influenciam as entradas (causas).

Por exemplo, o diagnóstico *in situ* de um edifício permite identificar medidas de reabilitação que são modeladas com um software de simulação que, a partir de um modelo, fornece simulações digitais (Fig. 7).

O efeito retroativo 1 mostra como o modelo de simulação (variável de

saída das medidas de reabilitação) pode ser controlado com o conhecimento do edifício e os dados de diagnóstico *in situ* (variável de entrada que permite determinar as medidas possíveis de reabilitação).

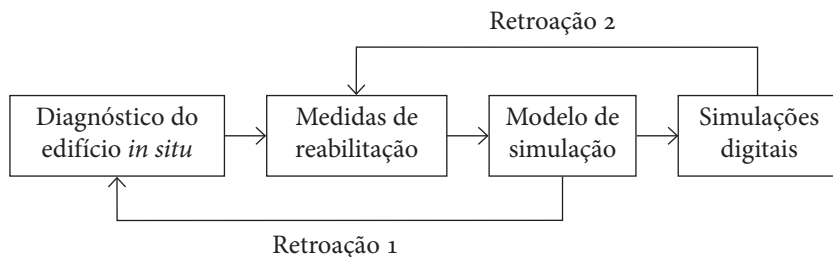


Fig. 7. Emaranhado de dois circuitos retroativos.

A retroação 2 (Fig. 7) mostra como as simulações digitais obtidas pelo modelo de simulação permitem testar e controlar as medidas de reabilitação planejadas.

Sem estas retroações, é difícil validar e otimizar as simulações obtidas. O entrelaçamento das duas retroações auxilia na identificação, dimensionamento e controle das medidas de reabilitação (se o modelo de simulação reproduzir corretamente o comportamento complexo do edifício a ser reabilitado).

Devido à complexidade do edifício e à necessidade de controlar esses efeitos retroativos, a pesquisa e a otimização multicriterial das medidas de reabilitação continuam sendo atividades complexas.

EFEITO ICEBERG

O efeito iceberg reflete uma visão parcial de um efeito, sendo a parte visível muitas vezes menos importante do que a parte invisível. Por exemplo, o custo do investimento é frequentemente exibido num processo de tomada de decisão. Essa exibição pode, por vezes, ocultar outros custos muito maiores a longo prazo (Fig. 8).

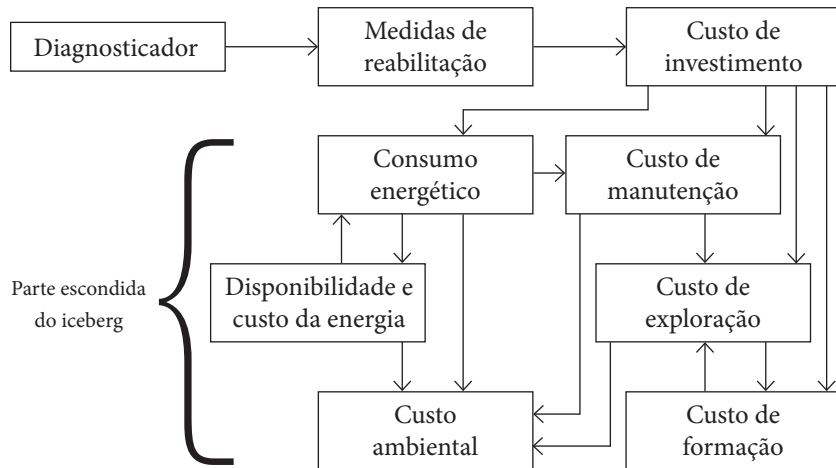


Fig. 8. Efeito Iceberg do Custo de Investimento.

A abordagem global das medidas de reabilitação leva a considerar o custo do investimento como uma avaliação parcial do custo total que inclui outros custos econômicos, ambientais e sociais.

Deve-se notar que a terceirização parcial das atividades induzidas pelo investimento imediatamente recebido (no caso das atividades terceirizadas saídas do perímetro de estudo enquanto são essenciais para o funcionamento do sistema), por vezes, acentua esse efeito Iceberg.

Os efeitos ocultos das medidas de remediação podem ser revelados com uma abordagem de custo global explícita, com uma análise completa e multicriterial do ciclo de vida, uma avaliação da energia incorporada e das abordagens sistêmicas que consideram a relação entre o edifício e os seus diferentes ambientes.

EFEITOS MATERIAIS E IMATERIAIS

Entre os efeitos das medidas de reabilitação estão os efeitos materiais e imateriais. Por exemplo, os efeitos das medidas de reabilitação sobre o habitante podem se referir aos requisitos sazonais de conforto térmico.

Este conforto refere-se a todas as interações entre o habitante e o edifício. Complexo, pode ser descrito com parâmetros fisiológicos, psicológicos, físicos, quantitativos ou qualitativos... Exprime-se por uma agradável sensação proporcionada pela satisfação de necessidades fisiológicas e pela ausência de tensões psicológicas.

Diversos modelos de conforto térmico podem ser desenvolvidos para evidenciar a complexidade dos efeitos sistêmicos das medidas de reabilitação. A figura 9 apresenta um modelo de relações de conforto térmico em que aparecem efeitos materiais e imateriais.

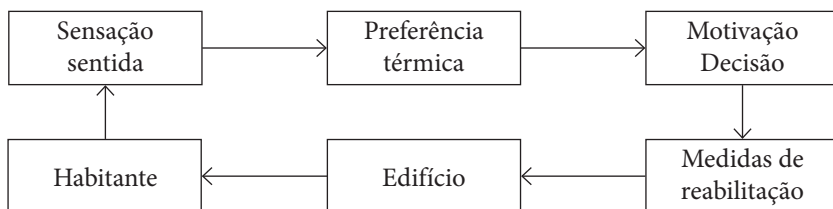


Fig. 9. Efeitos físicos e imateriais relacionados ao conforto térmico.

Esta representação gráfica da Figura 9 leva a uma análise causal do conforto térmico. Os efeitos materiais e imateriais podem ser explicados por circuitos que refletem os efeitos retroativos relacionados com as capacidades de adaptação e de regulação térmica do habitat e do habitante.

EFEITO DE GRUPO

Diante destas questões complexas, são por vezes criados grupos de soluções (packs), guias de boas práticas... A implementação de combinações pré-definidas de soluções supõe um controle dos efeitos de grupo que emergem da associação de várias técnicas. A Figura 10 ilustra a dificuldade em identificar e controlar o resultante ou a globalidade de todos os efeitos das interações entre grupos pré-definidos de soluções.

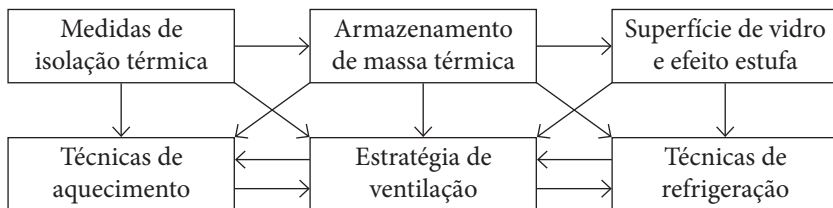


Fig. 10. Efeitos de grupos de soluções.

As interações entre os grupos de soluções técnicas dependem dos ambientes, das condições climáticas do local, da estrutura e do funcionamento do edifício, da sua orientação, das condições de implementação das técnicas, etc. As propriedades sistêmicas emergentes de um grupo de soluções são difíceis de avaliar por causa das interações dinâmicas existentes entre elas e das interações complexas com os próprios ambientes em mudança.

CONCLUSÃO

Os fatores de evolução do setor da construção ligados às medidas de reabilitação são desafios no desenvolvimento e otimização de estratégias de reabilitação que respondam às novas problemáticas do século XXI. Dada a multiplicidade e variedade destes fatores, é necessário considerar uma abordagem sistêmica da complexidade, desenvolvendo uma visão prospectiva para antecipar os efeitos das medidas de reabilitação. As medidas de reabilitação fazem parte do ciclo de vida do edifício. A manutenção, a conservação, a reparação, a reabilitação, a restauração e a renovação refletem várias temporalidades do edifício com intervalos ideais de intervenção. A construção sustentável é um sistema habitado, ativo, organizado, estruturado, que funciona e se transforma em ambientes em mudança. As mudanças anunciam o movimento, a dinâmica do edifício. Elas envolvem a análise dos fatores que criam mudanças ou se opõem à mudança. Eles exigem uma compreensão dos fenômenos, das suas causas e dos seus efeitos...

Se o sistema do setor da construção é considerado como invariável num determinado período, possíveis cenários e trajetórias podem ser estudados, considerando as diferentes causalidades e os efeitos sistêmicos induzidos. Portanto, convém que os agentes do setor da construção assegurem que a dinâmica do sistema seja explorada a longo prazo...

BIBLIOGRAFIA / BIBLIOGRAPHIE

- ATLAN, H. *Entre le cristal et la fumée*. Paris: Ed. Le Seuil, 1979.
- CANTIN, R. De la complexité pour la réhabilitation des bâtiments dans le XXI^e siècle. *Cahier de textes du 1^{er} séminaire international Live Modern Heritage*. Du 21 au 23 mars 2016. São Paulo: FAUUSB, 2017.
- CANTIN, R.; CRYONNET, J.C. Le projet de réhabilitation d'un bâtiment vu comme un système. Globalization and Crisis: Systems Complexity and Governance. *Acta Europeana Systemica. Journal of the European Union for Systemics*, n. 4, 2014.
- CLUB de Rome. *Halte à la Croissance ? Le rapport sur les limites de la croissance*. Paris: Ed. Fayard, 1972.
- DONNADIEU, G.; KARSKY, M. *La systémique, penser et agir dans la complexité*. Rueil-Malmaison: Editions Liaisons, 2002.

- DONNADIEU, G.; DURAND, D.; NEEL, D.; NUNEZ, E.; SAINT-PAUL, L. *L'approche systémique : de quoi s'agit-il ? Diffusion de la pensée complexe*. Travaux du groupe AFSCET, 2003.
- FORRESTER, J.W. *Dynamique mondiale*. Lyon: Ed. Presses universitaires de Lyon, 1982.
- JACOB, F. *Le jeu des possibles. Essai sur la diversité du vivant*. Paris: Ed. Fayard, 1981.
- JOUVENEL, H.de. La démarche prospective. Un bref guide méthodologique. *Futuribles*, n. 11, 1999.
- LE MOIGNE, J.L. *THÉORIE DU SYSTÈME GÉNÉRAL*. Paris: Vendôme, PUF, 1994.
- MORIN, E. *Introduction à la pensée complexe*. Paris: Ed. Le Seuil, 2005.
- ROSNAY, de J. *Le macroscopie, vers une vision globale*. Paris: Ed. Le Seuil, 1975.
- WALLISER, B. *Systèmes et modèles*. Paris: Éditions du Seuil, 1977.

Richard Cantin é docente e pesquisador na École Nationale des Travaux Publics de l'État. Engenheiro, doutor em concepção de edifícios e técnicas urbanas, especialista internacional. Responsável por uma cátedra de ensino e pesquisa multi-empresarial sobre a construção, a renovação e as inovações construtivas. As suas pesquisas são principalmente sobre a performance energética e a reabilitação térmica dos edifícios, a modelização sistêmica, a otimização e a ajuda multicriterial na decisão.

Richard Cantin est enseignant chercheur à l'École Nationale des Travaux Publics de l'État. Il est ingénieur, docteur en conception en bâtiment et techniques urbaines, expert international et habilité à diriger des recherches en sciences. Il est titulaire d'une chaire multi entreprises d'enseignement et de recherche sur la Construction, la Rénovation et les Innovations Constructives. Ses travaux portent principalement sur la performance énergétique et la réhabilitation thermique des bâtiments, la modélisation systémique, l'optimisation et l'aide multicritère à la décision.

PATRIMONIALISER LES COLONIES INDUSTRIELLES, RETOUR SUR TROIS EXPÉRIENCES : NEW-LANARK, SEDO ET PONT-SALOMON

Luc Rojas

1. G. Dorel-Ferré. *Les colonies industrielles en Catalogne, le cas de la colonia Sedo*. Paris : Ed. Argument, 1992.

2. G. Dorel-Ferré. Architectures du travail et nouvelle société dans les villages ouvriers et cités de l'industrie (1780-1930). *Autour de Ledoux : architecture, ville et utopie*. PUFC, 2007.

3. Dorel-Ferré, 2007, *op. cit.*

4. G. Dorel-Ferré. Villages ouvriers et villes usines, un patrimoine industriel. *Villages ouvriers et villes usines à travers le monde*. Presses Universitaires de Savoie, 2016.

L'industrialisation participe à l'urbanisation des sociétés occidentales. Certaines agglomérations sont d'ailleurs en immense partie le fait d'un développement industriel à l'image des villes se développant autour d'un arsenal ou d'une activité minière et métallurgique. Malgré ce lien à l'urbanisation l'industrie a parfois engendré au milieu du monde rural des villages et des colonies industrielles.

Si elles entretiennent des relations économiques avec les grandes agglomérations, ces colonies sont généralement séparées des aires urbaines vivant parfois en totale autonomie.¹ Le lieu de production et les logements tiennent une place centrale. Dans ce type de structure isolée, l'habitat ouvrier généralement très répétitif est concentré sur le versant d'une vallée ou étalé en plaine...² A côté de ces édifices prennent place une église, des écoles, un économat et d'autres dépendances nécessaires à la vie quotidienne. Ces colonies se localisent, généralement, à proximité d'une source d'énergie. Ce sont, notamment au début du XIX^e siècle, des industries textiles qui exploitent une chute d'eau.³

Deux grandes tendances coexistent dans l'édification des colonies industrielles. D'un côté, des colonies d'initiative patronale correspondant à une période d'expansion économique et industrielle et qui n'ont pour objectif que de profiter d'une ressource énergétique. Il s'agit généralement d'un lieu dans lequel la vie hors de l'usine est organisée par un patronat proche de l'Eglise à tendance conservatrice.⁴ De l'autre côté, nous assistons à l'édification d'une véritable utopie tech-

5. M. Riot-Sarcey (dir.). *Dictionnaire des utopies*. Paris : Larousse, 2002.

6. J.E. Arnold. New-Lanark : une utopie réalisée. *L'archéologie industrielle en France*, n. 24-25, 1994.

7. S. Dupuis. *Robert Owen. Socialiste utopique*. Paris : Ed. CNRS, 1991.

nicienne autour d'un projet industriel prenant la forme d'une colonie à tendance autarcique. Le socialisme utopique fournit dès les premières décennies du XIX^e siècle de nombreux projets à l'image des phalanstères fondés en France et aux États-Unis par Victor Considérant.⁵

Nombre de ces réalisations sont actuellement reconnues comme un patrimoine à part entière. Cependant, les processus de patrimonialisation ont été parfois différents tout comme les choix de valorisation. La comparaison entre New-Lanark, la colonie Sedo et Pont-Salomon exemplifie parfaitement le devenir et la valorisation de ce type de site.

1. TROIS COLONIES INDUSTRIELLES, TROIS PATRIMOINES SIMILAIRES

A. Fondation et évolution des colonies industrielles

New Lanark est une filature de coton installée sur les bords de la Clyde à 40 kilomètres de Glasgow. Cette fondation est l'œuvre de David Dale. En 1793, le village compte 1334 ouvriers dont un grand nombre d'enfants. Il s'agit d'orphelins des rues de Glasgow et d'Edimbourg. New-Lanark acquiert son renom sous la direction de Robert Owen, entre 1800 et 1825, qui se distingue de Dale par les expériences sociales qu'il introduit au sein du village.⁶

Owen veut prouver que la mutation industrielle n'est pas incompatible avec le bien-être des hommes. Il souhaite transformer la population du village et son comportement. Il impose un contrôle systématique de l'environnement et change la physionomie du village : agrandissement des habitations, entretien des routes et ramassage des ordures, suppression des débits de boisson, liberté de culte. Enfin, il met en place en 1816 une école « L'institution pour la formation du caractère » qui devient la clef de voûte de son système éducatif.⁷

En France, à 25 kilomètres de Saint-Étienne se développe à partir de 1838 un village qui se consacre à la production de faulx. Une véritable colonie industrielle prend forme quand Pierre-Frédéric Dorian réunit toutes les unités de production en 1857. Disciple de Fourier, Dorian ambitionne de concilier efficacité industrielle et vision sociale. Travaillant pour le monde agricole son usine de faulx réalise partiellement le dessein de Fourier d'une industrie oeuvrant

8. C. Fourier. *Le Nouveau Monde Industriel et Sociétaire*, 1845.

9. L. Rojas. *La colonie industrielle de Pont-Salomon ou la matérialisation du fouriérisme de Pierre-Frédéric Dorian*. e-Phaistos : open-editions, 2017.

10. Dorel-Ferré, 1992, *op. cit.*

11. G. Dorel-Ferré. Les colonies industrielles catalanes, un patrimoine exceptionnel mais encombrant. *Rives méditerranéennes*, n. 38, 2011.

12. Arnold, *op. cit.*

13. Dorel-Ferré, 2016, *op. cit.*

14. Rojas, *op. cit.*

15. Dorel-Ferré, 2011, *op. cit.*

16. Arnold, *op. cit.*

pour l'agriculture locale.⁸ Le succès économique, permet l'édification d'une colonie possédant son propre système social et éducatif : logement, jardin, école, cercle des ouvriers, église...⁹

Les colonies industrielles ne sont pas toutes les filles d'un idéal utopique. Ainsi en Catalogne dans la vallée du Llobregat à l'ouest de Barcelone, naît en 1872 une usine textile. Fondé par Josep Puig i Llagostera, le village atteint 275 habitants en 1875. Il souhaite augmenter la production et construit un barrage afin d'actionner des turbines. Puis, il entreprend la construction de logements ouvriers pour s'assurer la présence de la main d'œuvre. Mais c'est son successeur Antonio Sedo qui achève la mutation du village en véritable colonie industrielle. En 1885, des logements ouvriers, la maison du gérant, une église, des bureaux administratifs, une crèche et un hôpital sont édifiés.¹⁰

B. Un patrimoine de l'industrialisation

La désindustrialisation n'a pas eu le même effet en Ecosse, en France ou en Espagne. Ainsi, les destructions ont été plus importantes au sein de la colonie Sedo. L'usine a été vendue par lots à des industriels qui avaient besoin d'espace, certains édifices comme le château d'eau sont à l'abandon.¹¹

S'il s'agit d'un héritage lié à l'industrialisation et concentré dans un village mono industriel, ce patrimoine n'est pas en tout point identique. Il respecte, en effet, les caractéristiques architecturales locales. Ainsi à New-Lanark, les bâtiments sont en grès du pays à toits d'ardoise.¹² Quant à la colonie Sedo, comme d'autres colonies catalanes, certains bâtiments sont remarquables à l'image de l'église de style néo-gothique et de la maison du patron de style moderniste.¹³

Ces colonies industrielles possèdent toutes un patrimoine spécifique. Ainsi, on trouve à Pont-Salomon un martinet du début du XIX^e siècle fonctionnant encore. Mais également les vestiges de la centrale hydro-électrique édifiée en 1902 et chargée d'alimenter l'ensemble des foyers en électricité.¹⁴ Il est actuellement possible d'observer au sein de la colonie Sedo, l'ensemble du système hydraulique composé par l'aqueduc et la turbine de 1500 chevaux installée en 1899.¹⁵ Tandis qu'à New-Lanark est conservé en l'état le magasin édifié par Robert Owen au début du XIX^e siècle.¹⁶ Si l'architec-

ture des bâtiments diffère, la morphologie des colonies est similaire. En effet, nous avons à faire à des villages au bord de l'eau formant un paysage particulier celui- des vallées industrielles qui se développent au début du XIX^e siècle autour de l'énergie hydraulique. On retrouve d'ailleurs ce système dans les Vosges, en Italie du Nord ou en Nouvelle-Angleterre.¹⁷

17. Dorel-Ferré, 2007, *op. cit.*

Néanmoins, le point commun le plus important entre ces trois colonies demeure la fonction initiale des bâtiments et leur disposition. Les lieux de production sont agencés le long du cours d'eau, la demeure patronale occupe une place stratégique ainsi que les lieux de cultes et d'éducation. En Catalogne l'église est associée aux écoles car l'enseignement est assuré par les religieux. Les logements ouvriers sont généralement nombreux et implantés autour des sites de production. Il s'agit de logement collectif et non de maison individuelle.

2. DES PROCESSUS DE PATRIMONIALISATION

A. Les acteurs au centre du processus

A l'image d'autres patrimoines industriels New Lanark et Pont-Salomon ont bénéficié de l'intervention de la société civile qui, à travers les associations, a pesé de tout son poids dans le devenir des sites.

En 1968, New Lanark est menacé. La zone de production, l'institut et l'école sont cédés à une entreprise spécialisée dans l'extraction d'aluminium à partir de ferraille. Le New Lanark Conservation trust est créé en 1974 avec la mission de sauver le village. Le ferrailleur est forcé par les pouvoirs publics de vendre et la propriété est transférée au New Lanark Conservation Trust (association à but non lucratif) en 1983. L'association ne souhaite pas faire un musée à ciel ouvert mais sauvegarder le village en tant que communauté vivante. Pour cela elle est épaulée par les pouvoirs publics qui investissent massivement.¹⁸

18. L. Davidson. Patrimoine industriel et tourisme : New-Lanark, un cas d'école. *La mémoire de l'industrie*. PU France-Comté, 2006.

À Pont Salomon, l'association est créée alors que l'usine de Faulx fonctionne toujours en 1981. Le but est de créer un espace muséal mais le projet s'enlise jusqu'au début des années 1990 moment où la commune souhaite mettre en place un tourisme industriel cependant sans succès. Trois ans plus tard, en 1993, l'association, soutenue par le repreneur de l'usine de faulx, met en place un musée dans lequel sont expo-

sés des objets. En 1996, le musée semble être définitivement implanté, l'association recevant le 2^e prix du concours régional environnement pour la restauration d'un site industriel.

Si l'association est épaulée par les pouvoirs publics à New-lanark et à Pont-Salomon, il existe une différence majeure. En effet, en Ecosse les pouvoirs publics ont joué le rôle de financeur à l'image des fonds européens FEDER alloués dans les années 1970. Cependant le New Lanark Conservation Trust est resté maître de son projet et a dû financer seul le fonctionnement de son ambitieuse réalisation. Ainsi les fonds publics n'interviennent plus une fois le projet lancé. Contrairement à Pont-Salomon, où la structure ne peut fonctionner sans le financement public.

En Catalogne, aucune association ne s'est portée au secours de la colonie Sedo. En 1979, lors de l'arrêt de l'activité, le site ne fait l'objet d'aucune action. Au fil des années, il est vendu par morceaux.¹⁹ Tous les acteurs ne semblent pas considérer le site avec les mêmes égards. Ainsi certains n'ont pas achevé le deuil de la fin de l'activité en pratiquant la politique de la table rase et d'autres comme le musée des sciences et techniques de Catalogne reconnaissent la colonie Sedo comme un patrimoine à part entière.

B. Des reconnaissances institutionnelles

Accéder au rang de patrimoine n'est pas forcément chose aisée pour les artefacts de l'ère industrielle. La reconnaissance passe bien souvent par les différentes institutions et notamment les labels. Ainsi en décembre 2001, l'action du New Lanark Conservation Trust est reconnue par l'UNESCO qui inscrit la colonie sur la liste du patrimoine mondial de l'humanité. C'est la colonie créée et développée par Robert Owen qui est mis en avant par les experts mais également la gestion et le développement actuel du site.²⁰

A Pont-Salomon, la labellisation est différente mais tout autant significative. En effet, en 1998 débute un travail d'inventaire qui fait « officiellement » passer le site à l'état de patrimoine. Certes, il est question d'un inventaire des bâtiments mais également des collections et des archives. En 1999, l'inventaire architectural s'achève et débouche quelques années plus tard sur le classement sur la liste des

19. Dorel-Ferré, 2011, *op. cit.*

20. Rapport de l'ICOMOS sur le classement de New-Lanark, 28 juin 2000.

monuments historiques de quatre bâtiments : la fabrique du Foulter, l'usine de l'Alliance, le Presbytère et l'église. Malgré cette reconnaissance l'état de ce patrimoine est assez hétérogène. Nous sommes effectivement face à des lieux réaffectés à l'image du presbytère qui fait aujourd'hui office de mairie mais également à des sites encore à l'état de friche à l'instar de la fabrique du Foulter qui est classée mais toujours désaffectée. En 1999 le musée de la faulx est également classé « pôle départemental » par le conseil général.

En Catalogne, la colonie Sedo n'est pas l'objet d'une protection officielle. Cependant depuis 2008 la généralité de Catalogne restaure au sein du village plus de 200 logements dont 138 devraient à terme bénéficier du même traitement qu'un patrimoine protégé. Dans le même temps, le site intègre le réseau Mnatec dirigé par le musée des sciences et des techniques de Catalogne se trouvant dans la banlieue ouest de Barcelone à Terrassa. Cette institution dépend directement du ministère de la culture de la généralité de Catalogne. Il est conçu pour connecter l'histoire industrielle de la Catalogne et la construction de ce territoire. Grâce à l'inclusion dans ce réseau la colonie accède au rang de patrimoine reconnu.²¹

21. E. Casanellis i Rahola. Le musée de la science et de la technique de Catalogne : la création d'une nouvelle identité. *La lettre de l'OCIM*, n. 86, 2003.

3. DES VALORISATIONS HÉTÉROGÈNES

A. Une valorisation classique : la mise en musée

En matière de valorisation et d'animation les différences entre les pays latins et les pays anglo-saxons apparaissent. À Pont-Salomon, l'objectif a toujours été de créer un musée malgré une situation difficile et chaotique, la faute à une concurrence entre l'association et la municipalité. Entre 2000 et 2009, la thématique du musée est réorienté passant de la production de la faulx à la mise en valeur du village cadrant ainsi mieux avec l'histoire de la colonie voulue par Dorian. Municipalité et association participent activement au développement du musée en reconstituant une salle de classe du début du ^{xx}e siècle, en mettant à disposition du matériel cinématographique des années 1950. Cependant en 2009, le changement de municipalité met à mal l'entente entre pouvoir public et association. Celle-ci se voit retirer en mai 2010 la gestion du musée qui est désormais assurée par la communauté de communes Loire-Semène et son office du

tourisme. Cette structure propose de découvrir le site à travers les technologies numériques ainsi que des animations théâtralisées. Des circuits pédestres avec guide conférencier sont mis en place. Le musée est toujours en activité avec la reconstitution d'une salle de classe, l'exposition d'outils et d'objets d'époque, le fonctionnement d'un martinet hydraulique.

Si la colonie Sedo ne profite pas d'une telle mise en valeur, son intégration au musée des sciences et techniques de Catalogne relève de la même logique. En effet, cette institution ne conserve pas que des objets mais aussi des bâtiments. Le musée s'articule autour de deux types de sites : des musées de collections et des anciens sites de production muséographiés. La colonie Sedo entre dans cette dernière catégorie. Néanmoins ce n'est pas le village industriel qui est mis en avant mais son installation hydraulique et en particulier sa grande turbine, le but étant de présenter au visiteur l'utilisation de l'eau dans l'industrie du coton. La colonie Sedo n'a donc de sens qu'avec les autres sites composants le réseau. D'autant que celui-ci a un objectif plus global devant faire sens dans le contexte identitaire espagnol : organisé autour de l'industrialisation il permet ainsi de renforcer l'identité de la Catalogne et d'affirmer sa spécificité. Il a donc pour mission de rappeler au visiteur la grande région industrielle qu'a été la Catalogne en comparaison des autres régions espagnoles traditionnellement plus agricoles.²²

22. Casanellis i Rahola, *op. cit.*

B. Une valorisation mettant au cœur de ses préoccupations le tourisme

Le New-Lanark Conservation Trust part du principe que les personnes intéressées par le patrimoine industriel visiteront le village mais que la véritable réussite est d'attirer ceux qui ne sont pas prédisposés à visiter les monuments historiques. C'est pourquoi une grande attention est portée à l'accessibilité et au confort des visiteurs.

De nombreuses visites sont proposées dont la plus populaire est le « Millenium expérience ». À bord d'une cabine suspendue, les visiteurs font un voyage à travers le temps avec de nombreux effets spéciaux. On peut également voir les machines à filer du XIX^e siècle fonctionner, visiter une maison ouvrière de 1820 et 1930. Le magasin du village a été restau-

ré et abrite une exposition portant sur le magasin fondé par Robert Owen. La maison d'Owen renferme une exposition retraçant la vie et l'œuvre de ce dernier. L'école est également restaurée, depuis 2001, et abrite quatre galeries d'exposition : les enfants pouvant se mettre dans la peau des écoliers de 1820 en mettant les costumes d'époque. Dans le théâtre audio-visuel, un spectacle dont l'héroïne est le fantôme de la petite fileuse Annie McLeod nous raconte sa vie en 1820. Durant l'année de nombreuses fêtes et animations ont lieu comme la fête victorienne le premier dimanche de septembre avec des divertissements traditionnels et les habitants du village en costume d'époque.²³ S'il s'agit de mettre en valeur un patrimoine, celle-ci est pensée comme un divertissement dans lequel l'aspect ludique est central afin d'intéresser le plus grand nombre.

23. Davidson, *op. cit.*

Dès le début des années 1990, l'association décide de se doter d'une auberge de jeunesse de 60 lits. L'usine est reconvertie en hôtel depuis 1998, auquel est ajouté un restaurant. Hormis les touristes de nombreux mariages sont organisés dans cet équipement et de nombreuses activités sont proposées aux clients.

Enfin des bâtiments sont en location : la maison de David Dale est louée à une maison de presse, et une partie de l'usine n. 2 est louée à un grand magasin spécialisé dans la vente de vêtements. La Clyde joue également un rôle important puisque l'association produit de l'électricité en utilisant une turbine des années 1930.

Près de 135 employés travaillent pour l'association et mettent en valeur la colonie tout en constituant un point important pour le développement économique de la région.²⁴

24. Davidson, *op. cit.*

CONCLUSION

Si les colonies industrielles de Sedo, New-Lanark et Pont-Salomon sont édifiées par des idéologies assez éloignées, les patrimoines légués sont eux assez semblables. Les choix de valorisation, s'ils sont parfois communs sont motivés et influencés par des phénomènes propres à chaque site. Ainsi le contexte espagnol explique en partie la valorisation de la colonie Sedo qui participe à la mise en lumière d'une identité régionale. L'attitude des acteurs influence également

25. S. Edelblutte. La reconversion des anciennes villes-usines européennes, ou la question de la survie urbaine. *Bulletin de l'association de géographes français*, n. 3, 2010.

les événements. En effet, le mouvement populaire qui porte New-Lanark à la reconnaissance, interprété par certains comme un refuge identitaire dans une région en pleine désindustrialisation,²⁵ n'est pas de même nature que la concurrence que se livre association et pouvoir public à Pont-Salomon. Il est ainsi légitime de se poser la question de la reproductibilité de certaines réussites comme celle de New-Lanark. En effet, une valorisation de cette nature est-elle possible dans tous les pays ? Et produirait-elle les mêmes résultats ?

* * *

PATRIMONIALIZAR AS COLÔNIAS INDUSTRIAIS, UM PARECER SOBRE TRÊS EXPERIÊNCIAS : NEW-LANARK, SEDO E PONT-SALOMON

A industrialização participou na urbanização das sociedades ocidentais. Algumas aglomerações são em grande parte fruto de um desenvolvimento industrial feito à semelhança das cidades se desenvolvendo em volta de um arsenal ou de uma atividade mineira e metalúrgica. Apesar desta ligação à urbanização, a indústria gerou por vezes, no seio do mundo rural, cidades e colônias industriais.

Mantendo relações econômicas com as grandes aglomerações, estas colônias são geralmente separadas das grandes áreas urbanas vivendo por vezes em total autonomia.¹ O lugar de produção e as habitações têm um lugar central. Neste tipo de estrutura isolada, o habitat operário, geralmente muito repetitivo, concentra-se na encosta de um vale ou estende-se pela planície...² Ao lado destes edifícios, há uma igreja, escolas, um economato e outras dependências necessárias para a vida quotidiana. Essas colônias geralmente estão localizadas perto de uma fonte de energia. São, especialmente no início do século XIX, indústrias têxteis que exploram uma queda de água.³

Duas grandes tendências coexistem na construção de colônias industriais. Por um lado, colônias de iniciativa patronal correspondendo a um período de expansão econômica e industrial e que visam apenas aproveitar um recurso energético. Geralmente trata-se de um lugar no qual a vida fora da fábrica é organizada por um patronato próximo da

1. G. Dorel-Ferré. *Les colonies industrielles en Catalogne, le cas de la colonia Sedo*. Paris : Ed. Argument, 1992.

2. G. Dorel-Ferré. *Architectures du travail et nouvelle société dans les villages ouvriers et cités de l'industrie (1780-1930). Autour de Ledoux : architecture, ville et utopie*. PUFC, 2007.

3. Dorel-Ferré, 2007, *op. cit.*

4. G. Dorel-Ferré. Villages ouvriers et villes usines, un patrimoine industriel. *Villages ouvriers et villes usines à travers le monde*. Presses Universitaires de Savoie, 2016.

5. M. Riot-Sarcey (dir.). *Dictionnaire des utopies*. Paris : Larousse, 2002.

6. J.E. Arnold. New-Lanark : une utopie réalisée. *L'archéologie industrielle en France*, n. 24-25, 1994.

7. S. Dupuis. *Robert Owen. Socialisme utopique*. Paris : Ed. CNRS, 1991.

Igreja com uma tendência conservadora.⁴ Por outro lado, assistimos à construção de uma verdadeira utopia técnica em torno de um projeto industrial sob a forma de uma colônia com tendência autárquica. Nas primeiras décadas do século XIX, o socialismo utópico forneceu muitos projetos como os falanstérios fundados na França e nos Estados Unidos por Victor Considérant.⁵

Muitas dessas realizações são atualmente reconhecidas como um patrimônio por direito próprio. No entanto, os processos de patrimonialização foram por vezes diferentes tal como as escolhas de valorização. A comparação entre New-Lanark, Sedo e Pont-Salomon exemplifica perfeitamente o futuro e a valorização deste tipo de local.

1. TRÊS COLÔNIAS INDUSTRIAIS, TRÊS PATRIMÔNIOS SIMILARES

A. Fundação e evolução das colônias industriais

A New Lanark é uma fábrica de fiação de algodão instalada nas margens do rio Clyde, a 40 quilômetros de Glasgow. Esta fundação é obra de David Dale. Em 1793, a aldeia conta com 1334 trabalhadores, incluindo um grande número de crianças. Estes são órfãos das ruas de Glasgow e de Edimburgo. New-Lanark tornou-se famosa sob a direção de Robert Owen, entre 1800 e 1825, que se distinguiu de Dale pelas experiências sociais que introduziu na aldeia.⁶

Owen quer provar que a mudança industrial não é incompatível com o bem-estar dos homens. Ele deseja transformar a população da aldeia e seu comportamento. Ela impõe um controle sistemático do meio ambiente e altera a fisionomia da aldeia: ampliação das habitações, manutenção das estradas e recolha de lixo, supressão de estabelecimentos de bebida, liberdade de culto. Por fim, ele criou em 1816 uma escola “A instituição para a formação do caráter” (*L'institution pour la formation du caractère*), que se torna a pedra angular de seu sistema educativo.⁷

Na França, a 25 km de Saint-Étienne, se desenvolve a partir de 1838 uma aldeia dedicada à produção de foices. Uma verdadeira colônia industrial toma forma quando Pierre-Frédéric Dorian reúne todas as unidades de produção em 1857. Discípulo de Fourier, Dorian ambiciona poder

8. C. Fourier. *Le Nouveau Monde Industriel et Sociétaire*, 1845.

9. L. Rojas. *La colonie industrielle de Pont-Salomon ou la matérialisation du fouriérisme de Pierre-Frédéric Dorian*. e-Phaistos: open-editions, 2017.

10. Dorel-Ferré, 1992, *op. cit.*

11. G. Dorel-Ferré. Les colonies industrielles catalanes, un patrimoine exceptionnel mais encombrant. *Rivues méditerranéennes*, n. 38, 2011.

12. Arnold, *op. cit.*

13. Dorel-Ferré, 2016, *op. cit.*

14. Rojas, *op. cit.*

conciliar a eficiência industrial e a visão social. Trabalhando para o mundo agrícola, a sua fábrica de foices cumpre parcialmente o plano de Fourier para uma indústria que trabalha para a agricultura local.⁸ O sucesso econômico, permite a construção de uma colônia com o seu próprio sistema social e educativo: moradia, jardim, escola, círculo de trabalhadores, igreja...⁹

As colônias industriais não são todas fruto de um ideal utópico. Assim, na Catalunha, no vale de Llobregat, a oeste de Barcelona, nasceu em 1872 uma fábrica têxtil. Fundada por Josep Puig i Llagostera, a vila chegou a 275 habitantes em 1875. Ela desejava aumentar a produção e construir uma barragem para acionar as turbinas. Em seguida, ele assume a construção de habitações para os operários para garantir a presença de mão-de-obra. Mas é o seu sucessor Antonio Sedo quem completa a transformação da aldeia em uma verdadeira colônia industrial. Em 1885, as habitações para os operários, a casa do gerente, uma igreja, escritórios administrativos, uma creche e um hospital são construídos.¹⁰

B. Um patrimônio da industrialização

A desindustrialização não teve o mesmo efeito na Escócia, na França ou na Espanha. Assim, as destruições foram de maior importância na colônia de Sedo. A fábrica foi vendida em lotes a industriais que precisavam de espaço, alguns edifícios como a torre de água estão abandonados.¹¹

Tratando-se de um legado relacionado com a industrialização e concentrado numa aldeia mono-industrial, este patrimônio não é exatamente idêntico em todos os aspetos. Respeita, de fato, as características arquitetônicas locais. Em New-Lanark, por exemplo, os edifícios são em grês local com telhados em ardósia de arenito.¹² Quanto à colônia Sedo, como outras colônias catalãs, alguns edifícios são notáveis à imagem da igreja neo-gótica e da casa do patrão de estilo modernista.¹³

Estas colônias industriais possuem todas um patrimônio específico. Deste modo, em Pont-Salomon, encontramos um martelo-hidráulico do início do século XIX ainda em funcionamento. Mas também vestígios da central hidro-elétrica construída em 1902 e responsável pelo fornecimento de eletricidade a todas as residências.¹⁴ Atualmente é

15. Dorel-Ferré, 2011, *op. cit.*

16. Arnold, *op. cit.*

17. Dorel-Ferré, 2007, *op. cit.*

possível observar na colônia de Sedo, todo o sistema hidráulico composto pelo aqueduto e pela turbina de 1500 cavalos, instalados em 1899.¹⁵ Enquanto que em New-Lanark encontra-se conservada a loja construída por Robert Owen no início do século XIX.¹⁶ Se a arquitetura dos edifícios difere, a morfologia das colônias é semelhante. De fato, trata-se de aldeias à beira das águas, formando uma paisagem própria, a dos vales industriais, que se desenvolvem no início do século XIX em torno da energia hidráulica. Este sistema pode ser encontrado na região de Vosges, no norte da Itália ou na Nova Inglaterra.¹⁷

No entanto, o ponto em comum mais importante destas três colônias, continua sendo a função inicial dos edifícios e a sua disposição. Os locais de produção estão dispostos ao longo do curso de água, a casa do patrão ocupa um lugar estratégico, bem como os locais de culto e de educação. Na Catalunha, a igreja está associada às escolas porque o ensino é assegurado pelos religiosos. As habitações dos trabalhadores são geralmente numerosas e localizadas em torno dos locais de produção. Trata-se de um alojamento coletivo e não de uma casa individual.

2. OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO

A. Os agentes no centro do processo

À semelhança de outros patrimônios industriais, New Lanark e Pont-Salomon beneficiaram da intervenção da sociedade civil que, através das associações, demonstrou o seu peso no futuro destes locais.

Em 1968, New Lanark encontra-se ameaçada. A área de produção, o instituto e a escola são cedidos a uma empresa especializada na extração de alumínio a partir de sucata. A *New Lanark Conservation Trust* foi criada em 1974 com a missão de salvar a aldeia. O comerciante de sucata foi forçado pelo governo a vender e a propriedade foi transferida para o *New Lanark Conservation Trust* (associação sem fins lucrativos) em 1983. A associação não deseja fazer um museu a céu aberto, mas salvar a vila enquanto comunidade viva. Para isso, é apoiada pelas autoridades públicas que investem de forma massiva.¹⁸

Em Pont Salomon, é criada a associação enquanto que

18. L. Davidson. Patrimoine industriel et tourisme : New-Lanark, un cas d'école. *La mémoire de l'industrie*. PU France-Comté, 2006.

a fábrica de foices funciona ainda em 1981. O objetivo é criar um espaço-museu, mas o projeto fica atolado até aos inícios 1990, quando o município deseja instalar um turismo industrial, sem sucesso. Três anos depois, em 1993, a associação, apoiada pelo comprador da fábrica de foices, montou um museu no qual são expostos objetos. Em 1996, o museu parece estar definitivamente estabelecido, a associação recebe o 2º prêmio do concurso ambiental regional para a restauração de um local industrial.

Se a associação é apoiada pelas autoridades públicas em New-lanark e Pont-Salomon, existe no entanto uma grande diferença. De fato, na Escócia, as autoridades públicas desempenharam o papel de financiadoras com os fundos europeus atribuídos pelo FEDER nos anos 70. No entanto, o *New Lanark Conservation Trust* continuou a ser o dono do seu projeto e teve de financiar sozinho o funcionamento do seu ambicioso programa. Assim, os fundos públicos não intervieram mais a partir do momento em que o projeto foi lançado. Ao contrário de Pont-Salomon, onde a estrutura não pode funcionar sem financiamento público.

Na Catalunha, nenhuma associação veio em auxílio da colônia Sedo. Em 1979, quando a atividade parou, o local não foi objeto de nenhuma ação. Ao longo dos anos, foi sendo vendido por peças.¹⁹ Nem todos os agentes parecem considerar o local da mesma maneira. Assim, alguns não completaram o luto do fim da atividade, praticando a política da tábua rasa e outros, como o museu de ciências e técnicas da Catalunha reconhece a colônia Sedo como um patrimônio em si.

B. Reconhecimentos institucionais

Acessar o posto de patrimônio não é necessariamente fácil para os artefatos da era industrial. O reconhecimento muitas vezes passa pelas várias instituições, incluindo os labels. Em dezembro de 2001, a ação do *New Lanark Conservation Trust* é reconhecida pela UNESCO, que coloca a colônia na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade. Esta é a colônia criada e desenvolvida por Robert Owen, que é reconhecido pelos especialistas, mas também pela administração e pelo desenvolvimento atual do local.²⁰

19. Dorel-Ferré, 2011, *op. cit.*

20. Rapport de l'ICOMOS sur le classement de New-Lanark, 28 juin 2000.

Em Pont-Salomon, a labelização é diferente, mas igualmente significativa. De fato, em 1998 começa um trabalho de inventário que “oficialmente” passa o local para o estado do patrimônio. Evidentemente, trata-se de um inventário dos edifícios, mas também de coleções e arquivos. Em 1999, o inventário arquitetônico é concluído e leva alguns anos depois à classificação na lista de monumentos históricos de quatro edifícios: a fábrica de Foultier, a fábrica de Alliance, o Presbitério e a igreja. Apesar desse reconhecimento, o estado deste patrimônio é bastante heterogêneo. Estamos, de fato, diante de lugares realocados à imagem do presbitério que hoje serve de prefeitura, mas também de locais ainda em pousio, como a fábrica de Foultier, que é classificada, mas ainda está em desuso. Em 1999, o museu da foie também é classificado como “polo departamental” pelo conselho geral.

Na Catalunha, a colônia Sedo não está sujeita a uma proteção oficial. No entanto, desde 2008, a generalidade da Catalunha restaura dentro da aldeia mais de 200 habitações, das quais 138 devem eventualmente beneficiar do mesmo tratamento que um patrimônio protegido. Ao mesmo tempo, o local integra a rede Mnatec, dirigida pelo Museu da Ciência e da Técnica da Catalunha, localizado nos subúrbios a oeste de Barcelona, em Terrassa. Esta instituição depende diretamente do Ministério da Cultura da Generalidade da Catalunha. Ele foi concebido para ligar a história industrial da Catalunha e a construção deste território. Graças à inclusão nesta rede, a colônia alcança o grau de patrimônio reconhecido.²¹

21. E. Casanellis i Rahola. Le musée de la science et de la technique de Catalogne : la création d'une nouvelle identité. *La lettre de l'OCIM*, n. 86, 2003.

3. VALORIZAÇÕES HETEROGÊNEAS

A. Uma valorização clássica: a colocação num museu

Em termos de valorização e animação, aparecem as diferenças entre os países latinos e os anglo-saxões. Em Pont-Salomon, o objetivo sempre foi criar um museu apesar da situação difícil e caótica, culpa da concorrência entre a associação e o município. Entre 2000 e 2009, o tema do museu foi reorientado passando da produção da foie até à valorização da aldeia, alinhando-se melhor com a história da colônia desejada por Dorian. Município e associação participam ati-

vamente no desenvolvimento do museu, reconstruindo uma sala de aula do início do século xx, fornecendo o equipamento cinematográfico da década de 1950. No entanto, em 2009, a mudança de município enfraquece o acordo entre a autoridade pública e a associação. É-lhe retirado em maio de 2010 a gestão do museu que passa a ser assegurado pelo conjunto dos municípios de Loire-Semène e pelo seu posto de turismo. Esta estrutura propõe a descoberta do local através das novas tecnologias digitais, bem como animações teatrais. São propostos passeios a pé com guia. O museu ainda está ativo com a reconstrução de uma sala de aula, a exposição de ferramentas e objetos da época, assim como o funcionamento de um martelo hidráulico.

Se a colônia de Sedo não beneficia dessa valorização, a sua integração no Museu da Ciência e da Técnica da Catalunha demonstra a mesma lógica. De fato, esta instituição não só preserva objetos, mas também edifícios. O museu está organizado em torno de dois tipos de locais: museus de coleções e antigos locais de produção museografados. A colônia Sedo entra nesta última categoria. No entanto, não é a cidade industrial que é destacada, mas o seu sistema hidráulico e em particular a sua grande turbina, a fim de apresentar ao visitante o uso de água na indústria do algodão. A colônia Sedo só faz sentido com os outros locais que compõem a rede. Especialmente porque ele tem um objetivo mais amplo devendo fazer sentido num contexto identitário espanhol: organizado em torno da industrialização ele permite fortalecer a identidade da Catalunha e afirmar a sua especificidade. Por isso, ele tem como missão lembrar ao visitante a grande região industrial que foi a Catalunha em comparação com as outras regiões tradicionalmente agrícolas da Espanha.²²

22. Casanellis i Rahola, *op. cit.*

B. Uma valorização colocando o turismo no centro de suas preocupações

O *New Lanark Conservation Trust* parte do princípio que os interessados em patrimônio industrial visitarão a aldeia, mas que o verdadeiro sucesso é atrair aqueles que não estão predispostos a visitar monumentos históricos. É por isso que é dada uma grande atenção à acessibilidade e conforto dos visitantes.

Muitos passeios são propostos, mas o mais popular é o “Millenium Experience”. A bordo de uma cabine suspensa, os visitantes fazem uma viagem no tempo com muitos efeitos especiais. Podemos ver as máquinas de fiar do século XIX a funcionar, visitar uma habitação dos operários de 1820 e 1930. A loja da aldeia foi restaurada e abriga uma exposição sobre essa mesma loja fundada por Robert Owen. A casa de Owen contém uma exposição retratando a vida e obra deste. A escola também está restaurada desde 2001, e contém quatro galerias de exposições: as crianças podem se colocar no lugar dos alunos de 1820, vestindo roupas de época. No teatro audiovisual, um espetáculo cuja heroína é o fantasma da pequena fiandeira Annie McLeod, conta-nos a sua vida em 1820. Durante o ano muitas festividades e eventos acontecem como a festa vitoriana no primeiro domingo de setembro com entretenimento tradicional e moradores da aldeia vestidos com roupas de época.²³ Tratando-se de valorizar um patrimônio, tudo é pensado como entretenimento em que a ludicidade é central para interessar o maior número de visitantes.

23. Davidson, *op. cit.*

No início dos anos 90, a associação decidiu construir um albergue para jovens com 60 camas. A fábrica foi reconvertida em hotel desde 1998, no qual foi adicionado um restaurante. Além dos turistas muitos casamentos são organizados neste equipamento e muitas atividades são propostas aos clientes.

Por último, os edifícios são alugados: a casa de David Dale é alugada a uma editora, e parte da fábrica n. 2 é alugada a uma loja especializada na venda de roupas. O rio Clyde também desempenha um papel importante, já que a associação produz eletricidade usando uma turbina da década de 1930.

Quase 135 funcionários trabalham para a associação e valorizam a colônia enquanto constituem um ponto importante para o desenvolvimento econômico da região.²⁴

24. Davidson, *op. cit.*

CONCLUSÃO

Se as colônias industriais de Sedo, New Lanark e Pont Salomon foram construídas por ideologias distantes, os patrimônios herdados são bastante semelhantes. As escolhas de valorização, se por vezes são comuns, são motivadas e in-

25. S. Edelblutte. La reconversion des anciennes villes-usines européennes, ou la question de la survie urbaine. *Bulletin de l'association de géographes français*, n. 3, 2010.

fluenciadas por fenômenos próprios a cada local. Assim, o contexto espanhol explica em parte a valorização da colônia Sedo, que contribui para destacar uma identidade regional. A atitude dos agentes também influencia os acontecimentos. De fato, o movimento popular que traz New-Lanark ao reconhecimento, interpretado por alguns como um refúgio identitário numa região em plena desindustrialização,²⁵ não é da mesma natureza que a concorrência que é oferecida entre associação e poder público como em Pont-Salomon. É portanto legítimo questionarmo-nos acerca da reproduzibilidade de alguns sucessos como o de New-Lanark. De fato, tal valorização é possível em todos os países? E ela produziria os mesmos resultados?

BIBLIOGRAFIA / BIBLIOGRAPHIE

- ARNOLD, J.E. New-Lanark : une utopie réalisée. *L'archéologie industrielle en France*, n. 24-25, 1994.
- CASANELLIS I RAHOLA, E. Le musée de la science et de la technique de Catalogne : la création d'une nouvelle identité. *La lettre de l'OCIM*, n. 86, 2003.
- DAVIDSON, L. Patrimoine industriel et tourisme: New-Lanark, un cas d'école. *La mémoire de l'industrie*. PU France-Comté, 2006.
- DOREL-FERRÉ, G. Architectures du travail et nouvelle société dans les villages ouvriers et cités de l'industrie (1780-1930). *Autour de Ledoux : architecture, ville et utopie*. PUFC, 2007.
- DOREL-FERRÉ, G. Le patrimoine de l'habitat ouvrier, un sujet de recherches : architecture, idéologie et rapports sociaux. *Les actes du CRESAT*, n. 4, février 2007.
- DOREL-FERRÉ, G. Les colonies industrielles catalanes, un patrimoine exceptionnel mais encombrant. *Rives méditerranéennes*, n. 38, 2011.
- DOREL-FERRÉ, G. Villages ouvriers et villes usines, un patrimoine industriel. *Villages ouvriers et villes usines à travers le monde*. PU de Savoie, 2016.
- DOREL-FERRÉ, G. *Les colonies industrielles en Catalogne, le cas de la colonia Sedo*. Paris: Ed. Argument, 1992.
- DUPUIS, S. Robert Owen. *Socialiste utopique*. Paris: Ed. CNRS, 1991.
- EDELBLUTTE, S. La reconversion des anciennes villes-usines européennes, ou la question de la survie urbaine. *Bulletin de l'association de géographes français*, n. 3, 2010.

FOURIER, C. *Le Nouveau Monde Industriel et Sociétaire*, 1845.

RAPPORT de l'ICOMOS sur le classement de New-Lanark, 28 juin 2000.

RIOT-SARCEY, M. (dir.). *Dictionnaire des utopies*. Paris: Larousse, 2002.

ROJAS, L. *La colonie industrielle de Pont-Salomon ou la matérialisation du fouriérisme de Pierre-Frédéric Dorian*. e-Phaistos: open-editions, 2017.

Luc Rojas é pesquisador associado do laboratório EVS-ISTHME (UMR CNRS 5600) (perto de Lyon-Universidade de Saint-Etienne). Docente contratado da Universidade Jean Monnet e da Escola de Arquitetura de Saint-Etienne. Doutor em História, sua pesquisa enfoca as práticas e pensamentos de engenheiros civis, a circulação de idéias técnicas, bem como legados e memórias relacionadas à indústria.

Luc Rojas, chercheur associé au laboratoire EVS-ISTHME (UMR CNRS 5600) (près de Lyon-Université de Saint-Etienne). Chargé de cours à l'Université Jean Monnet et à l'Ecole d'architecture de Saint-Etienne. Docteur en histoire ses recherches portent sur les pratiques et les pensées des ingénieurs civils, la circulation des idées techniques ainsi que l'héritage et les mémoires liées à l'industrie.

RESIDÊNCIA MENDONÇA: IDEOLOGIA E INDUSTRIALIZAÇÃO¹

Raphael Grazziano

1. Muitos dos temas aqui apresentados já foram elaborados por mim no Trabalho Final de Graduação *Aspectos do debate entre realismo socialista e concretismo: a obra de Vilanova Artigas* (2012) e no artigo “Um impasse estético em Artigas: entre o realismo socialista e o concretismo”, publicado na revista *Pós* (2015).

2. Leandro Medrano. “Modernidade distante”. In: J.S.W. Ferreira et al. (org.). *Caderno de textos do I Seminário Internacional Live Modern Heritage*, de 21 a 23 de março de 2016. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017, p. 127-136.

3. G. Petrella. “O conjunto CECAP Zezinho Magalhães Prado: uma sociabilidade em construção”. In: J.S.W. Ferreira et al., *op. cit.*, p. 137-151.

Na primeira fase, brasileira, do Live Modern Heritage, tivemos uma sessão que discutiu o CECAP de Artigas, com comunicações de Leandro Medrano² e Guilherme Petrella.³ Ressaltam-se dois aspectos lá apresentados. Em primeiro lugar, o CECAP de Artigas pretendia conceber um novo espaço adequado ao território brasileiro, que então passava por profundas transformações. Com efeito, Medrano apontou, com o pano de fundo de uma célebre literatura sociológica brasileira, como o crescimento desordenado e desmedido da metrópole paulista estava relacionado com a condição periférica do capitalismo brasileiro, em meio a um ciclo industrial tardio e precário. Em segundo lugar, Petrella destacou a utopia maquinista que norteava o projeto do CECAP, isto é, uma cidade, e, em paralelo, também uma sociabilidade, moldadas como uma linha de montagem.

Certamente, tais aspectos não são circunscritos apenas ao CECAP, mas estão presentes em toda a obra de Artigas. O conjunto habitacional alcançou uma escala até então sem precedentes na obra do arquiteto, mas muitos de seus princípios de projeto já tinham sido anteriormente resolvidos de formas alternativas. Com o objetivo de desvelar como essas duas questões já estavam presentes em sua obra anterior, propomos um retorno de quase dez anos, voltando para uma residência unifamiliar que projetou em 1958, a casa Mendonça, também conhecida como Casa dos Triângulos (Figura 1). A alcunha nasceu do padrão geométrico presente nas elevações, no piso, no desenho dos pilares, degraus, bancos e pa-



Fig. 1. Residência Mendonça. Fonte: autor, 2019. / *Maison Mendonça*. Source : l'auteur, 2019.

rapeitos, e, sobretudo nas empenas externas recobertas por afrescos de triângulos azuis e brancos, pintados pelos artistas Mário Gruber e Rebolo Gonsáles.

No CECAP, vimos que a intenção original dos arquitetos era a construção industrial pré-fabricada, que foi abandonada devido à resistência histórica do setor em se modernizar. Na casa Mendonça, pelo contrário, o propósito de industrialização nunca existiu. Entretanto, a profusão de triângulos certamente apresenta um desejo de padronização tipicamente industrial. Ali, ao invés de buscar a racionalização construtiva, ainda mais improvável em contexto brasileiro para uma casa unifamiliar do que para um grande conjunto habitacional, Artigas estetizou os componentes arquitetônicos, tendo como referência a pintura concretista que naquele momento dominava o cenário artístico brasileiro. A relação com o concretismo ainda se deu pelo paisagismo de Waldemar Cordeiro, importante representante do movimento.

Após um exame mais abrangente de sua obra, essa aplicação do concretismo pode parecer contraditória. De fato, Artigas havia publicado em 1951, em uma revista cultural comunista, um texto que atacava os concretistas e demais tendências abstratas. Em meio à disputa da Guerra Fria,

4. J.B.V. Artigas [1951]. “A Bienal é contra os artistas brasileiros”. In: J.B.V. Artigas. *Caminhos da arquitetura*. Org. de João Tavares Correia de Lira e Rosa Artigas. São Paulo: CosacNaify, 2004b, p. 30-34.

5. J.B.V. Artigas [1951]. “Le Corbusier e o imperialismo”. In: J.B.V. Artigas. *Caminhos da arquitetura*. Org. de João Tavares Correia de Lira e Rosa Artigas. São Paulo: CosacNaify, 2004a, p. 23-29.

6. Cf. D.E. Thomaz. *Um olhar sobre Vilanova Artigas e sua contribuição à arquitetura brasileira*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1997, p. 208-209. Também A. Freire e P.T. Venceslau (entrevistadores). Jacob Gorender. *Teoria e Debate*, n. 11, jul-set 1990. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/jacob-gorender>. Acesso em 6 dez 2016.

7. A.A.C. Rubim. *Partido Comunista, cultura e política cultural*. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986. p. 68-71.

8. N. Krushev. Rumos da arquitetura soviética. *Fundamentos*, ano VII, n. 39. São Paulo: nov 1955, p. 89-94.

9. A. Gorelik “O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização”. In: W.M. Miranda (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 55-80.

Artigas, militante do PCB, via o abstracionismo como um sinônimo de cosmopolitismo, de negação da cultura nacional, de fuga da realidade; enfim, de imperialismo norte-americano.⁴ Um conjunto de críticas que, ademais, coincidia em muito com aquelas direcionadas no mesmo ano ao Modulor de Le Corbusier,⁵ o outro arquiteto tema de nosso seminário. Desse modo, naquele momento, Artigas alinhava-se decididamente em prol da política cultural soviética, que preconizava o realismo socialista de Andrei Zhdanov.

A casa Mendonça, embora poucos anos posterior a esses dois textos, já foi concebida em ambiente político muito diferente. Em primeiro lugar, Artigas tivera a oportunidade de viajar para Moscou em 1953, quando teve contato direto com a arquitetura do realismo socialista, cujas formas regressivas colocaram em dúvida seu projeto estético.⁶ Em segundo lugar, deve-se ter em conta o impacto do Relatório Krushev, anunciado em 1956, mas cujo conteúdo já era conhecido por muitos militantes algum tempo antes.⁷ Além de indicar os crimes cometidos por Stalin, o relatório também representou a mudança já em curso da política cultural soviética. A arquitetura, em especial, recebeu incentivos para que se simplificasse e se adequasse à produção habitacional industrial⁸ – um prenúncio, talvez, do próprio projeto do CECAP. Por fim, havia ainda uma característica do projeto político dos comunistas no Brasil, segundo o qual os militantes deveriam aliar-se com a burguesia industrial para vencer os setores agrários, considerados os mais atrasados do país, uma etapa vista como necessária para uma revolução proletária. Nesse sentido, o concretismo oferecia uma possibilidade estética para Artigas, por sua ligação com técnicas de produção industriais.

Entretanto, a indústria é aqui mediada pelo campo artístico e cultural, mais do que propriamente produtivo. Esse concretismo deve ser visto como uma “vontade ideológica”, uma modernidade impulsionadora da modernização, se entendermos esses termos tal como Adrian Gorelik: por um lado, a modernidade como “ethos cultural mais geral da época, como os modos de vida e organização social”; por outro lado, a modernização como “os processos duros que continuam transformando materialmente o mundo”.⁹ Diferentemente das raízes bauhausianas do concretismo, ou de sua versão francamente industrial na Escola de Ulm, o

concretismo brasileiro não foi bem-sucedido na relação com a esfera produtiva, ou ao menos não àquela vinculada ao design de objetos. Sua produção relacionou-se sobretudo com a comunicação visual, e até hoje ecoa na produção gráfica brasileira. O design de objeto brasileiro mais bem-sucedido é aquele ainda baseado na produção artesanal e em um referencial simbólico que remete às idiossincrasias culturais brasileiras. Assim, nem a arquitetura nem a arte lograram uma aproximação com a indústria – o que, ademais, é uma condição ainda atual, pois o Brasil continua a ser uma nação agroexportadora de desempenho industrial limitado. De fato, nos últimos anos, o setor do agronegócio cresceu mesmo em momento de recessão econômica, reaparecendo o fantasma de que a vocação do Brasil é a exportação de commodities.

Não espanta, portanto, que a casa Mendonça manifeste o desejo de industrialização, mas apenas como recurso simbólico. É pela comunicação, mediada pela linguagem concretista, que a residência se relaciona com a cidade,¹⁰ e é por ela também que os diversos componentes da arquitetura (pilares, degraus, bancos) se relacionam com a fruição do usuário. Certos elementos, como os pilares, receberam posteriormente uma dedicação crescente do arquiteto – veja-se, por exemplo, os pilares externos da FAUUSP, onde aconteceu a primeira fase de nosso seminário. Para Artigas, os pilares teriam forte apelo às percepções do usuário, em que um desenho que o valorizasse como símbolo traria a rápida aprovação e apropriação popular. De fato, posteriormente, Artigas elogiaria a força simbólica dos pilares de Brasília e como a população local a havia disseminado das mais diversas maneiras.¹¹

Como dizíamos, gostaríamos ainda de ressaltar um segundo aspecto da sessão ocorrida na primeira fase de nosso seminário: a concepção de uma nova tipologia de habitação, ou de uma nova “sociabilidade”, nos termos de Petrella.¹² De fato, a residência é um dos pontos inaugurais de uma nova tipologia da casa paulistana, que para Artigas precisava ser atualizada “em relação às modificações sociais que se processavam em nosso país”. Uma casa que já não podia mais “continuar imitando a casa tradicional, influenciada pela sua vida no campo... elas [as casas] deveriam ser pensadas enquanto um objeto com quatro fachadas, mais ou menos iguais, ajustando-se à paisagem, como uma unidade.”¹³

10. L. Medrano e L. Recamán. *Vilanova Artigas: habitação e cidade na modernização brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

11. J.B.V. Artigas [1970]. “Arquitetura e comunicação”. In: J.B.V. Artigas. *Caminhos da arquitetura*. Org. de João Tavares Correia de Lira e Rosa Artigas. São Paulo: CosacNaify, 2004c, p. 132-158.

12. G. Petrella, *op. cit.*

13. J.B.V. Artigas [set 1984]. “Depoimento”. In: A. Xavier. *Depoimento de uma geração – Arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: CosacNaify, 2003, p. 217.

Examinemos como a casa Mendonça se enquadra nessa tipologia, mas antes vejamos um projeto anterior, o anteprojeto para a casa Goldenstein (1952), de soluções significativamente similares. Nele, o terreno não tem fundos, atravessando o quarteirão, e, como na Casa dos Triângulos, também há um forte aclave logo no limite com o passeio, resultando em uma solução que evita movimentos de terra excessivos através de um térreo que não é mais do que um grande muro com portas para a entrada e a garagem (Figura 2). É através de uma longa rampa que se ascende ao primeiro andar, onde os cômodos sociais da residência se localizam, em que nenhum cômodo abre para as frentes do terreno: na frente efetiva, apenas pequenas janelas acima da linha dos olhos; na face oposta, ordinários cômodos de serviço (Figura 3). No segundo pavimento, da mesma forma, as aberturas são laterais, deixando para a rua apenas uma grande empena vazia, mas sem qualquer tipo de tratamento gráfico como o encontrado na Casa dos Triângulos. Essa versão do projeto não foi realizada, optando-se por uma mais aberta para o entorno: afinal, a primeira solução rejeitava as amplas vistas do terreno implantado em uma cumeeira no Pacaembu.

A casa Mendonça, por seu lado, ecoa parte das soluções da casa Goldenstein. Em seu primeiro projeto, ela seria muito mais convencional, o que contradizia a busca de Artigas por uma nova tipologia residencial para São Paulo: uma garagem fechada na entrada, um volume com janelas para a rua no piso superior, uma corriqueira edícula nos fundos, herança da tipologia rural brasileira, para cômodos de serviço e quartos de empregados (Figuras 4 e 5). É na versão seguinte do projeto, essa efetivamente aprovada, que a fluidez entre os ambientes, desde a rua até o interior, é alcançada, descartando-se as soluções espaciais habituais. Nela não há ainda, entretanto, nenhuma referência aos triângulos, seja no desenho das empenas, seja no desenho dos elementos construtivos. Os triângulos aparecem no projeto executivo, no detalhamento dos elementos construtivos, mas ainda não estão presentes nos afrescos das fachadas. Em seu lugar, há superfícies recobertas com alvenaria aparente (Figura 6), um resquício da primeira versão, de solução mais tradicional. Há, portanto, o desejo de igual tratamento das faces da residência – as “quatro fachadas mais ou menos iguais” cita-

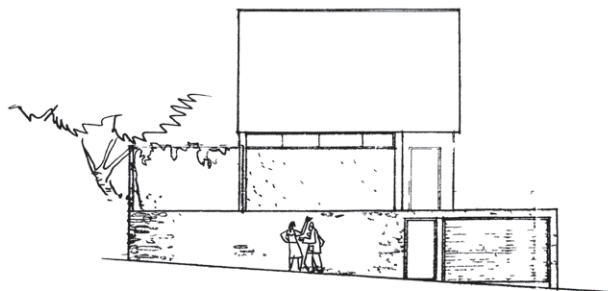


Fig. 2. Residência Goldenstein (1952). Anteprojeto. Elevação frontal. Sem escala. Fonte: Acervo da Biblioteca da FAUUSP. Editado pelo autor. / *Maison Goldenstein (1952). Avant projet. Façade frontale. Sans échelle. Source : Bibliothèque de la FAUUSP. Édition de l'auteur.*

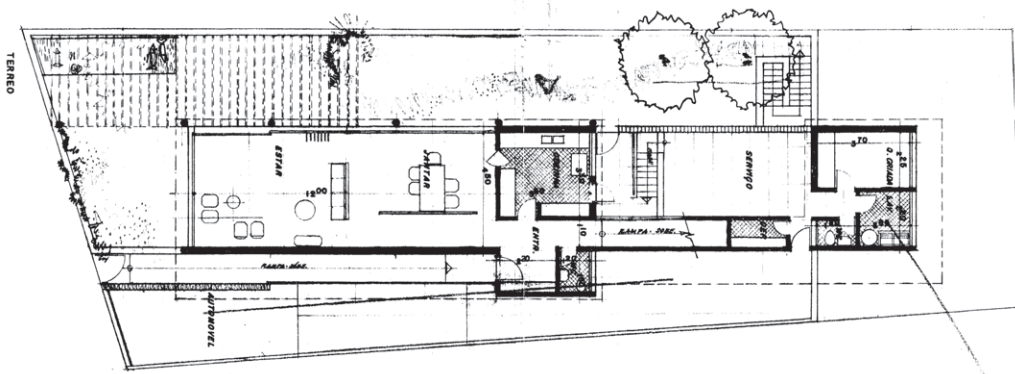


Fig. 3. Residência Goldenstein (1952). Anteprojeto. Planta do primeiro pavimento. Sem escala. Fonte: Acervo da Biblioteca da FAUUSP. Editado pelo autor. / *Maison Goldenstein (1952). Avant projet. Plan du premier étage. Sans échelle. Source : Bibliothèque de la FAUUSP. Édition de l'auteur.*

das acima – mas o desenho concretista ainda está ausente. Os triângulos são completamente *a posteriori*, talvez com a construção começada, se levarmos em conta sua ausência no projeto executivo. Desse modo, o mural é o último elemento do projeto, embora seja a sua solução mais distintiva. Talvez por esse motivo não respeita a modulação interna da estrutura, sendo concebido independentemente.¹⁴

Não por acaso, é o viés comunicativo da tectôni-

14. L. Medrano e L. Recamán, *op. cit.*, p. 67.

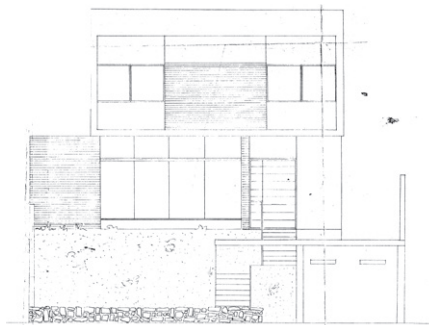


Fig. 4. Residência Mendonça (1958). 1ª versão da prancha de prefeitura. Elevação frontal. Sem escala. Fonte: Acervo da Biblioteca da FAUUSP. / *Maison Mendonça* (1958). 1^{ère} version pour approbation à la mairie. Façade frontale. Sans échelle. Source : Bibliothèque de la FAUUSP.

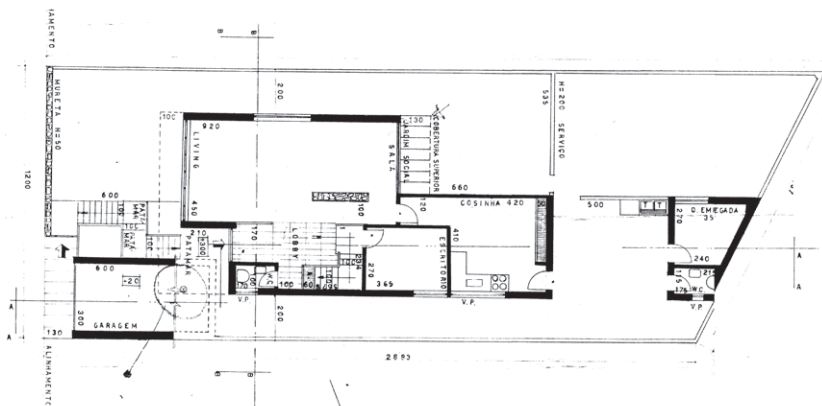


Fig. 5. Residência Mendonça (1958). 1ª versão da prancha de prefeitura. Primeiro pavimento. Sem escala. Fonte: Acervo da Biblioteca da FAUUSP. Editado pelo autor. / *Maison Mendonça* (1958). 1^{ère} version pour approbation à la mairie. Premier étage. Sans échelle. Source : Bibliothèque de la FAUUSP. Édition de l'auteur.

ca, sobretudo dos pilares, e não das superfícies, que Artigas desenvolverá nos anos seguintes. Entretanto, no projeto do CECAB, em que a tectônica perde espaço em favor da pré-fabricação, reaparece o tratamento das superfícies como comunicação, nos padrões cromáticos que Artigas desenvolve. Um reaparecimento dos mesmos problemas estéticos que, esperamos, o retorno à casa Mendonça possa ter elucidado.

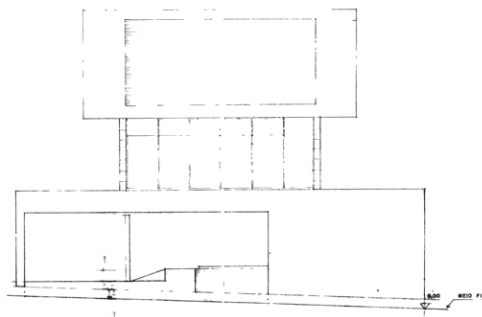


Fig. 6. Residência Mendonça (1958). Projeto executivo. Elevação frontal. Sem escala. Fonte: Acervo da Biblioteca da FAUUSP. / *Maison Mendonça* (1958). *Projet exécutif. Façade frontale. Sans échelle.* Source : Bibliothèque de la FAUUSP.

* * *

MAISON MENDONÇA : IDÉOLOGIE ET INDUSTRIALISATION¹

Dans la première phase, brésilienne, du Live Modern Heritage, nous avons eu une session qui a discuté le CECAP d'Artigas, avec les interventions de Leandro Medrano² et Guilherme Petrella.³ Nous voulons soulever deux aspects présentés lors cette session. Tout d'abord, le CECAP d'Artigas voulait concevoir un nouvel espace adapté au territoire brésilien, qui à ce moment-là subissait de profondes transformations. En effet, Medrano a indiqué, à l'aide d'une célèbre étude sociologique brésilienne, comment la croissance désordonnée et démesurée de São Paulo avait un rapport avec la condition périphérique du capitalisme brésilien, où l'industrie s'est développée de façon tardive et précaire. En outre, Petrella a mis en exergue l'utopie machiniste qui guidait le projet du CECAP, c'est-à-dire, une ville et aussi une sociabilité conçues comme une chaîne de montage fordiste.

Certes, ces aspects ne concernent que le CECAP, ils sont présents dans l'ensemble de l'œuvre d'Artigas. L'ensemble d'habitations a atteint une échelle sans précédents dans l'œuvre de l'architecte, même si plusieurs principes du projet

1. J'ai déjà élaboré plusieurs des sujets ici présentés dans mon mémoire de licence en architecture et urbanisme (*Aspectos do debate entre realismo socialista e concretismo: a obra de Vilanova Artigas*, 2012) et dans l'article « An aesthetic impasse in Artigas: between socialist realism and concretism », publié dans la revue *Pós* (2015).

2. Leandro Medrano. "Modernité éloignée". In: J.S.W. Ferreira et al. (org.). *Cahier de textes du 1^{er} Séminaire International: Live Modern Heritage*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017, p. 127-136.

3. G. Petrella. "L'ensemble CECAP Zezinho Magalhães Prado: une sociabilité en construction". In: J.S.W. Ferreira et al., *op. cit.*, p. 137-151.

ont été déjà résolus de formes alternatives. Ainsi, pour montrer que deux questions étaient déjà traitées dans son œuvre, nous proposons un retour d'environ dix ans vers une maison qu'Artigas a réalisé en 1958, la maison Mendonça, connue aussi sous le nom de Maison des Triangles (Figure 1). Ce sobriquet est dû au motif géométrique présent dans les élévations, dans le sol, dans le dessin des piliers, dans les marches, bancs, parapets et, surtout, dans les frontons couverts par les fresques de triangles bleus et blancs, peints par les artistes Mário Gruber et Rebolo Gonsáles.

Nous avons vu qu'au CECAP l'intention initiale des architectes était la construction industrielle préfabriquée, qui a été abandonnée à cause de la résistance historique à la modernisation du secteur du bâtiment. Dans la maison Mendonça, au contraire, Artigas n'a jamais essayé la préfabrication. Pourtant, les triangles à profusion présentent sûrement une aspiration à la standardisation industrielle. Au lieu de chercher une rationalisation constructive, encore moins probable dans ce projet de maison que dans un grand ensemble d'habitations, Artigas cherche l'esthétisme des éléments architecturaux, sous l'influence de la peinture de l'art concret dominante dans le milieu de l'art brésilien à ce moment-là. Le rapport avec l'art concret est présent encore dans le paysagisme de Waldemar Cordeiro, un membre important du mouvement.

Une fois examinée l'œuvre d'Artigas, cet emploi de l'art concret peut sembler contradictoire. En effet, Artigas a publié un texte qui attaquait l'art concret et d'autres branches abstraites dans un magazine culturel communiste en 1951. En pleine Guerre Froide, Artigas, un militant du PCB, interprétait l'abstractionnisme comme un synonyme de cosmopolitisme, de négation de la culture nationale, de fugue à la réalité ; bref, l'abstractionnisme serait un synonyme de l'impérialisme de l'Amérique du Nord.⁴ En outre, de telles critiques étaient très proches de celles que l'on reprochait, la même année, au modulator de Le Corbusier, un autre architecte fondamental de notre séminaire.⁵ À ce moment-là, Artigas était décidément en phase avec la politique culturelle soviétique du réalisme socialiste de Andrei Zhdanov.

Bien que le projet de la maison Mendonça ne soit que sept ans postérieur à ces textes, il a été conçu dans un mo-

4. J.B.V. Artigas [1951]. "A Bienal é contra os artistas brasileiros". In : J.B.V. Artigas. *Caminhos da arquitetura*. Org. de João Tavares Correia de Lira e Rosa Artigas. São Paulo : CosacNaify, 2004b, p. 30-34.

5. J.B.V. Artigas [1951]. "Le Corbusier e o imperialismo". In : J.B.V. Artigas. *Caminhos da arquitetura*. Org. de João Tavares Correia de Lira e Rosa Artigas. São Paulo : CosacNaify, 2004a, p. 23-29.

6. Cf. D.E. Thomaz. *Um olhar sobre Vilanova Artigas e sua contribuição à arquitetura brasileira*. Dissertation (Master). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1997, p. 208-209. Voir aussi A. Freire e P.T. Venceslau (intervieweurs). Jacob Gorender. *Teoria e Debate*, n. 11, jul-set 1990. Disponible à : <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/jacob-gorender>. Consulté le 6 dec 2016.

7. A.A.C. Rubim. *Partido Comunista, cultura e política cultural*. Tese (Doutorado). São Paulo : Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986. p. 68-71.

8. N. Krushev. Rumos da arquitetura soviética. *Fundamentos*, ano VII, n. 39. São Paulo : nov 1955, p. 89-94.

9. A. Gorelik "O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização". In : W.M. Miranda (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 55-80.

ment politique très différent. Premièrement, Artigas avait voyagé à Moscou en 1953, où il a observé l'architecture du réalisme socialiste, dont les formes régressives ont mis en doute son projet esthétique.⁶ Deuxièmement, on doit rappeler l'impact du « discours secret » de Nikita Khrouchtchev au 20^e Congrès du Parti Communiste, dont le contenu était déjà connu de plusieurs militants.⁷ Le discours a dénoncé les crimes de Staline, mais il a aussi été un symbole du changement de la politique culturelle soviétique. L'architecture a reçu des encouragements de simplification et d'adéquation à la production industrielle⁸ – peut-être un présage du projet du CECAP. Enfin, la troisième et dernière caractéristique de ce moment : le programme politique des communistes au Brésil disait que les militants devaient faire des alliances stratégiques avec la bourgeoisie industrielle pour vaincre les secteurs agricoles. De ce point de vue, la bourgeoisie industrielle pourrait aider à la modernisation du pays, une étape nécessaire pour la révolution prolétarienne. Dans ce sens, l'art concret offrait une possibilité esthétique à Artigas, grâce à ses liens avec les moyens de production industrielle.

Entretemps, l'industrie subit plus la médiation des champs artistique et culturel que du champ productif. L'art concret doit être perçu comme une « volonté idéologique », une modernité qui propulse la modernisation, selon les propres termes de l'historien argentin Adrian Gorélik, pour qui la modernité est, d'une part, « l'ethos culturel le plus général d'une époque, tel que les moyens de vie et l'organisation sociale » ; et de l'autre part, la modernisation est « le procès dur qui transforme matériellement le monde ».⁹ À la différence des racines bauhausiennes de l'art concret, ou de sa version décidément industrielle à l'École d'Ulm, l'art concret brésilien n'a pas réussi dans sa relation avec la sphère productive, au moins dans le cas du design industriel. Sa production était liée surtout au graphisme, et elle influence toujours la production brésilienne. Par contre, le design d'objets brésilien le plus réussi utilise une production artisanale et un champ symbolique lié aux particularités culturelles traditionnelles. De ce fait, ni l'architecture ni l'art ont abouti à une collaboration avec l'industrie – une condition toujours actuelle, car le Brésil continue d'être une nation exportatrice de marchandises agricoles et d'un champ industriel limité. En effet,

le secteur de l'agro-industrie (en anglais agrobusiness) a récemment accru même pendant la récession économique. La chimère de la vocation brésilienne à l'exportation de commodities réapparaît encore quand on la croyait déjà morte.

Donc, il ne faut pas nous étonner que la maison Mendonça manifeste un désir d'industrialisation seulement dans la sphère symbolique. La maison crée des liens avec la ville par la communication du langage de l'art concret,¹⁰ et ce langage, présent dans les différents éléments architecturaux, se lie aussi à la jouissance de l'utilisateur. Quelques éléments, tels que les piliers, ont reçu une attention toute dévouée de l'architecte. Remarquons le pilier extérieur de la FAUUSP, où l'on a réalisé la première phase du Live Modern Heritage. Selon Artigas, les piliers faisaient un appel aux utilisateurs. Le projet qui valorise le symbole du pilier pourrait vite avoir l'appropriation et l'approbation du peuple. En effet, en 1970, Artigas a fait l'éloge de la force symbolique des piliers de Brasília et de l'appropriation populaire de son dessin.¹¹

Cet aspect de la communication de la maison a un deuxième but : la conception d'une nouvelle typologie de l'habitation, ou d'une nouvelle « sociabilité », comme nous disait Petrella,¹² car la maison Mendonça fait partie du début de la recherche d'une nouvelle typologie plus convenable à São Paulo, que selon Artigas devait être mise à jour « par rapport aux changements sociaux que notre pays endurait ». Une maison ne pouvait plus « continuer à imiter la maison traditionnelle, influencée par la vie à la province... Elles [les maisons] devaient être pensées comme un objet avec quatre façades à peu près identiques, qui s'ajustaient au paysage comme une unité ».¹³

Avant d'examiner comment la maison Mendonça peut être lue dans cette typologie, analysons un projet précédent, l'avant projet de la maison Goldenstein (1952), qui présente de solutions similaires. Dans ce projet, le terrain n'a pas de fond, il traverse le bloc, et, comme dans la Maison des Triangles, il a aussi une forte pente proche de la limite du trottoir. Cela résulte en une solution qui évite les mouvements de terre excessifs par un rez-de-chaussée qui est seulement un grand mur avec portes pour le garage et le piéton (Figure 2). C'est par une longue rampe que l'on monte au premier étage, où sont les espaces sociaux de la maison, et aucun de ces es-

10. L. Medrano e L. Recamán. *Vilanova Artigas: habitação e cidade na modernização brasileira*. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2013.

11. J.B.V. Artigas [1970]. "Arquitetura e comunicação". In : J.B.V. Artigas. *Caminhos da arquitetura*. Org. de João Tavares Correia de Lira e Rosa Artigas. São Paulo : CosacNai-fy, 2004C, p. 132-158.

12. G. Petrella, *op. cit.*

13. J.B.V. Artigas [set 1984]. "Depoimento". In : A. Xavier. *Depoimento de uma geração – Arquitetura moderna brasileira*. São Paulo : CosacNai-fy, 2003, p. 217.

paces s'ouvre vers les rues : dans la façade principale, il n'y a que des petites fenêtres plus hautes que la ligne des yeux ; dans la façade opposée, seulement des espaces de services ordinaires (Figure 3). Au deuxième étage, de la même façon, les ouvertures sont latérales, et un grand mur vide donnant sur la rue mais sans aucun traitement graphique comme celui trouvé à la Maison des Triangles. Cette version du projet n'a pas été réalisée, remplacé par autre plus ouverte aux alentours : après tout, la première version rejetait les grandes vues du terrain placé dans un sommet au Pacaembu.

La Maison Mendonça, à son tour, rappelle une partie des solutions de la Maison Goldenstein. Dans sa première version, elle serait beaucoup plus conventionnelle ce qui était en contradiction avec la recherche d'Artigas d'une nouvelle typologie résidentielle à São Paulo : le garage comme une pièce fermée à l'entrée, un volume avec des fenêtres face à la rue au premier étage, un banal édicule dans les fonds, un héritage de la typologie rurale brésilienne, pour les services et les chambres de bonne (Figures 4 et 5). C'est dans la version suivante du projet, effectivement approuvée, où l'on peut trouver la fluidité entre les pièces, de la rue jusqu'à l'intérieur. Dans cette version, il n'y a encore aucun emploi des triangles, aussi bien dans les motifs des frontons que dans le dessin des éléments constructifs. Ce n'est que dans la dernière étape du projet que les triangles apparaissent. Les façades n'ont pas de triangles, mais une maçonnerie apparente (Figure 6), un reste de la première version, de solution plus banale. Il y a donc l'idée de l'égalité de traitement entre les façades – les « quatre façades à peu près identiques », que nous venons de citer – mais pas d'art concret. Les célèbres triangles sont tout à fait a posteriori, peut-être quand les travaux étaient déjà commencés. La peinture murale est donc le dernier élément décidé dans le projet, malgré son importance distinctive pour le résultat final. Peut-être cela a fait de sorte que la peinture n'ait aucun rapport avec le module structural de la maison, en étant conçue d'une façon autonome.¹⁴ Ce n'est donc pas hasard que la communication architecturale chez Artigas sera après développée dans la tectonique, surtout dans les piliers, et pas dans les superficies. Néanmoins, dans le projet du *CE-CAP*, la tectonique est faible, en raison de la préfabrication voulue. Dans ce cas, le traitement des superficies apparaît à

14. L. Medrano e L. Recamán, *op. cit.*, p. 67.

nouveau, avec les motifs chromatiques qu'Artigas développe avec son équipe. Une réapparition des mêmes problèmes esthétiques que, nous espérons, le retour à la maison Mendonça peut éclairer.

BIBLIOGRAFIA \ BIBLIOGRAPHIE

- ARTIGAS, J.B.V. [1951]. "Le Corbusier e o imperialismo". In: ARTIGAS, J.B.V. *Caminhos da arquitetura*. Org. de João Tavares Correia de Lira e Rosa Artigas. São Paulo: CosacNaify, 2004a, p. 23-29.
- ARTIGAS, J.B.V. [1951]. "A Bienal é contra os artistas brasileiros". In: ARTIGAS, J.B.V. *Caminhos da arquitetura*. Org. de João Tavares Correia de Lira e Rosa Artigas. São Paulo: CosacNaify, 2004b, p. 30-34.
- ARTIGAS, J.B.V. [1970]. "Arquitetura e comunicação". In: ARTIGAS, J.B.V. *Caminhos da arquitetura*. Org. de João Tavares Correia de Lira e Rosa Artigas. São Paulo: CosacNaify, 2004c, p. 132-158.
- ARTIGAS, J.B.V. [set 1984]. "Depoimento". In: XAVIER, A. *Depoimento de uma geração – Arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: CosacNaify, 2003, p. 217-225.
- FREIRE, A.; VENCESLAU, P.T. (entrevistadores). Jacob Gorender. *Teoria e Debate*, n. 11, jul-set 1990. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/jacob-gorender>. Acesso em 6 dez 2016.
- GORELIK, A. "O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização". In: MIRANDA, W.M. (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 55-80.
- GRAZZIANO, R. *Aspectos do debate entre realismo socialista e concretismo: a obra de Vilanova Artigas*. Trabalho final de graduação (monografia). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2012.
- GRAZZIANO, R. Um impasse estético em Artigas: entre o realismo socialista e o concretismo = An aesthetic impasse in Artigas: between socialist realism and concretism. *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAVUSP*, v. 22, p. 78-93, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v22i37p78-93>.
- KRUSCHEV, N. Rumos da arquitetura soviética. *Fundamentos*, ano VII, n. 39. São Paulo: nov 1955, p. 89-94.
- MEDRANO, L. "Modernidade distante" = "Modernité éloignée". In: FERREIRA, J.S.W.; BAYON, J.; BELOT, R.; BRAYET, A.; LEITÃO, K.O.; GUILLOBEZ, T.; GRAZZIANO, R.; DOMINGOS, J.L.N. (org.). *Caderno de textos do 1º Seminário Internacional Live Modern Heritage, de 21 a 23 de março de 2016 = Cahier de textes du 1^{er} Séminaire International: Live Modern Heritage*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017, p. 127-136.
- MEDRANO, L.; RECAMÁN, L. *Vilanova Artigas: habitação e cidade na modernização brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- PETRELLA, G. "O conjunto CECAP Zezinho Magalhães Prado: uma sociabilidade em construção" = "L'ensemble CECAP Zezinho Magalhães Prado: une sociabilité en construction". In: ER-

- REIRA, J.S.W.; BAYON, J.; BELOT, R.; BRAYET, A.; LEITÃO, K.O.; GUILLOBEZ, T.; GRAZZIANO, R.; DOMINGOS, J.L.N. (org.). *Caderno de textos do 1 Seminário Internacional Live Modern Heritage, de 21 a 23 de março de 2016 = Cahier de textes du 1^{er} Séminaire International: Live Modern Heritage*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017, p. 137-151.
- RUBIM, A.A.C. *Partido Comunista, cultura e política cultural*. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986.
- THOMAZ, D.E. *Um olhar sobre Vilanova Artigas e sua contribuição à arquitetura brasileira*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1997.

Raphael Grazziano é professor adjunto no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2019), graduado em filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2017) e em arquitetura e urbanismo pela FAUUSP (2012). Foi pesquisador visitante na Universidade de Yale (2018) e na graduação passou por período de intercâmbio na École Nationale Supérieure d'Architecture Paris – La Villette (2010-2011). É pesquisador associado ao grupo Pensamento Crítico e Cidade Contemporânea (PC3).

Raphael Grazziano est professeur adjoint au Département d'Architecture et Urbanisme de l'Université Fédérale de Santa Catarina (UFSC). Il est docteur à la Faculté d'Architecture et Urbanisme de l'Université de São Paulo (2019), diplômé en philosophie à la Faculté de Philosophie, Lettres et Sciences Humaines de l'Université de São Paulo (2017) et en architecture et urbanisme à la FAUUSP (2012). Grazziano a été chercheur invité à l'Université Yale (2018) et a passé une période d'études à l'École Nationale Supérieure d'Architecture Paris – La Villette (2010-2011). Il est chercheur associé au groupe de recherche Pensée Critique et Ville Contemporaine (PC3).

© FAUUSP, São Paulo, Brasil, 2021

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons BY-NC.

Universidade de São Paulo

reitor Vahan Agopyan

vice-reitor Antonio Carlos Hernandez

pró-reitoria de cultura e extensão Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado

presidente AUCANI Valmor Tricoli

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

diretora Ana Lúcia Duarte Lanna

vice-diretor Eugênio Fernandes Queiroga

organização / organisation João Sette Whitaker Ferreira, Aurélie Brayet, Karina Oliveira Leitão, Jacqueline Bayon, Richard Cantin, Robert Belot, Raphael Grazziano

imagens da capa / images de la couverture João S.W. Ferreira (capa) e Guilherme Petrella (contracapa)

produção gráfica e impressão / production graphique et impression LPG FAUUSP – André Luis Ferreira

projeto gráfico / projet graphique João Lucas Nogueira Domingos

diagramação / mise en page Raphael Grazziano

revisão e coordenação / révision et coordination Aurélie Brayet e Raphael Grazziano

tradução / traduction Rosa Maria Fréjaville e Andréia Oliveira da Silva

patrocínio / sponsoring Programme COOPERA de la Région Rhône-Alpes

apoio / support Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Université Jean Monnet, École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble, École Nationale des Travaux Publics de l'État

Seminário Internacional Live Modern Heritage (2 : 2016 : Firminy)

Caderno de textos do 2º Seminário Internacional = Cahier de textes du 2^{ème}

Séminaire International: Live Modern Heritage, de 12 a 14 de dezembro de 2016 /

organização/organisation João Sette Whitaker Ferreira et al. – São Paulo: FAUUSP, 2021.

258 p.

ISBN 978-65-89514-03-9

Textos em português e francês

1. Patrimônio Arquitetônico (Firminy, França; Guarulhos, São Paulo) 2. Planejamento Territorial Urbano (Firminy, França) 3. Arquitetura Moderna (Século 20) 4. Política Habitacional (França; Brasil) 5. Conjuntos Habitacionais (Conservação e Restauração)
- I. Ferreira, João Sette Whitaker, org. II. Título.

720.288 CDD



com o patrocínio de / avec le soutien de :

